ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 10 · Número 2 · Julho - Dezembro 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 1 11/06/2019 08:41:26

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor
Ruy Garcia Marques

Vice-reitora
Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitora de Graduação – SR1
Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – SR2
Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3
Elaine Ferreira Torres

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor
Domenico Mandarino

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretora
Dirce Eleonora Nigro Solis

Faculdade de Direito

Diretor

Ricardo Lodi

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadores
Maria Teresa Toribio B. Lemos
Alexis T. Dantas
Paulo Roberto Gomes Seda

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. – Julho-Dezembro 2018 - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2018.
v. ; il.
290 p.

Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Editor Responsável:
Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:
Alexis T. Dantas – UERJ
Carlos Juárez Centeno – UNC
Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey
Katarzyna Dembicz – CESLA
Lená Medeiros de Menezes – UERJ
Johannes Maerk – Ideaz Institute – Viena
Mauricio Mota – UERJ
Nilson Alves de Moraes – UNIRIO
Tânia Maria Carvalho Netto – UERJ
Óscar Barboza Lizano – Facultad de Artes Liberales y Historia – UW
Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná

Conselho Consultivo:
Raimundo Lopes Matos – UESB
Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ
Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC
Eduardo Antonio Parga – UGF
Fernando Rodrigues – USS
Alexandre Dumans – UCAM
Maria Medianeira Padoin – UFSM
Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov.Moscou
Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscou
Adalberto Santana – UNAM
Irina Vershinina – Academia Financeira/Gov.Moscou
Henrique Shaw – UNC

Editoração Eletrônica:
Rogério Mota – UERJ

Revisão:
A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

CAPES
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES - Brasil.
Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a participação de Recém-Doutores (PRODOC)

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Apresentação

A Revista *Latinidade*, 2018 vol. 2, reúne artigos de autores latinoamericanistas resultantes de estudos e pesquisas realizadas pelos GTs. São pesquisadores brasileiros e estrangeiros interessados na divulgação da cultura política e das questões que envolvem as sociedades americanas.

Destacam-se neste publicação estudos diversos que perpassam por práticas culturais e representações à práticas jurídicas, econômicas e políticas. Esse caráter interdisciplinar fundamenta a edição desta Revista. São estudos que visam à transdisciplinaridade e que primam pelo pluriculturalismo das questões americanas, como a diversidade, os preconceitos, o racismo e os problemas de gênero.

A resenha da Professora Maria Teresa Toribio Brittes Lemos privilegia a questão da Diáspora Nordestina, publicação de autoria de José Severino da Silva, historiador, músico e ilustrador pernambucano.

O Dossiê *Arqueologia da Diáspora Africana* apresenta pesquisas relevantes realizadas por estudiosos dos Estados Unidos, América Central e Brasil, além de expor novas abordagens sobre temas importantes para a Arqueologia. Os autores apresentam resultados de suas pesquisas voltadas para a Arqueologia da Diáspora Africana realizadas na última década na Cidade do Rio de Janeiro, especificamente na região do antigo bairro do Valongo, onde existiu o mercado de escravos da antiga capital do Brasil no fim do século XVIII e nas três primeiras décadas do século XIX e revelam a inquietação dos autores com os problemas do mundo contemporâneo. Além das questões com as identidades, gêneros, exclusões e justiça social, os estudos visam a contribuir para a superação das crises que assolam as sociedades atuais.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Alexis T.Dantas
Organizadores

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 5 11/06/2019 08:41:27

Linha Editorial

A Revista *LATINIDADE* é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Está indexada ao LATINDEX desde 2012. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantem circulação semestral e mais um número Especial, por ano.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho – GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa – GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia, Saúde e Educação, Relações Internacionais e Economia e Integração.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do pais. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha, que além de complementar a proposta acadêmica, garante o rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php e Portal da UERJ.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 7 11/06/2019 08:41:28

Sumário

Apresentação *5*

Linha Editorial *7*

DOSSIÊ

Arqueologia da Diáspora Africana, uma breve abordagem: principais autores, pesquisas e temas *11*

Reinaldo Bernardes Tavares

Claudia Rodrigues-Carvalho

Andrea Lessa

RESENHA

Silva, José. *A Diáspora Nordestina - A Literatura de Cordel como marca identitária* *47*

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

ARTIGOS

Entre mitos e alteridade: Uma análise sobre o feminino no mundo andino *51*

Lorena Gouvêa de Araújo

A padroeira dos operários sob controle da hierarquia da Igreja *81*

Marta Rosa Borin

Cartografia de afetos (e delícias) da comida de subúrbio carioca *97*

João Maia

Adelaide Chao

"Os outros" e os direitos fundamentais *113*

Carlos Eduardo Figueiredo

Processos psicossociais em saúde: Transtorno de pânico em perspectiva *141*
Gilberto Leocádio de Lima Filho

Neoconstitucionalismo, Globalização e Poder do Estado *157*
Guilherme Sandoval Góes

Manifestações culturais pesqueiras em São João da Barra - A festa de Nossa Senhora da Penha *187*
Jhonatan da S. Martins

***Urupês* e o mito da identidade nacional** *207*
Rodolfo Alves Pereira

O medo dos povos indígenas e afrodescendentes no final do antigo regime. Análise Historiográfica *235*
Juan Manuel Santana Pérez

A segunda expansão atlantica espanhola em América Latina (1990-2010). Resistência de movimentos sociais em Chile *257*
Samuel Alejandro Espino Rodríguez

O Golpe da Vacina: O limite do poder público nas campanhas sanitárias e a participação popular na defesa de seus direitos *271*
João Pedro Santos da Silva

DOSSIÊ

Arqueologia da diáspora africana, uma breve abordagem: principais autores, pesquisas e temas

Reinaldo Bernardes Tavares[1]
Claudia Rodrigues-Carvalho[2]
Andrea Lessa[3]

Introdução

A Arqueologia da Diáspora Africana nasceu e floresceu no processo de transformação política e ideológica levada a cabo pelas populações afro-americanas nos Estados Unidos da América, no embalo dos grandes protestos contra a Guerra do Vietnã e principalmente durante a luta política pelas garantias aos direitos civis dos Afro-americanos, nas décadas de 60 e 70 do século XX. No âmbito geral, essa gênese foi fruto de transformações globais do pós-guerra (II Guerra Mundial), nas quais a luta pelo reconhecimento de direitos fundamentais na América do Norte se somou a um embate ainda maior do outro lado do Atlântico: as guerras pela independência dos Estados africanos da opressão neocolonial europeia.

Origem e primeiros embates

Durante esse período de acomodação das forças políticas mundiais, conhecido como Guerra-Fria, houve um amadurecimento das ciências

[1] Arqueólogo, professor de História, mestre e doutor em Arqueologia pelo PPGArq – Museu Nacional UFRJ. E-mail: <reinaldo.arqueologia@gmail.com>.

[2] Arqueóloga, professora do programa de Pós-graduação em Arqueologia – Museu Nacional – Rio de Janeiro. E-mail: <bnclaudia@gmail.com>.

[3] Arqueóloga, professora do programa de Pós-graduação em Arqueologia – Museu Nacional – Rio de Janeiro. E-mail: <lessa.mn@gmail.com>.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 11 11/06/2019 08:41:28

humanas, políticas e sociais. Na segunda metade do século XX as obras científicas produzidas pelos africanistas e pelos pensadores do processo de diáspora africana foram focadas nas temáticas econômico-financeiras, demográficas, e no sistema de *plantations* (CURTIN,1969; MINTZ, PRICE 1976; KLEIN,1978; INIKORY, ENGERMAN, 1981; MILLER, 1988; MANNING, 1990). Dentro desse contexto, a Arqueologia da Diáspora Africana cresceu, sobretudo na América do Norte e no Caribe, chegando ao Brasil, ainda de forma tímida, na década de 80 do século XX. Dentro das universidades norte-americanas a recém-nascida Arqueologia da Diáspora Africana concentrava as suas pesquisas iniciais nas *plantations* sulistas, dentro do recorte temporal existente entre a Guerra de Independência e a Guerra de Secessão, conhecido como período *Antebellum*. Essas antigas propriedades, conhecidas como *Antebellum Farms*, já tinham sido pesquisadas arqueologicamente com um viés que valorizava a arquitetura, apontando a imponência e a organização espacial das edificações ocupadas pelas classes dominantes e o papel político dos seus proprietários dentro de contextos regionais. Com a implementação de um olhar voltado para a Arqueologia da Diáspora Africana, as pesquisas se voltavam para os espaços ocupados pelos africanos escravizados e seus descendentes. Era o momento de enfatizar o processo de dominação e resistência, com a diferenciação dos seus espaços e das estratégias de sobrevivência, através da análise detalhada das áreas de moradias escravas.

Principais conceitos teóricos da arqueologia da diáspora africana

Antes mesmo do fim da década de 70, já havia sido definido por Genovese (1976), no livro "Roll Jordan Roll" dois modelos interpretativos, chamados pelo autor de "escolas de pensamento", para dar conta da complexidade de elementos que alimentavam os sistemas de análise da diáspora africana: escola separatista, que interpretava a experiência afro-americana como algo isolado, micro-regional, dentro dos Estados Unidos; e a escola *integralista*, que

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 12 11/06/2019 08:41:28

apontava a experiência afro-americana dentro de um contexto com uma maior amplitude regional dentro da experiência atlântica. De acordo com Singleton (1998), após Genovese (1976) novos pesquisadores focaram suas pesquisas em três questões basicas: *aculturação*, *crioulização*, e *dominação e resistência*. A perspectiva de Genovese proporcionou uma visão mais ampliada, na qual os pesquisadores passaram a buscar novos enfoques que os permitiam sair do modelo de busca por marcas étnicas e culturais africanas em artefatos e estruturas no interior do espaço das plantations sulistas.

O conceito de *aculturação* utilizado nas pesquisas arqueológicas, conforme introduzido por Otto (1975), consistia em três etapas que se intercalavam dentro do processo de interação entre culturas então classificadas como simples e complexas: seleção e simplificação, viabilidade e sustentação, e aculturação diferencial. Essa teoria, hoje já superada nas ciências humanas e sociais, deixou profundas marcas na literatura e nas análises arqueológicas feitas nas últimas décadas do século XX. O modelo proposto para *aculturação* ocorria de cima para baixo, sempre privilegiando a cultura tecnologicamente mais complexa, pois padrões culturais, ditos mais fracos, seriam substituídos e apagados através do processo de simplificação e seleção. Nesse antigo modelo, os padrões mais fortemente estabelecidos e viáveis tenderiam naturalmente a se perpetuar, dando origem a processos de assimilação das culturas *menos complexas* pelas *mais complexas*. Mesmo que o processo ocorresse de forma diferenciada e por diferentes mecanismos, deveria seguir sempre o mesmo modelo de verticalização, simplificação e substituição, conforme etapas acima descritas.

O modelo de *aculturação*, no entanto, não respondia as questões sócioculturais, pois tinha sempre uma tendência colonialista e uma visão dominadora por trás do seu discurso, além de não espelhar a realidade, muito mais dinâmica. Gradativamente um novo modelo, mais uma vez baseado na interação cultural, foi se tornando hegemônico: o de *crioulização*. O modelo foi ampliado e entendido como um fator de grande abrangência social,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 13 11/06/2019 08:41:28

podendo ser compreendido através de processos que abrangem a formação cultural, as relações sociais no tempo histórico e o crescimento do número de indivíduos. Através desse modelo, é factível de análise a crioulização cultural, histórica e demográfica.

O modelo de *crioulização* pode ser simplificado como um processo de interação multicultural que resulta em uma nova cultura, distinta, que mantém traços reconhecíveis das culturas antecessoras originais. O novo modelo foi introduzido dentro dos estudos de Arqueologia da Diáspora Africana no contexto das *plantations* sulistas dos Estados Unidos através do historiador Brathwaite (1971).

Apesar de ter se tornado mais eficiente para explicar as relações socioculturais, a *crioulização*, como produto de interação cultural, teve dificuldade em ser aceita como modelo hegemônico de pensamento, já que alguns autores ainda se utilizariam da teoria de *aculturação* e, posteriormente, de um novo modelo denominado *dominação e resistência*. Este último foi primeiramente utilizado para tentar explicar os processos culturais ocorridos nas populações escravizadas nascidas nas regiões de *plantations*, no interior das *Antibellum Farms*, e posteriormente no contexto geral para o Novo Mundo.

Tanto o modelo de aculturação quanto o de crioulização foram utilizados principalmente nos estudos sobre **dispersão étnica racial.**

No fim do século XX, Theresa Singleton (1998) aponta o modelo de *dominação e resistência* como a chave para o entendimento do processo de interação cultural que envolveu senhores e escravos no Novo Mundo. De acordo com Singleton (1998), trocas e negociações ocorreram tão frequentemente quanto as imposições, sendo dessa forma um desafio muito maior para a Arqueologia, uma vez que esses complexos processos de mão-dupla são muito difíceis de serem mensurados historicamente, embora sejam passíveis de observação através dos vestígios arqueológicos. Desta forma, as pesquisas arqueológicas que se apoiam em pesquisas históricas,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 14 11/06/2019 08:41:28

baseadas majoritariamente nas fontes documentais, necessitam de maior atenção metodológica por parte do arqueólogo.

Já na busca por marcadores culturais a ênfase foi na identificação de vestígios de práticas culturais, incluindo as mágico-religiosas, que pudessem dar pista da origem étnica e da cultura dos povos imigrantes dentro de espaços relacionados ao convívio social dos africanos escravizados no continente americano.

Dispersão étnica racial

No contexto da Arqueologia da Diáspora Africana, *aculturação, raça e crioulização* foram conceitos apresentados em vários momentos como essenciais para o pleno entendimento da disciplina. Sutis diferenças, no entanto, foram se acentuando e o discurso foi sendo refinado até o amadurecimento de uma teoria mais centrada nas interações negociáveis e nas relações intergrupos. Nos dias atuais, o conceito de *aculturação* já se acha completamente superado nas ciências sociais, enquanto os conceitos de *raça* (visão sócio cultural) e *crioulização* continuam sendo discutidos e refinados em diversos trabalhos. Foi necessária uma reavaliação profunda e contínua dos temas, os quais se relacionam diretamente com o violento processo de imigração forçada para as Américas e a consequente dispersão dos africanos escravizados e seus descendentes através do continente. O processo de *aculturação* foi pouco utilizado nas discussões encontradas nos textos de Arqueologia da Diáspora Africana. Nota-se que a sua ênfase foi voltada mais para a questão indígena na sociedade norte americana. Desde a década de 30 do século XX o estudo sobre aculturação esteve presente nos discursos antropológicos e foi empregado para explicar as relações entre os ameríndios e os europeus na América do Norte. O texto de Cusick (1998) apontou várias falhas na teoria da aculturação: primeiramente elas ignoraram de forma geral as relações de poder individuais; ignoraram também a agência e as decisões de pequenos grupos dentro do processo de contato; supuseram a existência

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 15 11/06/2019 08:41:28

de uma passividade no processo de contato; e, por último, ignoraram que grupos diferentes reagiram de formas distintas ao mesmo processo ao longo da história. A crítica de Cusick contra a teoria da aculturação foi crucial para entendermos a dinâmica que rege o encontro de culturas. O processo de crioulização mostrou-se muito mais adequado para explicar a dinâmica ocorrida nas Américas, tanto para povos indígenas quanto para os povos de origem africana.

O conceito de raça (visão sócio cultural), por sua vez, embora não diferencie mais os seres humanos entre si uma vez que pertencemos a uma única espécie, ainda é utilizado para marcar diferenças étnicas sociais. Para Otto (1980) as pesquisas arqueológicas não deveriam considerar os aspectos formais e legais de raça, empregados no passado e muito presentes nas discussões políticas antropológicas até a metade do século XX. É o caso das pesquisas sobre a relação entre brancos livres e negros escravizados realizadas nas plantations de algodão da Geórgia/EUA. Em vez disso, deveriam visualizar essa questão através da ideia de status social, já que as relações de desigualdade perpassaram o legalismo no momento em que foram preservadas e cultivadas no seio da sociedade, mesmo depois do processo histórico e legal de abolição da escravidão.

Para Adans e Boling (1989) as relações entre raça e origem – dentro do contexto da escravidão – não foram tão importantes quanto as condições socioeconômicas das partes envolvidas. Em uma análise histórico-econômica feita nas fazendas do estado norte-americano da Geórgia, os autores identificaram que as relações econômicas dos grandes proprietários transmitiam *status* aos seus escravos, quando em comparação direta com escravos de outras propriedades agrícolas, ou seja, havia uma identidade econômica que marcava tanto o rico senhor quanto os seus escravos. Porém, os autores não explicam de forma segura como os cativos se beneficiavam com esse *status* no campo econômico-social. O texto sugere uma tentativa de vincular o sucesso econômico do grande produtor agrícola perante a

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 16 11/06/2019 08:41:28

sociedade rural da Geórgia ao seu plantel de escravos, que gozaria de uma condição econômica mais favorável, mas no nosso entendimento sem qualquer diminuição da desigualdade social.

Ainda no mesmo estudo, os autores apontaram, sob uma nova perspectiva, para uma diferenciação social apreendida através da utilização de utensílios domésticos, do transito e da proximidade habitacional escrava em relação à sede da fazenda. Os escravizados que trabalhavam no interior das residências possuíam um status diferenciado em relação aos escravizados que trabalhavam nas plantações. Essa relação pôde ser mensurada através da identificação dos padrões de descarte de louças e cerâmicas nas unidades familiares, realizado pelos diferentes grupos sociais que compunham a unidade produtora. Apesar de inovador, o texto de Adams e Boling (1989) foi duramente criticado por Potter Jr. (1989) pela falta de reflexão social e por atenuar o duro processo da escravidão, não levando em conta o processo histórico de resistência que se manifestou até a conquista dos direitos civis e que sobrevive na luta constante pela sua manutenção, até os dias de hoje.

Ainda no centro das discussões realizadas sobre o conceito de raça, Epperson (2004) capitaneou o debate sobre sua aplicabilidade na Arqueologia da Diáspora Africana. Teorizando à luz dos paradigmas da *Teoria Crítica Racial - TCR*, Epperson apresentou sua justificativa para a contínua inserção do tema racial nas pesquisas arqueológicas em função da sua construção social e da sua ampla apropriação pelos diversos segmentos da sociedade, onde, mesmo havendo o notório conhecimento de que as teorias raciais não se sustentam biologicamente, elas existem socialmente. Segundo Epperson, na luz da visão anti-essencialista, apesar de aceitarmos que não há raças diferentes entre os seres humanos e que elas são irreais e antinaturais, ou mesmo sabendo que essa diferenciação é socialmente construída, elas ainda são úteis, pois a sua negação levará à extinção de políticas de igualdade racial. Dono de um discurso de valorização étnico-racial, o texto de Epperson (2004)

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 17 11/06/2019 08:41:28

apresenta a Arqueologia como um instrumento ativo para o envolvimento da sociedade nas lutas pela manutenção da igualdade de direitos.

Orser Jr. (1998) amplia ainda mais a discussão universalizando a questão da discriminação racial, já que ela abrange outras etnias ao redor do globo. Orser Jr. criticou os arqueólogos norte-americanos por ignorarem o quanto as crenças racistas ainda permeiam a sociedade. Segundo o autor, os arqueólogos norte- americanos têm se baseado ainda na visão legalista, oriunda da diferenciação entre brancos e negros, sem enxergar outros grupos afetados pelo racismo nos Estados Unidos e ao redor do mundo. Grupos minoritários como ciganos e judeus também estão presentes nos registros arqueológicos e sofreram, tais quais os afrodescendentes, pressões racistas em níveis e graus diferentes ao longo da própria história norte-americana. O autor entende que a ênfase da discussão racial voltada para os grupos de origem africana se deu em função da Arqueologia da Diáspora Africana, porém a questão racial extrapola as suas fronteiras devendo ser discutida sobre outros contextos.

Salientamos que a teoria da *crioulização* é originária do termo espanhol creolo, que descrevia os descendentes de europeus que nasciam nas colônias do além mar. O processo de *crioulização* pode ser definido, de forma simples, como a gênese de uma cultura nova, porém derivada, mas diferente e independente daquelas que a originaram. Notemos que no Brasil a palavra *crioulo* passou também a designar os descendentes de africanos que aqui nasciam, no cativeiro, e eram naturalmente integrados em um novo sistema cultural diferente daquele de origem de seus pais. Aos poucos, o termo crioulo foi sendo apropriado para designar as novas variantes linguísticas, influenciando a culinária, a estética, as raças de animais, as tradições etc. Tudo que se desenvolvia de forma espontânea na colônia era designado como crioulo pelos colonizadores europeus e seus descendentes. Nascidas de um hibridismo cultural, as formas culturais que se originaram nas Américas foram todas crioulas, ou seja, resultantes do contato das culturas europeias

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 18 11/06/2019 08:41:29

com ameríndias e africanas, de forma que as culturas do Velho Mundo em contato com as do Novo Mundo e da África deram sempre origem a culturas crioulas nas Américas.

De acordo com Gundaker (2000), podemos discutir a crioulização e entender a sua plena efetivação, apesar da sua complexidade através do tempo, em três etapas: 1º- o transplante; 2º - aculturação étnica e 3º- a hibridação. Todo o processo ocorre com o passar das gerações e a aculturação, agora étnica (não mais puramente cultural), deixa de ser a única responsável pelas mudanças que vão dar origem a uma nova e diferente cultura. Não há a erradicação de uma só cultura, há a transformação progressiva e lenta de duas ou mais culturas e o surgimento de uma terceira, híbrida, como já falada anteriormente. Dawdy (2000), também vai discutir o processo de crioulização, ampliando o conceito ao defini-lo como um processo de interação cultural que ocorre em níveis linguísticos, culturais e biológicos. Apresentando o modelo e o próprio processo como sinônimos de *cultura de contato, transculturação, etnogênese e negociação de identidades,* entre outros.

Apesar de ter sido muito utilizado, o processo de crioulização não esteve livre de críticas, sobretudo por parte de historiadores que se apoiaram na forte corrente ideológica que discute a intencionalidade e a agencia das populações descendentes nas transformações ocorridas no contexto da diáspora. A partir dessa perspectiva, a população inserida pelo processo de imigração forçada teria o pleno controle das modificações e desenvolvimentos culturais de suas raízes, promovendo seu fortalecimento e transformações ao longo do tempo histórico como forma de resistência cultural.

Entender o processo de *crioulização* é fundamental para entendermos o fracasso das pesquisas que objetivavam identificar nas Américas vestígios da cultura material puramente africana e correlações culturais eficientes que mostrassem a origem dos grupos interiorizados em função da dinâmica econômica própria de cada época e região escravista.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 19 11/06/2019 08:41:29

Busca por correlações culturais

Antes de se entender que diversas culturas interagindo no mesmo ambiente, através do processo de crioulização, podiam adotar e disseminar padrões e traços dos seus diversos atores, arqueólogos buscaram por correlações culturais que pudessem identificar os grupos étnicos originais e a sua dispersão pelo interior das Américas.

Dada a multiplicidade de pesquisas realizadas sobre este tema, serão relacionadas apenas as principais contribuições para a construção de um campo teórico que buscou a ênfase na identificação de marcadores culturais e seus correlatos.

Com um olhar analítico voltado para a produção cerâmica artesanal e local, Hauser e De Corse (2003) passam a pesquisar os artefatos de baixo cozimento encontrados nos sítios arqueológicos da América do Norte e do Caribe, conhecidos como *colonoware, afro-carbbean ware, criollo ware* e, na Jamaicana, *Yabba*. Pesquisaram e buscaram por marcadores culturais que atestassem o processo de continuidade das tradições ceramistas africanas nas Américas, através da decoração, forma ou composição dos vasilhames. Os autores ficaram surpresos em descobrir que os artefatos cerâmicos, para este caso, são péssimos marcadores culturais. Perceberam que existem apenas poucas e confusas descrições encontradas nos registros do comércio de escravos africanos, além de uma complexidade cultural muito grande para tão poucas amostras, não sendo possível fazer uma correlação segura entre elas. Da mesma forma os dados relativos ao comércio de escravos não se mostraram confiáveis, tampouco havendo descrições confiáveis sobre os formatos das cerâmicas africanas, assim como registro de procedência das marcas étnicas por eles identificadas.

Hauser e De Corse (2003) observaram que o processo de crioulização incorporou nas Américas novos modelos estéticos e novas técnicas de confecção às cerâmicas. As amostras com maior quantidade de marcadores étnicos, obtidas na América do Norte e América Central, foram aquelas

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 20 11/06/2019 08:41:29

relacionadas à tradição afro-caribenha, em relação ao contexto arqueológico em que foram encontradas, embora tenham encontrado também peças com formatos inspirados nas cerâmicas europeias. Por outro lado, são dotadas também de características semelhantes às encontradas nas cerâmicas ameríndias, feitas pelas populações locais. Dentre todas as amostras analisadas, as que mais se aproximaram das características esperadas, e que podem ser identificadas, seguramente, como possuidoras de características inerentes às tradições ceramistas produzidas no solo africano, foram as cerâmicas jamaicanas conhecidas como Yabbas. O que facilmente se explica em função do isolamento da ilha Jamaicana e do extermínio anterior das populações indígenas que lá habitavam. Assim, a pesquisa de Hanser e De Corse não revelou marcadores genuinamente africanos nas cerâmicas produzidas pelas populações escravizadas e seus descendentes, mas revelou marcadores genuinamente caribenhos, advindos do processo do crioulização na região.

Delle (2000), três anos antes das pesquisas de Hauser e De corse, investigou as dimensões cognitivas do processo de crioulização na Jamaica, levando em consideração os indivíduos euro-crioulos e afro-crioulos. A autora observou que apesar das condições favoráveis para a mistura cultural entre os euro-crioulos e os afro-crioulos, resultando na formação de uma identidade crioula unificada na Jamaica, isso não ocorreu. Ao contrário, houve uma tendência na manutenção das diferenciações raciais para ambos os casos, ainda oriundas do processo de exclusão racial. Na Jamaica, as questões raciais prolongaram as diferenças entre brancos e negros ao longo do tempo, criando duas culturas crioulas, distintas, que conviveram na mesma ilha durante o século XIX. Culturas verdadeiramente crioulas, as quais, apesar do pouco espaço geográfico, escolheram não se misturar, como o esperado. Tanto os crioulos de origem europeia, quanto os crioulos de origem africana mantiveram costumes diferenciados, habitaram e se apropriaram de espaços diferenciados, mesmo após a abolição da escravidão. Os mulatos, oriundos do processo de miscigenação biológica, permaneceram atrelados à cultura

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 21 11/06/2019 08:41:29

crioula de origem africana, demonstrando a manutenção contínua do processo de auto exclusão racial ainda existente na ilha caribenha.

Wilkie (2000), realizando pesquisas no arquipélago das Bahamas, em uma busca baseada na análise de cultura material, mas particularmente nos artefatos cerâmicos encontrados no subsolo das unidades escravas e nas casas dos senhores, revelou a existência de uma comunidade de escravos que teve a oportunidade de usufruir do livre consumo de diversos bens através da venda de excedentes. Essa comunidade de africanos escravizados e seus descendentes mantiveram a tendência de consumir bens que continham formas e padrões decorativos que lembravam as peças confeccionadas no solo africano. A partir de uma análise baseada em fragmentos de faianças finas inglesas, com base na comparação direta entre os materiais escavados da unidade habitacional do senhor e das unidades escravas, a autora encontrou diferenças recorrentes de formatos e de decoração nas peças encontradas. Enquanto os africanos preferiam peças profundas e policromáticas, os senhores, que não preferiram formatos específicos, consumiam produtos monocromáticos azuis. Foi notado que a distinção se fazia inclusive na escolha do acabamento das peças, pois os escravizados preferiam peças pintadas à mão, enquanto os senhores compravam jogos em *tranfer printing* azul além de louças em padrão shell edged. Levando-se em consideração que as peças pintadas à mão e as peças produzidas em *transfer printing* na coloração azul tinham preços diferentes, a autora identificou que as peças já fora de moda e confeccionadas com técnicas mais antigas (pintadas à mão) foram parar nas mãos das comunidades escravas, enquanto os brancos livres, sobretudo os senhores, acompanhavam a última moda adquirindo as peças mais caras. Apesar de não poder afirmar que as peças foram adquiridas através de compra no comércio local, a autora afirma que as peças mais utilizadas pelos cativos eram as voltadas para o consumo de cozidos e caldos. Nota-se, portanto, que os utensílios mais utilizados pelos grupos escravizados nas Bahamas tinham as mesmas formas daqueles utilizados nos demais contextos da escravidão nas Américas.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 22 11/06/2019 08:41:29

As práticas mágico-religiosas também foram objeto de estudo nas pesquisas arqueológicas voltadas para o campo da Arqueologia da Diáspora Africana. Estas práticas são as ações culturais mais notáveis e de longa duração que a herança africana trouxe para as Américas. Práticas que, diferentemente da análise da cultura material, podem fornecer pistas de uma origem geográfica dos grupos da diáspora, ainda no solo africano.

Ainda na década de 90 do século XX, Russel (1997) pesquisou, dentre o material recuperado na plantation Hermitage, em Nashville Tennessee, quais artefatos poderiam ter sido utilizados em rituais mágico-religiosos. O pesquisador se deparou com figas, ossos da sorte, moeda de prata furada, contas de vidro, pedras de mármore talhadas com um "x", algumas pontas pré-históricas, seixos e artefatos circulares feitos de fragmentos de faianças finas inglesas. Os artefatos encontrados no subsolo das unidades escravas e o contexto em que elas foram encontradas revelaram ao pesquisador que se tratava de objetos apropriados culturalmente para uso nos cultos africanos. A pesquisa mostrou que mesmo após décadas ou mesmo gerações, os grupos escravizados e seus descendentes ainda praticavam seus rituais.

Práticas religiosas oriundas de populações da região centro africana e os seus simbolismos foram identificados por Fennell (2003) em sítios arqueológicos anteriormente escavados. O pesquisador focou em tipos específicos de cultura material que revelaram uma gama de objetos, aparentemente sem importância arqueológica, encontrados sob o piso de madeira e sobre blocos de pedra no interior das unidades domésticas utilizadas por escravos no sul dos Estados Unidos. Foram relacionados ao culto centro africano objetos como cristais de quartzo, pedras polidas, pedaços de giz, pregos, moedas, esqueletos de aves etc. Os objetos foram relacionados aos baKongos (dos Kongos), etnia predominante na região centro africana que transportou para o Novo Mundo suas antigas práticas mágico-religiosas. De acordo com o autor, não se tratavam de práticas isoladas, mas sim de uma

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 23 11/06/2019 08:41:29

atividade rotineira de um grupo cultural que via na religião uma forma de se proteger e se manter unido à sua cultura e aos seus ancestrais.

Dominação e resistência

As classes dominantes, tanto europeias quanto locais, sempre tiveram a tendência de esconder os casos de revolta contra a dominação colonial, contra o sistema servil e as demais lutas por libertação e direitos sociais travadas no Novo Mundo. A representação literária e artística mostrava sempre a superioridade do europeu sobre os demais grupos étnicos. Todo o discurso era enfático ao mostrar a submissão dos povos nativos e dos cativos africanos ao sistema colonial e posteriormente às classes senhoriais nas nações independentes. Tanto os indígenas quanto os africanos foram representados sempre em posições submissas e não raras vezes contentes com a sua condição secundária na sociedade. O discurso não admitia a resistência e nem a revolta. Quando as poucas revoltas foram descritas, na narrativa sempre existia a derrota humilhante do grupo sublevado, a traição, a covardia e a inferioridade moral. As punições aplicadas eram exemplares e nenhuma compaixão deveria haver com aqueles que se desviavam do "caminho natural" da evolução moral da sociedade. Esse discurso falacioso, tendencioso, ocultava a tensão, a resistência e a agência dos grupos sociais. A historiografia não dava conta da realidade ocorrida, já que não existia a preservação histórica do discurso das classes menos favorecidas. Pela seletividade das fontes se mantinha a prática da violência e se calava a voz dos excluídos.

O foco inicial das pesquisas sobre Dominação e Resistência nas Américas foram os sítios arqueológicos formados pela ocupação territorial e lócus de resistência dos cativos fugidos das grandes propriedades agrícolas, conhecidos no Brasil por quilombos. Apesar do tema sobre quilombos ser considerado um campo promissor, eles são muito pouco estudados pelos arqueólogos em função das dificuldades existentes em se obter a sua correta

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 24 11/06/2019 08:41:29

localização geográfica (Orser, 1998). Os assentamentos quilombolas se localizam geralmente em áreas de difícil acesso e seus integrantes certamente se movimentavam por uma extensa área.

Outra dificuldade para os pesquisadores é a quase a total inexistência de fontes históricas que contenham descrições precisas de sua localização. Sem fontes confiáveis, a pesquisa arqueológica em áreas de quilombos pode se tornar extremamente custosa e infrutífera. Pesquisas realizadas nos Marrons Settlements in Forte Mose, na Flórida, por Deagan e MacMahon (1995) só foram realizadas com o pesado apoio financeiro do Estado da Flórida, que tinha interesse em pesquisar a área. Há uma série de quilombos em Cuba, Jamaica, República Dominicana e no Brasil que nunca foram pesquisados devido a essas dificuldades. Pesquisas realizadas no Brasil, na região do Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga em Alagoas (ORSER, 1994; FUNARI, 2003) mostraram como é difícil analisar e localizar a cultura material proveniente de grupos quilombolas. Novas pesquisas realizadas no mesmo local por Allen (2000 e 2006) finalmente revelaram a presença de cultura material de grupos indígenas pré-coloniais e de ocupações do século XIX. As pesquisas, embora executadas por pesquisadores distintos, mostraram uma enorme diferença diacrônica em relação ao período de ocupação quilombola. De acordo com Allen (2006), as pesquisas sobre Palmares voltaram novamente à etapa de formulação de hipóteses e de novos modelos que expliquem a aparente invisibilidade dos vestígios.

Em outros locais no Brasil, principalmente no Estado de Minas Gerais, os dados se mostraram mais consistentes, como por exemplo nas pesquisas de Guimarães e Lanna (1980) em quilombos mineiros, e por Guimarães et. al. (1990) especificamente no Quilombo do Ambrósio. Ambas as pesquisas revelaram que é possível obter informações preciosas sobre a localização de grupos quilombolas, se forem utilizados simultaneamente as fontes locais (história oral), os registros históricos e a pesquisa arqueológica. Porém, é importante salientar que a atual localização de comunidades de origem

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 25 11/06/2019 08:41:29

quilombola e de assentamentos de ex-escravos nem sempre coincidem com os quilombos históricos, lócus de resistência à escravidão dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Fugas, quilombos e revoltas sempre foram as mais conhecidas formas de resistência escrava, porém não podemos esquecer que as pressões psicológicas, como o despertar do medo através da prática de sortilégios, invocações e conjuros, também podiam atuar como formas de resistência física e cultural.

De uma forma geral, a permanência de traços das práticas religiosas ancestrais africanas nas Américas é um claro sinal de resistência cultural. Porém, novas religiões oriundas de matrizes africanas também floresceram no Novo Mundo ligadas ao processo de criolização, como parte da resistência cultural através do sagrado. Utilizando a magia, as conjurações de espíritos (para malefícios ou benefícios), as poções, as rezas, as benzeduras e maldições, os escravizados e seus descendentes exerciam pressões sociais e políticas, muitas vezes incalculáveis ao longo do processo histórico. Leone (2001) apresenta uma religião secreta, nascida no noroeste dos Estados Unidos, a qual tem o segredo como principal ferramenta de atuação. Realizada na calada da noite por iniciados, sem sacerdotes e sem assistentes, o Hoodoo fez do segredo sua fonte de vitalidade. O Hoodoo, apesar de ser uma variante do Voodoo praticado no sul dos Estados Unidos e no Haiti, difere dos demais cultos por ter se desenvolvido de forma isolada, em segredo, a partir da migração de escravos do sul dos Estados Unidos para os estados do norte. No Hoodoo não há certo e nem errado, há uma cosmologia de espíritos que atendem o consulente de acordo com alguns quesitos e obrigações, tendo o sigilo como ingrediente principal do sucesso. Caso alguém de fora tomasse conhecimento do ritual, os espíritos não atenderiam ao pedido e se virariam contra quem os contratou. Artefatos utilizados nos rituais foram relacionados pelo autor, assim como os seus amuletos e os "caches" (cachés = escondidos), que configuram um conjunto de elementos mágicos reunidos

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 26 11/06/2019 08:41:29

em um recipiente que podem conter, dentre outras coisas, pedras, chaves, lâminas de faca, alfinetes, pregos, moedas, cristais, anzóis, arame e mais uma série de artefatos que, isoladamente, não teriam qualquer representação ritual. Enquanto elementos de magia foram encontrados reunidos em jardins, encruzilhadas, no interior das casas, sob os pisos nos cantos das paredes, voltadas para determinadas direções e em outros locais. Através de buscas históricas e de registros de tradições folclóricas, chegou-se a conclusões que grande parte dos "caches" tinha como finalidade a proteção doméstica contra feitiços e a proteção individual. A busca por sorte, malefícios e outros fins ficavam em um segundo plano.

Na *plantation* Hermitage, Thomas (1998) identificou nos registros arqueológicos outros meios sutis de dominação e de resistência. A implantação de um sistema de ganho de benefícios, através do bom comportamento, ausência de antagonismo ou mesmo indiferença, foi o foco da observação de Thomas em função da distribuição desigual de cerâmicas e alimentos nas unidades escravas. Se por um lado havia a imposição, por outro havia a aceitação presumida da negociação de espaço. Por parte do senhor havia a vigilância permanente e a adaptação arquitetônica, além da manutenção da relação de troca e formação de uma política de distinção dentro do plantel de escravos.

Os escravos que serviam na casa viviam em unidades habitacionais próximas à sede, recebiam os melhores cortes de carne, as melhores cerâmicas e tinham o privilégio de frequentar a casa grande. Diferentemente dos escravos do campo, que viviam em unidades distantes e eram tratados de forma mais rigorosa.

Há uma relação recíproca de pressão e resistência que é atenuada através da negociação atuante em diferentes níveis. Apesar do sistema coercivo, da permanência forçada no cativeiro, da legalidade e da violência física da escravidão, havia a necessidade de se negociar as tensões. Indiscutivelmente existem marcas de dominação e resistência que só podem ser visualizadas

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 27 11/06/2019 08:41:29

através dos registros arqueológicos, pois ficam silenciadas nos registros históricos. Dentro dessa premissa é que a Arqueologia da Diáspora Africana pode e deve ser utilizada para trazer à luz a importância dos povos africanos na construção do Novo Mundo, coibindo discriminações e valorizando culturas ancestrais.

Arqueologia da diáspora africana no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento da Arqueologia da Diáspora Africana só ocorreu após o advento da Constituição de 1988, que contemplou em seu texto as minorias raciais. Antes do processo de abertura política e de redemocratização não foram produzidas pesquisas arqueológicas que abordassem de forma ampla e crítica as desigualdades raciais e sociais. Durante o período de intervenção militar na política nacional, ocorridos entre 1964 - 1985, os discursos sociais foram tidos sempre como subversivos por tratar de temas que poderiam ferir a "ordem estabelecida", segundo os ditames da época.

Na Arqueologia, as primeiras pesquisas brasileiras, devidamente publicadas e que trataram diretamente da questão da diáspora africana foram as realizadas no Estado de Minas Gerais por Guimarães e Lanna (1980) em quilombos mineiros, e por Guimarães et. al. (1990) especificamente no Quilombo do Ambrósio. Porém, as pesquisas tomaram maior vulto e começaram a receber maior destaque dentro da Arqueologia Histórica na década de 90 do século XX. O Quilombo dos Palmares em Alagoas, na Serra da Barriga, também foi objeto de pesquisa na década de 90 do século XX (ORSER, 1994; FUNARI, 2003).

As pesquisas realizadas em fazendas e arraiais de mineração não deixaram de contemplar as senzalas e os espaços ocupados pela escravaria. Na última década do século XX, Lima (1993) realizou pesquisas na senzala da Fazenda de São Fernando, em Vassouras, Vale do Paraíba, Rio de Janeiro. As fazendas do Vale do Paraíba se caracterizavam como grandes *plantations* de

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 28 11/06/2019 08:41:29

café, chegando a produzir na década de 50 do século XIX 79% da produção brasileira de café. Lima investigou o interior das senzalas no Rio de Janeiro quatro anos depois dos estudos de Adams e Boling (1989) em plantations de tabaco e algodão no sul dos Estados Unidos, e quatro anos antes de Russel (1997) e cinco anos antes de Thomas (1998) investigarem as *plantation* Hermitage, em Nashville, Tennessee. Dados que revelam uma consonância da pesquisa nacional com os estudos sobre plantations nos Estados Unidos.

Os estudos em senzalas e em arraiais de mineração prosseguiram anos depois com Symanski (2006), Symansky e Souza (2007) em contextos de engenhos de açúcar na chapada dos Guimarães, e Souza (2007) na senzala da Fazenda São Joaquim em Pirenópolis, no Estado de Goiás. Ambos os pesquisadores procuraram, através de uma visão mais ampla, entender os locais destinados ao convívio dos cativos e seus vestígios materiais, para somente depois analisarem os contextos de deposição e demais vestígios ligados a rituais e práticas espirituais e consumo, sem perderem o viés sócio político. Dentro da linha de pesquisa que busca marcadores culturais e sobre o estudo de dominação e resistência, encontramos Agostini (2009) discutindo o papel dos cachimbos cerâmicos na construção da identidade e nas estratégias de resistência dos grupos escravos.

A partir de textos selecionados, foi editado e organizado em 2013 por Camillla Agostini o livro *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. A obra, que conta com a autoria de arqueólogos e especialistas de diferentes áreas, buscou demonstrar as potencialidades dos estudos da cultura material de africanos e seus descendentes inseridos no processo de diáspora e do diálogo interdisciplinar, procurando desenvolver novos modelos metodológicos e rompendo, de acordo com Agostini, as "barreiras disciplinares".

Incluímos a obra de Agostini (2013) nesse capítulo teórico por reconhecer na sua essência uma tendência progressista para a ciência arqueológica. Entendemos que a interdisciplinaridade é de fundamental

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 29 11/06/2019 08:41:29

importância tanto para a análise de contextos díspares e regionalizados, quanto para a investigação das estruturas sociais envolvidas no tráfico negreiro e no sistema escravista brasileiro. Não há mais espaço para teorias homogeneizantes e análises de cunho globalizante. O que aconteceu em cada povoado, propriedade, ou senzala, deve ser analisado e relacionado com todo o sistema. O tempo histórico, tal qual apropriado pela Física, atuando no espaço-tempo, apesar de dinâmico, tem apenas um sentido natural. Porém as histórias de cada indivíduo e a sua relação com outras pessoas, locais e paisagens tem várias direções, compondo uma rede de fatos, conjunturas e estruturas que perpassam pela Microhistória, História Regional, História Social, História Cultural e História das Mentalidades. A Arqueologia, atuando no seu campo, estudando as sociedades extintas através das análises de sistemas socioculturais, passando pelo estudo da relação dos seres humanos com a cultura material produzida e descartada, com a paisagem, com o meio ambiente e, finalmente, com o seu próprio corpo, pode revelar uma dimensão que extrapola o discurso intencional preservado em qualquer outro substrato. Dessa forma, acreditamos que a obra citada passou a ser um referencial para o Estudo da Arqueologia da Diáspora Africana.

É possível reconhecer os três principais vértices da pesquisa praticados na Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil: os estudos de cultura Material; os estudos sobre práticas culturais e mágico-religiosa; e os estudos sobre Arqueologia da Paisagem, associada à paisagem social e ao meio ambiente. Pesquisas dos autores supracitados, publicadas na obra de Agostini (2013) são excelentes exemplos do potencial das análises da cultura material realizadas sob uma perspectiva interdisciplinar e não globalizante.

O capítulo de Marcos André Torres de Souza (2013) apresenta e discute as metodologias e pesquisas já realizadas no campo da Arqueologia da Diáspora Africana. O autor enfatiza sua importância dentro da disciplina Arqueologia Histórica, uma vez que "a Arqueologia tem indicado que as condições materiais do escravo, a despeito dos desafios impostos, eram

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 30 11/06/2019 08:41:30

ricas em estratégias e possibilidades." (SOUZA, 2013, p.12). Observa-se uma mudança fundamental de paradigma produzida pela Arqueologia, na afirmação de Souza, pois o escravizado deixa de ser notado somente como o agente passivo da relação social. Fica evidente a necessidade de negociação, mesmo indireta, pois também há uma agência do escravizado, que amedronta e que força a adoção de atitudes por parte dos senhores, para benefício do grupo de cativos ou mesmo de um único indivíduo, objetivando estabelecer uma harmonia no sistema. As reações dos senhores, por sua vez, não ficaram somente na repressão, pois há aqueles que procuravam, inclusive, obter o controle através de ações paternalistas, todas identificáveis no registro arqueológico. Em alguns casos, o paternalismo se confundia com estratégias de dominação, já que abrangia também a distribuição de bens e presentes, além da redistribuição do espaço. Mas sempre há que se considerar um processo binário entre as sociedades cativas e as sociedades livres.

Souza complementa seu argumento discutindo que fora do espaço da grande propriedade o pacto tácito de negociação social também se apresenta, nas atividades extramuros. A autonomia controlada, obtida através dos trabalhos de ganho, o acesso às armas e a possibilidade de ganho próprio, através da venda de produção particular são alguns exemplos. Essas "liberdades" passam a ser vistas como uma estratégia de negociação social e não somente como benesses.

> [...] É possível considerar, portanto, que ao assumir, como alguma autonomia, o controle sobre a aquisição de itens necessários às suas atividades cotidianas, as comunidades escravas lançavam mão de referenciais culturais próprios.
>
> A aquisição de itens diretamente no mercado tinha consequências importantes também para a relação de forças estabelecidas entre proprietários e escravos. Conforme assinalei antes, o repasse de itens pelo proprietário podia servir como uma ferramenta de controle e

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 31 11/06/2019 08:41:30

> exercício de poder. Todavia, ao adquirir itens no mercado, era possível aos escravos desafiar, ainda que por meio de estratégias de negociação social, a ordem que lhes era imposta (SOUZA, 2013, p.17).

Há sempre uma reação à escravidão, por parte do escravizado, em face da ação escravista, que pode ser lida e interpretada pelo arqueólogo através da relação no passado do indivíduo escravizado com a cultura material apropriada, transformada e provida de um novo significado, de acordo com a necessidade individual ou coletiva. Souza apresenta no texto vários resultados de pesquisas, feitas tanto nos Estados Unidos da América quanto no Brasil, que reforçam esse caráter de ação e reação entre os proprietários e escravizados. E enfoca as cinco maneiras de aquisição de bens por parte da sociedade cativa: a aquisição através da doação; a compra de bens diretamente no mercado; a produção própria; a reciclagem; e os pequenos furtos. São cinco maneiras que podem ser inclusive combinadas entre si, aumentando o caráter de resistência ao processo.

Outro ponto apresentado é a utilização diferenciada de utensílios com motivos e decorações próprias da cultura africana ou ressignificadas, visando manter uma coesão cultural e social própria em um sentimento de comunidade, assim como o fortalecimento dos laços entre os indivíduos de um mesmo grupo. A adoção de novos significados a práticas cotidianas e a utilização de objetos, denominadas pelo autor de "ressignificação ou ressemantização" também são estratégias de sobrevivência e confronto, incluindo a adoção de novas práticas mágico-religiosas, sendo, portanto grupos sociais "aditivos" a novos elementos culturais. Elementos estes que estabeleceram mecanismos de diferenciação entre "dominante e dominado". Souza ainda relaciona os dois processos fundamentais para a interpretação da cultura material dos grupos escravizados no Brasil, os conceitos de "etnogênese" e de "etnicidade estática" (p. 31). O primeiro seria "considerar o uso criativo" como ferramenta de expressão das diferenças culturais,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 32 11/06/2019 08:41:30

reagindo contra o sistema opressor. Da mesma forma, a etnicidade estática, baseada em memória ancestral, assume novas práticas no Novo Mundo a fim de dissuadir, enganar e camuflar ao olhar dos não iniciados, mantendo intacto o seu potencial de memória.

Luiz Cláudio Pereira Simansky (2013), no capítulo intitulado *Africanos no Mato Grosso – cultura material, identidades e cosmologias*, faz menção ao sistema de crenças, simbolismos e cultura escrava no Brasil Central. Com um recorte temporal pautado entre 1790 e 1888, o autor, baseado em pesquisas históricas de inventários, organiza o processo de migração de africanos para o Brasil Central em quatro períodos bem distintos: o primeiro (1790 – 1809), o segundo (1810 -1829), o terceiro (1830-1849) e o quarto (1850 -1869). Analisando períodos de vinte anos cada, o autor vê a modificação dos plantéis, de acordo com as identificações das nações africanas encontradas nos registros. Segundo o autor:

> [...] as nações Minas e Benguela foram majoritárias entre 1790 e 1869, com os Benguelas constituindo o grupo mais numeroso entre 1810 e 1849. Nota-se, ainda, um aumento gradual de escravos da nação Congo, os quais tornaram-se o grupo majoritário entre 1850 e 1869, seguidos, neste último período, pelos Moçambique (SIMANSKY, 2013, p.40).

Analisando os padrões decorativos de cerâmicas, foi possível estabelecer essa classe de artefatos como marcador cultural, uma vez que eles expressavam diferenças culturais e sociais entre os escravizados, particularmente os africanos. Porém esse mesmo contexto não ficou tão evidente para a segunda metade do século XIX, quando houve um predomínio de afro descendentes, chamados de escravos crioulos.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 33 11/06/2019 08:41:30

A pesquisa de Simansky, também aponta para um processo de distribuição de materiais industrializados (louças e vidros) de acordo com a hierarquia da propriedade, ou seja, com maior ocorrência na proximidade da sede e gradualmente diminuindo na área adjacente e periferia, destinada a trabalhadores livres e escravos, área na qual a cerâmica de produção local aumentava a sua presença.

De acordo com o texto, a cerâmica de produção local encontrada tinha a marca cultural dos povos que habitaram a região do Centro Africano, terra do antigo Reino do Kongo. O diagrama BaKongo (dos Kongos) conhecido como Dikenga um sistema simbólico cruciforme, inserido e representado conjuntamente por dois círculos, que faz menção ao sistema cósmico e à vida espiritual, foi encontrado nos fragmentos de cerâmica de produção local.

O sistema de práticas mágico religiosas dos grupos escravizados passa a ser a tônica do trabalho de Simansky a partir da identificação de morfologias, de padrões decorativos em vasilhames, da identificação de fragmentos em artefatos cerâmicos com marcas culturais e da identificação de "agrupamento de artefatos de uso ritual relacionados ao controle dos espíritos" (p.48).

A identificação desses resquícios arqueológicos, que informam sobre ritos mágico-religiosos praticados pelos povos africanos escravizados, distribuídos através do processo de diáspora pelo mundo, e sobre estratégias de preservação identitária, a partir de símbolos, costumes e crenças é fundamental para revelar uma resistência cultural desconhecida por muitos. Nas palavras do autor "essas memórias foram constantemente referenciadas por meio da cultura material, nutrindo, nessa população escravizada, um forte senso de identidades africanas reconstruídas na diáspora." (p.54).

Finalmente no texto *Estrutura e Liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX*, Camilla Agostini (2013) aborda a formação dos "espaços estruturais e espaços liminares" no cotidiano escravista rural, na região do Vale do Paraíba, no século XIX.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 34 11/06/2019 08:41:30

Agostini aponta para a conformação de um espaço principal, formado pela casa sede das propriedades das fazendas de café do Vale do Paraíba, o qual era cercado por outros prédios, em pavilhão, um de cada lado, com um pátio central ao meio. O "quadrilátero funcional" era formado por duas estruturas arquitetônicas em forma de "L" que se uniam à sede, sendo que esta, a estrutura principal, deveria ficar mais alta do que as outras, normalmente no aclive de um pequeno morrote, de onde o proprietário teria o controle visual de toda a estrutura.

Algumas estruturas ainda preservadas dão a dimensão da grandiosidade e da opulência da cultura cafeeira, porém é na conformação do espaço das senzalas que se pode observar a eficácia do sistema de controle e coerção social das antigas fazendas. Assim como o conjunto arquitetônico, as senzalas também apresentam características estruturais. É importante entender que mesmo definidas como senzalas "tipo pavilhão", "tipo barracão" e "tipo cabana", as habitações escravas tinham sempre na sua arquitetura o caráter prisional, nunca habitacional. Agostini passa a relatar através de descrições encontradas em processos crime, fragmentos de narrativas dos cativos sobre as suas habitações.

As narrativas apresentam certos detalhes que levam a pesquisadora a identificar algumas características das habitações escravas. Apesar de serem espaços normalmente empregados como habitações coletivas, alguns continham divisões internas abertas. Outras senzalas, mesmo em forma de pavilhão, eram segmentadas em divisões internas, contendo pequenos quartos destinados aos casais e filhos. Em alguns casos, havia habitações e enfermarias separadas para homens e mulheres, além de espaços unitários, e outros para cativos com maiores privilégios, moradores das senzalas "tipo cabanas".

Agostini, ao correlacionar os espaços, divide-os em "Estruturais" e "Espaços de Liminaridade". Os estruturais são os compreendidos entre o quadrilátero da sede administrativa e as senzalas, pois são locais destinados

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 35 11/06/2019 08:41:30

ao controle social. A autora identifica ainda outros espaços de clara hierarquia, portanto ainda estruturais, mas não integrantes dos complexos arquitetônicos, como "outros espaços que são negociados", como os pátios de chão espalhados pela propriedade, chamados de terreiros. Locais onde o controle social não é tão rígido, pois são locais destinados ao processo organizacional para o trabalho e para as refeições. Por último a autora apresenta os espaços de Liminaridade, "que são as matas nos arredores da fazenda". São áreas de espaço ritual, formuladas inclusive como espaço de ação do sagrado, próximo às formações rochosas. Locais de moradia de comunidades de libertos e trabalhadores livres, que se identificavam com a floresta. Nas palavras da autora:

> Ressalva-se a relevância de se observar a mata como um espaço de onde não só se extraiam recursos naturais ou podia-se encontrar refúgio, mas como uma paisagem que era construída e integrada à vida cotidiana no mundo rural fluminense; que de liminar se fazia estrutural (AGOSTINE, 2013,p.79).

Dentre os trabalhos de referência realizados no âmbito da Arqueologia da Diáspora Africana, mais de noventa por cento são de autores norte-americanos que abordaram a escravidão no Atlântico Norte incluindo, a região do Caribe.

O Brasil como o maior importador de escravos africanos das Américas certamente ainda tem muito a contribuir com este campo.

Pesquisas arqueológicas no Cemitério dos Pretos Novos e no bairro do Valongo

A primeira pesquisa arqueológica no Cemitério dos Pretos Novos, abrangendo a análise dos artefatos encontrados no salvamento arqueológico

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 36 11/06/2019 08:41:30

realizado em 1996, foi realizada com o apoio institucional do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB e com a participação do Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O salvamento consistiu na coleta dos restos humanos descontextualizados descobertos pelos trabalhadores da construção civil e perturbados durante a obra realizada no interior da residência do casal Guimarães, situada na Rua Pedro Ernesto, 36, Gamboa – Rio de Janeiro.

Os primeiros dados sobre o material proveniente do Cemitério dos Pretos Novos foram apresentados na reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) em 2001, cinco anos após o salvamento arqueológico (CARVALHO et al., 2001). No mesmo ano o IAB, com apoio do DGPC e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, realizou uma exposição contendo fotografias e informações mais detalhadas sobre os remanescentes humanos e a cultura material encontrada, e publicou o catálogo intitulado *Africanos Novos na Gamboa*. Um portal Arqueológico (VARGAS et al. 2001). Cinco anos após a exposição foi publicado um artigo científico mais robusto, com foco nas análises bioarqueológicas, de autoria de Lilia Cheuiche Machado (2006). Esta publicação aconteceu graças ao esforço do arqueólogo Dr. Ondemar Dias Jr. e equipe após o falecimento da pesquisadora. No artigo de Machado foi feita uma análise dos remanescentes ósseos e dentários de 31 indivíduos, com dados sobre o número mínimo de indivíduos (NMI), aspectos da cremação funerária, estudo dentário (patologias e traços morfológicos da dentição), alterações intencionais na forma da coroa dos dentes e patologias ósseas (saúde e estresse biológico). O texto de Machado continua sendo, até o momento, o mais completo estudo realizado sobre a série osteológica retirada durante o salvamento de 1996 do subsolo da residência do casal Guimarães.

O material humano proveniente do Cemitério dos Pretos Novos, salvaguardado no IAB por determinação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, deu origem a outras pesquisas

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 37 11/06/2019 08:41:30

científicas que aprofundaram o entendimento sobre as correntes migratórias de cativos africanos para o Brasil. As análises das modificações dentárias de origem cultural (LIRYO et al., 2011) e a correlação entre as razões de isótopos de estrôncio encontradas nos dentes dos cativos africanos e nas diversas regiões do continente africano (BASTOS, 2015) também contribuíram para a Arqueologia da Diáspora Africana. Tais pesquisas ajudaram no entendimento de uma prática multi-regional de tráfego de cativos, com origem no próprio continente africano, para um mesmo momento histórico.

Em 2010, catorze anos após o achado fortuito, as pesquisas no Cemitério dos Pretos novos foram reiniciadas, agora com o apoio institucional do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional (PPGArq) / UFRJ, no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Reinaldo Tavares , orientado pela professora Tania Andrade Lima. A análise passou a ser voltada para o cemitério em si, e o principal objetivo era proceder à sua delimitação espacial para fins de proteção legal, uma vez que a Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro estava passando por um processo de revitalização urbana e sofria com uma forte especulação imobiliária. Sondagens foram realizadas nas vias circundantes ao espaço funerário abrangendo, na parte externa, a Rua Leôncio de Albuquerque, Rua Pedro Ernesto e Rua do Propósito. Na parte interna, sondamos os imóveis de número 34 e 32 da Rua Pedro Ernesto. A pesquisa mostrou-se bastante produtiva, revelando que o cemitério não ocupou as atuais vias públicas, mas que se encontrava relativamente protegido sob os imóveis unifamiliares em um polígono que se insere entre o número 36 da Rua do Propósito até as edificações confluentes com as Ruas Leôncio de Albuquerque e do Propósito. As sondagens externas e internas revelaram a existência de mais dois sítios arqueológicos sob o quarteirão, a saber: um sítio de contato e um sambaqui residual (TAVARES, 2012; 2016).

Os resultados das pesquisas tiveram a sua apropriação étnico-cultural por representantes e praticantes de religiões de matriz africanas e por

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 38 11/06/2019 08:41:30

comunidades indígenas (TAVARES, 2016b), ganhando destaque nacional e internacional, além de um espaço de exposição permanente no interior do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN. Recentemente, entre os anos de 2015 e 2018, Tavares (2018) dá continuidade as pesquisas reiniciadas em 2010, em tese de doutoramento orientado pelas professoras Andrea Lessa e Claudia Rodrigues-Carvalho, também do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional (PPGArq) / UFRJ. Entre outros resultados, a pesquisa derruba a hipótese da prática de enterramento em valas comuns até então em voga quando foram revelados os processos de inumação coletiva de pequenos grupos de pretos novos, com os indivíduos depositados desordenadamente uns sobre os outros (Tavares, 2018; Lessa et al. no prelo).

Paralelamente à pesquisa realizada no Cemitério dos Pretos Novos, na Gamboa, Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, Lima (2013, 2013b), Lima e Colaboradores (2014, 2016) e Tavares (2012, 2018) pesquisam o processo de chegada, entrada e distribuição das arqueações de cativos africanos no Porto do Rio de Janeiro. Lima foca a sua pesquisa no Cais do Valongo, juntamente com as pesquisas históricas de Soares (2013, 2014, 2017), pesquisas essas que fundamentam a candidatura e o título de Patrimônio da Humanidade dado ao Cais do Valongo em 2017. Em 2018, Tavares (2018) contesta a hipótese de que o cais escavado e revelado por Lima em 2011 tenha sido o local de chegada de milhares de cativos africanos para o Mercado de escravos do Valongo, por ter sido construído após 1837, fora do período de legalidade do tráfico de escravos. Baseado em fontes históricas primárias, a hipótese de chegada dos cativos através da enseada do Valonguinho é confrontada e contestada, restaurando-se a tese defendida por Mary C. Karasch (2000) do desembarque primário na Alfândega do Rio de Janeiro. Tavares argumenta ainda que o cais escavado por Lima em 2011 seria, na verdade, o Cais da Imperatriz de 1843, além de dois pavimentos da antiga Praça Municipal, sendo o pavimento de pé-de-moleque o piso original da praça construído após 1838, e o pavimento em paralelepípedo,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 39 11/06/2019 08:41:30

possivelmente, uma construção posterior para elevação do gradiente da via pública e, conjuntamente, do piso da Praça Municipal, realizada no âmbito da construção e posterior inauguração do prédio das docas Pedro II em 1871. Além da discussão acima apresentada, um estudo de Arqueologia da Paisagem trouxe à tona antigas feições geológicas e urbanas da região do Mercado de Escravos e de locais que não foram graficamente representados por desenhistas do século XIX.

Conclusão

As pesquisas sobre a Arqueologia da Diáspora Africana estão em franco processo de expansão, sendo um campo ainda pouco explorado e com um grande potencial de ampliação. Na cidade do Rio de Janeiro, na última década, as pesquisas têm encontrado um campo promissor, aliando ciência, comunidade e organizações sociais, revelando-se um instrumento magnífico para a valorização da cultura e da memória africana e afrobrasileira. Os trabalhos de pesquisadores nacionais são importantes, na medida em que contribuem para a base teórica da disciplina ampliando experiências e metodologias. Apesar de poucos recursos e pesquisadores, o campo de pesquisa sobre a Arqueologia da Escravidão no Brasil já mostra uma produção relevante, revelando características próprias do processo escravistas brasileiro, construindo modelos científicos robustos, próprios, que garantirão o aprimoramento das análises dos diversos sítios arqueológicos relacionados à Arqueologia da Diáspora Africana.

Bibliografia

ADAMS, Wlliam; BOLING Sarah. *Status and ceramics for planters and slaves on three Georgia Costal Plantations.* Historical Archaeology, 23.[S.l]:1989.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 40 11/06/2019 08:41:30

AGOSTINI, Camila; Cultura Material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, memórias, estilos e listagens. *Revista de Pós-graduação em História Social da UFRJ*, v10, n°8. Rio de Janeiro: 2009.

____ (Org). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

ALLEN, Scott J. Identidades em jogo: negros, índios e a Arqueologia da Serra da Barriga. In: ALMEIDA, L; GALINDO, M; ELIAS, J. (Org.). *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*. Maceió: EDUFAL, 2000.

____. As vezes do passado e do presente: Arqueologia, política, cultura e o público da Serra da Barriga. *Clio, série Arqueologia*, 20. [S.l]: 2006.

BASTOS, Murilo Quintans Ribeiro. *Dos Sambaquis do Sul do Brasil à Diáspora Africana: Estudos de Geoquímica Isotópica de Séries Esqueléticas Humanas Escavadas de Sítios Arqueológicos Brasileiros.* 2014. Tese de doutorado. Brasília: Instituto de Geociência, Universidade de Brasília, 2014.

BRATHWAITE, Edward. *The development of creole society in Jamaica, 1770-1820*. Oxford. London: Claredon Press,1971.

CARVALHO, E. et al. O Cemitério dos Pretos Novos. Uma abordagem Interdisciplinar. Resumo. In: *SAB 2001 – Arqueologia no Novo Milênio.* XI Congresso de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro: SAB. 2001

CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press,1969

CUSICK, James G. Historiography of Aculturation: an evaluation of concepts and their application in archaeology. *Center for Archeological Investigation. Carbondale: 1998.*

DAWDY, Shannon Lee. *Creolization – preface –. Historical Archaeology*, 34, 3. [S.l]: 2000.

DARVILL, Thimothy. The Historic enviroment, historic landscape, and space-time-action models in landscape archaeology. In: PETER, J. Ucko; ROBERT, Layton (eds). *The archaeology and antrophology of landscape. Shaping your landscape*. [S.l: s.n],1999.

DEAGAN,K; Mac.MAHON D. *Fort Morse: colonial American's black fortress of freedom*. Gainesville: University Press Florida, 1995.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 41 11/06/2019 08:41:30

DELLE, James A. The material and cognitive dimensions of creolizations on nineteenth-century. *Historical Archaeology*, 34,3. [S.l]: 2000.

EPPERSON, Terrence. Critical race theory and the archeology of the African Diaspora. *Historical Archaeology*, 38.[S.l]:2004.

FENNELL, Christopher C. Group identity, individual creativity and symbolic generation in BaKongo diaspora. *International Journal of Historical Archaeology*. 7, 1. [S.l]: 2003.

GENOVESE, Eugene. *Roll Jordan Roll: the world the slave made*. New York: Vintage books, 1976.

GUIMARÃES, Carlos M.; ANA L. Lanna. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas Antropológicas*, nº 31. [S.l]: 1980.

GUIMARÃES, Carlos M; et al. Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e Arqueologia, in: *Anais do primeiro simpósio gaúcho sobre escravidão negra. Estudos Ibero-americanos*, vol. XVI, nº 102. [S.l]: 1990.

GUNDAKER, Grey. Discussion: creolization, complexity and time. *Historical Archaeology*, 34, 3.[S.l]: 2000.

HAUSER, Mark W; De CORSE, Christopher R. Low fired earthenwares in the African Diaspora: problems and project. *International Journal of Historical Archaeology*, 7,1.[S.l]: 2003

INIKORI, Joseph; ENGERMAN Stanley (Eds.). *Forced Migration. The impact of the export slave trade on African societies.* Hutchinson. London: 1981.

KARASCH, Mary, C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

LEONE, Mark P; GLADYS, Marie Fry. Spirit management among Americans of African descent. In: *Race and the Archaeology of identity*. Utah: University of Utah Press,2001.

LESSA, A.; TAVARES, R.B.; CARVALHO, C.R. Paisagem, morte e controle social: O Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos no contexto escravocrata do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. *Paisagens Híbridas Vol 1*, No.1: 131-159, no prelo.

LIMA, Tania Andrade. *Cais do Valongo e Cais da Imperatriz – séc. XIX. Relatório de Pesquisa.* Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2013.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 42 11/06/2019 08:41:31

_____. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Vol 7, No.1, Jan-jun: Minas Gerais, UFMG, 2013.

LIMA, T. A.; SOUZA, M. A. T.; SENE, G. M. Weaving the Second Skin: Protection Against Evil Among the Valongo Slaves in Nineteenth-century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage*, [S.l], Vol. 3, N°2, W.S. Maney & Son Ltd, November, 2014.

LIMA, T. A.; SOUZA, M. A. T.; SENE, G. M. Em busca do Cais do Valongo: Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. jan.- abr. 2016.

LIRYO, A; Souza, S.M; COOK, D.C. Dentes Intencionalmente modificados e etnicidade em cemitérios do Brasil Colônia e Império. *R. Museu Arq. Etn. n° 21*, São Paulo: p. 325-334, 2001

KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Hebert S. *The Middle Passage*. Comparative studies in the Atlantic Slave Trade. Princeton: Princeton University Press,1978.

____. *The Trade in African Slaves in Rio de Janeiro, 1795 – 1811: Estimates Mortality and Patterns Voyage*. Londres: JAH, 1969.

____. *The Portuguese Slave Trade from Angola in the XVIII Century*. New York: JAH, 1972.

MACHADO, Cheuiche Lilia. Sítio Cemitério dos Pretos Novos: Análise Biocultural – interpretando os ossos e os dentes humanos. In: DIAS, Ondemar; CARVALHO, Eliana; ZIMMERMANN, Marcos (Orgs.). *Estudos Contemporâneos de Arqueologia*. Palmas: UNITINS / IAB, 2006. p. 11 – 58.

MANNING, Patrick. *Slavery and African life. Occidental Oriental, and African Slave Trade*. Cambridge university Press. New York: 1990.

MILLER, Joseph. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan slave trade, (1730-1830)*. The University of Wisconsin Press. Madison: 1988.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *An anthropological approach to the Afro-american past: a Caribbean perspective*. Philadelphia: Institute for the study of human issues, 1976.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 43 11/06/2019 08:41:31

ORSER, Charles E. Jr. Toward a global Historical Archaeology: an example from Brazil. *Historical Archaeology*, 28,1. [S.l]: 1994.

____. The challenge of race to American Historical Archaeology. *American Anthropology*, new series, v100, 3. [S.l]: 1998.

____. The Archaeology of the African Diaspora. *Annual reviews of Anthropology*, 27. [S.l]: 1998.

OTTO, John Solomon. *Status differences and the archaeology record: a comparison of planter overseer and slave sites from Cannon's Point Plantation (1794-1861)*. Ph D. Dissertation. Gainesville - Florida: University of Florida, 1975.

____. Race and class on Antebellum Plantation. *Archaeological Perspectives on ethnicity in America*. Baywood: 1980.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond – IPHAN, 2007.

POTTER, Parker Jr. What is the use of Plantation Archaeology? *Historical Archaeology*, 23,3.[S.l]: 1991.

RUSSEL, Aaron E**.** Material Culture and African-American Spirituality at the Hermitage. *Historical Archaeology*, 31, 2.[S.l]: 1997.

SINGLETON, Theresa A. Cultural interaction and African American identity in Plantation Archaeology. In: *Studies in Cultural Contact – interaction, culture change and Archaeology*. Center for Archaeological Investigations. Carbondale: 1998.

SINGLETON, Thereza.; SOUZA, Marcos André Torres. de. Archaeologies of African Diaspora: Brazil, Cuba and United States. In: MAJEWSKI,T. GAIMSTER,D. (Eds.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: 2009.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Valongo, *Cais dos Escravos: Memória da Diáspora e Modernização Portuária na Cidade do Rio de Janeiro, 1668 – 1911*. Relatório de Pós-doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, UFRJ, 2013.

____. *Porto de memórias: pequena África*. Rio de Janeiro: Cultural Biz, 2014.

____. O Cais do Valongo: Tráfico negreiro e transformação urbana em uma cidade escravista. In: CHEVITARESE, André Leonardo; GOMES, Flávio dos Santos (Org).

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 44 11/06/2019 08:41:31

Entre Pedaços e Camadas: histórias e arqueologias do Rio de Janeiro: Séculos XVIII – XXI. Rio de Janeiro: Ed. 7 letras, 2017.

SOUZA, M. A. T. D.. Uma outra escravidão: a paisagem social do Engenho de São Joaquim, Goiás. Vestígios: *Revista latino-americana de Arqueologia Histórica*, 1. [S.l]: 2007.

____. Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista. In: MACEDO, Jackeline de; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos (Org.). *Arqueologia na Paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais.* Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012. p. 35 – 59.

____. Por uma arqueologia da criatividade: estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos do Brasil. In: AGOSTINI, Camilla (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013. p.11-36.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado (Orgs.). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. [S.l]: Annablume/acervo, 2009.

_____. *Slaves and Planters in western Brazil: material culture, identity and Power*. Tese de doutorado, University of Florida - Gainesville. Florida: 2006.

____. Africanos no Mato Grosso – cultura material, identidades e cosmologia. In: AGOSTINI, Camilla (Org). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013. p. 37-57.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres. O Registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº33. [S.l.]: IPHAN, 2007.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, Século XIX: uma tentativa de delimitação espacial.* 2012. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

____. A Apropriação ético-cultural dos resultados da pesquisa arqueológica no Cemitério dos Pretos Novos, Gamboa, Rio de Janeiro. In: CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GUANATO, Marcus (Orgs), *Anais do 4º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. p. 444 – 457.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 45 11/06/2019 08:41:31

____. Cemitério dos Pretos Novos: delinear e conhecer para poder proteger. *Latinidade* – Revista do Núcleo de Estudos das Américas. Janeiro - Julho 2016. Rio de Janeiro: UERJ – IFCH, Nucleas, 2016. p. 53 – 73.

____. *O Valongo através de um outro olhar: Arqueologia da Paisagem do complexo escravista do Rio de Janeiro no século XIX*. Tese de doutorado em Arqueologia. Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPGArq). Rio de Janeiro: Museu Nacional – UFRJ, 2018.

THOMAS, Brian W. *Power and community: the Archaeology of slavery at the Hermitage Plantation. American Antiquity*, v 63, 4.[S.l.]: 1998.

VARGAS, C. et al. Africanos Novos na Gamboa. Um Portal Arqueológico. Catálogo de Exposição. Rio de Janeiro: *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* – Secretaria das Culturas – Departamento Geral de Patrimônio Cultural. 2001.

VARGAS, C.; CARVALHO, E.T. de; MACHADO, L.C.; CAMPOS G.N. Africanos Novos na Gamboa. Um portal arqueológico. Catálogo de exposição, *Arquivo Geral da Cidade*, PCRJ. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, 2001.

WILKIE, Laurie A. Culture Bought: evidence of creolization in consumer goods of an enslaved Bahamian family. *Historical Archaeology*, 34, 3. [S.l]: 2000.

Recebido em: Julho / 2018
Aceito para publicar em: Agosto / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 46 11/06/2019 08:41:31

RESENHA

SILVA, JOSÉ. A *Diáspora Nordestina - A Literatura de Cordel como marca identitária*. RJ. Autografia, 2018, 180p.

O livro *A Diáspora Nordestina - a literatura de cordel como marca identitária*, de autoria de José da Silva - é uma pesquisa singular sobre como os nordestinos se utilizaram e se utilizam do cordel em busca de sobrevivência. A introdução de Idemburgo Frazão assinala essa representação simbólica quando reafirma proposta do autor em tratar a saída ou evasão dos estados do Nordeste como "diáspora nordestina". Segundo Frazão, trata-se não de uma terra prometida, mas efetivamente de um lugar para sobreviver. E a evasão dos nordestinos de seu lugar de origem, nos ápices da seca, decorre da fome intensa provocada pelas secas e pela miséria.

A obra não trata de uma "mas de diversas diásporas, no caso do cordel, de verso", enfatiza. O cordel é o companheiro fiel dos artistas nordestinos.

O livro está organizado em três capítulos, além do prefácio, introdução, conclusão, referências e anexos. O prefácio foi escrito pelo historiador Dr. Idemburgo Frazão, da UNIGRANRIO, orientador de José da Silva.

Na introdução, o autor apresenta a estrutura do livro e sua metodologia, bem como analisa os folhetos de cordel do poeta José João dos Santos, conhecido como "Mestre Azulão", a partir da temática social e do aspecto identitário presente nesses folhetos.

Segundo Silva, nos cordéis o poeta produz saberes, frutos de suas leituras da realidade social e sua cotidianidade.

O eixo central da obra de Silva é a literatura de cordel que colabora para a construção de uma identidade nordestina. O objetivo central é levar o leitor à compreensão da dimensão do cordel, que ajuda a construção da identidade como parte do sujeito que, ao se deslocar, leva consigo elementos de sua formação.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 47 11/06/2019 08:41:31

Nesse estudo, Silva optou pela migração nordestina na Baixada Fluminense. O recorte temporal escolhido compreende o período entre 1949, quando Mestre Azulão chegou ao Rio de Janeiro, aos dias atuais.

O I Capítulo trata das Instancias da Memória. O autor aborda os conceitos relativos à memória individual e coletiva focalizados na literatura de cordel. Silva expõe conceitos sobre memória, como lembrar e inventar. A seguir, retoma os conceitos historiográficos desde os gregos, perpassando pela Idade Média até à contemporaneidade.

Ainda no I Capítulo, Silva trata da Memória de um cordeliano e sua relação com a Poesia da Baixada. Aborda a poesia de Mestre Azulão, paraibano radicado no Rio de Janeiro, parte da segunda geração de poeta e cantador.

Azulão foi autor de 350 títulos de cordel, além de repentista, cantador e cordelista. Silva relata as origens de Mestre Azulão, desde seu nascimento, o parto difícil de sua mãe e o retorno à Sapé, sua terra natal, na Paraiba. Após dificuldades, a família se recupera e mãe de Azulão tem mais dezessete filhos. Aos sete anos Azulão começou a escrever põe[1]mas e em seguida literatura de Cordel. Aos onze anos já tocava viola como autodidata.

Esse capítulo apresenta o Cordel e suas origens. Trata-se de um estudo intenso que remonta à Antiguidade à Península Ibérica no século XVI. Nesse percurso do Cordel, algumas tradições não se perpetuam no Nordeste do Brasil como o uso do barbante, pois apenas os folhetos predominaram. As alterações foram registradas na segunda metade do século XIX com a impressão dos cordéis. A partir de 1750 surgiram os primeiros poetas e cantadores no Nordeste. Os temas apresentados pelos cordelistas tratam de fatos do cotidiano, episódios históricos, lendas e temas religiosos, entre outros.

Silva, nesse capítulo, faz referências ao livro O Folclore: literatura oral e literatura popular, de Câmara Cascudo, além da apresentação onde trata de alguns poemas de Cordel.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 48 11/06/2019 08:41:31

O II Capítulo - Cordel: Formas Contemporâneas destaca a similaridade regional do cordel no Brasil e França. Ambos os países apresentam o Nordeste como celeiro do cordel. O capítulo acentua a importância fundamental dos cordelistas nordestinos Patativa do Assaré e Mestre Azulão. Ambos como memórias regionais. Eles registram fatos históricos, mitos, perdas e sofrimentos inerentes à formação identitária de seu povo.

O capítulo traz, também, um longo estudo sobre o percurso do cordel em forma de livreto ao sistema digital. Nessa travessia, destacam-se as tipografias, os vendedores ambulantes e o trabalho insano dos poetas divulgando sua produção às mais longínquas regiões.

Silva relata que, a partir do final do século XIX aos dias atuais, os cantadores e cordelistas foram classificados como primeira geração (1900/20 ou 30) e a segunda geração a partir de 1930. À primeira geração coube definir os critérios e as regras do gênero, criando estilos e temas que os diferenciavam da literatura tradicional. À segunda geração coube a tarefa de reescrevê-las, inserindo-as nos seus próprios contextos.

O autor destaca os Cordéis em livretos, impressos em papel de jornal de maneira frágil e as alterações com a chegada da Era Digital ou tecnológica. Enfatiza que a cultura digital faz parte da era e dos dias atuais. Assinala, de acordo com Pierre Levy (1996) que a Cibercultura expressa uma mutação fundamental da própria essência da cultura.

Para o autor, o Cordel na Pós-Modernidade se insere no espaço virtual e rompe as fronteiras sem perder suas raízes. Cita Gustavo Dourado, que aponta o computador e a Internet como molas impulsoras da literatura de Cordel. A informação digital tem sido um dos pontos principais para a transformação da mídia.

O Capítulo III historiciza as Fronteiras da Nordestinidade. A identidade é tratada como fruto de grandes debates que se deslocam para as perspectivas do Estado-Nação e da desterritorialização. A diáspora é discutida como fenômeno sociocultural e histórico antigo, moderno e pós-moderno. Assim, a Baixada Fluminense se tornou palco de intenso

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 49 11/06/2019 08:41:31

contingente populacional e de migrantes que se dirigiam para a Capital Federal. Até meados do século XX, diversos contingentes da migração nordestina reuniram-se na Baixada Fluminense e de lá foram para Brasília.

Esse capítulo contempla, ainda, a construção de Identidades partir dos fundamentos teóricos de Renato Ortiz, Zygmunt Bauman e Stuart Hall. Abrange, também, debates sobre hibridismo cultural, norteado pelos fundamentos de Gilberto Freyre. O hibridismo cultural é interpretado como resultado da diáspora, da globalização e da interação das culturas.

Fundamentado em Canclini e Stuart Hall, o autor apresenta a experiência da diáspora como reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias.

As incertezas das viagens e a crise identitária, além do mal-estar que caracterizam essa conjuntura histórica também são analisadas pelo autor.

Nesse capítulo Silva fundamenta os conceitos sobre Diáspora e Diáspora Nordestina. Os estudos centram-se no bairro de São Cristóvão e na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas é abordado como " Lugar de Memória, local de encontro dos nordestinos.

Nas conclusões, o autor procurou comprovar o papel fundamental do cordel como veículo de comunicação, atravessando fronteiras e obstáculos, além de ressaltar a importância dos poetas populares.

Nos anexos encontram-se as ilustrações que acompanham o texto. A extensa bibliografia e as referências bibliográficas contemplam as citações ao longo do texto.

Resenha feita por
Profa. Dra. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos - NUCLEAS/UERJ

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 50 11/06/2019 08:41:31

Entre mitos e alteridade: Uma análise sobre o feminino no mundo andino

Lorena Gouvêa de Araújo
(Doutoranda do Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ/FFP - Bolsista FAPERJ)

Resumo

Muitas são as análises historiográficas que discorrem a respeito do tema da alteridade, bem como muitas são as publicações que versam sobre o mito enquanto elemento de análise historiográfica, etnohistoriográfica e/ou antropológica. No entanto, durante o ainda breve percurso acadêmico trilhado por mim, não percebi a imbricação destes dois temas supracitados. Desta forma, o presente trabalho se debruça na tentativa de analisar mito e alteridade como faces de uma mesma moeda no percurso da empresa colonial hispânica na América, iniciada o século XVI. Essa investigação é feita a partir da leitura de uma fonte primária, um manuscrito intitulado *Dioses y hombres de Huarochirí* (1598?) que trata dos mitos primitivos dos nativos da província do Huarochirí, localizado no atual Peru e recolhido e transcrito pelo clérigo Francisco de Ávila.

Palavras-chave: mito, alteridade, nativos peruanos

Abstract

There are many historiographical analyzes that discuss the subject of alterity, as well as many publications dealing with myth as an element of historiographical, ethnohistoryographic and / or anthropological analysis. However, during the brief academic course I had taken, I did not understand the imbrication of these two themes mentioned above. In this way, the present work focuses on the attempt to analyze myth and otherness as the faces of the same coin in the course of the Hispanic colonial enterprise in America, beginning the sixteenth century. This investigation is made

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 51 11/06/2019 08:41:31

from the reading of a primary source, a manuscript entitled Dioses y hombres de Huarochirí (1598?) That deals with the primitive myths of the natives of the province of Huarochirí, located in the present Peru and collected and transcribed by the clergyman Francisco de Ávila .
Keywords: myth, otherness, Peruvian natives

Resumen

Muchos son los análisis historiográficos que discurren sobre el tema de la alteridad, así como muchas son las publicaciones que versan sobre el mito como elemento de análisis historiográfico, etnohistoriográfico y / o antropológico. Sin embargo, durante el todavía breve recorrido académico atravesado por mí, no percibí la imbricación de estos dos temas arriba citados. De esta forma, el presente trabajo se centra en el intento de analizar mito y alteridad como caras de una misma moneda en el recorrido de la empresa colonial hispánica en América, iniciada el siglo XVI. Esta investigación se hace a partir de la lectura de una fuente primaria, un manuscrito titulado Dioses y hombres de Huarochirí (1598?) Que trata de los mitos primitivos de los nativos de la provincia del Huarochirí, ubicado en el actual Perú y recogido y transcrito por el clérigo Francisco de Ávila .
Palabras clave: mito, alteridad, nativos peruanos

Introdução

Há uma grande produção historiográfica sobre a América colonial espanhola que privilegia, a análise sobre a conquista hispânica no continente americano[1]. Estas pesquisas enfocaram diversos temas que foram discutidos

[1] Frederico Navarrete Linhares (2004); Franklin Pease (2007); Carmen Bernand (1994); David Brading (1991); Serge Gruzinski (2003); Willian Prescott (1961); Porras Barrenechea (1969); Tzvetan Todorov (1991); Nathan Wachtel (1971); Steven Stern (1982).

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 52 11/06/2019 08:41:31

a partir de distintas abordagens da teoria da historia. Contudo o olhar historiográfico lançado sobre os povos nativos da América sofreu profundas mudanças ao longo do tempo. Destaco aqui a célebre obra do historiador e antropólogo francês Nathan Wachtel, *La vision des vaincus: les indiens du Pérou devant la conquête espagnole (1530-1570)* - publicada pela primeira vez no início da década de 1970. Ela vai ser pioneira ao aplicar a perspectiva etno-historiográfica para analisar o processo de conquista sofrida pelas sociedades andinas do atual Peru. Nesta obra o autor tentará romper com uma tendência, até então comum entre os historiadores, de discorrer a história da chegada dos hispânicos em terras ameríndias a partir do ponto de vista dos vencedores, uma vez que propõe, assim, analisar esse evento a partir da perspectiva dos vencidos. Apesar de nunca ter sido traduzida para o português, os conceitos tecidos por esta obra - vencedores/ vencidos; aculturação/resistência[2] - se imortalizaram e passaram a ser mencionados e explorados sempre que o assunto conquista/colonização se tornava presente.

A partir do final do século XX será percebido o resultado da transformação do olhar historiográfico iniciado por Wachtel. A relação entre história e antropologia se estreitou e a recém nascida etno-história teve como objetivo perceber os valores culturais de uma sociedade, assim como perceber a historicidade da cultura. De acordo com Thompson "a cultura é um produto histórico, dinâmico e flexível que deve ser apreendido como um processo no qual os homens e mulheres vivem suas experiências" (THOMPSON, 1987, p. 21). Partindo dessa nova concepção teórica, a situação do encontro tem sido repensada por historiadores e antropólogos até a atualidade, como podemos perceber na obra de Maria Regina Celestino de Almeida:

> A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e novas expe-

[2] Esses conceitos serão melhor trabalhados nas próximas páginas deste artigo.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 53 11/06/2019 08:41:32

> riências dos homens que a vivenciaram, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato extremamente violentas como foi o caso dos índios e dos colonizadores. (ALMEIDA, 2010, p. 22)

Ainda sobre esse conjunto de transformações, no final de 1990, Serge Gruzinski em sua obra *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVII)* fará uma interessante análise sobre a conquista espanhola e, apesar de levar em consideração as contribuições de Nathan Wachtel, Gruzinski avançará na reformulação dos conceitos vencedores/vencidos. No capítulo *"Os Títulos primordiales ou a paixão pela escrita"* o autor deixará claro que os nativos mexicas (ou mexicanos), ao reformularem as escritas dos títulos primordiales[3] não se percebem enquanto derrotados ou vencidos por brancos ibéricos, muito pelo contrário, se colocam como agentes de suas histórias e ordenadores de suas culturas. Gruzinski avança e destaca que as sociedades que inicialmente são vistas pela historiografia como um grupo coeso e monolítico de indivíduos que foram vencidos por uma empresa colonial vencedora, na realidade são grupos heterogêneos e de variadas perspectivas a respeito da chegada europeia em seus territórios[4].

Os conceitos de aculturação/resistência, também tecidos por Wachtel, sofreram consideráveis transformações ao longo do tempo. Analisaremos estes conceitos a partir da perspectiva abordada por Jacques Poloni-Simard - *Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas* (2000), pois ao discorrer sobre a sociedade colonial Poloni

[3] *Titulos primordiales* eram documentos que relatavam sobre as terras dos pueblos indígenas, elaborados por indígenas da Nova Espanha (atual sul dos Estados Unidos e México), especialmente a partir dos séculos XVII e XVIII.

[4] GRUZINSKI, 2003. pp. 152-217.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 54 11/06/2019 08:41:32

não mobiliza a ideia de aculturação - incorporação passiva dos indígenas à cultura espanhola - e resistência - não aceitação, por parte dos nativos, ao domínio europeu - mas destaca a categoria de mestiçagem social ao discorrer que não existe uma cultura indígena ou uma cultura espanhola, mas sim agentes (indivíduos) que carregam traços culturais de uma ou outra cultura, ou ainda das duas em maior ou menor grau[5].

Para a Coroa hispânica e para os sujeitos responsáveis pela administração colonial era imprescindível categorizar os nativos dentro de grupos monolíticos estruturados e carregados de pré-concepções culturais e sociais, pois isso facilitava o exercício de praticar a diferença entre índios e espanhóis dentro desta complexa sociedade. Os acontecimentos que ocorriam nesta sociedade colonial e que saiam do enquadramento monolítico, ordenado pela administração hispânica, era categorizado pelos agentes peninsulares, regra geral, como mestiçagem, idolatria[6] e, portanto, deveriam ser combatidos. A matriz ideológica que organizava a sociedade peninsular durante o período da conquista (século XVI/XVII) era pautada nas bases do Antigo Regime, ou seja, numa lógica que primava pela hierarquia social, pela divisão da sociedade em estamentos, que estava baseada na ideia de uma rede de privilégios sociais entre os indivíduos, onde o status social era advindo da linhagem ou conquistado por serviços prestados a Coroa e, acima de tudo, era uma sociedade católica e patriarcal. No entanto, apesar dessa tentativa de homogeneização, levada a cabo pelo governo espanhol, a sociedade colonial era uma sociedade mista, repleta de agentes que trocavam culturas, ideias e hábitos sociais.

Apesar da vasta produção acadêmica sobre os povos nativos da América – como já mencionado anteriormente –, apenas recentemente, a partir do

[5] POLONI-SIMARD, 2000. pp 87-100.

[6] Prática de adoração aos ídolos.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 55 11/06/2019 08:41:32

século XX[7], despontaram análises que abrangeram a questão do feminino dentro da sociedade colonial. Essas abordagens versam no sentido de analisar as relações desenvolvidas entre as mulheres e a rede social surgida a partir do encontro dos dois mundos.

Neste artigo investigarei a fonte *Dioses y Hombres de Huarochirí* (1598?) do clérigo e extirpador de idolatrias Francisco de Ávila, que percorreu a província do Huarochirí, no Peru por volta do ano de 1597/1598 na tarefa de conhecer e relatar as tradições históricas míticas e sagradas dos povos indígenas[8]. O esforço será de compreender como esta fonte construiu a narrativa sobre o feminino e se esta narrativa enquadrou as mulheres em uma concepção de mundo que não lhes era natural, ou seja, a concepção de mundo hispânico católico do século XVI/XVII. Se talvez a mestiçagem social proposta por Poloni não esteve presente nestes escritos. Além disso, a intenção é perceber se essa fonte tendeu a silenciar o papel de agentes da história exercidos por algumas mulheres em seus espaços sociais e qual o sentido das representações míticas sobre o feminino estão presentes neste relato.

Sobre o autor do Manuscrito

A identidade do autor deste manuscrito, Francisco de Ávila, ainda é uma incógnita, até mesmo para influentes pesquisadores, como para Pierre Duviols. Segundo este autor, Ávila nasceu em Cusco em 1573 e teria sido deixado à porta de Cristóbal Rodríguez (ensayador = nomenclatura normalmente adotada para designar a função de quem atestava e/ ou avaliava a pureza de metais, especialmente para a fabricação de moedas) e de Beatriz Ávila, sua mulher. Acredita-se que Francisco de Ávila possuía conhecimento de seus verdadeiros pais, mas que o mesmo preferiu manter sua ascendência

[7] María Rostworowski (1999); Susane Rodrigues de Oliveira (2012); Irene Silverblatt (1990), Elisa Frühauf Garcia (2015), etc.

[8] OLIVEIRA, 2010. pp. 170.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 56 11/06/2019 08:41:32

não revelada e ser socialmente reconhecido como o filho rejeitado pelos progenitores, visto que esta situação lhe conferia o direito de ingressar na vida eclesiástica[9]. Ávila estudou no Colégio da Companhia de Jesus e sempre se destacou como um dos melhores estudantes. A partir de 1609 se transformou no responsável pela extirpação de idolatrias nas províncias do Huarochirí (local já conhecido por Ávila, e por outros jesuítas anteriores a ele, por se tratar de um território com muitos nativos adoradores de ídolos). Esteve, durante o período da extirpação, na companhia de Bartolomé Lobo Guerrero, anteriormente arcebispo do Reino da Nova Granada (região colonizada pelos hispânicos no século XVI e que corresponde hoje aos países Colômbia, Panamá e Venezuela)[10].

Antes de se tornar um extirpador de idolatrias, Ávila teria sido um estudioso e historiador jesuíta que recebeu a função (dada pelo governo ibérico castelhano) de recolher, entre os naturais da província do Huarochirí, os mitos que faziam parte desta sociedade. A ausência de escrita ágrafa, inteligível e decodificável para o mundo hispânico, teria sido o elemento motivador e que levou as autoridades governamentais espanholas a este impulso, embora saibamos também que era essencial para o governo castelhano mapear e reconhecer a presença de práticas idólatras nas sociedades recém encontradas. Ao missionário coube a tarefa de escutar os naturais do Huarochirí e compilar suas histórias míticas. Originalmente seu manuscrito foi escrito em quéchua[11] e intitulado como *Tratado y relacion de los errores, falsos dioses y otras supervisiones*

[9] Até o ano de 1591 o arcebispo Toribio de Mogrovejo se negou a ordenar os mestiços. Foi necessário que o próprio Ávila escrevesse ao rei da Espanha a fim de que este lhe garantisse o direito, de filho rejeitado por seus pais, ou seja, o direito de ingressar no ambiente eclesiástico. Cf: ÁVILA, 2012. p. 218.

[10] ÁVILA, 2012. pp.218-222.

[11] Língua oficial falada pela elite incaica quando da chegada dos hispânicos em território andino.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 57 11/06/2019 08:41:32

y ritos diabolicos en que vivian antigamente los indios de las provincias de Huaracheri, Mama y Chaclla y hoy tambien viven engañados con gran perdicion de sus almas.

Segundo a autora Laura León Llerena,

> Las primeras menciones sobre la existencia del manuscrito se dieron a finales del siglo diecinueve aunque aún sin considerársele objeto de estudio, y recién en 1939 fue traducido, aunque de manera parcial y al alemán, por Hermann Trimborn en Leipzig. En 1942 Hipólito Galante publicó en Madrid una edición facsimilar de los primeros 31 capítulos del MH, acompañados de una traducción del quechua al latín y del latín al castellano. Se puede argumentar que la incorporación del Manuscrito de Huarochirí al campo de estudios de la historia y la antropología ocurrió plenamente a partir de 1966 gracias a la traducción completa de todo el documento quechua al español a cargo de José María Arguedas, publicada bajo el título de Dioses y hombres de Huarochirí. (LEÓN LLERENA, 2012, 75-76)

Trabalharei aqui com a edição fac-similar publicada pelo IEP (Instituto de Estudios Peruanos) no ano de 2012 e que reúne o texto original em quéchua e a sua tradução para o castelhano. Este manuscrito trata dos heróis, mitos e relações existentes entre os naturais da província do Huarochirí, onde foram compiladas tradições históricas que tentam dar sentido ao funcionamento e organização do mundo desde seu surgimento.

Mitos primordiais e o feminino nos Manuscritos do Huarochirí

Logo nas primeiras páginas do escrito do Huarochirí nos deparamos com a curiosa descrição de um homem que teria existido durante o período

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 58 11/06/2019 08:41:32

em que vivera *Viracocha*[12] – ou depois desse período (dita passagem não nos oferece dados suficientes para tal assertiva). Este homem teria possuído uma aparência muito pobre, e seu nome era *Cuniraya*. Francisco de Ávila descreve: "Cuniraya Viracocha, el creador del hombre, hacedor del mundo, tú tienes cuanto es possible tener, tuyas son las chacras, tuyo es el hombre, yo" (ÁVILA, 2012, p. 21). Podemos perceber duas divindades masculinas, que teriam coexistido no período da criação do mundo e dos homens que nele habitam: *Viracocha e Cuniraya Viracocha*. Entretanto existe ainda mais um elemento atribuído a Cuniraya que nos faz questionar a matriz de pensamento que permeia a escrita de Ávila. Em determinado momento em seu manuscrito este afirmará: "Este Cuniraya Viracocha, en los tiempos más antiguos, anduvo, vagó, tomando la apariencia de un hombre muy pobre (...). Algunos, que no le conocían, murmuraban al verlo: 'miserable piojoso', decían"[13]. Uma simples inferência nos faz questionar: Teria este homem, com aparência pobre e desprezado pela população local do Huarochirí, alguma aproximação ao Cristo da Bíblia católica? Estaria, desta forma, o padre Francisco de Ávila disposto a descrever estes mitos primordiais da região do Huarochirí, não da forma como eles teriam sido contatados pelos nativos, mas da forma que ele gostaria de apresentá-los às autoridades eclesiásticas hispânicas?

A seguir o missionário discorrerá sobre o mito da *huaca*[14] *Cavillaca* - aquela que habita o fundo do mar - a qual teria sido a mais bela de todas as huacas, e desejada por todos, embora nenhum dos *haucas* houvesse logrado êxito ao tentar seduzi-la. No entanto, um dia *Cavillaca* decidiu tê-la sob o pé de uma árvore de lúcuma[15]: sepulturas, centros rituais, templos ou como

[12] Divindade invisível, criadora da cosmovisão incaica.

[13] Idem. pp. 23.

[14] "O sagrado se expressava nas huacas que continham uma variedade de formas e significados, como a de antepassados/as de uma linhagem, heróis/heroínas culturais, elementos da natureza (árvores, plantas, pedras, conchas, penas), animais,

[15] Árvore natural do território andino.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 59 11/06/2019 08:41:32

de um "acidente" geográfico (montanha, manancial, rio, lago, ilha, etc); não havia, portanto, uma forma fixa e universal de representação das divindades. Enfim, esta denominação abarcava todo ser ou objeto que as histórias sagradas assinalavam com uma certa função nas sociedades em questão" Cf.: OLIVEIRA, 2006. pp. 7.

> En ese momento Cuniraya , como era sabio, se convirtió en un pájaro y subió al árbol. Ya en la rama tomó un fruto, le echó su germen masculino e hizo caer el fruto adelante de la mujer. Ella muy contenta, tragó el germen. Y de ese modo quedó preñada, sin haber tenido contacto con ningún hombre. A los nueve meses, como cualquier mujer, ella también parió una doncella. Durante un año la crió dándole sus pechos a la niña. "Hija de quién será?", se pregùntaba. (ÁVILA, 2012, p. 23)

Diante desta situação, segundo os escritos de Ávila, *Cavillaca* chamou as *huacas* de todas as partes para uma reunião a fim de saber quem era o pai de sua filha. Durante a reunião todos os huacas estavam bem vestidos e nenhum deles negou a paternidade da filha de *Cavillaca*, tornando impossível para ela saber quem, verdadeiramente, era o pai da criança. *Cuniraya Viracocha* também estava presente na reunião, contudo, por virtude de sua aparência de homem pobre e miserável, *Cavillaca* não lhe perguntou nada. Sem mais ter o que fazer, *Cavillaca* ordenou à sua filha: "Anda tú misma y reconoce a tu padre" (ÁVILA, 2012, p. 25) e para surpresa da mãe, a menina subiu nos braços do homem de aparência pobre e miserável, *Cuniraya Viracocha*.

> 'Que asco! Es que yo pude parir el hijo de un hombre tan miserable?' exclamando, alzó a su hija y corrió en dirección del mar. Viendo esto: 'Ahora mismo me ha de amar', dijo Cuniraya Viracocha y, vistiéndose con su traje de oro, espantó a todos los huacas; y como estaban así,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 60 11/06/2019 08:41:32

> tan espantados, los empezó a arrear y dijo: 'Hermana *Cavillaca*, mira este lado y contémplame; ahora estoy muy hermoso'. Y haciendo relampaguear su traje, se cuadró muy enhiesto. Pero ella ni siquiera volvió los ojos hacia el sitio en que estaba Cuniraya; siguió huyendo hacia el mar. 'Por haber parido el hijo inmundo de un hombre despreciable, voy a desaparecer' dijo, y diciendo, se arrojó al agua. Y allí, hasta ahora, en ese profundo mar de Pachacamac se ven muy claro dos piedras en forma de gente que allí viven. Apenas cayeron al agua, ambas (madre e hija) se convirtieron en piedra. (ÁVILA, 2012, p. 25)

Através deste mito, podemos perceber que a vontade de *Cavillaca* parecia estar submetida a vontade de um homem, Cuniraya no caso. Ao ter decidido não manter relações sexuais com ninguém, *Cavillaca* teve seus anseios desrespeitados pelo anseio sexual de um poderoso huaca. Ela não pôde decidir sobre seu próprio corpo e, assim como a Maria descrita na Bíblia católica, foi fecundada sem que tivesse tido contato físico com nenhum homem[16]. Neste sentido, o feminino aqui está limitado à procriação e à maternidade, uma interpretação bastante próxima com a concepção sobre o papel das mulheres vigente no mundo hispânico e baseado nos preceitos da religião católica. O corpo feminino de Cuniraya foi desrespeitado e utilizado como depósito da semente masculina, cabendo à ela gerar e parir o fruto. Ao negar essa situação, a huaca morre socialmente, junto com sua filha.

Mais a diante em seu manuscrito, ao discorrer sobre uma mulher chamada *Chuquisuso*, Ávila já inicia dizendo que se tratava de uma mulher muito bonita e que vivia no pueblo de Cupara. E que estando o *huaca Pariacaca* visitando aquele pueblo, viu quando *Chuquisuso* regava seu campo de milho chorando, porque não havia água para a irrigação.

[16] OLIVEIRA, 2010, p. 174-175.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 61 11/06/2019 08:41:32

> lloraba porque la poquísima agua no alcanzaba a mojar la tierra seca. Entonces *Pariacaca*, bajó, y con su manto tapó la bocatoma de la laguna pequeña. La mujer lloró más dolorosamente, viendo que la poquísima agua desaparecía. Así la encontró *Pariacaca*, y le preguntó: "Hermana: ¿por qué sufres?". Y ella le contestó: "Mi campo de maíz muere de sed". "No sufras – le dijo *Pariacaca* – Yo haré que venga mucho agua de la la-guna que tiene ustedes en la altura; pero acepta dormir antes conmigo". "Has venir el agua, primero. Cuando mi campo de maíz esté regado, dormiré contigo", le contestó ella. "Esta bien", aceptó *Pariacaca*; e hizo que viniera mucho agua. (ÁVILA, 2012, p. 49)

É intrigante perceber como a beleza física feminina é, mais uma vez, um dos primeiros elementos levados em consideração por Ávila ao descrever a *huaca*. Não obstante, a *Chuquisuso* foi feita uma proposta em troca de sexo, ou seja, *Pariacaca* irrigaria seus campos caso ela aceitasse dormir com ele. Nesse sentido, percebo pela segunda vez uma redução do papel da mulher aos prazeres sexuais da carne e aos anseios masculinos. Assim como no mundo europeu hispânico do século XVI, ancorado nos paradigmas da Igreja Católica, ao masculino era outorgado o direito sobre o corpo feminino. A mulher deveria estar submetida ao homem, assim como descrito na Bíblia, e lhe devia respeito e obediência. O homem, por sua vez, deveria ser o par ativo da relação sexual e elemento de controle do corpo feminino, sempre suscetível ao desvio moral. Não estariam, os escritos de Francisco de Ávila, permeados por essa categorização cristã que assegurava o papel subordinado do sexo feminino frente ao masculino?

Mais adiante Ávila escreverá que, quando o aqueduto finalmente estava pronto, *Pariacaca* cobrou de *Chuquisuso* que ela cumprisse a sua promessa e assim ela fez. Depois de terem dormido juntos, em uma montanha chamada Yanaccaca, *Chuquisuso* teria se jogado do alto do aqueduto e imedia-

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 62 11/06/2019 08:41:33

tamente se transformado em uma forte pedra, ou seja, uma *huaca*[17]. Parece nos encontrarmos, mais uma vez, diante da morte social de uma mulher que propunha ser agente de sua vida e de sua história, assim como descrito no mito de *Cavillaca*.

Ao descrever como a *huaca* de *Chuquisuso* foi adorada em seu *ayllu*[18] após a sua morte, Ávila atribui a esta o adjetivo de "mulher demônio" aproximando seu manuscrito à ideia hispânica, existente nos séculos XVI/XVII, de que a força feminina, quando existente, era fruto de suas relações com o demônio[19]. Neste, que é o sétimo capítulo de seu manuscrito, Francisco de Ávila aponta que:

> Y como crecían en esas costumbres, todos los hombres: 'Ya está limpio el acueducto de Chuquisuso', diciendo iban de Huarochirí y de todos los pueblos a ver la acequia. Del mismo modo, aún ahora, cuando han concluía de limiar na acequia, todo cuanto presienten que deben hacer, hacen, adoran (a la acequia). Los alcaldes y otra clase de personas nos los atajan de hacer estas costumbres; no les dicen: 'Sin razón alguna adoran'. Siguen festejando la limpieza de la acequia porque los vence el deseo de cantar y beber con los demás, hasta embriagarse. 'He limpiando la acequia, sólo por eso voy a beber, voy a cantar', dicen, mienten al padre. (ÁVILA, 2012, p. 54-55)

Percebo nesta passagem a atribuição de elementos caros ao cristianismo hispânico, como a embriaguez, presença do demônio e a idolatria ao

[17] ÁVILA, 2012, p. 51.

[18] Estruturas organizacionais onde o sentimento de pertencimento a uma grupo era definido pelos laços de parentesco e pela crença em um ancestral comum - o que variava de ayllu para ayllu.

[19] DELUMEAU, 2009, p. 470-475.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 63 11/06/2019 08:41:33

discorrer sobre a festividade oferecida a Chuquisuso. Atribui, mais uma vez, a uma mulher mítica características que muito provavelmente não diziam respeito a concepção de feminino andino. A Chuquisuso, mulher que não se enquadrava na perspectiva de submissão e obediência, Ávila aponta que era oferecida uma festa demoníaca, onde os habitantes bebiam e ficavam embriagados, por virtude das forças do demônio que lá estavam presentes.

O mito enquanto elemento de diferenciação entre o *nós* e os *outros*

A concepção de mulher hispânica do século XVI, tantas vezes aqui mencionada, é por mim pensada partir de historiografias que versam sobre este tema, assim, destaco especialmente os trabalhos de Jean Delumeau (2009) e de Maria Rostworowski (1999; 2015) como importantes instrumentos de análise para observarmos o comportamento e o discurso sobre o feminino existentes nos escritos do Huarochirí. Estes, apesar terem sido escritos em quéchua, foram forjados no seio da sociedade colonial, por um padre, extirpador de idolatrias, que escrevia para a coroa hispânica baseado em seu painel interpretativo cristão.

O medo e a posterior demonização das mulheres europeias no século XVI é abordada por Delumeau, em sua obra *Historia do medo no Ocidente*, onde o autor destaca que, graças ao advento da imprensa, os manuais de caça às bruxas serão mais facilmente difundidos na Europa. Quando virgindade e caridade se tornaram verdades evidentes no seio do cristianismo e passaram a ser compreendidas como premissas básicas para se chegar ao paraíso, o homem foi visto como a imagem e a semelhança de Deus. Entretanto, essa definição não se fez válida para as mulheres, que passaram a ser compreendidas como seres dotados de lascívia, sexualidade e desejo, elementos que impedem o exercício de sua razão. Conclui Delumeau que "(...) Inferior ao homem, a mulher deve então ser-lhe submissa" (DELUMEAU, 2009, p. 472).

Esse painel interpretativo sobre o feminino aqui descrito por Delumeau será trazido para a América com o advento da conquista euro-

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 64 11/06/2019 08:41:33

peia do século XVI. Nesse sentido aponto a análise que Maria Rostworowski produzirá em sua obra *Mujer y poder en los andes coloniales* (2015), onde esta se preocupará em problematizar a questão do feminino nos Andes peruanos através do estudo de análise de crônicas, arquivos régios e eclesiásticos e um trabalho imbricado com a arqueologia. Rostworowski procurará elucidar o papel feminino no mundo andino, desde o período pré-incaico até o colonial. Em última instância, ela terá como objetivo devolver às mulheres autóctones o lugar que, por anos, não ocuparam na historiografia sobre a gente natural dos Andes. Destaca ainda a importância social destas para a dinâmica de alguns *ayllus*, especialmente no norte do Peru, na região de Piura, onde afirma ter havido a presença de mulheres *curacas* ("governantes") de linhagem matrilinear em período incaico e, até mesmo, pré-incaico[20].

Sendo assim, seriam os manuscritos do Huarochirí um documento que, apesar de escrito na língua dos naturais do Peru andino, é carregado de valores e significados cristãos? Ao analisarmos as passagens trazidas neste artigo é possível pensar que às mulheres - *Cavillaca* e *Chuquisuso* - foram atribuídas características muito próximas das categorias de comportamento pensadas sobre os dois sexos no mundo cristão do século XVI/XVII, ou seja, o feminino estaria naturalmente susceptível à idolatria, à incapacidade de lidar com suas vontades, à redução de seus corpos aos prazeres masculinos, etc. Sendo assim, estariam obrigadas a desempenhar o papel de serem mães e este, quando negado pelas mesmas, desemboca na morte social do ser desviante.

Esses mitos das sociedades do Huarochirí, além de analisados a partir do panorama da concepção de mundo hispânica também devem ser problematizados a partir da análise teórica da própria ideia de mito. Sendo assim, lanço mão da obra *Mito e realidade* de Mircea Eliade, onde este vai apontar a importância do mito em diversas sociedades atuais ou antigas abordando-o não como sinônimo de fábula, ficção ou invenção, mas sim a partir da

[20] ROSTWOROWSKI, 1999.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 65 11/06/2019 08:41:33

ideia de "história verdadeira", exemplar e significativa, incorporando, sobretudo, o caráter sagrado ao mito. O autor vai discorrer sobre estes mitos como uma categoria "viva" "no sentido de que fornece os modelos para conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência" (ELIADE, 1994, p. 8.) Por serem modelos para a conduta humana e por estarem em constante transito nas sociedades, esses mitos podem transformar e serem transformados (ressignificados) a partir das trocas sociais. As mitologias presentes dentro de uma esfera social mítica, "se transformaram e enriqueceram no curso dos séculos, sob a influência de outras culturas (...)" (ELIADE, 1994, p. 10) . Eliade ainda afirma que esses mitos que compõem o corpus social de um determinado grupo são reais porque tratam de assuntos reais, além de fundamentarem e justificarem o comportamento e toda a atividade dos indivíduos que estão inseridos naquela sociedade.

Alguns anos mais tarde esse pensamento será aprofundado por Marshal Sahlins em seu livro *Ilhas de história* especialmente quando este autor discorrerá sobre a ideia de mitopráxis. Segundo Sahlins:

> A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. (SAHLINS, 2011, p. 7)

Ao investigar, em seu livro, sobre a sociedade maori, seus mitos e a chegada inglesa nas terras da Nova Zelândia no século XIX, Sahlins descreve esta sociedade nativa como possuidora de uma atividade mítica viva em suas práticas culturais, que ordena e dá sentido as suas atividades diárias. Os mitos primordiais são fundamentadores das ordens e estruturas sociais e o que animou a vida dos mortos enquanto vivos (o *mana*) continua vivo em

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 66 11/06/2019 08:41:33

seus descendentes[21]. Da mesma forma, a morte de uma *huaca andina* não significava, para esta sociedade, seu fim em si. Cultos eram organizados em seu nome, festejos e mesmo quando não existia nenhuma comemoração para adorá-la, ela estaria protegendo quaisquer seres que lhes rendesse adoração.

A ideia de tempo mítico como tempo fantasioso precisou ser imposto pela empresa colonial sobre as concepções dos nativos ameríndios, em última instância, como elemento justificador da submissão destes àqueles. Ou seja, para os peninsulares era imprescindível o sucesso da sociedade colonial nos andes peruanos e este sucesso só seria exitoso a partir do estabelecimento de uma diferenciação e inferiorização das práticas exercidas pelos nativos. Aos mitos, categorizou como fábulas fantasiosas e às mulheres presentes nesses mitos, incorporou categorias de análise inteligíveis e naturais para a sociedade europeia do século XVI, possivelmente irreais para a dinâmica social andina.

Da mesma forma, sobre o mundo maori afirma Sahlins:

> Desse modo, onde o pensamento ocidental se esforça para compreender a história de eventos contingentes que cria para si mesma por invocar forças ou estruturas subjacentes, tais como as de produção ou de mentalité, o mundo maori desdobra-se enquanto eterno retorno ou manifestação recorrente da mesma experiência (SAHLINS, 2011, p. 85)

Quando pensamos que nos mitos descritos por Francisco de Ávila, especialmente os de *Chuquisuso* e *Pariacaca*, existe uma possibilidade ter sido imprimido certa aproximação às categorias de mundo europeia, devemos também pensar que, se Francisco de Ávila viveu entre os nativos durante toda a sua vida, possivelmente era conhecedor da importância dos mitos para

[21] SAHLINS, 2011. p. 92

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 67 11/06/2019 08:41:33

organização da sociedade andina e se assim fosse, poderia talvez interpretar e modificar a estrutura dos mitos primordiais das/dos *huacas*, aproximando esses mitos das matrizes interpretativas do mundo hispânico e mesmo da Bíblia Católica. A partir desta atitude poderia mudar, mais fácil e profundamente, a concepção dos nativos sobre os objetos sagrados (as *huacas*) e até mesmo modificar e reelaboração da ancestralidade comum, tão marcante nesta sociedade. Mesmo diante de uma perspectiva de mundo católica e europeia, se esse foi o objetivo de Ávila, ele ainda assim estaria utilizando a base da concepção do mito natural da cultura andina pois estaria reestruturando a ossatura mítica dessa sociedade, ou seja, estaria empregando o mito na realidade prática e aplicando a mitopráxis na estrutura de pensamento da sociedade andina, produzindo uma escrita "mestiça socialmente".

Outra perspectiva analisada nos mitos é a existência comum de um casal - homem e mulher - quando os acontecimentos primordiais são narrados. Eliade vai discorrer sobre uma dupla fundadora nos povos Navajos[22], a Mulher Cambiante e o Matador de Monstros, e que teria influenciado a forma de se comportar de todos os homens e mulheres daquela sociedade[23]. Em duas passagens míticas descritas aqui sobre os povos do Huarochirí, percebemos a presença de dois casais - *Cavillaca/Cuniraya*; Chuquisuso/*Pariacaca*. Esses casais são formados por homens que desrespeitam as vontades femininas e por mulheres que morrem socialmente ao perceberem que seus objetivos, relacionados à liberdade sexual, não foram alcançados e tampouco permitidos.

[22] Sociedade nativa norte do atual Estados Unidos.

[23] ELIADE, 1994. pp. 13

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 68 11/06/2019 08:41:33

Sobre a história mítica Eliade discorre que

> (...) um homem moderno, embora considerando-se o resultado do curso da História Universal, não se sente obrigado a conhecê-la em sua totalidade, o homem das sociedades arcaicas é obrigado a conhecê-la não somente para rememorar a história mítica de sua tribo, mas também a reatualizá-la periodicamente em grande parte. É aqui que encontramos a diferença mais importante entre o homem das sociedades arcaicas e o homem moderno: a irreversibilidade dos acontecimentos que, para este último, é a nota característica da História, não constitui uma evidência para o primeiro. (ELIADE, 1994, p.17)

Sendo assim, tanto para Sahlins quanto para Eliade, os mitos "vivos" existentes nas sociedades são responsáveis pela permanência de uma série de organizações sociais. Ao mesmo tempo são, pouco a pouco, reatualizados pelos indivíduos que fazem parte destas sociedades. Entre as tribos maoris, por exemplo, ganhava-se o direito sobre uma terra a tribo mais antiga que tivesse chegado e erguido sobre ela as estruturas do *tuahu*, ou seja, "um altar cercado dentro do qual erguiam-se um ou mais mastros" (SAHLINS, 2011, p. 89). Em um mito maori os sujeitos que chegaram, não na primeira mas na segunda canoa a um território em disputa, observaram a existência já de um *tuahu* construído com madeira verde, sendo assim, os recém chegados recolheram madeiras também verdades mas as assaram, dando o aspecto, após a construção do seu *tuahu*, que se tratava de um local sagrado mais antigo do que o que lá fora encontrado, modificando o mito da conquista daquela terra. Os mitos são, então, vivos, reformulados, verdadeiros, e essenciais para a organização das sociedades. Os mitos dos maoris se diferenciam, é claro, dos mitos andinos, mas a estrutura mítica enquanto organismo vivo e verídico no cotidiano destas sociedades coexistem.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 69 11/06/2019 08:41:33

Não podemos esquecer que a própria sociedade católica ocidental que desembarca no continente americano é uma sociedade repleta de mitos. O mito cosmogônico do Deus criador, os mitos de uma sociedade primitiva habitada por Adão e Eva (casal de irmãos e ao mesmo tempo pais da humanidade) e o mito do retorno do messias estão entre os mais conhecidos. Esses mitos estão na estrutura social das civilizações cristãs e ordenam o dia a dia destas sociedades. Contudo, apesar de carregada de elementos simbólicos, essa sociedade ocidental peninsular precisava diferenciar o nós dos outros a fim de garantir e justificar o sucesso e a necessidade da empresa colonial. Importante perceber que no mesmo ano em que Colombo chega à América (1492) e inicia a intenção da evangelização dos nativos americanos, o outro exterior, a Espanha repudia seu outro interior quando consegue a expulsão dos mouros da Península Ibérica na batalha de Granada, além de forçarem os judeus a deixarem seus territórios[24]. Todorov, em sua obra *A Conquista da América* ao falar sobre o contato entre espanhóis e Montezuma[25] destaca que a "verdade, ou aquilo que, para nós, ocupará seu lugar não é, porém, tão simples" (TODOROV, 2003, p. 87) para os nativos da atual América . A primeira reação espontânea dos conquistadores ao lidar com o estrangeiro foi a de imaginá-lo como inferior pelo fato deste ser diferente de *nós* (europeus). Desta forma, se esse estrangeiro é reconhecido como homem, então é homem inferior, se não fala a mesma língua que a nossa, não fala língua nenhuma[26] contudo essa não é a visão que os nativos possuem sobre eles mesmos, e a oposição entre *nós peninsulares superiores* e *os outros ameríndios inferiores* precisa ser constantemente reafirmada de forma que seja naturalizada. O tempo mítico e cíclico também deveria ganhar um opositor superior, ou seja, o tempo racional e linear e cristão. Por isto,

[24] TODOROV, 2003. pp. 69.

[25] Governante asteca que estava no poder quando os espanhóis chegaram na atual América..

[26] TODOROV, 2003. pp. 106.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 70 11/06/2019 08:41:33

> (...) os espanhóis consideraram a facilidade da conquista como uma prova da superioridade da religião cristã (...), e, ao mesmo tempo, foi em nome dessa superioridade que fizeram a conquista: a qualidade de uma justifica a outra e vice-versa. E é também a conquista que justifica a concepção cristã do tempo, que não é um incessante retorno e sim uma progressão infinita em direção à vitória final do espírito cristão (...) (TODOROV, 2033, p.122)

O tempo cíclico dos mitos, do eterno retorno, do culto às *huacas* ancestrais são categorias trabalhadas pelos conquistadores com o objetivo de enquadrar as sociedades portadoras destes elementos como inferiores, ou seja, as classifica e as hierarquiza com o objetivo de provocar diferença.

Penso aqui que as categorias sociais são intrínsecas à forma de vida humana. Os indivíduos criam classificações para tornar o mundo em que vivem em um ambiente inteligível e identificável para eles. Sendo assim, classificamos tudo o que nos rodeia, desde lugares e pessoas até culturas, modos de vida, vestimentas, etc. Marcel Mauss e Émile Durkheim no texto *Algumas formas primitivas de classificação* chegam a mencionar que existe uma lógica comum a diversos sistemas de classificação, algo de estrutural entre eles. Contudo, para os autores essas classificações do social sofrem a influência da dinâmica das relações que os indivíduos estabelecem entre si mesmos e podem ser variáveis e mutantes.

> O que caracteriza as referidas classificações é que as idéias estão nelas organizadas de acordo com o modelo fornecido pela sociedade. Mas desde que esta organização da mentalidade coletiva exista, ela é suscetível de reagir à sua causa e de contribuir para modificá-la. (DURKHEIM e MAUSS, 1969, p. 189)

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 71 11/06/2019 08:41:33

E avança:

> A sociedade não foi simplesmente um modelo de acordo com o qual o pensamento classificatório teria trabalhado; foram os próprios quadros da sociedade que serviram de quadros ao sistema. As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens nas quais as coisas foram integradas. (DURKHEIM e MAUSS, 1969, p.189)

Ou seja, para os autores as sociedades são sistemas complexos de classificação que se ressignificam a partir das relações sociais que ocorrem entre indivíduos e meio. Sendo assim, é preciso observar as representações, que as sociedades e os indivíduos criarão sobre si mesmos, como terreno fértil para compreender como estes se analisam e se compreendem. No entanto, apesar de Mauss e Durkheim concordarem que as classificações são essenciais para a organização social deixam claro que elas são incapazes de dar conta da multiplicidade de categorias existentes nas sociedades, não havendo, assim, sistema classificatório onde o esquema produzido é capaz abarcar todos os grupos e indivíduos.

Ainda mobilizando Durkheim e Mauss, podemos afirmar que as atitudes sentimentais e os valores emocionais de cada povo serão essenciais nos processos classificatórios. Quando levantamos essa questão para analisar a descrição da festividade referente a Chuquisuso, dotada de elementos caros ao cristianismo hispânico como a embriaguez, a presença do demônio e a idolatria, devemos pensar que, segundo a lógica de Durkheim e Mauss essas classificações são produzidas com base nos valores emocionais que passam a fazer parte da concepção de mundo que o autor possuirá sobre a nova sociedade andina colonial. Ou seja, se essas categorias não faziam parte da concepção de mulher nativa antes da empresa colonial e dos ensinamentos cristãos, com a

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 72 11/06/2019 08:41:34

estrutura social transformada, haverá a transformação também das categorias sociais e da ordem de classificação das coisas[27].

Os estudos mais recentes sobre o feminino deixam menos dúvidas a respeito do papel ativo que diversas mulheres tiveram no mundo andino e elucidam que classificá-las em estruturas monolíticas não dá conta da multiplicidade de esferas por elas ocupadas. Encontramos no livro de Maria Rostworowski e na descrição que esta faz sobre Inés Huaylas Yupanqui - mulher que foi entregue como esposa ao conquistador Fernando Pizarro – evidências de que o comportamento feminino nos Andes peruanos nem sempre esteve ligado ao recato, obediência e superioridade do masculino. É preciso compreender que a prática de ofertar uma autóctone a um homem era sinônimo, no mundo andino, de respeito e amizade. Esta atitude, que pode ser encarada pelas categorias de análise hispânicas como sinônimo de submissão do feminino frente ao masculino, não eclipsou o poder que Inés Yupanqui desempenhou nas relações de intersecção entre o mundo em que foi criada - andino - e sua nova sociedade colonial. Ela foi peça fundamental nos diálogos e estratégias entre os dois mundos e no consequente estabelecimento da harmonização entre eles. As mulheres, assim como os homens, faziam as suas escolhas, na maior parte do tempo[28], na sociedade colonial[29].

Os Andes peruanos devem ser vistos como uma região onde existiu uma heterogeneidade de relações entre os indivíduos que lá habitaram, seja antes ou após o estabelecimento da empresa colonial. A forma como Francisco de Ávila descreve o feminino pode ser percebida, por um lado, como uma tentativa de nivelamento e de homogeneização desta multiplicidade, pois era necessário criar classificações e representações sobre o mundo nativo que fosse compreensível para o leitor hispânico. O problemático é que

---

[27] DURKHEIM e MAUSS, 1969. pp. 201-202

[28] Destaco aqui em especial a mobilidade e importância das mulheres de linhagem nobre.

[29] ROSTWOROWSKI, 2016. p.17.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 73 11/06/2019 08:41:34

nem sempre, ou quase nunca, essas categorias faziam sentido para os próprios nativos e ainda mais: apesar do esforço do missionário, esses esquemas não dão conta da diversidade da realidade existente durante a existência da sociedade colonial. Por outro lado, podemos interpretar os escritos de Ávila como um retrato da mais pura mestiçagem social forjada por Poloni, pois nos escritos deste missionário percebe-se uma hibridização de pensamentos e de elementos existentes tanto na matriz de pensamento hispânica quanto andina. Destaco ainda que alguns estudos produzidos[30] encontraram vestígios da existência de sociedades andinas de linhagem matrilinear - como dito anteriormente - onde as *curacas* do sexo feminino lideravam o território e eram indivíduos voltados para a guerra e defesa do mesmo[31], entretanto, apesar dos vestígio deixados por essas sociedades serem pouco contestáveis na atualidade, percebemos que o protagonismo do feminino praticamente desaparece nos relatos dos séculos XVI/XVII e que, quando inevitável, enquadram as mulheres em categorias caras para a sociedade hispânica do mesmo período.

Considerações finais

Os relatos produzidos pelos Manuscritos do Huarochirí, no que se refere à questão do comportamento e enquadramento do feminino diante das adversidades descritas nos mitos andinos primordiais, podem refletir, por um lado, a necessidade de enquadrar e classificar estas mulheres de acordo com classificações que fizessem parte de uma normatização a ser seguida no mundo social e cultural hispânico do século XVI/XVII (mulheres passivas, submissas às decisões tomadas pelos indivíduos do sexo masculino e corrompíeis quando encontradas gozando de liberdade). No entanto, não

[30] María Rostworowski (1999); Susane Rodrigues de Oliveira (2012); Irene Silverblatt (1990), Elisa Frühauf Garcia (2015), etc.

[31] PRZADKA-GIERSZ, 2015; e ROSTWOROWSKI, 1999.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 74 11/06/2019 08:41:34

podemos esquecer que o autor deste manuscrito foi um indivíduo que viveu durante toda a sua vida dentro do mundo andino e, possivelmente, conhecia profundamente as matrizes de pensamento que faziam sentido para esta sociedade, como os mitos, o tempo cíclico, o protagonismo do feminino e do masculino, etc. Sendo assim, ao ser escolhido para ser o missionário que reuniria todos os mitos e fábulas sobre a província do Huarochirí não estaria ele próprio movendo e reformulando o mito vivo presente nesta sociedade? Levanto aqui a concepção de narrativa destacada por Maria Rostworowski em seu livro *Historia del Tahuantinsuyo*, onde a autora destaca:

> Es obvio que los indígenas no compartían de las mismas preocupaciones europeas. Los hechos que deseaban recordar no correspondían necesariamente a las exigencias de otras latitudes. Podemos asegurar que en el ambito andino no existió un sentido histórico de los acontecimientos, tal como lo entendemos tradicionalmente. La supuesta veracidad y cronología exata de los sucesos no era requerida, ni considerada necesaria. La costumbre cusqueña de omitir intencionalmente todo episodio que molestara al nuevo Señor, confirma lo expuesto. (ROSTWOROWSKI, 1992, p. 13)

Ou seja, a lógica existente nos relatos contados pelos indígenas não partia das mesmas preocupações européias e a veracidade dos fatos não estava ligada à mesma ideia de verdade como a defendida pelos peninsulares. Teria Francisco de Ávila se valido desta perspectiva ao descrever o manuscrito do Huarochirí? Agregado à sapiência de que os mitos são parte organizacionais da sociedade andina, teria Ávila modificado as narrativas sobre os mitos primordiais dessa sociedade a fim de atingir e transformar a base de pensamento mais profunda dos naturais da província do Huarochirí, de forma que garantisse o sucesso da empresa colonial? Esta é uma reflexão ainda em desenvolvimento. Contudo, acredito que é possível que nos escritos do Huarochirí

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 75 11/06/2019 08:41:34

encontremos a mesma lógica presente em algumas crônicas andinas[32], ou seja, quando necessita-se relatar uma passagem onde é impossível negar importância e prestígio social de determinadas mulheres em seus *ayllus*, produz-se sua depreciação moral (*Cavillaca* morreu socialmente e seu desejo de não ter relações sexuais com uma *huaca* pouco foi respeitado; *Chuquisuso* também experimenta uma morte social e posteriormente à sua morte é responsável por uma festividade onde estão presentes a embriaguez e elementos demoníacos). Podemos pensar que esses elementos, naturais e conhecidos para o mundo europeu do XVI/XVII podem ser estranhos ao mundo andino, que não conhecia o demônio, por exemplo. Não obstante, apesar de discorrer sobre a origem das *huacas*, que serão objeto de adoração dos andinos, Francisco de Ávila também organiza seu texto de forma a não confrontar a concepção, princípios e valores referentes à Bíblia católica o que reforça a ideia de que este autor estaria mesclando os mitos andinos à religião (ou mitos) ocidental cristã, ou seja, promovendo uma *mestiçagem social*. Por isso, o questionamento se os escritos do Huarochirí seriam realmente um relato de mitos, heróis e heroínas naturais do mundo andino ou se se trata de uma narrativa que constrói um painel interpretativo a fim de mesclar as compreensões de mundo católica europeia e a andina, resultando na lógica da sociedade colonial. Esta obra, de profunda riqueza etnográfica, deve ser analisada com profundo respeito pois trata-se do única fonte da América colonial hispânica escrita integralmente em quéchua.

[32] Refiro-me aqui especialmente às crônicas de GARCILASO DE LA VEGA, 2005 e GUAMAN POMA DE AYALA, 1936. Ambas trabalhadas por mim na pesquisa de doutorado.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 76 11/06/2019 08:41:34

Fontes e bibliografias citadas

I. Fontes

ÁVILA, Francisco. *Dioses y Hombres de Huarochirí: narración quechua recogida por Francisco de Ávila*, (1598?). 2.ed. Lima: IEP, 2012.

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Comentarios Reales de los incas*. México: FCE, (2 vol.) 2005.

GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe [1615/1616]. *Nueva corónica y buen gobierno*. Tomo I, México: Fondo de Cultura Económica, 1936.

II. Bibliografias

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BERNAND, Carmen (Org.) *Descubrimiento, Conquista y Colonización de America a quinientos años.* México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

BRADING, David A; Orbe Indiano. *De la monarquia católica a la república criolla, 1492-1867*. México: FCE, 1991.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente. 1300-1800: uma cidade sitiada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. *De quelques formes primitives de classification, in Mauss, Marcel, Essais de Sociologie*, Paris: Éditions de Minuit, 1969, p.162-230.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

GARCIA, Elisa Frühauf. "Conquista, sexo y esclavitud en la cuenca del Río de la Plata: Asunción y São Vicente a mediados del siglo XVI". In: Americania. *Revista de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Pablo de Olvide de Sevilla*. Nueva Época (Sevilla). n.2, p. 39-73, jul-dic, 2015.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol Séculos XVI-XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

LEÓN LLERENA, Laura. *José María Arguedas, traductor del Manuscrito de Huarochirí. Cuadernos del CILHA*, Universidad Nacional de Cuyo Mendoza, Argentina, vol. 13, núm. 17, 2012. pp. 74 a 89.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 77 11/06/2019 08:41:34

NAVARRETE LINHARES, Frederico. "¿Donde queda el pasado? Reflexiones sobre los cronotopos históricos". In: GUEDEA, Virginia (Coord.). *El historiador a la frente de la historiografia el tiempo en Mesoamérica*. México: Instituto de Investigaciones históricas, Serie Divulgación, nº 5, 2004. p.29-52. (Disponível em: http://www.academia.edu/1016699/ _D%C3%B3nde_queda_el_pasado_Reflexiones_sobre_los_cronotopos_hist%C3%B3ricos) Acessado em julho de 2011.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. "As crônicas coloniais e a produção de sentidos para o universo incaico e o passado das origens do Tawantinsuyo" In: *DIMENSÕES – Revista de História da Ufes*. América: Governos e Instituições. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, no 20, 2008. (Disponível em: http:// www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2471) Acessado em setembro de 2010.

_____. *Por uma história do possível: Representações das mulheres incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

_____. *Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o "Império" Inca*. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, p. 60.

____. "Representações de gênero nas tradições históricas e cosmogônicas do Huarouchiri (1598)", In: *Caderno Espaço Feminino*, v.23, n. 1/2, p. 169-197, 2010. (Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277107924_Representacoes_de_genero_nas_tradicoes_historicas_e_cosmogonicas_do_Huarochiri_1598). Acessado em julho de 2016.

PEASE, Franklin G.Y. "Los Andes". In: _____ & PONS. Frank Moya (Coord.) *Historia General de America Latina*. Vol. II. Madrid: Ed. Trota, 2000, 2007. p. 155-172.
POLONI-SIMARD, Jacques. "Historia de los indios en los Andes, los indigenas en la historiografia andina: análisis y propuestas". In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos. *Anuario IEHS*, Tandil, Angentina, no 15, 2000. pp 87-100

PORRAS BARRENECHEA, Raúl. Mito, tradición e historia del Peru. Lima: Inst. Paul Porras Barrenechea, 1969.

PRESCOTT, William H. *The conquest of Peru*. EUA: Mentor/Ancient Civilizations, 1961.

ROSTWOROWSKI, Maria de Diez Canseco. *Historia del Tawantinsuyo*. 2.ed., Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1999.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 78 11/06/2019 08:41:34

____. "Los curacas costeños." In: *Revista Historica*. Peru: *Revista Historica XXIII. 2*, 1999. pp. 283-311 (Disponível em: http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/historica/article/ viewFile/8759/9144) Acessado em agosto de 2016.

____. Mujer y poder en los Andes coloniales. *"Doña Francisca Pizarro. Una ilustre mestiza, 1534-1698" y otros ensayos acerca de la mujer en los Andes prehispánicos y coloniales*. Lima: IEP, 2015.

SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVERBLATT, Irene. Luna, *Sol y Brujas – Gênero y clases en los Andes prehispánicos y coloniales*. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1990.

STERN, Steven. *Los pueblos indígenas del Perú y el desafio de la Conquista*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WACHTEL, Nathan. La vision des vaincus: les indiens du Pérou devant la conquête espagnole (1530-1570). Paris: Gallimard, 1971. PRZADKA-GIERSZ, Patrycja. "Supervivencia de las tradiciones prehispánicas en la sociedad colonial del Peru: Testamentos de mujeres indígenas de la élite y clase media de los siglos XVI y XVII". In: *Revista Temas Americanistas*. Sevilla: Número 34, 2015. pp. 124-138 (Disponível em: http://institucional.us.es/tamericanistas/uploads/TA-34/ARTICULO%20DEFINITIVO%20Przadka_Giersz.pdf). Acessada em agosto de 2016.

PORTUGAL, Ana Raquel M. Da C. M. "O ayllu mestiço". In: *Dimensões – Revista de História da Ufes*. América: Governos e Instituições. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 20, 2008.

Recebido em: Agosto / 2018
Aceito para publicar em: Setembro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 79 11/06/2019 08:41:34

A padroeira dos operários sob controle da hierarquia da Igreja

Marta Rosa Borin
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Toda a Graça, padroeira do Estado do Rio Grande do Sul, foi explorada, tanto pelo clero católico quanto pelo governo de Getúlio Vargas, como uma estratégia para doutrinar a classe operaria. Essa devoção mariana permitiu que a Igreja Católica gaúcha contribuísse, não somente para o projeto nacional de Restauração Católica, nos anos de 1930, mas também garantiu o espaço de influencia do catolicismo nos Círculos Operários. O resultado esperado era santificar as famílias operárias brasileira e afastá-las do afluxo das ideias comunistas. Esta iniciativa estava relacionada a um projeto maior, o de legar uma identidade católica à nação brasileira. Como resultado positivo para a Igreja, essa devoção tornou-se também a padroeira dos Círculos Operários.

Palavras chaves: devoção, política, catolicismo

Abstract

The devotion to Our Lady Mediatrix of All Grace, patroness of the State of Rio Grande do Sul, was explored, both by the Catholic clergy and the Getúlio Vargas government, as a strategy to indoctrinate the working class. This Marian devotion allowed the Catholic Church of Rio Grande do Sul to contribute, not only to the national project of Catholic Restoration, in the 1930s, but also guaranteed the influence of Catholicism in the Worker Circles. The expected result was to sanctify Brazilian working families and to remove them from the influx of communist ideas. This initiative was related to a larger project, that of bequeathing a Catholic identity to the Brazilian nation. As a

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 81 11/06/2019 08:41:34

positive result for the Church, this devotion has also become the patroness of the Worker Circles.

Keywords: devotion, politics, Catholicism

Resumen

La devoción a Nuestra Señora Medianera de toda la Gracia, patrona del Estado de Rio Grande do Sul, fue explorada, tanto por el clero católico y por el gobierno de Getúlio Vargas, como una estrategia para adoctrinar a la clase obrera. Esta devoción mariana permitió que la Iglesia Católica gaúcha contribuyese, no sólo para el proyecto nacional de Restauración Católica, en los años de 1930, sino que también garantizó el espacio de influencia del catolicismo en los Círculos Obreros. El resultado esperado era santificar a las familias obreras brasileñas y apartarlas del aflujo de las ideas comunistas. Esta iniciativa estaba relacionada a un proyecto mayor, el de legar una identidad católica a la nación brasileña. Como resultado positivo para la Iglesia, esta devoción se ha convertido en la patrona de los Círculos Obreros.

Palabras claves: devoción, política, catolicismo

Inicialmente faz-se necessário dizer sobre a importância das devoções marianas para a população brasileira, sobretudo, a partir do século XIX, quando foi decretado pelo Papa Pio IX, o dogma de Imaculada Conceição de Maria, em 1854. Trinta anos depois, a Princesa Isabel doava, em 1884, uma coroa de ouro com pedras preciosas para adornar a pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, do Brasil. Com o adorno, ela foi coroada solenemente no Rio de Janeiro, em 1904, por ordem do Papa Pio X.

No século seguinte, nos anos de 1930, com a aclamação de Nossa Senhora da Conceição de Aparecida como padroeira do Brasil, a Igreja católica estava reafirmando a fé do império português o qual, em 1646, foi

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 82 11/06/2019 08:41:35

consagrado a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, por solicitação de D. João IV[1].

A história de Nossa Senhora Aparecida sempre teve muita receptividade pela população, desde quando foi encontrada no Rio Paraíba, em 1717, por um grupo de pescadores que, nas suas redes, recolheram a cabeça da imagem e, logo em seguida, o restante do corpo apareceu nas malhas de outra rede. No entanto, o reconhecimento oficial desta devoção ocorrerá quando a questão da identidade brasileira estava sendo discutida e reelaborada, em torno das décadas de 1920 e 1930. É uma época de "aproximações entre as elites e o povo depois de longo período de frequentes expressões de desprezo por negros e mestiços entre os intelectuais". Muitos intelectuais se empenharam para reconhecer o Brasil como um país de cultura plural, destacando como de fundamental importância as contribuições de negros e mestiços, além de brancos e índios[2]. Além disso, o clero católico se mobilizava contra a descristianização da sociedade e contra o comunismo.

O avanço das ideias comunistas entre os operários preocupava as elites dirigentes (civis, militares e eclesiásticas) bem como os episódios político-militares dos anos de 1920, chamados de Tenentismo[3]. No entanto, um fato

[1] No início do século XIV, a pedido dos reis de Portugal, o Bispo de Coimbra instituiu no reino lusitano a festa à Imaculada Conceição. Cf. SANTOS, Armando Alexandre dos. O culto de Maria Imaculada na tradição e na história da Portugal. São Paulo: Artpress; Portugal: Livraria Civilização, 1996, p. 7-27.

[2] WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**: idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006, p. 275-

[3] A primeira revolta tenentista, chamada "os Dezoito do Forte", ocorreu por ocasião das eleições de 1922 quando, durante a campanha eleitoral, foram ofendidos pelos opositores, o Exército e o Marechal Hermes da Fonseca. A segunda revolta tenentista contra o governo republicano ocorreu em São Paulo, em 1924, surgindo motins no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Amazonas e Sergipe. O Exército bombardeou os quartéis revoltosos e os tenentes retiraram-se para Foz do Iguaçu, onde se uniram aos oficiais gaúchos, formando a Coluna Prestes. A terceira revolta tenentista ocorreu no Rio Grande do Sul, saindo de Alegrete e, com o auxílio dos tenentes de São Paulo, travou inúmeros combates sob a

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 83 11/06/2019 08:41:35

histórico ocorrido na Revolução de 1930, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, reverteria a situação de tensão em relação à cristianização dos operários.

Como a cidade sul rio-grandense era sede da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, fundada em 1913, nela se concentrava um número significativo de funcionários públicos do Estado e isto representou intensas mobilizações em torno de reinvindicações trabalhistas. Segundo Petersen (2001, p. 296-360), o período de 1912 a 1916 foi assinalado por inúmeras greves em vários municípios gaúchos envolvendo diversas categorias, período em que a Federação Operária do Rio Grande do Sul esteve sob o controle dos anarquistas. A autora tem alguns registros de greves ocorridas em Santa Maria: no ano de 1912, houve greve "dos operários de pedreiras, carpinteiros e marceneiros reivindicando a jornada de 8 horas de trabalho". Em 1913, ocorreu a greve de duas categorias: dos cocheiros "em protesto pelos maus tratos recebidos por um fiscal da municipalidade" e dos tipógrafos de um jornal, protestando "pela repressão de um companheiro". Os dados apresentados pela autora revelam que o período era de tensão entre os operários e o Estado. Em 1916 e 1917 as greves em Santa Maria continuaram, como a dos cocheiros por terem sido impedidos de entrar com seus carros na estação ferroviária. Ela informa ainda que, de 1917 a 1920, os grandes centros do País são marcados por uma onda de movimentos grevistas que foram reprimidos pelo Estado.

No Rio Grande do Sul, a paralisação de 1917 começou em Santa Maria, dia 31 de julho, com os operários da Viação Férrea e estendeu-se às outras cidades do Estado servidas pela Viação Férrea[4]. Reivindicavam aumento salarial, jornada de 8 horas, semana inglesa e o retorno dos escritórios da

liderança de Luiz Carlos Prestes. Depois de mais de dois anos de batalha os revoltosos retiram-se para a Bolívia.

[4] O jornal *A Federação* de Santa Maria noticia, no ano de 1917, as várias greves ocorridas na cidade e no País, AHMSM, Santa Maria.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 84 11/06/2019 08:41:35

Companhia para Santa Maria, no que não foram atendidos pela Companhia arrendatária que estava sob administração do americano Sr. Cartwright. Essa greve terminou em outubro, quando o governo federal ocupou militarmente a ferrovia, devido à declaração de guerra do Brasil à Alemanha. Foi quando Borges de Medeiros advogou pela causa dos operários e tiveram atendidas suas solicitações.

As insatisfações dos operários sul rio-grandenses em relação ao trabalho são externadas novamente em 1919. Em Porto Alegre, por exemplo, ocorreu uma greve entre os operários de um armazém da Viação Férrea, em virtude de terem sido despedidos dois estivadores[5]. Petersen (2001) registra que, naquele ano, os funcionários da Viação Férrea de Santa Maria realizaram outra greve em protesto pela demissão de companheiros, na qual foram vitoriosos. No mesmo ano, foi fundada uma sociedade operária com escola, biblioteca e sede social, com o nome de União Geral dos Trabalhadores.

As insatisfações dos operários, manifestadas nas greves, encontrariam respostas, segundo Batalha (2000), em diferentes tendências que atuariam no movimento operário. Uma forma de organização significativa da classe operária durante a República Velha são os Círculos Operários, resultado da aproximação entre dirigentes operários e situacionistas do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de Borges de Medeiros, numa tentativa de incorporar o operário à sociedade moderna.

O movimento circulista que surge no Rio Grande do Sul também aparecerá em outros Estados brasileiros, visando fortalecer o operariado e suas famílias. Tornou-se um movimento influente e muito apoiado pela Igreja que, na década de 1930, assume-o nacionalmente. O circulismo em Santa Maria, além de lutar pelos direitos trabalhistas, buscou, na educação e na formação moral cristã, as metas para a vida dos operários e seus

[5] "Greve entre o pessoal de um armazém da Viação Férrea". *Diario do Interior*. Santa Maria, 19 nov. 1919, ano IX, n. 271, p. 3, AHMSM, Santa Maria.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 85 11/06/2019 08:41:35

familiares. O intuito era afastá-los das ideias comunistas e dos anticlericais, integrando trabalhadores de várias áreas a partir de momentos de lazer, de esporte, de educação e de reivindicação trabalhista (DIEHL, 1990).

Nesse sentido, a Igreja católica além de promover a vinda de religiosos para atuarem na educação dos filhos dos operários fundou os Círculos Operários.

A agitação entre os operários continuou acontecendo na cidade. Em setembro de 1920, os operários da União Geral dos Trabalhadores de Santa Maria ameaçaram fazer greve se colegas demitidos das oficinas em Rio Grande não fossem reintegrados ao trabalho. Só foram readmitidos os "mais ordeiros e respeitosos"[6]. O movimento grevista em torno da permanência de escriturários nas oficinas da Viação Férrea de Santa Maria também foi vitorioso[7].

Segundo Beltrão (1979), as greves dos ferroviários somente irão cessar em fevereiro de 1921, quando as oficinas são reabertas, sendo demitidos "os cabeças do movimento" e proibida a admissão de filiados à União Geral dos Trabalhadores por ser considerada foco de greves, desordens e perturbações na vida dos operários. Um indício de que essa associação não tinha muito prestígio pelos conservadores e, consequentemente seus apoiadores.

Por outro lado, as divergências entre as elites políticas acabaram gerando agitações políticas, no Rio Grande do Sul, como a Revolução de 1923, a qual resultou para Santa Maria num ataque ao quartel da Brigada Milita (BELÉM, 2000) e no ano de 1925, devido à insatisfação da população e do próprio chefe do PRR, Borges de Medeiros, com a administração municipal, quando seu correligionário santa-mariense, Dr. Carlos Ribeiro

[6] "Rumores de Greve", Diario do Interior, Santa Maria, 26 set. 1920, ano X, n. 219, p. 3, AHMSM, Santa Maria.

[7] "Viação Férrea: os escriturários não sairão de Santa Maria. Uma greve", Diario do Interior, Santa Maria, ano X , 11 set. 1920, p. 3, AHMSM, Santa Maria.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 86 11/06/2019 08:41:35

Tracques, provocou uma mobilização na cidade por causa da cassação do seu mandato como Intendente, ocorrido com o apoio de Borges de Medeiros. Tracques era acusado de perseguir funcionários que lhe recusassem apoio, de aliciar pessoas dispensadas da Viação Férrea com fins subversivos, além de ser acusado de não administrar bem as verbas públicas[8]. Com a instabilidade política, a cidade de Santa Maria enfrenta o levante militar de 1926, quando os tenentes revoltosos atacaram o Quartel do 7º Regimento de Infantaria.

No jornal *O Castilhista*, várias notícias referem os "horrores" desencadeados na cidade em novembro de 1926. O fato foi narrado como uma sangrenta e vingativa tragédia combatida pela Brigada Militar do Estado, comandada pelo Major Aníbal Garcia Barão contra os revolucionários da Coluna de Zeca Neto. Estes saqueavam lojas, casa e estâncias, praticando muitas degolas na cidade e zona rural. Os revoltosos também atacaram em São Sepé, Erechim, Candelária e Caçapava do Sul. Nesta, aprisionaram alguns republicanos[9]. Derrotados os revoltosos de Zeca Neto, foram para o exílio no Uruguai. Em Santa Maria, morreram alguns militares e entre os feridos também havia civis.

Outro episódio alarmava a população, o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Getúlio Vargas, que provocou uma revolução armada contra o governo

[8] "O manifesto do Sr. Ribeiro Tracques". *O Castilhista*, Santa Maria, 21 ago. 1926, ano II, n. 88, p. 1 e 2; "A consulta eleitoral de 5: apenas 188 eleitores contra a cassação". *O Castilhista*. Santa Maria, 11 set.1926, ano II, n. 92, p. 1; "*Consumatum est*". *O Castilhista*, Santa Maria, 25 set. 1926, ano II, n. 94, p. 1; "A língua dos bajuladores". O Castilhista. Santa Maria, 13 nov. 1926, ano II, n. 101, p. 2. AHMSM, Santa Maria.

[9] "Delinqüentes". O Castilhista. Santa Maria, 27 nov. 1926, ano II, n. 102, p. 1; "Várias notícias referentes ao criminoso levante militar nesta cidade". O Castilhista. Santa Maria, 27 nov. 1926, ano II, n. 102, p. 2; "26 Corpo Auxiliar". *O Castilhista*. Santa Maria, 27 nov. 1926, ano II, n. 102, p. 1; "A morte do saudoso Capitão Mario Druck". *O Castilhista*. Santa Maria, 27 nov. 1926, ano II, n. 102, p. 1, e "Revolucionário não; bandidos!" O Castilhista. Santa Maria, 08 jan. 1927, ano II, n. 106, p. 1, AHMSM, Santa Maria.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 87 11/06/2019 08:41:35

de Washington Luiz. O movimento, que eclodiu em 03 de outubro de 1930, levou Washington Luiz a entregar o poder a uma junta militar, aconselhado por Dom Sebastião Leme, Cardeal do Rio de Janeiro[10].

Em Santa Maria, esse episódio, como em todo o Rio Grande do Sul, teve desdobramentos. Estavam aquartelados na cidade duas unidades do Exército Nacional e uma da milícia estadual. Com a eclosão da revolução, a população temia um novo embate na cidade. Na iminência desse episódio, segundo Belém (2000, p. 285-287), "nos cafés, nas barbearias, nas lojas não se falava em outra coisa" senão na eclosão da revolução. Mas, "o Tenente Coronel Honório Campelo, comandante do 5º Regimento de Artilharia", afirmava que "queimaria até o último cartucho em defesa do governo da República". Com isso, a cidade ficou em polvorosa e ninguém ignorava que a revolta aconteceria em todo o Rio Grande do Sul ao mesmo tempo e todos sabiam que "o primeiro ato dos rebeldes era prender o General Fernando Medeiros comandante das forças federais". Como os populares acorreram na data marcada para a Praça Castilhista. Santa Maria, 27 nov. 1926, ano II, n. 102, p. 1; "A morte do saudoso Capitão Mario Druck". O Castilhista. Santa Maria, 27 nov. 1926, ano II, n. 102, p. 1, e "Revolucionário não; bandidos!" O Castilhista. Santa Maria, 08 jan. 1927, ano II, n. 106, p. 1, AHMSM, Santa Maria.

Saldanha Marinho para, de soslaio, presenciar a prisão do General Medeiros, o autor afirma que a prisão, sem resistência, do general, em frente ao Telégrafo Nacional da cidade, era coisa combinada e "devido ao civismo do General Fernando Medeiros não houve derramamento de sangue na cidade". Mas essa não foi a versão eclesiástica.

Acreditando no poder místico da devoção o jesuíta Inácio Valle passou a invocá-la pedindo pela proteção da cidade de Santa Maria por ocasião da

[10] SILVA, Pe. Francisco Oliveira. *O Cardeal Leme e a Revolução de 1930*. Roma, 1995. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Gregoriana, Faculdade de História Eclesiástica, 1995, p. 60-65.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 88 11/06/2019 08:41:35

revolução de 1930. Os jornais da época indicam que a cidade não foi atacada, fato atribuído às orações de suplica a Virgem Medianeira pela proteção da cidade. O prodígio de tal invocação rendeu vantagens ao clero católico que passou a organizar romarias em honra à santa e aventar a necessidade da construção de um Santuário para receber os devotos. Este projeto para uma cidade do porte de Santa Maria, época com aproximadamente 30 mil habitantes, sinalizava que a expectativa do clero era, não somente projetar a devoção mariana e trabalhar pela afluência de muitos devotos, mas, também, fazer desse potencial simbólico um mecanismo de controle da classe operária simpatizante do ideário comunista.

Se, nos anos de 1930, o poder do clero local, ao retroagir sobre os grupos anticlericais, triunfou foi por conta da campanha eclesiástica pelo reconhecimento de *Nossa Senhora Medianeira* como aquela que teria protegido a população da cidade sul rio-grandense por ocasião da Revolução de 1930. Nos anos subsequentes o empenho do clero seria pelo reconhecimento nacional desta invocação mariana, ao menos oficialmente, pois, em 1939, em Concílio Plenário os Bispos católicos do Brasil, reunidos no Rio de Janeiro, aprovaram *Nossa Senhora Medianeira* como a padroeira da Confederação dos Círculos Operários Católicos. Com esta nomeação creditava a ela, a "*Rainha e Advogada de todos os Círculos Operários do Brasil*", poder de mediação entre o povo oprimido (operário) e a elite dirigente.

Neste sentido, o clero diocesano de Santa Maria contou com o apoio do Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, e a devoção foi sendo projetada em nível nacional. O propósito foi tomando vulto pois, para o clero católico a afluência das ideias comunistas poderia desviar os trabalhadores brasileiros dos princípios cristãos, numa cidade como Santa Maria com uma significativa população operária. Para reforçar as iniciativas do clero D. João Becker afirmava que Nossa Senhora Medianeira era modelo, símbolo de aprovação ou aceitação, por parte do governo brasileiro das ações

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 89 11/06/2019 08:41:35

da Igreja junto aos operários, pois a Igreja havia confiado a ela o controle da movimentação comunista entre os operários no Rio Grande do Sul.

Essas iniciativas estavam ligadas a um projeto maior, o de legar uma identidade católica nação brasileira do qual a cidade de Santa Maria se inseria e com isto se projetaria nacionalmente. Como o governante Getúlio Vargas contava com o beneplácito daquele episcopado e vice-versa, as ações dos jesuítas em relação à cristianização da classe operária estavam respaldadas.

Assim, a preocupação da Igreja em relação à expansão das ideias comunistas no Brasil justificava a criação de Círculos Operários no Rio Grande do Sul, a ponto de, em 1933, a Federação dos Círculos Operários Católicos já contar com treze círculos. Igualmente, quando no Estado Novo, (1937-1945), Getúlio Vargas favoreceu a doutrina e a organização dos Círculos Operários, reprimindo ao mesmo tempo o movimento operário de esquerda, os Círculos Operários se multiplicaram e os padres jesuítas foram um dos parceiros do Estado traçando suas próprias regras para a "salvação" da família operária.

A ideia de sacralizar a política social implantada após 1930 (SOUZA, 2002) e restaurar a dignidade do trabalhador, de manter a nação católica afastada da sociedade de experiências radicais vindas pelo sindicalismo e pelo capitalismo liberal, foi marcada simbolicamente, em 1939, quando Nossa Senhora Medianeira foi elevada à condição de Padroeira dos Círculos Operários. A devoção projetava Santa Maria e o catolicismo, e indicava que o projeto da Igreja de doutrinar os operários de acordo com os princípios e moral cristã tinha o respaldo do governante para que as ideias de comunismo não encontrassem espaço naquelas agremiações.

Para oficializar as iniciativas da Igreja católica em prol da devoção à Padroeira dos operários ficou decidido no Concílio Plenário Brasileiro, em

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 90 11/06/2019 08:41:35

1939, que, a partir de 1940, a festa em honra a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças teria "missa e ofício próprios" e seria celebrada a 31 de maio[11].

Ao estabelecer a data da festa em todo o território nacional os líderes religiosos católicos estavam legitimando o poder e o prestigio daquela invocação mariana. O mesmo aconteceu, em nível regional, quando ela foi reconhecida, em 1942, como Padroeira do Estado do Rio Grande do Sul. O ideal do clero santa-mariense, representado pelo Bispo de Santa Maria, D. Antônio Reis, e do jesuíta, padre Inácio Rafael Valle estava sendo alcançado. Aquelas conquistas, somadas ao reconhecimento de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil completava a ideia de que a Igreja consolidara seu prestígio diante da população e das autoridades civis. A igreja externava visivelmente a ideia de que o Brasil era uma nação verdadeiramente católica após a Proclamação da República.

Outro acontecimento que pode referendar a importância da devoção mariana e com ela a reafirmação do catolicismo no Rio Grande do Sul foi o destaque dado ao deslocamento da imagem de Nossa Senhora Medianeira à capital do Estado, Porto Alegre, no dia 1º de maio de 1948, em carro alegórico, como *Rainha e Padroeira dos Círculos Operários*, "poderosa e disciplinada agremiação trabalhista, disseminada em todo o território nacional". Um percurso que mobilizou autoridades civis e militares, dando a dimensão do poder simbólico da devoção. A santa teria sido recebida "pelo povo com júbilo e preces na estação de trem".

Para referendar ainda mais a confiança que poderia ser depositada nesta devoção mariana, os jesuítas e outros sacerdotes, buscaram obter o reconhecimento pontifício do Dogma da Mediação Universal de Maria

[11] Em 1974, a 31ª romaria presidida pela primeira vez por D. José Ivo Lorscheiter, foi celebrada a primeira Festa Litúrgica de Nossa Senhora Medianeira de acordo com o novo calendário litúrgico autorizado pelo Vaticano, quando passou do mês de maio para o segundo domingo do mês de novembro.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 91 11/06/2019 08:41:35

Santíssima. Devido sua importância foi tema do V Congresso Eucarístico dos Círculos Operários, no Rio de Janeiro, em 1950. Naquele evento ficaram conhecidos os quinze anos de trabalho dos circulistas em favor da devoção à Medianeira que, segundo a apreciação dos congressistas, pretendeu "salvar da ruína as massas proletárias".

Outra iniciativa foi a do jesuíta, padre Leopoldo Brentano que, em 1951, entregou ao Papa uma lista com cento e dezessete mil assinaturas de operários, encabeçada pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, altas autoridades federais e pelo cardeal do Rio de Janeiro. As assinaturas, reunidas em sete volumes, foram angariadas entre operários de vários países e passaram de trinta mil. Esta iniciativa, segundo Valle, partiu do Círculo Operário Porto-Alegrense, que organizou junto ao Seminário Central de São Leopoldo um plebiscito mundial pela definição do dogma da mediação de Maria: o "Plebiscitum Seminaristicum Mundiale".

As estratégias em torno da consolidação dessa devoção contribuíram, também, para legitimar o projeto de Restauração Católica no Rio Grande do Sul e auxiliou o estadista Getúlio Vargas a controlar o que considerava uma das mais problemáticas questões enfrentadas no seu governo: a contenção das ideias comunistas entre os operários. Ele encontrou nos Círculos Operários católicos uma alternativa para combater as ideias comunistas. Isto ficava explicito no programa do Círculo Operário Porto-Alegrense, por exemplo, onde era registrado o perfil esperado do operário brasileiro, cristão e anticomunista.

Portanto, o clero católico, cauteloso em relação às devoções populares, era detentor de um poder simbólico que representava a soberania religiosa e com ele conseguia tutelar os populares, o que lhe permitia receber o reconhecimento do Estado. Assim, partindo do contexto político brasileiro encontramos nas respostas locais, indícios que possibilitam verificar o poder do clero em retroagir sobre a infraestrutura daquele período.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 92 11/06/2019 08:41:35

Santa Maria, ao se tornar um centro de peregrinação de devotos à Medianeira e cidade sede da padroeira do Estado do Rio Grande do Sul acumulava um expressivo capital simbólico que, no campo religioso, se configurava como um "bem de salvação", "um bem acumulado, produzido", (BOURDIEU, 1998, p. 30), um poder difícil de ser combatido pelo seu valor subjetivo, religioso, sentimental, sobrenatural. Neste caso, objeto central das tensões no campo das crenças que jogava como sobreposto ao prestígio, à autoridade e ao reconhecimento da Igreja.

Assim, verificamos que os anos de 1930 a 1950 foram significativos para a reafirmação do catolicismo no Rio Grande do Sul e, ainda, que o jogo de interesses pela difusão da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças como a "mãe dos operários", a "Senhora" do mundo do trabalho estava permeado pela manipulação da política varguista.

Na atualidade, Nossa Senhora Medianeira ainda é reconhecida pelos Círculos Operários do Rio Grande do Sul, pois os circulistas, principalmente de Santa Maria, participam das romarias em homenagem a ela levando as bandeiras do Círculo Operário.

Outra iniciativa do clero em prol desta invocação mariana, e que contribuiu para a afirmação do catolicismo no Rio Grande do Sul, foi a proposta de construção do Santuário Basílica Menor Nossa Senhora Medianeira, na cidade de Santa Maria. A ideia, lançada em 1935, alcançou resultado significativo na década de 1970 quando foi inaugurado e, mais tarde, em 1987, quando foi reconhecido como Santuário Basílica Menor, pela Sagrada Congregação para o Culto Divino. Ou seja, uma maior vinculação a Cátedra de Pedro e um "centro de peculiar empenho litúrgico e pastoral" como, por exemplo, promover cursos e conferências para a evangelização dos fiéis, celebrar solenemente as festas da Cátedra de São Pedro e de São Paulo, e o aniversário da eleição do Papa. Os fiéis que visitassem a Basílica e cumprissem as condições prescritas pela Santa Sé, podem obter indulgência plenária na festa da padroeira titular, e em mais um dia do ano à livre

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 93 11/06/2019 08:41:36

escolha[12]. Estas prerrogativas deveriam contribuir para atrair diariamente um número significativo de fiéis, no entanto, este afluxo durante o ano não é muito expressivo, exceto no dia da romaria.

Na realidade, a edição de 1970, da Revista "Rainha-Turismo-Medianeira" corrobora para evidenciar o teor político-religioso em torno das romarias e a importância do retorno econômico que ela trazia para o município. A devoção a Nossa Senhora Medianeira veio, ainda, reforçar o projeto da Igreja submetida à autoridade de Roma. Era a Igreja reformada que colocava sob controle da hierarquia as devoções populares.

A partir da devoção regional a Nossa Senhora Medianeira, é possível estabelecer as relações entre os jesuítas, representantes da religião oficial; e a cidade de Santa Maria, que catalisaram o projeto nacional católico através dos Círculos Operários Católicos, onde concentrava-se uma classe social oprimida, que se tornou objeto de cristianização da hierarquia da Igreja, a fim de mantê-los "protegidos" pelo Estado.

Esse projeto de Igreja, contribuiu para que a hierarquia católica gaúcha, enquanto legítima autoridade eclesial, fizesse uso de uma devoção popular, para moldar um Estado, como sendo católico, que deveria, afastar o operariado das ideologias nefastas, como o comunismo, que segundo a Igreja, se infiltrava entre os operários.

A cidade de Santa Maria, tornou-se um importante centro de peregrinação, pois os sacerdotes locais e o clero empenharam-se na conquista espiritual da cidade, que leva o nome da Virgem. A Igreja foi em busca de sua aceitação entre os operários e entre as elites. Seu projeto "de nação católica", apoiando fielmente o surgimento de uma padroeira nacional, Nossa Senhora Aparecida, criou em torno de outra devoção regional (RS), uma padroeira para o Estado gaúcho, Nossa Senhora Medianeira de todas as Graças.

[12] Encontrado em: <http://www.diocesesantamaria.org.br> Acesso em: 16/16/2006.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 94 11/06/2019 08:41:36

Referências bibliográficas

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria – 1787-1930*. 2.ed. 1979.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a redemocratização. In. Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira, Economia e Cultura: Igreja, Educação e cultura*, vol. 11, Tomo III, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República.* (Tese) Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos, São Leopoldo, UNISINOS, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

FUASTO, *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo: UNESP, 1992. Tradução de Magda Lopes.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria!": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.* Santa Maria: Editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. SOUZA, Beatriz Muniz de. & CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. Igreja Católica: 1945-1970. In: Sérgio Buarque de Holanda. *O Brasil Republicano: Economia e cultura (1930-1964), Livro Segundo: Igreja, Estado, educação e cultura*, cap. VII e IV. Tomo III, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, Armando Alexandre dos. *O culto de Maria Imaculada na tradição e na história da Portugal.* São Paulo: Artpress; Portugal: Livraria Civilização, 1996.

SCHNEIDER, Roque & BARBIERI, Francisco. *Medianeira.* Santa Maria: Rainha, 1976.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 95 11/06/2019 08:41:36

SILVA, Pe. Francisco Oliveira. *O Cardeal Leme e a Revolução de 1930.* Roma, 1995. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Gregoriana, Faculdade de História Eclesiástica, 1995.

SOUZA, Jessie Jane. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil.* Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

VALLE, Inácio. *História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças em Santa Maria.* Santa Maria: Pallotti, 1982. (texto retirado dos manuscritos do Pe. Valle datados de 1931, s/nome do redator).

VALLE, Inácio Rafael. História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. *Copa em Revista*, 27 nov. 1954, [s.p.], APPJA, Porto Alegre.

WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

Recebido em: Julho / 2018

Aceito para publicar em: Agosto / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 96 11/06/2019 08:41:36

Cartografia de afetos (e delícias) da comida de subúrbio carioca[1]

João Maia[2]
Adelaide Chao[3]

Resumo

Domingo, dezembro de 2015. O verão ainda nem começou, oficialmente, e o sol ferve em Madureira. Tradicional bairro da zona norte, reduto do samba e da alegria contagiante do subúrbio, Madureira abriga a história cultural da gastronomia carioca. Muito antes do surgimento das feijoadas das escolas de samba e dos espetinhos de carne nos bailes de Charme, as rodas de jongo realizadas por descendentes de escravos já entranhavam os deliciosos pratos e quitutes na cultura carioca.

Palavras-Chave: Cartografia, subúrbio, Madureira

Abstract

Sunday, December 2015. The summer has not even begun officially, and the sun is boiling in Madureira. A traditional neighborhood in the northern zone, the samba stronghold and the contagious joy of the suburb, Madureira is home to the cultural history of Rio's gastronomy. Long before the feijoadas of the samba schools and the beef skewers in the Charme dances, the jongo wheels made by descendants of slaves were already filling the delicious dishes and delicacies in the Carioca culture.

Keywords: Cartography, suburban, Madureira

[1] A primeira versão deste texto foi publicada no livro *Rio Circular*, Ed. Autografia, 2016.

[2] João Maia é professor associado da FCS-UERJ. É líder do grupo Comunicação, Arte e Cidade (CAC) – CNPq. E-mail: <cac_mangueira@hotmail.com>.

[3] Adelaide Chao é amante da gastronomia de subúrbio carioca, mestre e doutoranda em Comunicação na UERJ, pesquisadora do grupo CAC-CNPq. E-mail: <adelaiderocha@hotmail.com>.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 97 11/06/2019 08:41:36

Resumen

Domingo, diciembre de 2015. El verano aún no comenzó, oficialmente, y el sol hierve en Madureira. Tradicional barrio de la zona norte, bastión del samba y de la alegría contagiosa del suburbio, Madureira alberga la historia cultural de la gastronomía carioca. Mucho antes del surgimiento de las feijoadas de las escuelas de samba y de los pinchos de carne en los bailes de Charme, las ruedas de jongo realizadas por descendientes de esclavos ya entraban los deliciosos platos y quitutes en la cultura carioca.

Palabras clave: Cartografía, suburbio, Madureira

Domingo, dezembro de 2015. O verão ainda nem começou, oficialmente, e o sol ferve em Madureira. Tradicional bairro da zona norte, reduto do samba e da alegria contagiante do subúrbio, Madureira abriga a história cultural da gastronomia carioca. Muito antes do surgimento das feijoadas das escolas de samba e dos espetinhos de carne nos bailes de Charme, as rodas de jongo realizadas por descendentes de escravos já entranhavam os deliciosos pratos e quitutes na cultura carioca.

Na intenção de chegar à praça Paulo da Portela, decidimos "esticar o caminho" e deambular entre a Estrada do Portela e o Parque de Madureira. O cheirinho bom de comida é coadjuvante em todo o percurso. Tem de tudo um pouco. Ao longo da calçada, carrinhos vendem espetinhos, pipocas, tapiocas e os famosos sanduíches "podrões" (recheados de muitos ingredientes), mingaus e doces. Já dentro da área reservada ao Parque, famílias se reúnem para um piquenique a céu aberto, com direito à tradicional toalha quadriculada, cesto de palha, caixas de isopor. Tem queijo coalho na brasa, frango com farofa, churrasco, feijão amigo e pudim para sobremesa. No Rio de Janeiro é "regra": se tem motivo para comemorar, tem comida – farta e variada.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 98 11/06/2019 08:41:36

Saindo do parque, chegamos à Praça Paulo da Portela, divisa entre Madureira e Oswaldo Cruz para nosso almoço de domingo. Sim! O almoço será servido na rua, mas especificamente no "quintal das tias do samba". No espaço público, isolado pelo povo que ali frequenta, encontramos barracas de comidas cotidianamente cariocas, tradicionalmente suburbanas.

As "tias", mulheres tradicionais de Madureira e Oswaldo Cruz, preparam pratos relacionados à memória de personalidades do samba e da culinária de quintal, que religam as pessoas em torno da música. Essa "comida de quintal" relembra as casas, o barulho do entra e sai de gente nos festejos, o aconchego da família, o samba cantado por muitos, o batuque ritmado do garfo na garrafa de cerveja.

Comidas que alimentam a "alma carioca", que encontramos descrita nas crônicas, sambas, poesias, nas memórias das casas de avós, nas festas religiosas, no carnaval e na história cultural do Rio, em qualquer lugar da cidade. A alma carioca está na história cotidiana contada através da comida.

Vamos, a partir de algumas crônicas atuais, que exalam cheiros e sabores através das letras, sentir um pouco a presença dessa "alma", do espirito do povo que mora nessa cidade. O livro *Larica Carioca* (Garçoni, 2015), reúne 12 crônicas que nos leva a pensar sobre relações de afeto, lembranças pessoais, recordações que são guiadas pelas comidas. Não queremos fazer uma resenha do livro, mas observar algumas crônicas que marcam de maneira incisiva essa relação de afeto com a comida na cidade do Rio de Janeiro.

A variedade de comida encontradas nas calçadas, nos faz lembrar que muitos de nós saímos de casa ou do trabalho para comer na rua quase todos os dias. No corre-corre do dia-a-dia tudo é rápido, prático e gastar tempo com o preparar um almoço pode parecer complicado. Por outro lado, é gostoso pensar que não dispensamos as práticas de comensalidade e o prazer de estar junto, compartilhando o momento da refeição. Podemos olhar para o lado em qualquer "restaurante a quilo" para observar como as pessoas sempre estão acompanhadas, talvez, por um companheiro de labuta. As barracas

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 99 11/06/2019 08:41:36

na Praça Paulo da Portela nos fizeram lembrar, também, de como o almoço de domingo ganha as ruas, busca outros espaços alternativos aos almoços em casa. A cidade, de várias formas, se refaz e se ressignifica com a nossa prática de comer em conjunto na rua. (BELL, 2005, p. 59).

Falar de culinária de rua é falar de uma comida compartilhada que está guardada com afetividade, está carregada de recordações na nossa memória gustativa. Algumas pessoas chamam de baixa gastronomia, outros falam de comida de boteco. A comida é um lugar de afeto e de lembranças. É fundamental repensar alguns conceitos e histórias relacionados à comida e também do território que ela ocupa, por onde circula. Para Stols (2006), a culinária brasileira nasce híbrida e integra uma mestiçagem contínua, não somente nos produtos e preparos portugueses e indígenas, mas também africanos e asiáticos e assim os nossos cardápios refletem essa mistura. Temos de um tudo nas nossas mesas.

Uma simples receita de boteco pode nos levar de volta à infância. O desprezado cu de galinha é lembrado como comida de criança (Garçoni, 2015, p.22). A cidade, para o cronista, Caio Barbosa, ainda é maravilhosa e guarda encantos mil. Ela esconde "recantos incríveis" onde estão os autênticos cariocas. Devemos ressaltar que o Caio diz que cariocas são não só os sortudos que nasceram aqui, mas também os que vieram de fora e são bem acolhidos. O autor irá procurar a iguaria em todos os lugares, circulará pela cidade. "O churrasquinho de gato, o galeto, a rabada, e o bolinho de feijoada" diz que já são conhecidos, "patrimônios da cidade", mas a sambiquira é coisa rara. "Foi-se o tempo em que se comia um cu com gosto" (p.23).

Ele passeia pela cidade a procura de tal iguaria. Os amigos o ajudam a procurar. Se torna uma maratona. Em Niterói tinham vários cus nos botequins. Finalmente ele encontra o "brioso" Joel que ainda faz no Bar Guanabara, na praça Afonso Pena. Esse cu de galinha está na memória afetiva e gustativa do cronista. Quando ele come esse simples prato de boteco se lembra da juventude, do tempo em que era estagiário.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 100 11/06/2019 08:41:36

Quando falamos "comer na rua", lembramos do "comer geográfico", expressão do geógrafo francês Jean-Robert Pitte, afirmando que "conhecer ou exprimir uma cultura de território por meio de uma cozinha, dos produtos, das receitas, nos parece absolutamente *natural*" (Montanari, 2008. p. 135). A gente constrói uma cartografia dos sabores pela cidade. Acreditamos que todos podem se deslocar de uma maneira fantástica só para comer algo que se considera maravilhoso, assim como o Caio, nessa crônica.

A História fornece importantes pistas para compreendermos a alma encantadora carioca. Encontramos no texto de Luccock[4] (apud CASCUDO, 1977), relatos sobre a comensalidade no Rio de Janeiro no início do século XIX. O autor nos descreve detalhes sobre o preparo e como eram servidas as refeições naquela época – os hábitos à mesa, costumes e curiosidades. O que hoje chamamos de almoço como principal refeição do dia, no início do século XIX era o "jantar ao meio dia", momento em que o chefe da casa, sua esposa e filhos reuniam-se ao redor da mesa para degustar os alimentos. Curioso é que todos sentavam-se ao chão. A esteira (geralmente de palha) era de uso exclusivo da dona da casa. O costume à época era comer com as mãos, sem talheres e apenas os homens poderiam usar a faca. As escravas permaneciam em cantos da sala, mas não se sentavam à mesa, comendo ao mesmo tempo que os demais.

A comida, geralmente com grande quantidade de legumes e verduras eram acompanhadas de carne seca e feijões de várias qualidades. Diferente dos hábitos portugueses, no Rio de Janeiro o pão foi substituído por farinha de mandioca, que quando úmida era servida em cabaças e quando secas em cestas (Cascudo, 1977, p. 161). Outra curiosidade é o fato de considerar prova incontestável de amizade quando o convidado comia do mesmo prato de seu vizinho. E o fazia com a mão, o que era comum ver várias mãos

[4] Texto de John Luccock (- 1820), extraído do livro Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tradução Milton da Silva Rodrigues, Livraria Martins, São Paulo, 1942)

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 101 11/06/2019 08:41:36

mergulhadas no mesmo prato (Idem, 1977). Depois do almoço, um escravo surgia na sala para que as pessoas pudessem lavar suas mãos numa bacia de estanho. E muitos lavavam mãos, braços, rostos para aliviar-se do intenso calor do Rio de Janeiro de 1808 (Ibidem, 1977).

No Rio de Janeiro do final do século XIX, com o surgimento dos bairros do subúrbio, os novos moradores trouxeram os costumes e a culinária africana, de seus descendentes de ex escravos. A culinária africana trouxe para o Brasil o azeite de dendê, leite de coco, camarão seco, pimenta malagueta, inhame, mandioca, milho, e uma enorme variedade de folhas e grãos, apontados por Ramos (1942). Porém, sabemos que a mandioca e o milho são americanos. Talvez, os escravos fizessem o uso de maneira intensa desses produtos quando chegaram aqui. A partir destes elementos, vários pratos foram incorporados à culinária carioca, principalmente nas regiões periféricas da cidade e na região do Vale do Paraíba, onde havia uma concentração de negros vindos do Nordeste e de Minas Gerais. É bem razoável pensar que quando se fala em comida tradicional ou de raiz a gente logo se remeta ao subúrbio ou "regiões periféricas". Afinal, é nessa região que está a herança de boa parte das receitas que estão nas ruas até hoje.

A feijoada nasceu da necessidade de se aproveitar tudo, evitar qualquer tipo de desperdício. O bolinho de feijoada, imaginamos, que deva ser o aproveitamento do aproveitamento. João Pimentel, nos apresenta aqui o "Bolinho de feijoada (ou raspas e restos me interessam" (Garçoni, 2015, p.59). Temos várias versões para o nascimento da feijoada. O autor nos diz que é bem razoável pensar que tal prato surgiu de uma releitura do cozido português pela escassez de alimentos nos séculos 16 e 18. O cronista afirma que para ele o bolinho "tem gosto da casa de avó, do roubo consentido, do saciar a fome agigantada pelo cheiro que vem do fogão" (Idem, p.59). Essas lembranças de avós estão recheadas com carinho, com cheiros e sabores diversos. E assim a alma carioca vai deixando a gente perceber a sua presença.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 102 11/06/2019 08:41:36

Diante dessas lembranças, voltemos às barracas na Praça Paulo da Portela. As tradicionais festas e almoços que surgiram no subúrbio carioca no início do século XX, se deslocaram dos quintais para as ruas. As festas que aconteceram nos quintais de Dona Ester, Dona Neném, Tia Doca, tia Vicentina e tantas outras personalidades da cultura carioca, ganham a praça e a extensão da Estrada do Portela, entre Madureira e Oswaldo Cruz para criar uma feira de música e comida.

É a Feira das Yabás. Lá, é possível observar as pessoas consumindo as refeições sentadas (ou não) em mesas dispostas no meio da rua, nas calçadas, nas varandas dos prédios. E se não tem mesa, não tem problema. A bebida, geralmente cerveja e refrigerantes, ocupa baldes de gelo e as pessoas colocam no chão. Em volta ao balde reúnem-se para conversar e de pé, com os pratos às mãos, consomem petiscos. Também observamos os frequentadores que não necessariamente consomem os produtos das barracas da Feira. Grupos levam seu próprio alimento em vasilhames, caixas térmicas e banquinhos.

Para Maffesoli (1998) é a satisfação do "ser-estar-junto-com" que justifica a experiência de um fazer em comum, partilhar e para um sentir em comum que estão no cotidiano dos gestos e dos fazeres das ruas. Fica evidente nessa praça um forte "sentimento de pertença", que é representado pela valorização do espaço para elucidar a "superação do indivíduo num conjunto mais amplo" (Idem, 1998).

Na Feira das Yabás encontramos uma barraca que é inteiramente dedicada ao feitio de jiló frito. Uma fila enorme se coloca diante de um alimento que nem sempre é muito querido no paladar de um grande número de pessoas. Mas, "O jiló reina" para Gabriel Cavalcante (Garçoni. Op. Cit.p. 40). Seria baixa gastronomia? Não, para o cronista, o "jiló é iguaria de alto escalão". Está ao lado da carne assada, do torresmo e do pernil. Parece que ele gosta desse legume de qualquer forma ou de todas as formas. O autor declara seu amor profundo pelo jiló em forma de almôndega. Isso mesmo: almôndegas de jiló. Luiza é a cozinheira do botequim Momo, onde tal prato

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 103 11/06/2019 08:41:36

é elaborado. O Gabriel conhece bem a biografia da Luiza: "Já foi marmiteira, cozinheira de escola pública e a salgadeira mais requisitada da Vila da Penha" (Idem, p. 42). Vai mais longe ainda e fala que ela e o Leandro se uniram para criar "uma lasanha: leva jiló em camadas, queijo, molho de tomate e linguiça" (Ibidem, p. 42).

O gostar de comer, num botequim, está diretamente ligado ao prazer de estar junto, de festejar o cotidiano. Sozinho ou acompanhado, o frequentador do boteco compartilha daquilo que Maffesoli (1998,2014) chama de *vitalismo do lugar*, associado ao *estar-com* ou *estar-junto-com* pessoas de um mesmo grupo. A rua oferece efervescência, fazendo com que as pessoas queiram partilhar o que há de comum entre si: o gosto pelo conjunto de signos que envolvem o bar – bebida, comida, som, barulho, cheiros, cores, vai-e-vem das pessoas. Perceber isso, o sentido dessa dimensão sensível é ver o mundo com uma delicadeza extraordinária.

Na crônica O outro gosto, Juliana Krapp afirma que quem não nasceu "na periferia do Rio de Janeiro" deve desconhecer as idiossincrasias ocultas daquele "volume oblongo, teso e luzidio, deitado nos congeladores e no imaginário suburbano".

É o sacolé. A cronista faz a ligação direta do subúrbio com os sabores e odores da infância. Os sacolés, ela lembra, eram feitos de Ki-suco e os ingredientes comprados no

"Mercadão de Madureira, nos pavilhões de fedores diversos e algazarra de bichos" (Garçoni, 2015, p.70) que iriam virar churrasco ou despacho de macumba. Juliana ainda traça um mapa das possibilidades da persistência da existência daquele sacolé com gostinho de Ki-suco: alguns "hão de encontrá-lo no anúncio escrito à mão num botequim em Manguinhos ou na porta de uma vila em Rocha Miranda..." (Idem, p. 71).

Através da comida podemos ver a história banal do subúrbio se desenrolar, seguir seus significados e sentir ambiências diversas. Para as pessoas que viveram na "belle époque" carioca foram criados os bairros denomina-

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 104 11/06/2019 08:41:36

dos de subúrbio; sub-urbanos, porque se localizavam distante do centro econômico e cultural da *urbe* com o propósito político de retirar a classe operária de baixa renda que ali vivia e que não era condizente (estética e financeiramente) às reformas urbanas. Surgem novas identidades para o carioca e novos sabores são implementados na cidade.

Para Soto (2008), a noção de subúrbio contém uma nova sociabilidade, uma nova concepção de espaço, dividido entre o urbano e o rural, mas que até hoje não teve relevância acadêmica por ter sido substituído pela noção de periferia. O autor enfatiza as palavras do sociólogo José de Souza Martins que diz que "a periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização." (apud. SOTO, 2008, p.110). É a clareza materializada de que a modernidade é ambivalente, dúbia, contém progressos e retrocessos.

O subúrbio e a periferia não podem mais estar "à margem do urbano", já que falamos de territórios em constante transição e crescimento, cada vez mais independentes das áreas centrais, em ritmos diferentes, com identidades múltiplas. É lugar com o botequim cheio na hora das refeições servidas em PF. Repleto de sabores da infância e de comida farta. Daquelas que nos faz querer dormir até sonhar.

Dobradinha, língua, rabada, fígado e carré são pratos que encontramos comumente em vários restaurantes e biroscas espalhados pela cidade. É o cardápio do dia-a-dia do carioca. Ronisa é uma ex-cozinheira de botequim na Central do Brasil e nos foi apresentada por Manoela Oiticica na crônica Pra não desgarrar (Garçoni. Op. Cit. p.51). Manoela revela para o leitor uma típica situação que acontece na cidade na hora do almoço. Podemos sentir o orgulho da cozinheira que com a sua comida transforma o cenário da cidade, faz com que os homens durmam depois do almoço. Comida forte, sustância! "Não preu meu gabar, que não sou disso, mas o povo comia com gosto e depois saía pra espiar eles no cochilo da obra e do ponto de taxi."

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 105 11/06/2019 08:41:37

Saudades daquele tempo, coisas de "negavéia". Rosina ensina que para se fazer uma rabada devemos pedir no açougue "o corte na junta dos ossos pra carne não desgarrar toda".

Alguns autores não reconhecem o calor da vida partilhada cotidianamente na cidade. São teóricos que não reconhecem a dimensão sensível da cultura. Domingues (1994), por exemplo, é um autor que pensa, de maneira conservadora, que o centro ainda monopoliza o poder, recursos econômicos, políticos, culturais, dando ao subúrbio e a periferia um distanciamento sociológico e geográfico tanto real como simbólico.

A urbanista Raquel Rolnik (2010) afirma que "a periferia é marcada muito mais pela precariedade e pela falta de assistência e de recursos do que pela localização. " E são vários os autores que irão trabalhar nessa linha que afirma a fragilidade do eixo pecuniário da região. É evidente que a pesquisadora não está pensando na riqueza cultural existente nesses locais. Em sua opinião, a periferia faz parte da "máquina de produção da exclusão" – o salário dos trabalhadores formais não consegue cobrir os custos de moradia (própria ou alugada), alimentação, vestuário, educação e lazer. É apenas uma visão economicista. Ao mesmo tempo, os investimentos na cidade valorizam os espaços, aumentando cada vez mais o custo de vida. Neste contexto, segunda a autora, resta aos pobres viverem em áreas periféricas, sem acesso a recursos, infraestrutura, pouco ou quase nenhum saneamento básico. Podemos constatar, nessa fala, uma visão muito distante da dimensão cultural para compreender as diversas maneiras de se ocupar e usar os lugares dos subúrbios.

Para Soto, usando Martins, o sentido de subúrbio tem características peculiares. De um lado o moderno, de outro o antigo e o tradicional que ao contrário de desaparecer, permanece e faz parte de uma totalidade. O moderno e o tradicional não são antagônicos, mas se complementam. Aqui, a fase de re-urbanização é constante, já que para o autor, "o subúrbio é o espaço do bem-estar, do desenvolvimento social e da revolução cultural".

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 106 11/06/2019 08:41:37

(Soto, 2008. p.116). É o espaço que corresponde a uma consciência social híbrida e ao mesmo tempo suave. O comunitarismo é um sentimento notoriamente presente nos encontros dos botequins espalhados pela cidade e no subúrbio nos reunimos em festa partilhada com comida, com lembranças temperadas pela infância.

Os tempos de colégio de Gilberto Porcidônio foram marcados pelo joelho que era o salgadinho "bate-entope de boa qualidade" da época. Aluno do "saudoso CEI" de Quintino, com quinze anos, tênis de skatista, jaqueta camuflada e um apetite que só os adolescentes possuem, o cronista experimentou o seu primeiro joelho e, diz, que um novo mundo se abriu. Gilberto descreve o seu encontro com o joelho de uma maneira intensa mesmo. Uma paixão. Parece que podemos viajar no tempo e sentir o sabor e o cheiro do joelho na cantina do colégio. Ele se lembra como a massa macia, saborosa, preenchia a boca, o recheio era de presunto com um queijo que derretia e fazia "àquela maravilhosa cordinha que se faz quando se morde". "Era um Senhor Joelho". E assim, o joelho ocupa um "lugarzinho especial" em seu coração (Garçoni. Op.Cit. p.73).

Vamos ouvindo e criando histórias sem fim dos lugares que frequentamos e vivemos, uma história que é inventada diariamente de diversas formas. As lembranças de infância são marcadas pela delicadeza de sabores e de cheiros que preenchem os lugares. Historicamente, os conceitos de subúrbio e periferia urbana foram banalizados e confundidos de tal forma que hoje é difícil encontrar uma definição clara. Hoje, é evidente através de diversas falas, aqui, principalmente vemos nas crônicas, possibilidades novas para a compreensão do que seja o subúrbio carioca. A alma, o espírito do lugar, pode ser percebido pela maneira como ocupamos a cidade. As lembranças projetam imagens para construirmos os subúrbios do Rio.

No subúrbio carioca, o cotidiano nos faz sentir o gosto da vida, dos fatos em toda a sua concretude, como nos diz Maffesoli (1988) – trata-se da (re) emergência de problemas que estavam esquecidos ou que estavam relega-

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 107 11/06/2019 08:41:37

dos a plano secundário (Maffesoli, 1988, p.204). O subúrbio é o local que acolhe problemas e, simultaneamente, abriga as soluções cotidianas. É um lugar de projetos e esperanças, que acompanharam e conformaram a segregação sócio espacial da cidade (OLIVEIRA, 2013). Por ser um "lugar de esperança", o subúrbio também tem um conceito plástico, em constante mudança.

Quando lemos a história cultural da cidade constatamos, de maneira clara, um forte processo de rejeição, de uma certa parcela da sociedade, do estilo de vida suburbano. Silveira (2009) ressalta que, já em meados do século XIX, a palavra subúrbio foi atribuída ao "desprestígio social" e passou a ser representada apenas pelos bairros populares e ferroviários, ocupados pelos operários, imigrantes nordestinos, descendentes de ex-escravos que foram expulsos dos cortiços nas áreas centrais da cidade. Pelo menos até esta época, não existiu o conceito carioca de subúrbio, segundo Soares (citada em FERNANDES, 2011), que destaca que apenas em meados do séc. XX, o subúrbio se apropria de identidades particulares, fazendo parte de uma representação social maior. E nas palavras de Fernandes (2011, p.38), "... o mapa social da cidade, uma representação ideológica da divisão de classes". Assim, o subúrbio tornou-se acolhedor, não sendo indiferente nem impessoal.

A história cultural do Rio de Janeiro nos revela a identidade destes bairros, que desde a sua criação não se denomina subúrbio onde não há trem. (FERNANDES, 2011). No final do século XIX, quando Méier, Madureira, Cascadura, Benfica, Del Castilho, Ramos, Penha e tantos outros bairros foram surgindo, tendo como eixo central a estação ferroviária, uma vida comunitária e independente foi se desenvolvendo em suas franjas. Comércio próprio, feiras livres, escritórios e novas residências vieram a ocupar o cenário do subúrbio, frequentado por moradores, em sua maioria negros e imigrantes nordestinos que faziam parte da mão de obra operária das fábricas instaladas na região.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 108 11/06/2019 08:41:37

No Rio de Janeiro, há um conceito específico para denominar e perceber o subúrbio. Iniciado na década de 1960, a geógrafa Maria Therezinha de Segadas Soares desenvolveu um interessante estudo acerca do que conceitua o subúrbio no Rio de Janeiro, geográfica e socialmente. Como categoria geográfica, Soares já considerava subúrbio os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, o bairro de Santa Cruz. Para a geógrafa, havia uma discrepância ao comparar com os bairros populares e ferroviários situados dentro da área urbana do Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2013 e FERNANDES, 2011). Além disso, o emprego da palavra subúrbio em bairros que margeiam as linhas de trem, a exemplo da Europa e Estados Unidos, estão associados às classes médias e altas. A partir destas observações, Soares justificou a formulação de um "conceito carioca de subúrbio", particular, já que existem diferenças entre a palavra e a realidade vivida no lugar. No Rio de Janeiro, o conceito de subúrbio é bastante específico, com base na história da cidade e nos desenvolvimentos urbano e social.

Usamos a história para marcar a nossa identidade através da comida. Aqui, no Rio de Janeiro, um político pode virar nome de prato. É evidente que quando nomeamos um prato a partir de uma personalidade da região, afirmamos a nossa identidade, a nossa história banal e cotidiana. Revelamos o "espírito do tempo", a alma encantadora. O famoso (para o carioca, claro) prato Oswaldo Aranha é realmente marcante. Tem alho, muito alho mesmo. Letícia Novaes na sua crônica Mandou muito bem, bicho! (Garçoni, 2015, p. 45), fala que quem pede tal prato não tem a intenção de beijo na boca no mesmo dia, mas é o primeiro antibiótico do mundo. Ela também, como os outros cronistas, recorre ao sabor da infância quando fala de comida: "Imagina um Oswaldo Aranha com aquele arroz de vó, bem juntinho, bem molhadinho. " E todos os acompanhamentos dos pratos são dignos de elogios rasgados, fantásticos. Todos os ingredientes alertam todos os sentidos.

Enfim, comer no Rio de Janeiro, seja no subúrbio, no centro, no "pé sujo", na birosca da esquina mais próxima de casa, no "restaurante a kilo",

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 109 11/06/2019 08:41:37

na carrocinha do podrão ou em qualquer outro espaço, é degustar os sentidos da cidade, sua memória cultural e suas histórias. As lembranças de infância ressurgem nos cheiros, sabores, temperos e ressurgem com uma carga afetiva fabulosa. Essas lembranças estão marcadas de maneira amorosa e, por vezes saudosas nas crônicas que selecionamos do livro Larica Carioca. Podemos ver como a comida pode falar de um lugar, de uma cidade, de um bairro, enfim, da vida. Assim, podemos dizer que a "alma carioca" está na sensibilidade de ser carioca (mesmo sem ter nascido na cidade maravilhosa) através da comida. O espírito que vivemos está no estilo de vida, do jeito carioca de comer.

Referências Bibliográficas

BELL, D. Gosto e espaço: comer fora nos dias de hoje. In: SLOAN, D. (Org). *Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor*. Barueri, SP: Manole, 2005.

CASCUDO, L. (Org.). *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I Série, vol. X/XI, Porto, 1994/5, pp 5-18.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro 1928|1949*. Rio de Janeiro: Secretaria de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio. Rio de Janeiro 1858|1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GARÇONI, Inês (org.). *Larica Carioca*. Rio de Janeiro: Rio de Letras, 2015.

MAFFESOLI, M. *Homo eroticus: comunhões emocionais*. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 110 11/06/2019 08:41:37

____. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MONTANARI, M. *Comida como cultura*. Tradução Letícia M. de Andrade. São Paulo: Senac, 2008.

OLIVEIRA, Marcos Piñon de. Soluções e esperança nas fronteiras da cidade. *Caderno Globo Universidade*, Rio de Janeiro: Globo, v.1, n.2, mar 2013.

RAMOS, A. Notas sobre a culinária negro-brasileira. In: CASCUDO, L. da C. (Org). *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

ROLNIK, Raquel. O que é periferia. *Revista Continuum/Itau Cultural*. São Paulo, junho 2010. Disponível em <https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itau-cultural/>.

SOTO, Willian Héctor G. *Subúrbio, periferia e vida cotidiana*. Estud.soc.agric, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, p. 109-131, 2008.

STOLS, E. Mestiçagem dos alimentos. *Nossa História*, v. 3, n. 29, p. 14-19, mar. 2006. Disponível em: <www.dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista13-mat2.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

Recebido em: Agosto / 2018
Aceito para publicar em: Outubro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 111 11/06/2019 08:41:37

“Os outros” e os direitos fundamentais

Carlos Eduardo Figueiredo[1]

Resumo

O presente estudo trata das causas e da ruptura no arcabouço do Estado democrático de direito, analisa o fenômeno da globalização neoliberal, a formação de uma nova classe de indesejáveis e a utilização de uma política criminal atuarial, geradora de um encarceramento em massa.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito – Globalização Neoliberal – “Armazenamento” do Supérfluo – Encarceramento em Massa.

Abstract

The present study deals with the causes and rupture in the framework of the democratic state of law, analyzes the phenomenon of neoliberal globalization, the formation of a new class of undesirables and the use of an actuarial criminal policy, which generates a mass incarceration.

Keywords: Democratic State – Neoliberal Globalization – Actuarial Criminal Policy – Storage of the Superfluous – Mass Encarceration.

Resumen

El presente estudio trata de las causas y de la ruptura en el marco del Estado democrático de derecho, analiza el fenómeno de la globalización neoliberal, la formación de una nueva clase de indeseables y la utilización de una política criminal actuarial, generadora de un encarcelamiento masivo.

[1] Juiz de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autônoma de Lisboa. Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes. Professor da Escola da Magistratura do Estado de Rio de Janeiro. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Penais. Membro da Associação Internacional de Direito Penal.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 113 11/06/2019 08:41:37

Palabras clave: Estado Democrático de Derecho - Globalización Neoliberal - "Almacenamiento" del Supérfluo - Encarcelamiento en Masa.

A crise do Estado Democrático

"Sopram ventos malignos no planeta azul".[2]

Vivemos um processo de ruptura político-social. O Estado democrático de direito é resultado de uma sucessão de vitórias contra o poder absoluto do Estado autoritário. Entretanto, essa batalha não cessou, ao contrário, o que caracteriza o Estado democrático é, justamente, a constante tentativa de contenção do Estado autoritário. Em outras palavras, esse não foi extirpado por completo (e nunca será), ele vive adormecido e encapsulado dentro daquele, e testa a todo instante, os limites impostos, na tentativa de retomar terreno.

Nesse diapasão, Zaffaroni coloca o tema com precisão, afirmando que "existe uma dialética continua entre o Estado de direito e o Estado de polícia. O Estado de polícia que o Estado de direito carrega em seu interior nunca cessa de pulsar, procurando furar e romper os muros que o Estado de direito lhe coloca"[3].

Assim, a crise do Estado democrático de direito ocorre em razão de vários fatores, porém, sem dúvidas, o fenômeno da globalização e a ideologia neoliberal são as grandes causas desse momento turbulento, em que as contenções democráticas são rompidas, e posturas autoritárias ganham espaço.

---

[2] CASTELLS, Manuel. Ruptura. A crise da democracia. Trad. Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 7.

[3] ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O inimigo no direito penal. Trad. Sérgio Lamarão. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016. p. 170.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 114 11/06/2019 08:41:37

O modelo ideal de Estado democrático de direito, nascido no período da ilustração e modelado ao longo dos anos, configura-se pela existência de alguns requisitos indispensáveis, quais sejam, a separação de poderes constitucionalmente prevista; o poder estatal legitimado pelo povo; a limitação rígida do exercício do poder estatal através do respeito ao princípio da legalidade e; o respeito às garantias e direitos fundamentais (ou, mais amplamente, aos direitos humanos). Esse standard estatal visa combater o uso do poder de maneira arbitrária, principalmente, assegurando ao individuo uma esfera de proteção na qual o Estado não poderá avançar.

Há quem diga que, na realidade, não vivemos uma crise do Estado democrático, mas sim que esse já não existe mais. Chegam a tal conclusão com a comparação entre o conceito de crise e a conjuntura atual. Tendo em vista que o conceito de crise proporciona a ideia de fenômeno de caráter excepcional, esse não se coaduna com a situação atual de um estado de exceção permanente, assim, afirmam a morte do Estado democrático e o surgimento de um Estado pós-democrático. Não entendemos desta forma. Em nosso sentir, estamos diante de mais uma tentativa do Estado autoritário, de superar as balizas impostas pelo Estado democrático dentro dessa eterna luta dialética de contenção/expansão.

Pois bem, traçado esse alicerce mínimo, devemos voltar a atenção para o exame das raízes da crise, ou seja, identificar e analisar o que proporciona uma pulsão tão forte do Estado autoritário, fazendo com que esse consiga romper as barreiras e avançar território, diminuindo cada vez mais os dogmas estabelecidos no século das Luzes. Como vimos, tal fenômeno é o da globalização neoliberal. Passaremos a examinar o neoliberalismo e a globalização em momentos estanques e sucessivos, apenas com o objetivo de possibilitar um exame mais próximo das respectivas particularidades de cada um, deixando registrado que ambos estão umbilicalmente amalgamados.

Registramos de imediato que o movimento neoliberal não se traduz apenas em uma estratégia na área econômica, malgrado, seja esse o cerne de

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 115 11/06/2019 08:41:37

sua ideologia. Com efeito, de acordo com o pensamento de Pierre Dardot e Christian Laval[4], o neoliberalismo constitui uma nova e especial maneira de dirigir as pessoas e as sociedades, uma "nova razão de mundo".

As marcantes transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas nos anos 1978-80, definitivamente inauguraram uma nova ordem, a ordem neoliberal. Essa mudança foi capitaneada por Margaret Thatcher (eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha em 1979) e Ronald Reagan (presidente americano eleito em 1980), ambos em franca batalha contra os ideais keynesianos informadores do *Welfare State*, argumentavam no sentido de que esse havia falhado em sua missão e, ainda, era muito dispendioso para toda a sociedade. Assim, sustentavam a necessidade de um Estado mínimo, capaz apenas de assegurar o cumprimento das leis e de garantir a propriedade, deixando todo o mais ser guiado pela "mão invisível" que rege a economia.

Portanto, o neoliberalismo deve ser compreendido como, e nesse sentido aponta David Harvey, um conjunto de práticas político-econômicas que visam proporcionar ao indivíduo, ao mercado e ao comércio liberdade total de ação, reservando ao Estado apenas a função de "criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para essas práticas".[5] Em síntese, o plano neoliberal consiste em dar fim ao Estado de Bem-Estar Social implementando o "império do mercado"[6].

Importante mencionar que o liberalismo clássico, surgido no século XVIII, estabeleceu-se com o propósito de evitar os abusos do Absolutismo, na medida em que assegura as garantias individuais contra intervenções arbitrárias do monarca, bem como certa participação democrática, ao passo

[4] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

[5] HARVEY, David. O neoliberalismo: histórias e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições loyola, 2014. p. 12.

[6] CASARA, RUBENS R R. O Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão de indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 48

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 116 11/06/2019 08:41:38

que se abandona a ideia de que o rei era proveniente de uma escolha divina. Nasce uma nova forma de relação entre governantes e governados.

O antigo projeto burguês em nada guarda relação com os postulados neoliberais de hoje, ao contrário, esse estabelece uma "sociedade punitiva"[7], fundada na orientação de ideais da biopolítica, em total regresso e desrespeito às garantias adquiridas desde o Iluminismo, com o fim de neutralizar elementos "indesejáveis".

Destarte, já se nota uma consequência da razão neoliberal, vale dizer, o surgimento de uma ruptura radical entre os detentores do capital, ou seja, dos grandes conglomerados econômicos que controlam a lógica normativa do mercado, e uma grande massa de excluídos que não se adequam às exigências do comércio global e, portanto, são imprestáveis para o sistema.

O que fazer com os supérfluos é a grande questão?

Esse é um bom ponto de interseção para mudarmos o foco da análise e mirarmos para a globalização.

A globalização é cool, está na moda, parece que traz consigo um encanto mágico, as pessoas a todo momento se dizem globalizadas, dizem que vivem em um mundo globalizado, isso se dá em grande parte porque a globalização está ligada, em sua dimensão de comunicação, a uma moderna transformação tecnológica, que proporciona uma sensação de sofisticação. Entretanto, como normalmente acontece, as expressões da moda propendem para definições vagas de seu conteúdo, tornam-se mais turvas.

Estamos de acordo com Manuel Castells quando afirma que, em síntese, podemos entender o fenômeno da globalização como um processo de sistemas que possuem a capacidade de funcionar de forma una em tempo real e em escala planetária, essa capacidade é tecnológica (ao passo

[7] FOUCAULT, Michel. A Sociedade Punitiva. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 117 11/06/2019 08:41:38

que possui instrumentos técnicos que possibilitam essa comunicação e ação), institucional (uma vez que há liberalização econômica, desregulação estatal e abertura seletiva de fronteiras) e organizativa (na medida em que se estrutura em rede).

Desse conceito podemos extrair algumas observações relevantes, aqui pontuaremos apenas uma que se mostra fundamental ao desenvolvimento do presente estudo.

Um dos elementos analíticos da globalização é a capacidade de se organizar em rede. Em razão disso, quem a controla pode conectar ou desconectar qualquer um, na medida da importância desse para o grupo. Assim, podemos concluir que ela (a globalização) não é para todos, mas somente para aqueles que fazem parte dessa rede (para os conectados), os que não têm utilidade para as redes globais de capital, de produção e de consumo, são desconectados. Portanto, a globalização é por definição assimétrica, vale dizer, a globalização é seletiva, nem tudo se globaliza.

Essa globalização assimétrica está na base do incremento da desigualdade social, ou seja, "os ricos estão cada vez mais ricos, sobretudo no vértice da pirâmide, e os pobres cada vez mais pobres."[8] Nesse sentido, a globalização não soluciona o problema da desigualdade social, mas, ao contrário, a aumenta.

Nas precisas palavras de Zygmunt Bauman, "a globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo (...) os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização

[8] CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Trad. Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 18.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 118 11/06/2019 08:41:38

de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. (...) Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social."[9]

Hoje, essa massa de excluídos constitui uma outra categoria, não são mais os desempregados que com uma reciclagem estariam aptos para voltar ao mercado de trabalho (do período *fordista*), mas sim a classe de indivíduos rotulada por supérfluos, *outsiders*, de pessoas que não têm capacidade de desempenhar qualquer função na sociedade global, são inúteis, anormais, elementos antissociais, uma *underclass* inapta para ser "socialmente reciclada".

Com efeito, a crescente separação e exclusão dos inúteis para o sistema é parte integrante do processo de globalização neoliberal, essa polarização traz à tona, com nova roupagem, a questão da distinção entre ricos e pobres, normais e anormais, nós e eles, amigos e inimigos. Dessa bipolarização surge o quadro da criação de dois mundos distintos, separados, segregados, onde para a proteção dos "normais" deve-se adotar uma política de total intolerância, combatendo, neutralizando e expulsando o "anormal", uma política de guerra contra o inimigo, aquele que contamina a sociedade, contra o resto.

Ao se estabelecer que o "outro" (o supérfluo) é o inimigo que se deve combater, retira-se dele a condição de pessoa, passando a ser considerado somente sob o aspecto de ente perigoso ou daninho. Não é inédita na história a utilização da figura do inimigo para se justificar determinada decisão política, já vimos, por exemplo, que os índios, as bruxas, os negros, os judeus foram considerados os entes perigosos que deviam ser combatidos e, sabemos também, quais foram as consequências da adoção dessa postura.

Os supérfluos para a rede global neoliberal constituem o "outro" que ameaça, que proporciona o medo que aflige a sociedade moderna, aquele que pode atentar contra seu corpo e seu patrimônio, gerando no imaginário

[9] BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 08.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 119 11/06/2019 08:41:38

coletivo a ideia de que o negro e pobre ou o imigrante estão sempre a espreita para um ataque fatal.

"O medo é a mais poderosa das emoções humanas".[10]

Incutir e estimular o medo na mente das pessoas proporciona drásticas consequências políticas, tendo em vista que, com o medo instalado, abre-se a porta para a adoção da política do medo. De efeito, o anseio de proteção que as pessoas almejam faz surgir um estado de exceção permanente, em que se eliminam as garantias individuais próprias de Estados democráticos. Em outras palavras, há uma militarização do espaço público e uma exacerbada utilização do aparelho punitivo estatal com o escopo de fornecer proteção ao cidadão. Essa pessoa, de acordo com Antonio Negri e Michael Hardt, é uma nova forma de subjetividade criada pela globalização neoliberal chamada de "securitizado"[11].

Afirmam ainda os mencionados autores que os cidadãos securitizados desempenham dois papéis ao mesmo tempo, um de prisioneiro, na medida em que permite e se submete a um sistema de controle constante (detectores de metal, inspeções, armazenamentos de dados, câmeras de segurança etc.) e o outro de vigilante (guarda), uma vez que vive atento a movimentos que possam sair do padrão, que possam ser considerados suspeitos. E concluem, no sentido de que, em razão do medo, a pessoa "aceita estar numa sociedade prisional porque fora parece mais perigoso"[12].

---

[10] CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Trad. Joana Angêlica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 29.

[11] NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Declaração – Isto não é um manifesto. Trad.Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2016. p. 33/39.

[12] Idem. p. 34.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 120 11/06/2019 08:41:38

Sendo assim, a insegurança e a incerteza causadas pela "generalização do medo"[13] do "outro" – sentimento e sujeito criados pelo processo de globalização neoliberal - conduzem ao pensamento de que a solução invariavelmente será a utilização de um discurso de "lei e ordem", confirmando-se, destarte, a necessidade de uma sociedade prisional.

Aqui chegamos a um ponto fundamental do presente estudo. Afirmamos no início que vivemos um momento de ruptura, e agora reafirmamos, dizendo que vivemos uma ruptura do sistema democrático constitucional, em razão da política de terror adotada para tratamento dos supérfluos, com a implementação de um estado de exceção permanente, gerador de um encarceramento em massa jamais visto.

A política criminal adotada para a contenção e neutralização dos indesejáveis proporcionou a escandalosa explosão da população carcerária, fato claramente violador dos direitos humanos e que, por essa razão, atenta contra o Estado democrático de direito. Nesse contexto, notamos que a expansão prisional norte-americana é extremamente ligada a questões raciais e econômicas, enquanto que, na Europa, percebemos que o aumento se dá, em grande parte, devido à problemática da imigração.

Assim, em seguida analisaremos essa tormentosa questão do encarceramento em massa e da política criminal adotada.

A lotação do cárcere atuarial

Inquestionavelmente, o ser humano nasceu para ser livre. Entretanto, ao longo da história constatamos que essa afirmativa não se confirma como esperado. A existência humana desenvolve-se através de sucessivos períodos de dominação do homem pelo homem, com uso do poder como

[13] MBEMBE, Achille. Políticas de Inimizade. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017. p. 56.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 121 11/06/2019 08:41:38

instrumento de cumprimento desse desiderato. Este poder traduz-se no modo de imposição da vontade de um ou de um grupo (ou classe) sobre os demais, sendo exteriorizado de várias maneiras, como por exemplo, através da imposição do medo, da dor e do sofrimento trazidos pela punição em forma de prisão.

Afirma Foucault que as sociedades dos séculos XIX e XX eram classificadas em dois tipos de acordo com o tratamento dispensado aos mortos, a partir daí se indaga sobre a possibilidade de se "tentar classificar as sociedades de acordo com o destino que reservam, não aos defuntos, mas aos vivos dos quais querem se livrar, da maneira que elas controlam aqueles que tentam escapar ao poder, como reagem àqueles que transgridem, infringem ou evitam as leis, de uma forma ou de outra."[14]

A pena de prisão nos moldes que conhecemos hoje em dia, embora nos pareça que sempre existiu com esse formato, tem criação recente, ou seja, esse modelo de punição foi adotado há apenas pouco mais de duzentos anos. O direito penal que aplicamos atualmente surge com a superação do medievo e o estabelecimento dos ideais iluministas, abandonando-se as penas de castigos corporais e a pena capital, que se traduziam em um espetáculo sádico e de demonstração de poder do monarca, para a adoção de uma ideia de humanização das sanções criminais, por meio da imposição de uma pena de prisão proporcional ao delito praticado. Podemos ver com clareza essas transformações em Dos Delitos e das Penas, de Cesare Beccaria.

Ocorre que o mencionado sentido humanitário não é, nem de longe, alcançado com o trancamento de pessoas em prisões em condições deploráveis, incivilizadas e fétidas. A pena privativa de liberdade nesses termos, que veremos mais cuidadosamente a seguir, não alcança nenhum de seus escopos, salvo o mais arcaico de todos, que é o retributivo.

[14] FOUCAULT, Michel. A Sociedade Punitiva. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015. p. 3.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 122 11/06/2019 08:41:38

Quando paramos e pensamos no porquê punir, no porquê da prisão e se ela cumpre seu papel a contento, surge em nossos pensamentos a seguinte fala de Foucault: "há um século e meio que a prisão vem sendo dada como seu próprio remédio; a reativação das técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente; a realização do projeto corretivo como único método para superar a impossibilidade de torná-lo realidade."[15]

Portanto, a pena de prisão é um fracasso. Na realidade, é o modo mais fácil de se lidar com problemas sociais complexos e que demandam muito esforço e boa vontade para seu enfrentamento. Isso para não entrar na questão da utilização intencional da prisão como forma de poder e controle da classe menos favorecida, vale dizer, do emprego do poder punitivo como forma de controle e gestão de indesejáveis (que, conforme veremos, mostra-se a decisão tomada).

Finalidades da pena

Malgrado tal constatação, a pena criminal é utilizada indiscriminadamente em praticamente todo o mundo. Assim, mostra-se necessário o esclarecimento de quais são as funções (ou finalidades) oficiais da pena de prisão no Estado democrático de direito.

As finalidades dividem-se em duas teorias, quais sejam, absolutas ou retributivas e relativas ou preventivas, podendo esta ser geral ou especial. A segunda, de que a pena falha no cumprimento desses fins.

Começaremos pelas chamadas teorias absolutas da pena. De acordo com Juarez Cirino, a "pena como retribuição do crime representa a imposição de um mal justo contra um mal injusto do crime, necessário para realizar

[15] FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Trad. Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 223.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 123 11/06/2019 08:41:38

justiça e restabelecer o Direito."[16] Portanto, percebemos claramente que tal formulação mira um fato já ocorrido, um acontecimento do passado, esse pensamento possui claras raízes religiosas, no qual a pessoa recebe uma penitência pelo pecado cometido (*punitur, quia peccatum est*). Embora esse conceito traga à lembrança as penas corporais medievais, a pena como expiação pelo mal cometido, encontra suporte entre muitos e com diversos fundamentos até os dias de hoje.

Com o processo de secularização do direito penal e o afastamento do sagrado, vale dizer, "a proibição do direito penal ao serviço de finalidades transcendentais e moralistas"[17], surge a hegemonia das teorias relativas da pena ou de prevenção. Nas palavras de Anabela M. Rodrigues, "na lógica de 'ideia de fim', o objectivo que o direito penal se coloca é de uma simplicidade e clareza meridiana: prevenção."[18]

Como já vimos, as teorias relativas dividem-se em teorias de prevenção geral e especial. Nesse contexto, já se altera o olhar do pesquisador, que abandona o passado e volta sua visão para o futuro, vale dizer, essas teorias têm o escopo de evitar um fato que está por vir, portanto, caráter preventivo.

A prevenção geral pode ser negativa ou positiva. No viés negativo, a pena possui um poder ameaçador que conduz os indivíduos de uma sociedade a se absterem da prática de crimes. Como diz García-Pablos de Molina, a prevenção geral negativa "*mantiene que la pena lleva a cabo sus objetivos de prevención del crimen operando em la colectividade a través de unos mecanismos motivadores (contramotivadores) que se supone frenan y contrarrestan la delincuencia*

[16] SANTOS, Juarez Cirino. Direito Penal. Parte geral. 7. ed. Florianópolis: Empório do Direito – ICPC, 2017. p. 423.

[17] RODRIGUES, Anabela Miranda. A Determinação da pena Privativa de Liberdade. Os critérios da culpa e da prevenção. Coimbra: Coimbra Editora, 1995. p. 237.

[18] Idem, p. 307.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 124 11/06/2019 08:41:38

latente o potencial."[19] Assim, vemos que, de acordo com essa teoria, a pena criminal desempenha a função de evitar a lesão ao bem jurídico tutelado por meio da coação exercida pelo temor da aplicação da sanção superveniente. Atua literalmente como elemento de intimidação.

Já no tocante à prevenção geral de cariz positivo, tem berço na pós-modernidade, e também é chamada de teoria da prevenção/integração. A "base sociológica da teoria foi desenvolvida por Luhmann, que atribui ao direito as funções de (a) estabilização social, (b) de orientação da ação e (c) institucionalização de expectativas normativas."[20] Embora não haja um consenso absoluto na doutrina, predomina a ideia de que através da pena criminal se opera a confirmação da vigência da norma ou, em outras palavras, a reafirmação da validade da norma penal infringida, restaurando, dessa forma, a confiança no direito. Na realidade, para os defensores dessa teoria, o crime causa um rompimento na ordem jurídica, devendo esta ser recomposta através da aplicação da pena, com o que se opera sua restauração.

Resta examinar as teorias da prevenção especial da pena. Os defensores dessas teorias, tais como os que sustentam as teorias da prevenção geral, também visam evitar que o crime ocorra, no entanto, com uma diferença fundamental, abandona-se o olhar para a sociedade em geral e leva-se em conta apenas o indivíduo em particular, agindo para que este não volte a delinquir. Mais uma vez esta também se divide em positiva e negativa. Começaremos pelo aspecto positivo, deixando para o final a conceituação do aspecto negativo, que é, na realidade, a tendência nos países do hemisfério norte, em especial no Estados Unidos e Inglaterra, principais propagadores da política de globalização neoliberal, como já visto.

---

[19] GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. Derecho Penal. Introdución. Madrid: Servicio Publicaciones Facultad Derecho de la Universidad Complutense Madrid, 2000. p. 139.

[20] SANTOS, Juarez Cirino. Direito Penal. 2017. p. 428.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 125 11/06/2019 08:41:38

O discurso da prevenção especial positiva orienta-se no sentido da ressocialização do condenado, é fundada no ideal de reeducação e reinserção social do indivíduo que delinquiu porque era, ao tempo da ação, cultural e eticamente pouco desenvolvido e, em razão de tal fato, carente de educação, o que Foucault denominava de "ortopedia da moral."[21]

A questão nos traz à mente "O Processo Civilizador: o desenvolvimento do conceito de *civilité*", de Norbert Elias, no qual vemos que "na verdade, nossos termos 'civilizado' e 'incivil' não constituem uma antítese do tipo existente entre o 'bem' e o 'mal', mas representam, sim, fases de um desenvolvimento que, além do mais, ainda continua."[22] O autor conclui que o conceito de civilizado possui diversas variantes de vários aspectos, sendo assim, missão árdua a de dizer que determinado condenado é "incivil" e deve ser submetido a um processo "civilizatório" que possibilite sua reinserção no meio social de forma adequada, evitando, assim, que volte a delinquir.

Embora estejamos cientes de toda a problemática causada por essa afirmação, uma vez que dificilmente se encontrará legitimidade no ato de impor um determinado modo de comportamento a outra pessoa, intervindo na sua liberdade decisória, nos parece ser este o melhor posicionamento a respeito das finalidades da pena. Entendemos que a questão se resolve com uma simples modificação de paradigma, ou seja, no lugar de submeter o condenado, coercitivamente, a procedimentos que visem à sua recuperação, deve-se implementar um trabalho de conscientização e disponibilização (e não imposição) de programas educativos aos condenados, sendo estes, a toda evidência, de ordem facultativa.

Por último, a prevenção especial negativa. Os partidários desse pensamento, após anos de observação a respeito da eficiência do método da ressocialização, chegaram à conclusão de que essa ideia não funciona

[21] FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 2014. p. 15.

[22] CASTRO, Celso. Textos Básicos de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 77

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 126 11/06/2019 08:41:38

(*nothing works*), constataram que os gastos eram enormes e os resultados insignificantes. Dessa forma, afirmam que só há um meio de se evitar a reincidência, e esse é manter a pessoa presa, sem a necessidade de se tentar recuperá-la, o objetivo agora é sua neutralização. Portanto, somente a privação total da liberdade do indivíduo, através de sua neutralização ou inocuização, acarretará a diminuição da criminalidade e a reincidência.

A política criminal de gestão dos perigosos

Somente com a execução da pena se consegue evitar que o indivíduo pratique outros crimes. Surge, assim, o que se denominou de "armazenamento" de seres humanos considerados perigosos para a sociedade, cria-se uma política criminal de gestão de riscos, em outras palavras, uma política criminal atuarial.

Aqui ocorre uma guinada no curso que o pensamento sobre a pena vinha trilhando. Essa virada abandona os pilares iluministas, base dos Estados democráticos de direito, em nome de uma política neoliberal organizada sobre a técnica estatística e escorada na chamada sociedade de risco, onde se vê o "predomínio dos interesses estruturais do capitalismo na direção do aparelho punitivo do Estado."[23] Esse fato, como veremos mais adiante, é a causa de um dos maiores atentados contra os direitos humanos da atualidade, nos referimos à superlotação dos sistemas prisionais em decorrência de um encarceramento em massa.

A partir da última quadra do século passado, com o declínio do *Welfare State* e a tomada de dianteira do projeto político-econômico neoliberal, consolida-se a ideia de Estado mínimo, com a utilização do aparelho punitivo para a contenção de uma nova classe social, a dos indesejáveis

[23] DIETER, Maurício Stegemann. *Política Criminal Atuarial. A criminologia do fim da história.* Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 23.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 127 11/06/2019 08:41:39

ou "supérfluos."[24] Adota-se, para tanto, o modelo de gestão de risco, desenvolvido na esfera privada, mas já utilizado nos Estados Unidos em sede de execução penal, para fins de análise da concessão da parole, onde se busca a utilização de critérios objetivos para a aferição do grau de periculosidade de determinado indivíduo.

Maurício Dieter definiu essa política criminal atuarial como "o uso preferencial da lógica atuarial na fundamentação teórica e prática dos processos de criminalização secundária para fins de controle de grupos sociais considerados de alto risco ou perigosos mediante a incapacitação seletiva de seus membros. O objetivo do novo modelo é gerenciar grupos, não punir indivíduos: sua finalidade não é combater o crime – embora saiba se valer dos rótulos populistas, quando necessário – mas identificar, classificar e administrar segmentos sociais indesejáveis na ordem social da maneira mais fluida possível."[25]

É clara como a luz solar que essa política criminal afronta todos os alicerces de um direito penal ilustrado.

Portanto, em vista da ampliação da utilização da técnica atuarial na esfera criminal, aliado ao fracasso das funções da pena, em especial, como já vimos, da prevenção especial positiva, as penitenciárias passaram a ser verdadeiros armazéns de contenção de indivíduos classificados como perigosos de acordo com os instrumentos atuariais. É a consagração da prevenção especial negativa. Em outras palavras, com o escopo de gerir de maneira eficaz grupos de risco, a cadeia tornou-se um local apenas para a incapacitação desse indivíduo, eleito por meio de parâmetros evidentemente etiológicos.

---

[24] BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p.24.

[25] DIETER, Maurício Stegemann. *Política Criminal Atuarial*. 2013. p. 20.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 128 11/06/2019 08:41:39

Essa política criminal associada a teorias de "lei e ordem", frutos de uma orientação capitalista e neoliberal, são as principais causas da superlotação carcerária.

Registre-se que, como já exaustivamente demonstrado, o sistema penal está sempre relacionado aos meios de produção capitalistas eleitos em determinado contexto histórico e espacial.[26] Dessa forma, historicamente, podemos afirmar que a primeira grande virada na concepção da pena ocorreu com a revolução das Luzes, quando abandonamos as penas corporais do período pré-industrial e passamos a ter a pena como forma de modelação do indivíduo para o trabalho na fábrica, um regime disciplinar, o que se denominou período *fordista*. Hoje, vivemos um segundo momento de mudança de paradigmas, no qual a pena passa não mais a capacitar o indivíduo, mas apenas a contê-lo, é o denominado período *pós-fordista,* oriundo de uma sociedade de controle.

A economia da pena no período medieval simbolizava a expressão máxima de poder e soberania do rei, assim eram fundadas em espetáculos públicos onde corpos eram literalmente destruídos diante dos olhos do povo. A primeira virada nessa forma de enxergar a pena veio com o estabelecimento das fábricas e a consequente necessidade de trabalhadores em um período em que a mão-de-obra era escassa. A prisão tornava-se o tubo de ensaio da fábrica, vale dizer, era uma instituição de disciplinamento físico e mental que moldava o indivíduo para o labor fabril. Nesse sentido, a prisão, nas palavras de Foucault, produzia corpos dóceis e flexíveis para atender as demandas do capital, nasce as sociedades da disciplina como uma nova ferramenta de poder orientada à sujeição dos corpos e à transformação da alma. Assim, no período *fordista* a prisão como instituição total, não possuía

[26] RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, OTTO. *Punição e Estrutura Social*. Trad. Gizlene Neder. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 129 11/06/2019 08:41:39

a função de neutralizar ou inocuizar, pelo contrário, era instrumentalizada para a transformação do indivíduo.

Hoje o contexto mudou, por isso, mudou também a orientação da função da economia da pena. A crise do Estado social, a desilusão com a recuperação dos condenados em busca de sua ressocialização, bem como os interesses de uma postura neoliberal, acarretaram a derrocada do Estado *fordista*, com a consequente modificação da orientação criminológica, que passou a adotar uma postura de lógica atuarial, estatística, como já vimos. Dessarte, o novo sistema capitalista e a sociedade globalizada criaram uma nova necessidade para os detentores do capital, agora não mais necessitam de corpos dóceis e flexíveis para o trabalho nas fábricas, o perfil da classe trabalhadora alterou-se, atualmente, ao contrário de outrora, há excesso de mão-de-obra, fato que cria uma nova categoria de pessoas, os "supérfluos". Nasce, então, um grupo de indesejáveis que necessita de contenção, uma vez que não são mais interessantes ao sistema, nesse exato ponto há uma nova virada, abandona-se o modelo de sociedade disciplinar e se consagra a sociedade de controle. Bauman definiu com precisão: "nosso 'modo de vida moderno' inclui a produção de 'pessoas redundantes' (localmente 'inúteis', excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou localmente intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissensões causados por transformações sociais/políticas e subsequentes lutas por poder)"[27].

Em outras palavras, a prisão deixou de ser "escola/hospital" e passou a ser um "armazém". Hoje a ideia sustentada e ditada, em especial pela política criminal estadunidense, é a de "estocar" pessoas rotuladas como "sobras imprestáveis". A prisão transformou-se no instrumento para administrar a miséria criada pelo capitalismo, não que esse fato seja uma grande novidade, mas, agora, não há mais sequer o pudor de negar ou mascarar tal assertiva.

[27] BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. p. 09.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 130 11/06/2019 08:41:39

É "a miséria governada através do sistema penal"[28], como afirma Alessandro De Giorgi.

Este é um ponto importantíssimo para se entender o encarceramento em massa com que nos deparamos atualmente.

Surfando na onda do "cárcere atuarial", no qual o que se aprisiona é o risco, não há mais sequer a preocupação de disfarçar o preconceito, a partir da última quadra do século passado, a hipertrofia ocorrida no sistema penitenciário norte-americano, confirma tal assertiva. Fato este que não é exclusividade americana, uma vez que, nas últimas duas décadas, também notamos, na Europa, um cenário semelhante, no que se refere ao encarceramento do imigrante. Sem dúvida, trata-se "de uma gestão repressiva das novas pobrezas que se materializa na progressiva convergência entre a precarização do trabalho e autoritarismo penal."[29]

Como dito, em 1970 a expectativa que se tinha diante da observação das estatísticas era de um encolhimento da população carcerária, o que não se confirmou em virtude da "doxa punitiva neoliberal".[30] Nesse diapasão, trazemos como exemplo o ocorrido nos Estados Unidos e em Portugal (representando o cenário europeu).

Após a 2ª Grande Guerra, a população carcerária americana estava estagnada com sinais de queda, entretanto, em razão das mudanças políticas os números explodiram. Estes são impressionantes, em 1975 o número de presos era de 400.000, que passa para 750.000 em 1985 e, atualmente, passa de 2.300.000. Importante registrar que esse aumento não se dá em razão do aumento correspondente da criminalidade, permanecendo esta com

[28] DE GIORGI, Alessandro. A miséria governada através do sistema penal. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006.

[29] Idem. p. 53

[30] WACQUANT, Loic. As Prisões da Miséria. Trad. André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 19.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 131 11/06/2019 08:41:39

os números relativamente estáveis, isso ocorre em virtude da mudança da política de repressão.

Desse número, os negrosrepresentavam em 1950 32% dos reclusos, enquanto que 66% eram de brancos, hoje, o sistema carcerário americano possui menos de 30% de brancos, enquanto que os negros representam mais de 60%. Isso acontece em um país onde apenas 12% são afro-descendentes. Em concomitância a isso, no mesmo período, há uma drástica queda no serviço social de amparo aos pobres e desempregados, em decorrência do abandono do *Welfare State*, o que levou o pobre a integrar o grupo de risco que deve ser gerenciado pelo cárcere. Se podemos constatar que o cárcere dos Estados Unidos está cada vez mais "negro" e "pobre", o mesmo acontece na Europa, mas com relação ao fenômeno chamado de "crimigração"[31]

O sistema penitenciário Europeu é composto por um número cada vez mais elevado de imigrantes, hodiernamente, mais de um terço de toda população carcerária europeia é composta por imigrantes. Devemos pensar um pouco mais a respeito da situação do imigrante, para tanto, traremos à baila a relação crime/imigração em Portugal.

A globalização traz consigo também o aumento da visibilidade do imigrante, potencializando o aspecto de que esse constitui uma ameaça constante, seja por conta de questões de segurança (como a terrorismo), seja porque é um competidor social que poderá tomar seu lugar. Com isso, surge o sentimento de insegurança na população local, muitas vezes estimulado pelos meios de comunicação, fortalecendo a dicotomia do sentimento que se estabelece entre nós e eles. O imigrante passa a ser encarado como *o estranho*, *o perigoso*, *o diferente*, aquele que todos devem temer. Por essa razão, não há remédio melhor, na ótica neoliberal punitivista, que a utilização do

[31] GUIA, Maria João. Crimigração, securitização e o Direito Penal do crimigrante. Revistas Liberdades. n. 11 (setembro/dezembro). Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2012. p. 90-120.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 132 11/06/2019 08:41:39

aparelho penal para neutralização desse inimigo, o que proporciona um aumento exponencial na quantidade de presos do sistema penitenciário português (e europeu).

As pesquisas têm demonstrado a evolução vertiginosa da quantidade de presos no sistema penitenciário português, cenário que se repete nos demais Estados europeus. Rui Pedro Pinto afirma que "de modo claro o aumento globalmente progressivo e acentuado do número de reclusos a partir da década de 1980. A taxa de encarceramento cresceu mais do que duas vezes e meia desde o início dessa década até à atualidade (de 5.352 reclusos, em 1980, para 14.284, em 2013)."[32]

Essa explosão de encarceramento pode ser vista também quando olhamos para a situação do imigrante, a proporção da prisão de imigrantes teve, igualmente, um crescimento assustador. Podemos constatar que no início dos anos 90 os imigrantes correspondiam a cerca de 8% do total de reclusos do sistema prisional português, atualmente esse número gira em torno de 20%."[33] É a confirmação da seletividade do sistema punitivo com relação a essa classe de excluídos.

Continuando e analisando a figura do imigrante, agora como réu na justiça criminal, mais uma vez se nota, com clareza, que ele é submetido a um tratamento diferenciado e mais duro que os portugueses. Os imigrantes são mais presos preventivamente, são aplicadas penas de prisão de longa duração, com menor incidência de penas alternativas a essa, além de que, como pena acessória, ao término do cumprimento de sua reprimenda, são expulsos do país.

---

[32] PINTO, Rui Pedro. Estado, Pobreza e Punição. Sobre o modelo analítico de Loic Wacquant e seu contributo para a compreensão da ação institucional no caso português. Porto: Edições Afrontamento, 2016. p. 139.

[33] MOREIRA, J. J. Semedo. Aritmética breve em torno dos reclusos estrangeiros. In Raquel Matos (coord.). Género, nacionalidade e reclusão: olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal. Porto: Universidade Católica Editora, 2014. p. 185.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 133 11/06/2019 08:41:39

Apesar, como acabamos de ver, dos estudos científicos apontarem para um crescimento do número de imigrantes presos em Portugal e na Europa em geral, "não existe qualquer evidência empírica que sustente uma regularidade social necessária entre imigração e crime, dependendo esta relação do posicionamento social específico dos agentes e das propriedades socioespaciais do território de acolhimento."[34]

Portanto, tanto o negro pobre norte-americano quanto o imigrante europeu são vítimas da exclusão social, fruto da miséria neoliberal.

Essa miséria produzida pelo capitalismo global chega a cifras estratosféricas, isso porque, em virtude da modificação das características do trabalho na pós-modernidade, vale dizer, com o processo de precarização do trabalho, o índice de desemprego alcançou patamares altíssimos, alastrando a pobreza nos quatro cantos do globo. No entendimento de Deleuze, o sistema capitalista proporciona "uma fantástica fabricação de riqueza e de miséria."[35]

Diante desse quadro, podemos identificar com mais clareza quem são os componentes da nova classe a quem Bauman referia-se e contra quem estão virados os canhões do aparelho punitivo do Estado penal neoliberal, são os pobres miseráveis excluídos do mercado econômico global, que não mais podem ser contidos nos guetos em razão da literal falta de espaço. Constituem o "bagaço" da sociedade, melhor analisando, nem podem ser considerados "bagaço" uma vez que, como é cediço, na economia, o bagaço é um subproduto que pode ser reaproveitado após a retirada da matéria prima, não se podendo dizer o mesmo dos underclass, pois estes são taxados como inaptos para o regresso do convívio social, devem ser, portanto, contidos e afastados.

Esta forma de controle social a que estamos nos referindo, que gerou o início do segundo grande internamento (sendo o primeiro grande

[34] PINTO, Rui Pedro. Estado, Pobreza e Punição. 2016. p. 152.

[35] DELEUZE, Gilles. Conversações. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008. p. 216.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 134 11/06/2019 08:41:39

internamento ocorrido em Paris,1676, no fatídico dia em que todos os mendigos da cidade desapareceram, não por milagre, mas porque foram detidos no *L'Hóspital Général*), possui um marco histórico bastante nítido, foi fecundada nos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que combateram arduamente as políticas keynesianas (até derrotá-las), sendo definitivamente implementada com a estratégia Zero Tolerance, nascida na cidade de Nova Iorque. Analisando os dois momentos históricos ocorridos em Paris e em Nova Iorque, embora separados por três séculos, nos parece que a base filosófica possui o mesmo denominador comum, qual seja: identidade de desprezo pela pobreza extrema que ousadamente se instala e infecta os ambientes metropolitanos.

Este projeto de tolerância zero nada mais é que a implementação estratégica da já comentada política criminal atuarial, "trata-se, pois, de neutralizar a periculosidade das classes perigosas através de técnicas de prevenção do risco, que se articulam principalmente sob as formas de vigilância, segregação urbana e contenção carcerária."[36]

Loic Wacquant, sociólogo francês e professor da Universidade da Califórnia (Berkeley), deixa bem clara a transformação que estamos vivendo no tocante ao que se entende por Estado e seu contrassenso. Diz ele que "a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um 'mais Estado' policial e penitenciário o 'menos Estado' econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo."[37]

---

[36]DE GIORGI, Alessandro. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006. p. 28.

[37] WACQUANT, Loic, As Prisões da Miséria. Trad. André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 09.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 135 11/06/2019 08:41:39

Concordamos com Wacquant quando afirma que o grande problema é que para garantia a existência do Estado mínimo como pretende o neoliberalismo é necessário que alguém faça o "trabalho sujo". Como já vimos, essa nova política acarreta um *gap* econômico-social enorme, criando uma massa de desamparados que carecem de ações positivas de amparo, ocorre que isso contraria a orientação primordial de não assistencialismo, assim, no lugar de ajuda, o que há é isolamento, contenção, aprisionamento. A nova ordem supõe que os governos recorram ao aparelho punitivo para resolver os problemas sociais causados pelo desemprego maciço e pela ausência de proteção social.

Portanto, vivemos a transição do Estado social para o Estado penal, orientada por uma ideologia neoliberal, capitaneada pelos Estados Unidos, que utiliza "o hiperencarceramento como uma estranha política antipobreza, pressagia o advento de um novo governo de insegurança social, que une a 'mão invisível' do mercado de trabalho desregulado ao 'punho de ferro' de um aparato punitivo, onipresente e intrusivo."[38]

Em resumo, a implementação da estratégia de alguns países centrais, em especial dos Estados Unidos, de uma "faxina" policial das ruas culminando no encarceramento em massa dos excluídos do mercado global, mostra-se absolutamente contrária aos ideais da ilustração, bem como afronta por completo os postulados básicos de qualquer Estado que se diga democrático de direito.

O resultado de tudo o que foi exposto até aqui é o caos que constatamos na maioria dos sistemas carcerários espalhados pelo planeta, em especial, nas prisões de países do Terceiro Mundo, configurando tal fato um dos maiores atentados contra a humanidade de todos os tempos.

[38] Idem. p. 19.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 136 11/06/2019 08:41:39

Entendemos que o caminho correto (e que deve ser repetido e repetido até que as pessoas ouçam) "é lutar em todas as direções, não contra os criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade, isto é, contra a insegurança social que, em todo lugar, impele o crime e normatiza a economia informal de predação que alimenta a violência."[39]

Conclusão

A humanidade passa por um momento muito perigoso, em que se proliferam os discursos de ódio, as políticas do medo, a rotulação de "perigosos" que precisam ser geridos, a utilização do aparato punitivo estatal para "armazenar" seres humanos. Assim, mais do que nunca temos que implementar ações que reforcem as barreiras de contenção dos comportamentos que traduzam posições autoritárias e que contrariem os direitos humanos e os postulados do Estado democrático de direito.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

____. *Estranhos à nossa porta*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

____. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CASARA, Rubens R R. *O Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão de indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura. A crise da democracia liberal*. Trad. Joana Angélica D'Avila de Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

[39] Idem. p. 14.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 137 11/06/2019 08:41:39

CASTRO, Celso. *Textos Básicos de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Conversações.* Trad. Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008.

DIAS, Jorge Figueiredo. *Questões Fundamentais do Direito Penal Revisitadas*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1999.

DIETER, Maurício Stegemann. *Política Criminal Atuarial. A criminologia do fim da história*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

____. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalhete. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Derecho Penal. Introdución*. Madrid: Servicio Publicaciones Faculdad Derecho de la Universidad Complutense Madrid, 2000.

GUIA, Maria João. Crimigração, securitização e o Direito Penal do crimigrante. *Revistas Liberdades*. n.11 (setembro/dezembro). Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2012.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: histórias e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MBEMBE, Achille. *Políticas de Inimizade*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MOREIRA, J. J. Semedo. Aritmética breve em torno dos reclusos estrangeiros. In Raquel Matos (coord.). *Género, nacionalidade e reclusão: olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora, 2014. p. 181-208.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Declaração – Isto não é um manifesto*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: n.1 edições, 2016.

PINTO, Rui Pedro. *Estado, Pobreza e Punição. Sobre o modelo analítico de Loic Wacquant e seu contributo para a compreensão da ação institucional no caso português.* Porto: Edições Afrontamento, 2016.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 138 11/06/2019 08:41:40

RODRIGUES, Anabela Miranda. *A Determinação da Medida da Pena Privativa de Liberdade. Os Critérios de Culpa e da Prevenção*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

SANTOS, Juarez Cirino. *Direito Penal. Parte Geral.* Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. Trad. Gizlene Neder. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria*. Trad. André Telles. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

Recebido em: Agosto / 2018
Aceito para publicar em: Setembro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 139 11/06/2019 08:41:40

Processos psicossociais em saúde: transtorno de pânico em perspectiva

Gilberto Leocádio de Lima Filho[1]

Resumo

Partindo da premissa de que o estado de saúde de uma população é associado ao seu modo de vida e ao seu universo social e cultural, ou seja, as formas de pensar e de agir dos indivíduos são influenciadas ou determinadas pela cultura, constata-se que há uma necessidade de uma visão integrada e multidimensional dos problemas de saúde e doença. É o caso dos estudos sobre a síndrome de pânico. O Presente artigo compartilha a experiência do projeto de extensão: "Psicoterapia de pacientes com síndrome de pânico". Dados da (OMS) aponta para um número espantoso de pessoas que vivem com transtornos de ansiedade no mundo. São cerca 264 milhões. No Brasil 9,3% dos brasileiros têm algum transtorno de ansiedade. É a maior taxa em todo o mundo. As mulheres são mais acometidas e não se sabe exatamente as causas dessa diferença. O transtorno de ansiedade é uma preocupação mundial e não basta apenas apontar os dados epidemiológicos, são urgentes respostas plausíveis dos determinantes sociais. Portanto, é necessário começar a considerar algumas hipóteses de conjunção de fatores locais e globais. A nossa tarefa consiste em entender como os fatores psicossociais influenciam na manifestação sintomática da síndrome de pânico.

Palavras chave: História de Vida. Psicoterapia. Síndrome de Pânico. Transtorno de ansiedade.

[1] Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas e Letras (DCHL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado em psicologia com mestrado e doutorado em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.
E-mail: <leocadio@uesb.edu.br>

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 141 11/06/2019 08:41:40

Abstract

Based on the premise that the health status of a population is associated with their way of life and their social and cultural universe, that is, individuals' ways of thinking and acting are influenced or determined by culture, it is verified that there is a need for an integrated and multidimensional view of health and disease problems. This is the case of studies on panic syndrome. The present article shares the experience of the extension project: "Psychotherapy of patients with panic syndrome". Data from (WHO) points to a staggering number of people living with anxiety disorders in the world. There are about 264 million. In Brazil 9.3% of Brazilians have some anxiety disorder. It is the highest rate in the world. Women are more affected and the exact cause of this difference is unknown. Anxiety disorder is a worldwide concern and it is not enough just to point the epidemiological data, there are urgent plausible answers of the social determinants. Therefore, it is necessary to begin to consider some hypotheses of conjunction of local and global factors. Our task is to understand how psychosocial factors influence the symptomatic manifestation of panic syndrome.

Keywords: Anxiety Disorder. Life History. Panic Syndrome. Psychotherapy.

Resumen

Esta investigación trata de la incidencia de embarazo considerada elevada de adolescentes cuyos motivos revelan la necesidad de una amplia difusión de la información a fin de minimizar los efectos causados en la vida de jóvenes entre 15 y 18 años que convierten sus sueños juveniles en realidad característica de un proceso de " la transformación adulta, y ni el relevo del tiempo provoca la inversión prematura y real del hecho. Los datos socioeconómicos indican que las jóvenes que se embarazan durante la adolescencia no poseen condiciones básicas de escolaridad o habilidad para las actividades cotidianas de ser madre, principalmente por tratarse de personas de bajo poder adquisitivo y residir en barrios periféricos, sin acceso a los servicios básicos en salud.

Palabras clave: Embarazo en la adolescencia, Jequié-Bahía, Causas y consecuencias.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 142 11/06/2019 08:41:40

Introdução

O projeto de extensão denominado "Psicoterapia para pacientes com síndrome de pânico" por mim coordenado, nas instalações da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB ofereceu atendimento psicoterápico, entre os anos de 2016 a 2018, a cerca de 10 pacientes da comunidade universitária. Esse projeto foi concebido para oferecer tratamento psicoterápico, bem como apoio, suporte social e aconselhamentos para os pacientes diagnosticados com esse tipo de transtorno. Uma das razões da sua existência foi a percepção de um número crescente de queixas de alunos da graduação e pós-graduação com os sintomas característicos da síndrome. O perfil geral das pessoas que atendemos no projeto eram mulheres na faixa etária entre 20 e 38 anos sendo a maioria estudantes de graduação e pós-graduação; outras duas já eram formadas. Isso corrobora os dados de Salum e outros (2009) que afirma que o transtorno de pânico é cerca de duas vezes mais comum em mulheres e, geralmente, inicia no final da adolescência ou no início da vida adulta, com média de aparecimento entre os 20 e 30 anos. Nenhum homem se inscreveu ou foi atendido nesse período.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 2% a 4% da população mundial enfrenta esse transtorno (WHO, 2017). Para Silva (2006) a época mais comum para ocorrerem os primeiro ataques de pânico é entre os 15 e 30 anos de idade, o que não exclui a ocorrência em qualquer outra faixa etária. As mulheres são mais acometidas e não se sabe quais as causas dessa diferença. A recorrência dos ataques faz com que muitas pessoas sintam que não podem continuar trabalhando ou tendo a mesma vida ativa de antes. Por isso não é raro o abandono de carreiras profissionais absolutamente promissoras (SILVA, 2006:45).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) a síndrome ou transtorno do pânico é um tipo de transtorno de ansiedade no qual ocorrem crises inesperadas de desespero e medo intenso de que algo ruim aconteça,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 143 11/06/2019 08:41:40

mesmo que não haja motivo algum para isso ou sinais de perigo iminente. Para Vasques-Menezes (2002) os ataques são recorrentes e inesperados tendo início súbito e atingindo ponto máximo de desconforto muito rapidamente, mais ou menos em 10 minutos. Eles podem acontecer em qualquer lugar e em situações inesperadas como numa aula, fazendo compras no shopping, no avião ou mesmo em casa. Durante esses ataques um conjunto de quatro (ou mais) dos seguintes sintomas ocorrem:

1. Palpitações, coração batendo, ou batimentos cardíacos acelerados.
2. Sudorese
3. Tremores ou agitação.
4. As sensações de falta de ar ou sufocamento.
5. Sensação de asfixia.
6. Dor ou desconforto torácico.
7. Náusea ou desconforto abdominal.
8. Tontura ou vertigem.
9. Calafrios ou ondas de calor.
10. Parestesias (dormência ou sensação de formigamento).
11. Sensação de irrealidade) ou despersonalização (estar separado de si mesmo).
12. O medo de perder o controle ou "enlouquecer".
13. Medo de morrer.

Vasques-Menezes (2002) alerta a importância para a determinação de um ataque de pânico em considerar o contexto no qual ocorre e define três tipos característicos.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 144 11/06/2019 08:41:40

1. Ataques de pânicos inesperados (não evocados), onde o início não está associado com um ativador situacional: "vem do nada".

2. Ataques de pânicos ligados a situações (evocados), nos quais o ataque de pânico ocorre, quase invariavelmente, logo após a exposição de um ativador situacional.

3. Ataques de pânicos predispostos pela situação, que ocorrem na exposição ao ativador situacional, mas não estão invariavelmente associados a este ativador, podendo não ocorrer após a exposição.

A ocorrência de ataques de pânicos inesperados é um requisito para um diagnóstico de tratamento de pânico (com ou sem agorafobia). Ataques de pânicos ligados a situações são mais característicos da fobia social.

Referencial teórico

A síndrome de pânico é considerada oficialmente uma entidade diagnóstica a partir da terceira revisão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders ou (DSM) III de 1987. Se compararmos com outros transtornos mentais ele pode ser considerado como relativamente novo. A síndrome de pânico tem uma característica bem evidente que é a natureza física dos sintomas, como taquicardia, sudorese, dor e desconforto abdominal entre outros, o que a diferencia, por exemplo, do transtorno de ansiedade generalizada, que se caracteriza mais por tensões emocionais. Nesse sentido, muitos estudos sobre a síndrome se empenharam em investigar a dimensão neuroendócrina, que é mais descritiva e mais objetiva. Por exemplo, ao descrever o papel do sistema nervoso central e periférico nas manifestações sintomáticas, como o trabalho de Cosci (2012) "The psychological development of panic disorder: implications for neurobiology and treatment". Seu objetivo principal é a busca de uma literatura que aproxime

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 145 11/06/2019 08:41:40

a neurobiologia ao tratamento. Também temos o trabalho de Mezzaslma e outros (2004) "Neuroanatomia do transtorno de pânico", de cujo principal propósito é uma investigação dos circuitos cerebrais do transtorno de pânico utilizando técnicas de neuroimagens e/ou psicofármacos.

Uma quantidade expressiva de trabalhos que tratam da síndrome de pânico tem como principal base a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC). Essa abordagem é congruente com as premissas neuroendócrinas e também tem como foco básico os sintomas. A principal referencia de trabalho é Barlow (1988) "Anxiety and its disorders: the nature and treatment of anxiety and panic". Esse estudo clássico teve bastante seguidores como é o caso dos trabalhos de Blaya e Manfro (2006) com o seu artigo "Transtorno de pânico: diagnóstico e tratamento". Os bons resultados alcançados a partir dos tratamentos psicoterápicos e psiquiátricos trazidos pela Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) estimularam muitas pesquisas da síndrome de pânico sob essas premissas. Como por exemplo, o trabalho de Rangé (2008) "Tratamento para o transtorno de pânico e agorafobia: uma história de 35 anos". O autor descreve a evolução do conhecimento sobre um tratamento cognitivo-comportamental do transtorno de pânico e da agorafobia. Muitos dos artigos publicados são resultados terapêuticos e desenvolvimento de novas tecnologias com a predileção por uma abordagem neurobiológica, nosológica. Ressalta-se o trabalho de Iannone e outros (2016) "Estimulação transcraniana em pacientes com síndrome de pânico".

Numa busca de pesquisa online feita numa das principais base de dados existente, a SciELO, vemos que a maioria dos trabalhos recentes aborda a neurobiologia, não obstante, são muito escassos os trabalhos numa abordagem fenomenológica. Dos poucos publicados encontramos o artigo de Valença (2013) "Transtorno de pânico: aspectos psicopatológicos e fenomenológicos", que, na verdade fala muito pouco sobre os aspectos fenomenológicos, mas, ao menos aborda uma associação entre o ataque de pânico sendo desencadeado por determinados contextos emocionais, como

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 146 11/06/2019 08:41:40

por exemplo, desentendimentos familiares ou ameaça de separação conjugal. Também o trabalho de Perozzo e Mahl (2010) "O perfil biológico, psicológico e social de pessoas que apresentam transtorno de pânico". Neles os autores fazem um estudo entre o perfil psicossocial e os fatores desencadeantes.

A abordagem psíquica e social em debate

Existem ainda diversas lacunas no estado atual do conhecimento de um distúrbio psicológico tão preocupante. Uma delas é uma abordagem psíquica e social que tenha um enfoque na subjetividade com relação ao fenômeno da síndrome de pânico. A dimensão psicossocial quando citada limita-se às repercussões na vida da pessoa. O que é importante também! No entanto, não há uma associação etiológica entre a dimensão psicossocial e a enfermidade, bem como, não há uma discussão sobre o mundo do enfermo de síndrome de pânico. Também, não são facilmente encontrados, ao menos na língua portuguesa, estudos que investigam a etiologia da síndrome de pânico associado à subjetividade ou a história de vida. Portanto, há um importante espaço para ser ocupado com investigações que levem em consideração a cultura, a subjetividade, a relação psíquica e social.

Embora haja um significativo avanço e sofisticação da biomedicina constata-se a sua dificuldade de oferecer respostas satisfatórias para muitos problemas, sobretudo, para os componentes psicológicos ou subjetivos que acompanham, em grau maior ou menor, qualquer doença. Partindo da premissa de Uchoa e Vidal (1994) de que o estado de saúde de uma população é associado ao seu modo de vida e ao seu universo social e cultural, ou seja, as formas de pensar e de agir dos indivíduos são influenciadas ou determinadas pela cultura, constata-se que há uma necessidade de uma visão integrada e multidimensional dos problemas de saúde e doença.

A síndrome de pânico é caracterizada por certas emoções como o medo, pavor, angústia, aflição e ansiedade em níveis de intensidade significativos. Como nos deixa claro a abordagem fenomenológica, há

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 147 11/06/2019 08:41:40

uma relação de intencionalidade dessas emoções. Ou seja, não existe o medo do nada, o pavor do nada. Existe o medo ou o pavor de algo, mesmo quando esse algo não é totalmente consciente. Quando estamos diante de abordagens biomédicas que, como já foi dito, apontam para os mecanismos neuroendócrinos da síndrome de pânico percebemos claramente a lacuna existente desses conteúdos intencionais, isto é, da relação entre a emoção no sentido amplo e o aparato neuroendócrino. Portanto, identificar os pontos mais significativos da história de vida de um paciente, bem como compreender a associação dos aspectos emocionais e que tenha uma relação com a manifestação dos sintomas é tarefa fundamental para o propósito de futuras pesquisas.

Relatos de experiência do atendimento de pacientes com síndrome de pânico

Como dito anteriormente foram atendidas 10 pacientes todas do sexo feminino. As queixas iniciais e as motivações que as levaram a buscar a ajuda psicológica eram variadas. O itinerário terapêutico, no entanto era bem semelhante: a maioria procurou ajuda médica, principalmente de médicos cardiologistas. Frequentemente o conjunto de sintomas é confundido com ataques e arritmia cardíaca tendo como principal itinerário terapêutico o médico cardiologista, por conseguinte, dando pouca importância aos fatores psicológicos. Posteriormente as pacientes foram indicadas a médicos psiquiatras, em seguida passaram ao tratamento medicamentoso, cujas medicações mais frequentes das pacientes foram o Cloridrato de fluoxetina, Cloridrato de Sertralina, Clonazepan, Topiramato, Diazepan. Por fim foram buscar o tratamento psicológico. Muitas alegaram não sentir eficácia com a medicação, e se queixaram com a intensificação de certos sintomas com tensão, insônia, irritabilidade. Esses foram os mais comuns.

O tratamento psicológico mostrou a todas elas uma situação que Fritz Perls (1988) chamaria de gestalt aberta, ou seja, processos não

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 148 11/06/2019 08:41:40

concluídos; pontos muito sensíveis em suas histórias de vida e que não foram adequadamente encerrados; completados. Cada uma delas revelava uma situação de impasse em que nenhuma solução era "agradável", ou fácil. Cada uma das histórias de vida tinha questões centrais que formavam um enredo e dava sentido as suas respectivas vidas. Quando vista por este prisma é perfeitamente compreensível suas manifestações emocionais. Antes da psicoterapia nenhuma delas era capaz de associar uma relação de causa e efeito entre aspectos fundamentais da sua história de vida e os seus sintomas. O processo psicoterapêutico em algumas pacientes pôde refazer o caminho da primeira crise e visualizar o estopim. Ou seja, um determinado acontecimento com o potencial de desencadear fortíssimas emoções. Teoricamente as manifestações de ataques de pânico estariam ligadas a mecanismos que o organismo desenvolveu ligando um estímulo a uma resposta emocional como essa. Hans Selye (GURUNG, 2011; SELYE, 1929) chama de "o elemento perturbador da homeostase". Tanto no estresse – tema caro a Selye – quanto no ataque de pânico o elemento perturbador tem um forte vínculo com o acontecimento por ser significativo. Teoricamente podemos imaginar que a resposta emocional, que tem o potencial de perturbar e desencadear reações neuroendócrinas tem uma forte relação com as gestalts abertas, por conseguinte, o conteúdo mental está ligado a eventos da sua história de vida. Quando os pensamentos ou acontecimentos associados às gestalts são evocados desencadeariam as reações que caracterizam a síndrome. Não haveria reação dessa magnitude se o evento evocado fosse insignificante.

A história de vida vai delineando um significado pessoal que se assemelha aos mitos de fundação de certas sociedades. Só que esse é uma espécie de mito pessoal. A construção do mito é a construção do significado pessoal. Kleinman (1988) tem um importante debate a esse respeito. As questões centrais que tem o potencial de desencadear as reações estão ligadas ao mito pessoal. Por exemplo, a filha que foi preterida na separação dos pais e que conviveu com o forte sentimento de rejeição. Posteriormente

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 149 11/06/2019 08:41:40

desenvolveu uma baixa autoestima e um pavor da ideia de ser rejeitada. Para entender melhor, vejamos exemplos cotidianos: a separação conjugal, a demissão ou mesmo a simples briga com uma amiga, que naturalmente faz parte da rotina das pessoas, tem um potencial muito forte de desencadear o pânico para esta paciente citada. Para completar, as circunstâncias tanto pessoais quanto sociais ajudarão a um destino comum de muitos que sofrem do mesmo transtorno. Ou seja, o mundo em que vivemos é mais inseguro como constata Giddens (2005).

O surto de síndrome de pânico no Brasil, no entanto, não pode ser explicado por questões centrais e idiossincrásicas das pacientes que tratamos no nosso projeto, como, por exemplo, os relatos de abandono, dilemas, rejeição ou carência afetiva que foi o ponto forte da história de vida dos nossos pacientes. Esta é a dimensão pessoal, cada história de vida é singular e especial às suas questões centrais. A história de vida se associa aos problemas socioculturais e potencializa o transtorno.

A nossa tarefa presente e futura é entender como os fatores psicossociais influenciam na manifestação sintomática da síndrome de pânico. Os dados epidemiológicos dão indicações importantes, mas não responde a esta questão. A metodologia estatística como instrumentos de mensuração talvez seja inadequada para interpretar a propensão deste surto que já é uma preocupação de saúde pública. Investigar a síndrome de pânico numa dimensão psicossocial relacionando a biografia e a teia de significado na vida do sujeito é o nosso desafio. Portanto, a nossa pergunta é bastante assertiva, neste sentido, ou seja: como os elementos psicossociais influenciam a manifestação da síndrome de pânico?

A síndrome de pânico em contexto

O surto de síndrome de pânico precisa ser enxergado em contexto. As pessoas com esse transtorno, por motivos diversos, terão um conjunto sintomático e comportamental em comum. Para entender o transtorno

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 150 11/06/2019 08:41:40

em contexto devemos nos perguntar se o momento social que estamos vivendo atualmente é propenso à manifestação da síndrome? Helman (2009) tem um importante postulado que ajuda a traçar um caminho para esse entendimento: a psiquiatria transcultural. Ele afirma que é o estudo e a comparação da doença mental e dos seus tratamentos em diferentes culturas e grupos sociais. Portanto, ela está mais relacionada com as dimensões psicológicas, comportamentais e socioculturais, mesmo quando tenha uma comprovada base orgânica. Ou seja, o que interessa é a forma como os fatores culturais afetam as percepções e o comportamento do paciente. Duas proposições chamam atenção da relação cultura com a doença. A cultura pode ser parte da etiologia ou da causa de certas doenças; A cultura influencia a apresentação clínica e a distribuição da doença mental. "A cultura é um entre muitos determinantes do comportamento humano e é sempre parte de um contexto, lugar, demografia e condições socioeconômicas (HELMAN, 242)". Portanto, para Helman é mais adequado falar em distúrbios ligados ao contexto do que distúrbios ligados à cultura.

Chegamos, então, a um ponto em que vale a pena um esforço interpretativo ainda que seja por conjecturas. Primeiro expondo dados que têm uma boa confiabilidade. Segundo a OMS, o número total estimado de pessoas que vivem com transtornos de ansiedade no mundo é de 264 milhões. Este total para 2015 reflete um aumento de 14,9% desde 2005. O transtorno de ansiedade é uma preocupação mundial e não basta apenas apontar os dados epidemiológicos é necessário e urgente respostas plausíveis. No caso do Brasil os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgadas em 23 de fevereiro de 2017, apontam que 9,3% dos brasileiros têm algum transtorno de ansiedade. É a maior taxa em todo o mundo. E no caso da depressão o Brasil fica em quinto lugar com uma taxa que afeta 5,8% da população (WHO, 2017). Portanto, é necessário começar a considerar algumas hipóteses de conjunção de fatores locais e globais. Aqui no Brasil fatores socioeconômicos, como pobreza e desemprego são hipóteses que não podem ser descartadas. O país que viveu uma falsa euforia entre os

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 151 11/06/2019 08:41:41

anos de 2006 a 2010, com a promessa do "Brasil potência", pouco tempo depois passou por uma fortíssima recessão e um desemprego que chegou a mais de 12,7% segundo dados do IBGE. Nesse contexto econômico as crises emocionais e o estresse são fatores potenciais que devem ser considerados. No dia a dia há uma forte sensação de desesperança e medo.

Os problemas socioeconômicos afetam a todos. Mas quando uma pessoa está passando por uma dificuldade psicológica, como no caso do transtorno de ansiedade e de pânico isso se potencializa em níveis consideráveis. Em outras palavras, essa pessoa passa a ser muito mais susceptível e mais vulnerável do que outra que não tem o transtorno. O desemprego e todas as transformações tecnológicas que ameaçam a sobrevivência, sobretudo de mulheres chefe de famílias, é um problema adicional da luta pela sobrevivência. As estudantes de graduação e pós-graduação que nós atendemos no projeto de extensão, por exemplo, têm também expectativas preocupantes quanto ao futuro profissional por conta do desemprego. Ou seja, elas passam a antecipar um sofrimento que possivelmente virá, justamente, porque estamos diante da realidade econômica preocupante.

O projeto de vida de independência e autonomia de muitas mulheres é desafiado pelas dificuldades de lidar com a vida prática. Uma das nossas pacientes era mãe solteira que tinha que bancar sozinha uma casa, cuidar de três filhos e recentemente ficou desempregada. Ou seja, ela tem uma sobrecarga de preocupação decorrente do contexto econômico e social além do peso afetivo e emocional que ela carrega sozinha. Quando tudo isso é somado a paciente já não sabe o que é o pavor dos seus problemas de história de vida dos problemas econômicos e sociais. Tudo fica muito confuso e desesperador. Esses são os fenômenos sociais recorrentes. Portanto, os sintomas do pânico e do transtorno de ansiedade não apareceram do nada. Eles estão fortemente relacionados a uma trajetória que é dominada pela história de vida, e pelo contexto social que é vivenciado. As contingências e

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 152 11/06/2019 08:41:41

os acontecimentos foram sendo incorporados e tomando forma sui generis. Por fim, as histórias são diferentes, os processos são semelhantes e os sintomas são os mesmos.

Considerações finais

A Psicoterapia tem oferecido soluções eficazes para muitos dos problemas dos pacientes que sofrem com a síndrome de pânico. Ela ajuda muito a desatar os nós e clarear a confusão mental que os pacientes sofrem durante um período de manifestação. Mas isso não é suficiente, pois a própria psicoterapia tem limites. O paciente dá-se conta dos embaraços da sua vida; de como ficou hipersensível com alguns problemas, que, no caso de outras pessoas que não sofrem da síndrome se ajustariam mais facilmente. Assim, ele tem a possibilidade de separar os seus problemas não resolvidos – que fazem parte da sua biografia – com os problemas atuais. É no processo psicoterapêutico que os pacientes conseguem enxergar em que contexto sociocultural e econômico eles se encontram, e assim, tendo boas chances de discernir o que é o transtorno psíquico do que são os medos proporcionados pelo contexto social. Nesse sentido a ajuda da terapia é primorosa. Não obstante, é a ação que proporciona a transformação. Os enfrentamentos cotidianos com o suporte terapêutico é quem ajuda a superação e as mudanças pretendidas. Partimos, portanto, do princípio de que não existem soluções mágicas ou fáceis. Nem mesmo de terapia medicamentosa. A consciência ajuda a ação que facilita o enfrentamento e a transformação. Isso é válido para diversos tipos de demandas psicológicas, só que no caso da síndrome de pânico a pessoa normalmente encontra-se bastante fragilizada para o enfrentamento. Daí a importância do suporte. Além disso, o organismo foi sensibilizado e os mecanismos bioquímicos facilmente ativados. A dessensibilização precisa ser de alguma forma incluída nos processos. Tanto a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC), quanto algumas técnicas em Gestalt Terapia devem incluir o processo de dessensibilização.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 153 11/06/2019 08:41:41

A nossa vantagem em relação a TCC é que a gente localiza os pontos mais significativos, portanto, mais sensíveis para trabalhar.

A psicoterapia para pacientes com síndrome de pânico tem potencialidades e limites. A ideia de interdisciplinaridade nos ensina que nenhum campo tem um domínio total de conhecimento. Portanto, a participação do trabalho psicoterapêutico sob as premissas da dimensão psicológica e social complementa e fortalece o debate acerca dos problemas complexos de saúde e doença. A psicologia da saúde tem uma importante interface com a biomedicina e em especial a neuro-endocrinologia. Essa proximidade não pode ser descartada nem concorrente, mas sim complementar. A biomedicina, por sua vez, não pode enxergar a psicologia como uma área de conhecimento menor.

Psicólogos, antropólogos e sociólogos devem assumir o seu papel de intérprete da sociedade, haja vista que alguns fenômenos da saúde mental estão imbricados na cultura, economia e política, portanto, carente de explicações.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed: Porto Alegre, 2014.

BARLOW, D.H. *Anxiety and its disorders: the nature and treatment of anxiety and panic*. New York: Guilford, 1988.

BLAYA, Carolina; MANFRO, Gisele. G. Transtorno do pânico: diagnóstico e tratamento. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Vol. 28 n.1. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 8 mar. 2017.

CARVALHO, Marcele R. et. al. Realidade virtual no tratamento do transtorno de pânico. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. v. 57 n.1. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 1 fev. 2017.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 154 11/06/2019 08:41:41

COSCI, Fiammetta. The psychological development of panic disorder: implications for neurobiology and treatment. *Revista Brasileira de Psiquiatria,* vol. 34 supl. 1. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 1 mar. 2017.

FRITZ PERLS, Frederick. *A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2005.

GURUNG, Regan A. R. *Health psychology: a cultural approach.* Canada: Thomson Wadsworth, 2006.

HELDT, Elizeth et. al. Predictors of relapse in the second follow-up year post cognitive-behavior therapy for panic disorder. *Revista Brasileira De Psiquiatria,* vol. 33 n. 1. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 12 set. 2017.

HELMAN, Cecil. G. *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IANNONE, Aline et. al. Transcranial magnetic stimulation and transcranial direct current stimulation appear to be safe neuromodulatory techniques useful in the treatment of anxiety disorders and other neuropsychiatric disorders. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria.* Vol. 74, n. 10. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em 9 set. 2017.

KLEINMAN, Arthur. *Patients and healers in the context of culture: An exploration of the boderland between Anthropology, Medicine and Psychiatry*. Berkeley: University of California Press, 1980.

KLEINMAN, Arthur. *The illness narratives: Suffering, healing & the human condition*. New York: Basic Books, 1988.

MEZZASALMA, Marco A. et. al. Neuroanatomia do transtorno de pânico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 26 n. 3. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 12 set. 2017.

NARDI, A. E.; VALENÇA A. M. *Transtorno do pânico: diagnóstico e tratamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PEROZZO, Dayanna B. & MAHL, Álvaro C. Perfil biológico, psicológico e social de pessoas que apresentam Transtorno do Pânico. *Unoesc & Ciência* v. 1, n. 2, p. 191-200. Joaçaba, 2010. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 12 set. 2017.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 155 11/06/2019 08:41:41

RANGÉ, Bernard. Tratamento cognitivo-comportamental para transtorno de pânico e agorafobia: uma história de 35 anos. *Estudo de psicologia I*. 25(4). (477 – 486). Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 7 set. 2017.

SARDINHA, Aline. NARDI, Antônio. E. ZIN, Walter A. Ataques de pânico são realmente inofensivos? O impacto cardiovascular do transtorno de pânico. *Revista brasileira de psiquiatria*, vol. 31 n.1. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 12 set. 2017.

SALUM, Giovanni et. al. Transtorno de Pânico. In: *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul.* 31. (86 – 94). Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em: 12 set. 2017.

SILVA Ana B. B. *Mentes com medo: da compreensão à superação*. São Paulo: Editora Integrare, 2006.

UCHÔA, Elizabeth. & VIDAL, Jean Michel. Antropologia médica: Elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem da saúde e da doença. In: *Caderno de Saúde Pública.* Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10n4/v10n4a10.pdf>. Acesso em: 23 set. 2010.

VALENÇA, Alexandre M. Transtorno de pânico: aspectos psicopatológicos e fenomenológicos. *Revista Debate em Psiquiatria*, ano 3, n. 4. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo/scielo>. Acesso em 14 ago. 2017.

VASQUES-MENEZES, Iône. Saúde mental e trabalho: aplicações na prática clinica. In: *Saúde mental e trabalho:leituras*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WHO. *Depression and other common mental disorders*. Genebra: Global health estimates, 2017. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/management/depression/>. Acesso em: 14 maio 2018.

Recebido em: Maio / 2018
Aceito para publicar em: Setembro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 156 11/06/2019 08:41:41

Neoconstitucionalismo, Globalização e Poder do Estado

Guilherme Sandoval Góes[1]
UNESA/ESG

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a conexão epistemológica envolvendo a geopolítica, o direito e as relações internacionais como elemento propulsor da formação da ordem metaconstitucional dos direitos humanos. Assim sendo, no âmbito do constitucionalismo da pós-modernidade, o regime jurídico de proteção dos direitos humanos caminha entre duas grandes perspectivas que se contrapõem entre si, quais sejam, de um lado, o projeto globalizante do Estado Neoliberal de Direito e, do outro, o projeto epistemológico do Metaconstitucionalismo do Estado Universal de Direito. É nesse sentido que urge construir um novo arquétipo que possa reaproximar a ética e o direito na realização da vida digna para todos, independentemente da influência da geopolítica mundial de poder, atribuindo-se força normativa ao direito cosmopolítico kantiano de curso universal.

Palavras-chave: Estado Universal de Direito. *Pax Americana*. Metaconstitucionalismo.

Abstract

The present work aims to analyze the epistemological connection involving geopolitics, law and international relations as a propelling element in the

[1] Pesquisador do Programa Produtividade da UNESA. Pós-Doutorando em Geopolítica, Cultura e Direito pela UNIFA. Doutor e Mestre em Direito pela UERJ. Professor Emérito da ECEME. Membro do PPGCA da UNIFA e PPGSID da ESG. Professor de Direito Constitucional da EMERJ, UNESA e UCAM. Diplomado pelo Naval War College dos Estados Unidos da América (Newport, Rhode Island). Chefe da Divisão de Geopolítica e Relações Internacionais da ESG.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 157 11/06/2019 08:41:41

formation of the meta-constitutional order of human rights. Thus, within the framework of the constitutionalism of post-modernity, the juridical regime of protection of human rights walks between two great perspectives that are opposed to each other, namely, on the one hand, the globalizing project of the Neoliberal Rule of Law and, on the other , the epistemological project of the Meta-constitutionalism of the Universal Rule of Law. It is in this sense that it is urgent to build a new archetype that can reconnect ethics and law in the realization of a dignified life for all, regardless of the influence of the world geopolitics of power, attributing normative force to Kantian cosmopolitan law of universal course.
Keywords: Universal Rule of Law. *Pax Americana*. Meta-constitucionalism.

Resumen

El presente trabajo tiene por objetivo analizar la conexión epistemológica envolviendo la geopolítica, el derecho y las relaciones internacionales como elemento propulsor de la formación del orden metaconstitucional de los derechos humanos. Así, en el marco del constitucionalismo de la posmodernidad, el régimen jurídico de protección de los derechos humanos camina entre dos grandes perspectivas que se contraponen entre sí, cuales sean, por un lado, el proyecto globalizante del Estado Neoliberal de Derecho y, , el proyecto epistemológico del Metaconstitucionalismo del Estado Universal de Derecho. Es en ese sentido que urge construir un nuevo arquetipo que pueda reaproximar la ética y el derecho en la realización de la vida digna para todos, independientemente de la influencia de la geopolítica mundial de poder, atribuyéndose fuerza normativa al derecho cosmopolítico kantiano de curso universal.
Palabras clave: Estado Universal de Derecho. *Pax Americana*. Metaconstitucionalismo.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 158 11/06/2019 08:41:41

Introdução temática

No presente artigo, submetido ao Simpósio DIR 4 - Poder do Estado, Relações Internacionais e Ordem Metaconstitucional dos Direitos Humanos do VI Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas, serão estudados os elementos teóricos que informam a reconfiguração da ordem geopolítica mundial e seus impactos sobre o sistema de proteção dos direitos humanos.

Tal abordagem tem como eixo epistemológico a análise da conexão envolvendo a geopolítica, o direito e o poder do Estado como elemento propulsor da formação da ordem metaconstitucional dos direitos humanos. Nesse sentido, colima-se articular estudos referentes ao panorama geopolítico mundial e seus impactos na ordem constitucional dos Estados nacionais. De fato, um dos grandes desafios do Estado Democrático de Direito é a criação de um novo arcabouço teórico que se põe em busca de desenhar uma nova teoria da eficácia das normas constitucionais e, em especial, das normas garantidoras de direitos humanos.

Como se verá, a ordem metaconstitucional dos direitos humanos é fruto da superação da crença inabalável na hegemonia exegética da norma constitucional legislada, corolário da soberania do Estado e do princípio da impenetrabilidade da ordem jurídica interna de jurisdição constitucional.

Assim sendo, no âmbito do constitucionalismo da pós-modernidade, o regime jurídico de proteção dos direitos humanos caminha entre duas grandes perspectivas que se contrapõem entre si, quais sejam, de um lado, o projeto globalizante do Estado Neoliberal de Direito e, do outro, o projeto epistemológico do Metaconstitucionalismo do Estado Universal de Direito. Com tal tipo de visão, é possível compreender a correlação entre a geopolítica unipolar de poder da *Pax Americana* e o Estado Neoliberal de Direito, bem como a conexão entre a geopolítica multipolar de poder e o Estado Metaconstitucional de Direito.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 159 11/06/2019 08:41:41

Com efeito, em tempos de globalização da economia, intensifica-se a correspondência entre a geopolítica mundial e a efetividade dos direitos fundamentais, especialmente os dos hipossuficientes.

No decorrer da era pós-moderna, as interconexões entre geopolítica, economia, relações internacionais, direito internacional e direito constitucional ganham especial relevância na periferia do sistema capitalista, na medida em que afetam diretamente os pilares de sustentabilidade do Estado Democrático Social de Direito[2].

Trata-se de um esforço de desconstrução do dirigismo constitucional, com o desiderato de retomar o **arquétipo constitucional pré-weimariano** de cunho neoliberal. Realmente, com o fim da Guerra Fria, surge a tendência de adoção desse modelo pré-weimariano, vale explicitar, o modelo liberal que existia antes da Constituição de Weimar, de 1919, na Alemanha, símbolo da democracia welfarista.

Isto significa dizer, por outras palavras, que o fim da competição entre o liberalismo capitalista e o intervencionismo welfarista, o perfil constitucional que se impôs em escala planetária não foi o do projeto epistemológico metaconstitucional, baseado no Estado Universal de Direito, mas, sim, o projeto epistemológico neoliberal, baseado no Estado Garantista de Direito. Portanto, o resultado desse projeto de poder unilateral e neoliberal não poderia ser outro senão a criação de uma ordem civilizatória distorcida que enfraquece as tendências de proteção internacional dos direitos humanos.

Com rigor, desponta um sistema de proteção de direitos humanos sob ameaça, uma vez que se afasta da sua característica de universalidade, deixando claro que o projeto neoliberal aposta no poder de influência

[2] Nos últimos tempos, a discussão em torno dessas relações se há intensificado, especialmente a partir da tentativa de reconfiguração neoliberal do Estado, cuja proposta metodológico-científica restaura o modelo de estatalidade mínima com o objetivo de desregulamentar relações jurídicas privadas, relativizando o conceito de soberania.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 160 11/06/2019 08:41:41

mundial do capitalismo democrático da *Pax Americana*, gestando um cenário geopolítico unipolar controlado pelos Estados Unidos e seus aliados preferenciais, a Europa e o Japão. Com isso, é a geopolítica de poder hegemônico que passa a orientar a seu talante a ordem constitucional dos países de modernidade tardia, como, infelizmente, é o caso do Brasil.

Com rigor, o que se quer aqui demonstrar é que a queda do muro de Berlim, em 1989, é o ponto de inflexão da efetividade dos direitos sociais, na medida em que a ordem liberal erigiu como novo eixo hermenêutico do mundo pós-Guerra Fria o arquétipo constitucional pré-weimariano, que se ocupa tão somente com a revalorização da primeira dimensão (direitos civis e políticos) em prejuízo para os direitos sociais e trabalhistas de segunda dimensão.

Ora se por um lado, as linhas mestras do projeto neoliberal alertam para os perigos do paradigma unipolar de poder da *Pax Americana*, incapaz de lidar com os problemas sociais hodiernos dos países de modernidade tardia, por outro lado, há que se reconhecer os grandes desafios do projeto epistemológico metaconstitucional no que tange ao princípio fundante do Estado Universal de Direito, qual seja, a quase utópica garantia de direitos universais cosmopolitas de inspiração kantiana. Com efeito, o metaconstitucionalismo não se coaduna com decisões judiciais fundamentadas apenas nos documentos de direito interno.

Não se trata, aqui, de negar o conceito de soberania do Estado nacional, matéria amplamente debatida até mesmo pelo positivismo jurídico, mas, sim, a falta de um caminho científico que leve à proteção metaconstitucional dos direitos humanos a partir da jurisdição constitucional. De suma importância, portanto, o exame dos conflitos existentes entre o direito internacional e o direito interno, desenvolvidos sob a égide de uma geopolítica de poder hegemônico global.

Urge, pois, identificar o estado da arte do regime jurídico de proteção dos direitos humanos, que se encontra em transição entre

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 161 11/06/2019 08:41:42

o constitucionalismo garantista do Estado Neoliberal de Direito e o constitucionalismo cosmopolita do Estado Metaconstitucional de Direito, perpassando ao mesmo tempo pela transição da ordem geopolítica unipolar de *Pax Americana* para a ordem mundial multipolar.

É por isso que, antes de examinar a formação da ordem metaconstitucional como último estágio do regime de proteção dos direitos humanos na era pós-moderna, é necessário, antes, investigar a ordem neoliberal da *Pax Americana*.

Estado neoliberal de Direito e *Pax Americana* (Mundo Americano)

O cenário jurídico-constitucional que circunscreve o Estado pós-moderno é induvidosamente um paradigma ainda em construção, mas, que, no entanto, já apresenta imbricações complexas de um mundo globalizado que é, a um só tempo:

a) geopoliticamente pós-bipolar[3];
b) filosoficamente pós-moderno;
c) juridicamente pós-positivista;
d) midiaticamente pós-verdadeiro;
e) soberanamente pós-nacional;
f) estadisticamente pós-welfarista.

De fato, vive-se a era da pós-bipolaridade geopolítica (colapso da União Soviética e fim da Guerra Fria), da pós-modernidade filosófica (fim dos ciclos liberal e social), do pós-positivismo jurídico (superação da aplicação

[3] Mundo pós-bipolar significa o mundo do tempo presente, que surgiu com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade geopolítica entre os EUA e a ex-URSS, daí a designação de mundo pós-bipolar.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 162 11/06/2019 08:41:42

positivista mecânica da lei), da prevalência da pós-verdade (notícias criadas - *fake news* - suplantam as notícias verdadeiras), do Estado pós-nacional (relativização do conceito de soberania absoluta a partir do processo de globalização da economia) e da estatalidade pós-welfarista (crise do Estado Social ou *Welfare State*). Como bem destaca Luís Roberto Barroso:

> Planeta Terra. Início do século XXI. Ainda sem contato com outros mundos habitados. Entre a luz e sombra, descortina-se a *pós-modernidade*. O rótulo genérico abriga a mistura de estilos, a descrença no poder absoluto da razão, o desprestígio do Estado. A era da velocidade. A imagem acima do conteúdo. O efêmero e o volátil parecem derrotar o permanente e o essencial. Vive-se a angústia do que não pôde ser e a perplexidade de um tempo sem verdades seguras. Uma época aparentemente pós-tudo: pós-marxista, pós-kelseniana, pós-freudiana[4].

De tudo se vê, por conseguinte, essa incrível velocidade da era pós-moderna que, em menos de duas décadas, já produziu três grandes momentos de ruptura paradigmática da História da Humanidade, a saber: a queda do muro de Berlim (1989), a queda das Torres Gêmeas (2001) e a crise financeira mundial (2008).

Tais eventos têm desdobramentos disruptivos para a Ciência Política e para o Direito Constitucional, na medida em que trazem no seu âmago as ideias de globalização da economia, abertura mundial do comércio, engenharia constitucional pré-weimariana, era de desregulamentação/

[4] BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: *A nova interpretação constitucional. Ponderação, Direitos fundamentais e Relações Privadas.* Organizador Luís Roberto Barroso. Rio de Janeiro, Renovar, 2003, p. 2.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 163 11/06/2019 08:41:42

descodificação, neutralização axiológica do dirigismo welfarista, relativização do conceito de soberania, redução jurídica do Estado, constitucionalismo garantista/absenteísta etc.

Com isso queremos dizer que o neoliberalismo de *Pax Americana* será o contraponto do metaconstitucionalismo da ordem mundial multipolar. É preciso, pois, galgar patamar científico mais elevado para olhar com olhos de ver a matriz de impactos cruzados que informa a relação entre a geopolítica mundial e o regime jurídico de proteção dos direitos humanos, daí a relevância da consolidação de uma hermenêutica do desenvolvimento nacional.

Realmente, é indispensável captar o verdadeiro papel do Estado no mundo globalizado, mormente na periferia do sistema mundial, onde, frequentemente, interesses geopolíticos externos das grandes potências mundiais impõem mudanças na Constituição e nos grandes marcos regulatórios da economia nacional.

Observe, com atenção, que, muitas vezes, nem mesmo países, como o Brasil, situado entre as dez maiores economias do planeta, com latitude geopolítica de contribuir para a consolidação de uma ordem geopolítica multipolar, conseguem perceber ou enfrentar tais imposições externas. Isso deixa claro que o jogo geopolítico de poder mundial se projeta e influencia as ordens internas, notadamente, dos países de modernidade tardia, o que logicamente obriga o estudioso dos direitos humanos a examinar as interferências jurídico-constitucionais advindas do projeto epistemológico neoliberal, implantado após a queda do Muro de Berlim e cujo foco passou a ser a redução jurídica do Estado e a desregulamentação do comércio global.

Nesse sentido, Paulo Bonavides, com precisão acadêmica, mostra que:

> O fato novo e surpreendente do modelo de globalização em curso é que ele não opera nas relações internacionais com valores e

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 164 11/06/2019 08:41:42

> princípios; sua ideologia, aparentemente, é não ter ideologia, posto que esteja a mesma subjacente, oculta e invisível no monstruoso fenômeno de poder e subjugação, que é a maneira como a sociedade fechada e incógnita das minorias privilegiadas, dos concentradores de capitais, faz a guerra de escravização, **conquistando mercados, sem disparar um só tiro de canhão e sem espargir uma única gota de sangue**. Desferem, simplesmente, a pretexto de reformar, modernizar e globalizar a economia, os sinistros golpes de Estado institucionais, tendo para tanto por instrumentos e executores os governos títeres da "ditadura constitucional" de que ora estamos sendo vítimas neste País[5]. (grifos nossos).

Assim, é imperioso vislumbrar a globalização, tanto sob seu aspecto positivo de integração cultural de todos os povos da Terra, mas, também, sob seu ponto de vista negativo de imposição do projeto neoliberal, cujo símbolo máximo é a ideia de pensamento único do fim da História de Francis Fukuyama[6].

De fato, essa ideia-força de fim da História projeta a imagem de uma nova mundialidade sem guerras e de cooperação internacional benéfica para toda a humanidade. Em essência, o fim da História quer simbolizar a vitória do capitalismo e a repotencialização da doxa liberal. Em conseqüência, o constitucionalismo da pós-modernidade (aqui sendo por enquanto interpretado como o Estado Neoliberal de Direito) caracteriza-se por ser um movimento político-hermenêutico de forte crítica ao dirigismo constitucional da era moderna.

---

[5] BONAVIDES, Paulo. *Do país constitucional ao país neocolonial. A derrubada da constituição e a recolonização pelo golpe de estado institucional*. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 6-7.

[6] FUKUYAMA, Francis. *O fim da história.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 165 11/06/2019 08:41:42

Com rigor, salienta a emergência de um novo paradigma constitucional, próximo do arquétipo liberal e afastado do welfarismo constitucional. Apresenta-se com incredibilidade em relação às propostas sociais universalizantes do dirigismo constitucional, como aquela que justifica a intervenção estatal para a proteção dos hipossuficientes. A questão da intervenção estatal no domínio privado é tida agora como um jogo retórico de promessas inexequíveis que jamais atingirão a universalidade dos cidadãos. No plano da teoria constitucional, o movimento neoliberal apresenta forte crítica às concepções hermenêuticas de proteção de trabalhadores, que retiram a competitividade dos Estados nacionais no mercado internacional.

Foi com tal tipo de retórica que a elite dominante da periferia do sistema mundial foi facilmente seduzida pelo projeto do capitalismo democrático neoliberal.

Infelizmente, como bem destacou Bonavides, operou-se a guerra de escravização dos países subdesenvolvidos pela conquista de mercados sem disparar um só tiro de canhão e sem espargir uma única gota de sangue. Isso não é preciso, pois, não há nenhum tipo de reação. É o próprio Congresso Nacional que se encarregará de legislar em defesa dos interesses estratégicos dos países desenvolvidos em detrimento dos interesses nacionais.

Nesse diapasão, é muito triste perceber que os Parlamentos dos Países de modernidade tardia deixam de representar democraticamente o povo, passando a atuar como meros reprodutores de normas jurídicas feitas fora dos limites soberanos do Estado e fazendo valer a visão de Norberto Bobbio, quando afirma que o poder real já não é mais o Parlamento, porque se transformou em mera câmara de ressonância de decisões políticas tomadas fora do seu âmbito[7].

[7] Para Norberto Bobbio, o parlamento, na sociedade industrial avançada, não é mais o centro do poder real, mas apenas, frequentemente, uma câmara de ressonância de decisões tomadas em outro lugar. Cf. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 159.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 166 11/06/2019 08:41:42

Com efeito, é melancólico constatar que, na nossa região geopolítica, o projeto epistemológico neoliberal, sem nenhuma necessidade de fazer uso da força militar e sem nenhum tipo de derramamento de sangue, revelou-se eficaz e eficiente na imposição da força normativa dos mercados e seu consectário mais insensível, qual seja: a neutralização axiológica da Constituição Dirigente, retirando-lhe a eficácia positiva ou social tão arduamente conquistada, sob a justificativa de que se acentuava cada vez mais a crise do Estado Democrático Social de Direito (Estado do Bem-Estar Social também denominado *Welfare State*).

Com espeque na livre iniciativa e na autonomia da vontade como instrumentos realizadores da democracia e da liberdade política, o projeto neoliberal da *Pax Americana* procurou justificar eticamente a desconstrução dos direitos sociais e trabalhistas de segunda dimensão, tornando obsoleto o dirigismo constitucional, acusado de retrógrado e impróprio à competitividade internacional e à abertura mundial do comércio, exatamente num momento em que a globalização da economia exigia a desregulamentação dos mercados mundiais e a relativização do conceito de soberania.

No entanto, é neste contexto neoliberalizante de retomada do **arquétipo constitucional pré-weimariano** que se julga fundamental trazer de volta os direitos sociais fundamentais para a centralidade do constitucionalismo da pós-modernidade. Nas palavras de José Joaquim Gomes Canotilho:

> Os direitos econômicos, sociais e culturais, na qualidade de direitos fundamentais, devem regressar ao espaço jurídico-constitucional e ser considerados como elementos constitucionais essenciais de uma comunidade jurídica bem ordenada[8].

[8] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004, p. 98.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 167 11/06/2019 08:41:42

Independentemente da aceitação ou não do fim da Guerra Fria como marco inicial para o Estado pós-moderno, o fato é que a queda do muro de Berlim gerou grandes transformações jurídicas no Estado Contemporâneo**.** Em nenhum dos três grandes paradigmas estatais da modernidade (Estado Absoluto-Estado Liberal e Estado Social), viveu-se a perspectiva de um cenário internacional unipolar, tal qual a tão propalada *Pax Americana* dos dias de hoje.

O pensamento jurídico brasileiro não costuma investigar os elementos teóricos que informam essa perspectiva de unipolarismo geopolítico mundial e seus reflexos no campo jurídico-constitucional e, na sua esteira, no regime jurídico de proteção de direitos. Na doutrina pátria, um dos poucos autores que enfrentou o tema foi Daniel Sarmento, e, mesmo assim de forma perfunctória, valendo, pois, reproduzir sua visão:

> O colapso do comunismo, simbolizado pela queda do muro de Berlim, eliminou uma das ideologias rivais que se defrontavam e disputavam espaço num mundo até então bipolar. Com o fracasso retumbante da experiência marxista-leninista e o advento da *Pax Americana*, o capitalismo ficou mais a vontade para impor, agora sem concessões, o seu modelo econômico e social, que constituiria, segundo alguns, o 'fim da história'. Como se o fiasco do socialismo pudesse ofuscar os problemas crônicos do capitalismo, em especial a sua tendência para promover a desigualdade e aprofundar a exclusão social[9].

Com a devida vênia, acredita-se que o eminente jurista se equivoca quanto ao conceito de *Pax Americana* ao identificá-la com o fim da história

[9] SARMENTO, Daniel. Os direitos fundamentais nos paradigmas liberal, social e pós-social-(pós-modernidade constitucional?). In: FERRAZ Jr., Tércio Sampaio (Coord.). *Crises e desafios da Constituição brasileira*. Rio de Janeiro, 2002, p. 399.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 168 11/06/2019 08:41:42

de Francis Fukuyama e, portanto, com a ideia de triunfo do capitalismo sobre o socialismo.

Com rigor, a ideia de *Pax Americana* é um conceito geopolítico muito mais amplo, cujo significado é a imposição de um cenário internacional unipolar com predominância cêntrica norte-americana em todos os campos do poder nacional (político, econômico, militar, cultural e científico-tecnológico).

Realmente, por ser a única superpotência ainda remanescente, acredita-se que estamos vivendo sob os auspícios dessa *Pax Americana*. No entanto, a nosso juízo, acreditamos que tal interpretação é errônea, na medida em que os EUA não têm capital geopolítico suficiente para impor um cenário internacional unipolar, vale dizer, um quadro mundial onde não haja reação política, econômica, militar, cultural e tecnológica por parte das demais nações do mundo. O estabelecimento da *Pax Americana* seria sinônimo da natural envergadura dos EUA para reger unilateralmente as relações internacionais, o que evidentemente não parece ser verdadeiro[10].

Além disso, o estudioso dos direitos humanos tem o dever acadêmico de compreender que, na América Latina, a nação estadunidense fez uso da retórica da democracia como vetor de contenção geopolítica da ex-União Soviética, enfraquecendo-a, no entanto, na vida real. Com efeito, a estratégia norte-americana para a região respaldou os governos militares, em detrimento dos próprios valores democráticos e dos direitos fundamentais do cidadão latino-americano, em especial os atinentes à liberdade de expressão e à participação política[11].

---

[10] Com a devida vênia, definitivamente, não se pode concordar com a ideia de que o Estado pós-moderno é uma nova concepção estatal regida pela supremacia absoluta de uma *Pax Americana*. Prefere-se optar pela construção acadêmica de que o Estado pós-moderno é, ao mesmo tempo, economicamente quadripolar (Estados Unidos, União Europeia, Japão e China), culturalmente multipolar (choque de civilizações huntingtoniano) e militarmente unipolar (supremacia norte-americana indiscutível).

[11] Portanto, fácil é concluir agora que o constitucionalismo dos países subdesenvolvidos

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 169 11/06/2019 08:41:42

Deixa-se para reflexão do leitor, em exame concreto da realidade, se a opção estratégica adotada pela América Latina e, em especial, pelo Brasil, atendeu aos seus próprios interesses ou, ao contrario, se foi apenas a concretização de uma estratégia que lhe era exterior e emanada dos Estados Unidos da América.

Observe, com atenção, que, diante de todo esse quadro conjuntural, sofistica-se a tarefa do jurista contemporâneo, uma vez que não lhe é mais facultado desconsiderar variáveis metajurídicas (notadamente geopolíticas) na complexa equação dogmática do direito contemporâneo. Seu campo de atuação transcende a esfera do jurídico e da letra da lei, para penetrar na esfera multidisciplinar circunscritiva da força normativa da geopolítica mundial. Não lhe é dado mais permanecer alheio aos fatos geopoliticamente relevantes no mundo globalizado. Trata-se de conhecer a realidade do mundo dos fatos, abrindo-se o debate para a questão da influência recíproca entre direito e geopolítica. É induvidoso, portanto, que novos conceitos, tais como geodireito, constitucionalismo estratégico e judicialização da geopolítica sejam incorporados na equação epistemológica do jurista hodierno.

A resposta constitucionalmente adequada só merecerá tal designação quando fruto de uma análise multidisciplinar, que se caracteriza pela decisão judicial tomada com apoio em avançadas teorias da geopolítica mundial. E mais: como já visto, no âmbito de um mundo pós-guerra Fria altamente complexo, a perspectiva metaconstitucional dará nova feição para a teoria dos direitos humanos, notadamente do princípio da dignidade da pessoa humana em escala planetária.

Com tal tipo de intelecção em mente, é possível buscar o aperfeiçoamento da proteção jurídica de direitos humanos, que deve se mover

ficou sem identidade própria, sem saber onde estava e para onde seguia. Sob o pálio de uma Constituição sem força normativa, atos estatais antidemocráticos eram legitimados retoricamente em nome da própria democracia.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 170 11/06/2019 08:41:42

na direção de um marco legal mais sofisticado e que seja capaz de captar a conexão científica existente entre a geopolítica mundial e a proteção metaconstitucional de direitos humanos no âmbito de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Com o objetivo de garantir a realização de direitos em escala planetária, o exegeta contemporâneo não pode mais ficar adstrito à norma constitucional legislada pelo Estado soberano (*prius* da jurisdição constitucional), mas, sim buscar e captar o verdadeiro sentido e alcance da norma metaconstitucional cosmopolita (prius do controle de convencionalidade).

Em consequência, já não se tem mais nenhuma dúvida sobre a nova teoria metaconstitucional dos direitos humanos, que é edificada, a um só tempo, na ascensão normativa das normas internacionais e no eclipse do unipolarismo geopolítico norte-americano. Eis aqui a essência da ordem metaconstitucional de direitos humanos, qual seja a superação do mundo americano de geopolítica unipolar de poder hegemônico, que cede seu lugar para uma nova mundialidade calcada no equilíbrio multipolar.

Agora, a normatividade dos direitos humanos cosmopolitas não se atrela tão somente ao conteúdo da norma constitucional posta (legislador democrático nacional), mas, também, ao grau de aceitabilidade que a norma metaconstitucional (legislador dos sistemas universal e regionais de proteção) atinge no ambito de juízes e tribunais de direito interno. É por tudo isso que importa examinar a seguir a transição geopolítica da *Pax Americana* para uma Ordem Mundial Multipolar, cujo perfil se coaduna mais facilmente com a ideia-força de uma ordem metaconstitucional de direitos humanos.

Estado metaconstitucional de Direito e ordem mundial multipolar (mundo pós-americano)

A presente segmentação temática propõe uma nova leitura acerca do regime de proteção dos direitos humanos, decorrente de duas grandes

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 171 11/06/2019 08:41:42

perspectivas que se apresentam ao constitucionalismo da pós-modernidade, quais sejam, o Estado Neoliberal de Direito e o Estado Metaconstitucional de Direito.

Ou seja, a linha epistêmico-conceitual aqui proposta tem a finalidade de examinar a dicotomia que se apresenta ao Estado Neoconstitucional de Direito que navega entre dois mares distintos. De um lado, o Estado Neoliberal de Direito e a sua tentativa de neutralização axiológica da Constituição Dirigente Welfarista a partir da mitigação dos direitos sociais de segunda dimensão e, do outro, o Estado Metaconstitucional de Direito, cuja dinâmica é calcada no regime jurídico de proteção dos direitos humanos de curso universal.

Ora, tanto a proteção constitucional assegurada pelo Estado nacional soberano, quanto a proteção global prevista nas Convenções Internacionais de Direitos Humanos, constituem o regime jurídico de tutela do cidadão cosmopolita. Colima-se, portanto, nessa segmentação temática, analisar a correspondência biunívoca existente entre o sistema jurídico de proteção dos direitos humanos e a ordem geopolítica mundial.

Ou seja, em termos simples, existe um vínculo que coloca o Estado Neoliberal de Direito e a proteção de direitos civis e políticos em contato com a ordem mundial unipolar de *Pax Americana* (mundo americano). Da mesma forma, existe um elo forte entre o Estado Metaconstitucional de Direito e a proteção de direitos cosmopolitas de curso universal e a Ordem Mundial Multipolar (mundo pós-americano).

Com rigor, a doutrina pátria não costuma investigar tais linhas paralelas que colocam, lado a lado, a trajetória ascensional da ordem geopolítica mundial (ordem bipolar, *pax americana* e ordem multipolar) e

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 172 11/06/2019 08:41:43

as fases de evolução dos direitos humanos (direitos pré-históricos, direitos constitucionalizados e direitos cosmopolitas)[12].

Na linha do tempo, o constitucionalismo pós-moderno surge após 1989, onde se depara com a crise do *welfarismo constitucional*, a globalização da economia, o projeto hegemônico neoliberal e a neutralização axiológica da segunda dimensão de direitos fundamentais, aí incluída a proteção dos trabalhadores e hipossuficentes. Essa é a perspectiva de implantação do Estado Neoliberal de Direito, antítese do Estado Metaconstitucional de Direito.

Portanto, para compreender o estado da arte do regime de proteção dos direitos humanos é necessário compreender toda a fase moderna de constitucionalização dos direitos fundamentais. Não se pode confundir o constitucionalismo da modernidade (fase de constitucionalização dos direitos fundamentais e suas etapas liberal e social) com o constitucionalismo da pós-modernidade (fase de metaconstitucionalização dos direitos humanos).

Como já amplamente examinado, o constitucionalismo da modernidade tem duas grandes vertentes, a saber: o constitucionalismo garantista do Estado Liberal de Direito e o constitucionalismo dirigente do Estado Democrático Social de Direito. Em ambas vertentes, o regime jurídico de proteção dos direitos fundamentais dá-se dentro das fronteiras do Estado nacional soberano.

Em termos simples, é certo afirmar que a fase de constitucionalização dos direitos fundamentais vivenciou dois grandes ciclos democráticos, a

[12] Realmente, esta temática ainda não mereceu, no Brasil, um tratamento sistemático pela doutrina, o que evidentemente dificulta a análise da classificação das diferentes fases de evolução que marcam a proteção dos direitos humanos ao longo da História, desde a antiguidade clássica até os dias atuais. A ideia aqui é ir para além dessa proteção nacional dos direitos humanos (constitucionalismo democrático ocidental) com o objetivo de examinar a visão pós-moderna dos direitos humanos, operando-se a vinculação entre o Estado Metaconstitucional de Direito e a proteção transnacional dos direitos humanos (transconstitucionalismo do Estado pós-moderno).

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 173 11/06/2019 08:41:43

saber: o Estado Liberal de Direito e o Estado Democrático Social de Direito. Tais ciclos democráticos perfazem a modernidade dos direitos fundamentais.

Já o constitucionalismo da pós-modernidade está vinculado à fase metaconstitucional, modelo ainda em construção, mais que já projeta a proteção dos direitos humanos para além das fronteiras nacionais. Será o fim de um mundo geopoliticamente unipolar e, na sua esteira, o fim de um direito internacional hegemônico caracterizado pelo sistema yaltiano de poder que marcará o nascimento do constitucionalismo da pós-modernidade, aqui caracterizado como a busca da **constitucionalização transnacional dos direitos humanos**, ou seja, trata-se de um projeto epistemológico de direito cosmopolítico que substitui os projetos do liberalismo e do socialismo.

Assim sendo, a fase de constitucionalização transnacional aspira consolidar um novo ciclo democrático, agora dito *democracia pós-moderna ou democracia cosmopolita*, cujo empuxo arquimediano é a implantação de uma Ordem Mundial Multipolar, calcada no equilíbrio geopolítico de poder, sem predominância cêntrica de nenhum Estado ou coligação de Estados[13].

Com efeito, opera-se aqui revolução profunda no ideal de proteção de direitos, sobre o qual se assenta a ordem metaconstitucional de direitos humanos. Não se pretende, neste momento, tratar de todas as características do metaconstitucionalismo pós-moderno, mas, tão somente, destacar sua relevância para o estudo dos direitos humanos na contemporaneidade, uma vez que simboliza a supremacia de tais direitos sobre o próprio Estado, superando, pois, a ideia de impenetrabilidade kelseniana da ordem jurídica soberana nacional.

[13] No entanto, sem nenhum tipo de zotismo acadêmico, há que se reconhecer que o projeto epistemológico metaconstitucional kantiano encontra grande resistência advinda do seu principal opositor, qual seja, o projeto epistemológico neoliberal da *Pax Americana*. O ponto de inflexão entre a modernidade e a pós-modernidade é aqui vislumbrado como sendo a passagem de um mundo unipolar norte-americano para um mundo multipolar de equilíbrio geopolítico.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 174 11/06/2019 08:41:43

Para bem compreender tal transição, é preciso reconhecer que os direitos humanos são direitos históricos, que evoluem de acordo com as limitações e obrigações que são impostas ao Estado em prol da proteção do indivíduo perante esse mesmo Estado, ou seja, o reconhecimento de que a proteção dos direitos humanos é gradual e em constante mutação. Como bem mostra Bobbio na sua obra "A era dos direitos":

> Do ponto de vista teórico, sempre defendi - e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos - que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas[14].

Para o eminente autor, os filósofos são convocados a dar seu parecer sobre um fundamento dos direitos do homem que seja absoluto, irresistível, inquestionável, o que parece ser um problema mal formulado, pois:

> a liberdade religiosa é um efeito das guerras de religião; as liberdades civis, da luta dos parlamentos contra soberanos absolutos; a liberdade política e as liberdades sociais, do nascimento, crescimento e amadurecimento do movimento dos trabalhadores assalariados, dos camponeses com pouca ou nenhuma terra, dos pobres que exigem dos poderes públicos não só o reconhecimento da liberdade pessoal e das liberdades negativas, mas também a proteção do trabalho contra o desemprego, os primeiros rudimentos de instrução contra o

[14] BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 25.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 175 11/06/2019 08:41:43

> analfabetismo, depois a assistência para a invalidez e a velhice, todas elas carecimentos que os ricos proprietários podiam satisfazer por si mesmos[15].

Nesse sentido, perfeita a intelecção de Norberto Bobbio, demonstrando a trajetória de evolução dos regimes de proteção dos direitos humanos, desde a garantia da *liberdade religiosa* somente alcançada a partir da Paz de Vestfália de 1648 (formação do Estado absoluto), perpassando pelo respeito às *liberdades civis* resultantes da luta dos parlamentos contra soberanos absolutos (formação do Estado Liberal de Direito) até, finalmente, chegar-se às *liberdades sociais* resultantes do movimento dos trabalhadores assalariados, dos camponeses com pouca ou nenhuma terra, dos pobres, dos hipossuficientes, contra o analfabetismo e da assistência para a invalidez, velhice e infância (Estado Democrático Social de Direito).

Observe, aqui, com atenção, a importância dessas fases de evolução do constitucionalismo da modernidade, cujo âmbito de incidência ainda se encontra dentro dos limites territoriais de um Estado nacional soberano.

Diferente é a estrutura do novo paradigma de metaconstitucionalização dos direitos humanos, que transcende as fronteiras nacionais. Eis aqui o ponto central do presente estudo: compreender que, a partir da metaconstitucionalização, opera-se a transformação mais radicalizante da concepção jurídica de proteção dos direitos humanos, qual seja a transposição do constitucionalismo democrático e a inauguração do transconstitucionalismo de inspiração kantiana.

O que agora importa é examinar a proteção supranacional dos direitos humanos, reduzindo o campo de atuação do Estado soberano, quer seja pela autolimitação dos Estados soberanos com relação às normas *jus cogens* de

[15] Idem, ibidem.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 176 11/06/2019 08:41:43

direito internacional, quer seja pela positivação de normas cosmopolitas que se sobrelevam sobre o próprio Estado.

A finalidade do paradigma democrático metaconstitucional é a garantia dos direitos humanos em escala planetária. Sua pretensão metodológica é a consecução de normas cosmopolitas que vinculem por intermédio do respeito dos Estados soberanos aos direitos humanos. É nesta trilha que a fase metaconstitucional dos direitos humanos cosmopolitas surge em substituição à fase moderna de constitucionalização de direitos fundamentais de um determinado Estado nacional.

Ontem, a fase moderna de constitucionalização dos direitos fundamentais e seus dois grandes ciclos democráticos: Estado Liberal de Direito e Estado Democrático Social de Direito[16]. Hoje, a fase pós-moderna, na qual se vive a esperança de implantação da fase metaconstitucional dos direitos humanos.

Como já amplamente dito, a ordem metaconstitucional de direitos humanos ainda se encontra em construção, sendo certo afirmar, entretanto, que representa o estado da arte na proteção dos direitos cosmopolitas, na medida em que projeta a ideia-força de um *Estado Universal de Direito* de inspiração kantiana, que não se submete às vontades nacionais soberanas. O indivíduo ganha proteção supranacional contra as violações do seu próprio Estado nacional.

Consequentemente, a metaconstitucionalização de direitos, ao constituir exigências do Estado Universal de Direito, permite a consolidação de um novo ciclo democrático, agora dito pós-moderno de cidadania cosmopolita. É importante compreender, com clareza, que o projeto epistemológico metaconstitucional, de viés kantiano, encontra no controle de convencionalidade um dos seus grandes pilares de sustentabilidade.

[16] Tais ciclos democráticos perfazem a modernidade dos direitos fundamentais.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 177 11/06/2019 08:41:43

Certamente a proteção metaconstitucional de direitos é uma grande expectativa e perspectiva dogmática, notadamente pelo avanço que representa quando se considera os tratados internacionais já ratificados na História da humanidade, daí seu potencial no âmbito do projeto cosmopolita de constitucionalização transnacional dos direitos humanos. Com efeito, a proposta central da ordem metaconstitucional de direitos humanos, que se expressa do ponto de vista jurídico-hermenêutico pelos núcleos normativos representados pela garantia dos tratados internacionais de direitos humanos (notadamente a proteção à infância, à mulher, à velhice, à pessoa com deficiência etc.), é estabelecer um sistema ideal a ser instrumentalizado através da cidadania cosmopolita, que é complexa e de difícil exequibilidade, pois pretende deslocar a proteção jurídica para o âmbito universal em detrimento da forma nacional soberana.

Busca-se, aqui, nesta última fase, a construção de uma ordem internacional democrática cosmopolita. É por tudo isso que se entende que o grande desafio do Estado Neoconstitucional de Direito é refutar a consolidação do Estado Neoliberal de Direito, colocando em seu lugar o Estado Metaconstitucional de Direito.

Vicente Barretto mostra com precisão que "o conceito de direito cosmopolita, proposto por Kant, refere-se, principalmente, ao entendimento de que a evolução histórica, e com ela as luzes da razão, iriam encontrar ou formular normas de fundamentação ética, que poderiam ser consideradas como uma forma de direito"[17]. Um dos postulados essenciais em que se funda o metaconstitucionalismo é a **racionalidade universalizante**, na qual os valores a serem protegidos são livremente aceitos por todos os homens, independentemente de nacionalidade, cultura, etnia ou religião. Segundo tal paradigma, há uma única ordem jurídica, cujos valores são

[17] BARRETTO, Vicente de Paulo. "Bioética, biodireito e direitos humanos". In: TORRES, Ricardo Lobo (org.). *Teoria dos direitos fundamentais*, 2002, p. 385.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 178 11/06/2019 08:41:43

compartilhados pela comunidade cosmopolita. Enfim, essa é a essência da ordem metaconstitucional de direitos humanos.

Por outro lado, há que se reconhecer que os alicerces do Estado Metaconstitucional de Direito se equilibram sobre um conjunto frágil de realidades vinculantes, como, por exemplo, a ideia-força da construção de um **Estado Universal de Direito**, no qual a violação de um direito fundamental em determinada região pobre da África ou da América Latina repercutirá igualmente em todas as demais nações do Planeta. É claro que tal perspectiva ainda não se encontra no horizonte visível da sociedade internacional atual, no entanto, o que é importante compreender é que uma ordem civilizatória metaconstitucional pressupõe a consolidação de um *Estado Universal de Direito* dessa natureza.

Além disso, uma ordem metaconstitucional de direitos humanos pressupõe um plexo de realidades vinculantes em todas as expressões do poder nacional. Isto significa dizer, por exemplo, que, geopoliticamente, seu motor é a implantação de uma **ordem mundial multipolar**, sem predominância cêntrica de um único poder global ou aliança de poderes prontos para exercer a liderança mundial a seu talante.

Com a devida agudeza de espírito, o leitor deve compreender que esta realidade vinculante demonstra que a ordem mundial pós-moderna, no campo da geopolítica, se encontra em transição de uma *ordem unipolar de hegemonia norte-americana* para uma *ordem multipolar de equilíbrio global*, mais afeita às perspectivas do *Estado Metaconstitucional de Direito*.

Com isso, começa a aparecer no horizonte da agenda mundial, a ideia kantiana de projetar justiça além fronteiras, sob a égide de uma sociedade internacional de Estados Democráticos de Direito de cidadania cosmopolita. Proclama-se, no âmbito do paradigma metaconstitucional dos direitos humanos, a pós-modernidade axiológica, na qual o regime jurídico protetivo de direitos caminha no trilho da ética universal.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 179 11/06/2019 08:41:43

É a virada kantiana privilegiando a dimensão ética universal das normas jurídicas e homenageando iniciativas de proteção ao núcleo intangível de dignidade humana dos hipossuficientes em escala planetária.

Conclusão

O presente trabalho procurou analisar as perspectivas de implantação da ordem metaconstitucional de direitos humanos no âmbito do constitucionalismo da pós-modernidade. Certamente tal perspectiva metaconstitucional simboliza o mais avançado grau de dogmática protetiva de direitos, podendo-se mesmo afirmar que sua implementação seria equivalente à instauração do quase utópico Estado Universal de Direito.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a evolução dos direitos humanos não pode ficar apartada da fase metaconstitucional, paradigma ainda em construção, mas que tenta impulsionar o direito constitucional pós-moderno na direção desse Estado Universal de Direito e da democracia cosmopolita.

Neste mister precípuo, um dos aspectos mais importantes que se precisa destacar é a questão do diálogo epistemológico entre a ordem metaconstitucional de direitos humanos e a ordem geopolítica multipolar.

Com certeza, não se pode olvidar que, na virada do século XX para o século XXI, o risco de neutralização axiológica da Constituição Dirigente é uma realidade, sendo mesmo o grande avisador de tempos sombrios para os direitos fundamentais de segunda dimensão, gestados pela ordem neoliberal unipolar estadunidense. É nesse diapasão que surge a relevância da compreensão da perspectiva cosmopolita na teoria constitucional contemporânea. Não há mais espaço para intelecções ingênuas no campo político-constitucional.

É por tudo isso que o grande desiderato acadêmico do presente artigo foi examinar os principais desafios que se colocam para tal perspectiva,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 180 11/06/2019 08:41:43

notadamente a implantação do Estado Neoliberal de Direito, da globalização neodarwinista da economia e, mais especificamente, da tentativa de neutralização axiológica da Constituição Dirigente e do Estado Democrático Social de Direito.

Na linha epistêmico-conceitual, o Estado Metaconstitucional de Direito ganha relevância transcendental, na medida em que a ética e o direito irão se encontrar na realização da vida digna para todos os cidadãos do planeta, independentemente da sua nacionalidade ou do catálogo jusfundamental do seu Estado de origem. Isto significa dizer que a força normativa do direito cosmopolítico kantiano não dimana de normas feitas internamente por Estados soberanos, mas, sim, das normas metaconstitucionais cosmopolitas de curso universal.

Em tempos de estatalidade pós-moderna, um dos grandes desafios do Estado Democrático de Direito é deslocar para a centralidade do regime jurídico de proteção dos direitos humanos o paradigma metaconstitucional e o controle de convencionalidade. Com efeito, a evolução do pensamento jurídico contemporâneo perpassa necessariamente pela conexão entre essas duas ordens jurídicas: a dimensão interna (máxime com a ideia de supremacia da Constituição) e a dimensão metaconstitucional (máxime com a consolidação dos tratados internacionais sobre direitos humanos).

Com tal tipo de intelecção em mente, é possível identificar os óbices que se apresentam à ordem metaconstitucional de direitos humanos, desde um ponto de vista de relação de poder hegemônico em escala planetária, senão vejamos: no mundo de *Pax Americana*, a violação de um direito fundamental, cometida em determinado País que seja aliado estratégico dos EUA, certamente, não repercutirá no resto do mundo. Já a violação de um direito fundamental, cometida em País que resista, desafie ou se oponha aos EUA, induvidosamente, repercutirá intensamente em todos os demais

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 181 11/06/2019 08:41:43

Estados da sociedade internacional. Ora isso representa exatamente a antítese da ordem metaconstitucional de direitos humanos[18].

Portanto, em tempos de estatalidade pós-moderna, um dos grandes desafios do Estado Democrático de Direito é deslocar para a centralidade do regime jurídico de proteção dos direitos humanos o diálogo epistemológico entre o controle de constitucionalidade e o controle de convencionalidade. Com efeito, a evolução do pensamento jurídico contemporâneo perpassa necessariamente pela conexão entre essas duas ordens jurídicas: a dimensão interna (máxime com a ideia de supremacia da Constituição) e a dimensão metaconstitucional (máxime com a consolidação dos tratados internacionais sobre direitos humanos).

Observe, com atenção, que a fase metaconstitucional de direitos simboliza a vitória do constitucionalismo democrático e do Estado Democrático de Direito. A questão não é de enfraquecimento da soberania nacional, mas, sim, de implantação de uma nova fórmula de proteção jurídica para o cidadão comum, independentemente da sua nacionalidade.

Assim sendo, o estudioso dos direitos humanos tem a missão exegética de desvelar os princípios fundantes do metaconstitucionalismo, notadamente aqueles focados na proteção da dignidade da pessoa humana dos hipossuficientes em âmbito mundial. Ora a ordem neoliberal do capitalismo democrático ocidental, agora reforçada pelo capitalismo de estado chinês, não projeta nenhuma perspectiva de garantia de direitos, ao revés, projeta sim a imagem de um quadro de miserabilidade humana ao redor do Planeta.

[18] Com efeito, resta indubitável que os EUA usam força e direito de acordo com seus próprios interesses estratégicos; para Estados resistentes, a intervenção humanitária patrocinada pela lei internacional; para Aliados subservientes, a omissão aética por conveniência estratégica. Destarte, a ideia de justiça e a proteção dos direitos humanos transformam-se em instrumento das estruturas hegemônicas do poder estadunidense.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 182 11/06/2019 08:41:43

Nesse diapasão e sem nenhuma dúvida, o constitucionalismo pré-weimariano/neoliberal/garantista/absenteísta/minimalista/negativista/ não se coaduna com a tese da força axiológico-normativa da proteção transnacional dos direitos humanos, onde a violação de tais direitos repercutirá em todos os lugares da Terra.

É assim que surge a necessidade de diálogo entre as principais tendências epistemológicas do constitucionalismo da pós-modernidade: de um lado o Estado Neoliberal de Direito e o retorno ao arquétipo constitucional pré-weimariano de índole minimalista lockeana e, do outro, o Estado Metaconstitucional de Direito e a implantação do arquétipo cosmopolita de inspiração universalista kantiana.

Sem desbordar dos limites impostos pela busca da dignidade da pessoa humana, o projeto kantiano de constitucionalização universal deve ser capaz de disciplinar as regras de um direito cosmopolítico calcado na ética universal. Parece inexorável, portanto, a reconfiguração de paradigmas constitucionais no século XXI e seus impactos sobre o regime jurídico de proteção dos direitos humanos, daí a relevância do projeto epistemológico metaconstitucional e do controle de convencionalidade.

Referências

BARRETTO, Vicente de Paulo. *O fetiche dos direitos humanos e outros temas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

____. Bioética, biodireito e direitos humanos. In: TORRES, Ricardo Lobo (org.). *Teoria dos direitos fundamentais*, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: *A nova interpretação constitucional. Ponderação, Direitos fundamentais e Relações Privadas*. Org. Luís Roberto Barroso. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 183 11/06/2019 08:41:43

____. *A reconstrução democrática do direito público no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

____. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: BARROSO, Luís Roberto. *Temas de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. t. 3.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

____. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BONAVIDES, Paulo. *Do país constitucional ao país neocolonial. A derrubada da constituição e a recolonização pelo golpe de estado institucional*. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre direitos fundamentais.* Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

LASSALE, Ferdinand. *O que é uma constituição?* 2.ed. Campinas: Minelli, 2005.

LOUGHLIN, Martin. *Sword & scales: an examination of the relationship between law & politics.* Oxford; Porland Oregon: Hart publishing, 2000.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

GÓES, Guilherme Sandoval. Neoconstitucionalismo e dogmática pós-positivista. In: HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito constitucional internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PERELMAN, Chaïm; TYLECA, Lucie. *Ética e direito*. Trad. Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. "Soberania e pós-modernidade" In: *O Brasil e os novos desafios do direito Internacional*. BRANT, Leonardo N. Caldeira (org.). Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PIOVESAN, Flávia. Diálogo no sistema interamericano de direitos humanos: desafios da reforma. *Revista Campo Jurídico*, n. 1, p. 163-186, mar. 2013.

____. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 184 11/06/2019 08:41:44

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SARMENTO, Daniel. Os direitos fundamentais nos paradigmas liberal, social e pós-social-(pós-modernidade constitucional?). In: FERRAZ Jr., Tércio Sampaio (Coord.). *Crises e desafios da Constituição brasileira*. Rio de Janeiro, 2002, p. 399.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. *Ciência política & teoria do estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

TORRES, Ricardo Lobo (Org.). *Teoria dos direitos fundamentais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

Recebido em: Julho / 2018
Aceito para publicar em: Novembro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 185 11/06/2019 08:41:44

Manifestações culturais pesqueiras em São João da Barra - A festa de Nossa Senhora da Penha

Jhonatan da S. Martins
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Giovane do Nascimento
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente trabalho pretende investigar as manifestações culturais pesqueiras na cidade de São João da Barra, buscando realizar um levantamento dos relatos da primitiva povoação de São João da Barra, cujo surgimento remete a arraial na foz do rio Paraíba do Sul, em Atafona, erguido em 1622, pelo pescador e comerciante de artigos de pesca de Cabo Frio, Lourenço do Espírito Santo. Para o desenvolvimento da nossa pesquisa, utilizaremos um levantamento bibliográfico sobre a temática, além da pesquisa de campo baseado em observação participante, método qualitativo, além de entrevistas semiestruturadas abertas. A nossa pesquisa encontra-se na fase de levantamento de dados, campos de pesquisa e elaboração dos roteiros, desse modo, nossa discussão se dará valorizando a pesca, e suas manifestações, o que significa dizer, outras possibilidades de abordagens culturais, por meio da observação, sensibilização e experiências vivenciadas.

Palavras-chave: Manifestações Culturais, Festa de Nossa Senhora da Penha e Políticas Sociais.

Abstract

The present work intends to investigate the cultural manifestations of fishing in the city of São João da Barra, seeking to carry out a survey of the reports of the primitive village of. Which appears in the mouth of the river Paraíba do Sul in Atafona, erected in 1622, by fisherman and merchant of fishing articles of

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 187 11/06/2019 08:41:44

Cabo Frio, Lourenço do Espírito Santo. For the development of our research, we will use a bibliographic survey on the subject, besides the field research based on participant observation, qualitative method, in addition to open semistructured interviews. Our research is in the phase of data collection, research fields and elaboration of the scripts, in this way, our discussion will give value to the fishing, and its manifestations, which means to say, other possibilities of cultural approaches, through the observation, sensitization and experiences.
Keywords: Cultural Manifestations, Feast of Our Lady of Penha and Social Policies.

Resumen

El presente trabajo pretende investigar las manifestaciones culturales pesqueras en la ciudad de São João da Barra, buscando realizar un levantamiento de los relatos de la primitiva población de San Juan de la Barra, cuyo surgimiento remite a la arraial en la desembocadura del río Paraíba del Sur, en Atafona, erigido en 1622, por el pescador y comerciante de artículos de pesca de Cabo Frío, Lourenço do Espírito Santo. Para el desarrollo de nuestra investigación, utilizaremos un levantamiento bibliográfico sobre la temática, además de la investigación de campo basada en observación participante, método cualitativo, además de entrevistas semiestructuradas abiertas. Nuestra investigación se encuentra en la fase de levantamiento de datos, campos de investigación y elaboración de los itinerarios, de modo que nuestra discusión se dará valorizando la pesca, y sus manifestaciones, lo que significa decir, otras posibilidades de abordajes culturales, por medio observación, sensibilización y experiencias vivenciadas.
Palabras clave: Manifestaciones Culturales, Fiesta de Nuestra Señora de la Penha y Políticas Sociales.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 188 11/06/2019 08:41:44

Introdução

Antes de se tornar cidade, os primeiros habitantes de São João da Barra foram os índios goitacás. Os goitacás eram índios diferentes das demais tribos encontradas no Brasil, com linguagem, costumes e até mesmo compleição física distinta. Mesmo sendo exilados de suas terras, humilhados em suas tradições, foram essenciais e serviram de exemplos para as futuras gerações, de fato, contribuindo para início de nossa história. (NORONHA, 2007, p. 14).

A primeira povoação de brancos deu-se em terras de São João da Barra, conduzida por Pero de Góis, sendo o 1º donatário da Capitania de São-Tomé, em 1538, nas proximidades da ponta do Retiro, ao sul da barra do Itabapoana. Neste local, na enseada do Retiro, aproaram próximo à lagoa doce erguendo-se, então, a "Vila da Rainha", cujas ruínas o mapa de Couto Reis, de 1785, designa sob o nome de Santa Catarina das Amós. Desse modo, surge uma confusão quanto ao nome do local. Essa confusão em torno dos dois nomes provém do fato de haver o segundo donatário, Gil de Góis, filho do primeiro, construído na mesma Capitania, porém na foz do rio Itapemirim, a Vila de Santa-Catarina, também destruída pelos índios, segundo Lamego (1913), em seu livro "A Terra de Goitacá".

Para Noronha (2003) e Carvalho, (1888), o primeiro povoamento aconteceu após a partida dos índios goitacás onde está localizada a igreja de Nossa Senhora da Penha, em Atafona. O seu fundador, Lourenço do Espírito Santo, um pescador de Cabo Frio, chegou em precárias "sumacas" à vela com a mulher e aldeamento, por volta de 1622. Deslumbrado e interessado pela pesca fácil que Atafona poderia oferecer, permaneceu no local com o grupo que liderava. Assim, após a Coroa Portuguesa ter abandonado a região, e o donatário Gil de Góis ter renunciado aos seus direitos hereditários sobre a Capitania da Paraíba do Sul, no ano de 1619. Lourenço do Espírito Santo, num pequeno promontório à beira do rio, ao lado de redes de pesca, fincaram

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 189 11/06/2019 08:41:44

estacas, entrelaçaram bambu lascado, armaram teto de sapê, espalmaram barro batido e fizeram os primeiros casebres de pau-a-pique.

Já para Santafé (1999, p. 24 e 25), a origem está no contexto da história do Brasil, pois, em 1619, Gil de Góis, renunciou seus direitos sobre a Capitania do Sul – onde, encontra-se Atafona e São João da Barra – que foi abandonada pela Coroa Portuguesa. Assim, resolveu o rei de Portugal que a região necessitaria ser habitada por pescadores e ser colonizado pelos os mesmos. Complementa Santafé que, em 1622, com a chegada de alguns colonos pescadores de Cabo Frio na foz do Paraíba, atual Atafona, constrói-se então, uma capela em louvor a Nossa Senhora Penha, dando início, ao primeiro núcleo de colonizadores, liderados pelo pescador Lourenço do Espírito Santo e sua família. Porém, uma tragédia marca a vida do pescador, quando sua esposa morre por afogamento no Pontal, motivo esse que fez o pescador retirar-se da praia, adentrando 4 ou 5 quilômetros para o interior, erguendo uma capela em homenagem a São João Batista, dando origem à cidade de São João da Barra. O município obteve vários nomes, como: São João do Paraíba do Sul; São João da Praia e por fim, o atual nome, São João da Barra. No dia 17 de junho de 1850, D. Pedro II elevou a vila à categoria de cidade, por meio da assinatura da lei, no período que esteve visitando o município.

Após afogamento da esposa de Lourenço do Espírito Santo, em uma enchente do Paraíba, o pescador decidiu ir para o interior e "ergue uma igreja onde era um pouso de tropeiros, que passa ser nomeada de: São João Batista iniciando a povoação em 1630 da Vila de São João Baptista do Paraíba do Sul, depois Vila de São João da Praia em 1676 e finalmente São João da Barra em 1850, que foi elevada à condição de cidade por decreto imperial, tornando-se a sede do município". (NORONHA, 2003, p.11). Para Lamego (1946), "em 29 de maio de 1677 foi à fundação da vila de São Salvador, que logo após, em 15 de junho, fundação de São João da Barra. Na primeira, já existia igreja e achavam-se reunidos 150 moradores, com três companhias de ordenanças, e na última habitavam 24 pessoas, estando em construção

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 190 11/06/2019 08:41:44

à igreja". Afirma Lamego (1946, p. 184), no livro: "O Homem e a Restinga", sobre a fundação das vilas na planície, ocorrendo a de "Campos em 29 de maio de 1677 e a de São João da Barra em 18 de junho do mesmo ano. Nessa data, agrupavam-se no entorno da pequena igreja São João, em média de 24 povoadores". Assim nasceu a vila que, "em 1677, pela Carta Régia de 20 de março de 1674. Uma aglomeração de cabanas em torno de uma ermida, com cerca de 600 habitantes em todo o seu distrito".

Sendo assim, após a fundação da vila, inicia-se a construção da capela de Nossa Senhora Penha, o que posteriormente deu-se início, ao primeiro núcleo de colonizadores, liderados pelo pescador Lourenço do Espírito Santo e sua família, teve as comemorações religiosas, enquanto práticas culturais que comunicam saberes e aprendizados coletivos, são exemplos para compreensão de parte da tradição da cultura local do município, dependendo da transmissão dos valores dos grupos e das trocas de saberes entre os protagonistas dos festejos na comunidade. Nesse processo, as manifestações culturais exercem um papel de inteiração simbólica produzida pelas tradições, pelo compartilhamento da identidade local e perpetuado na memória social.

As manifestações culturais e a importância para a criação da identidade da comunidade

O entendimento sobre a questão da tradição está fixado nas recordações e saberes passados que se armazenam na memória individual e coletiva, utilizando-se experiências socialmente partilhadas, que ressaltam a importância das festividades para o desempenho dessas práticas, constituindo o que podemos denominar de cultura local. Conforme Braga (2000), a memória social é concebida como um processo elaborado no movimento coletivo que emerge nas interações, e é constituído pela cultura. Tanto os signos simbólicos (palavras orais e escritas), quanto os signos icônicos

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 191 11/06/2019 08:41:44

(imagens desenhadas ou esculpidas), podem servir de suporte para a construção da memória.

Ao especificar as culturas populares que são representadas nas festas, crenças, hábitos e tradições, que são reveladas através das manifestações culturais, enfatizamos o espaço ou o lugar que possui uma significação que o torna singular, único, exclusivo. Desse modo, trata-se de uma construção que vem constituir todo o seu pertencimento local, e por que não dizer, a criação de sua identidade, uma vez que expressões culturais convivem em um espaço e dialogam entre si de forma constante, tais atividades exercidas no cotidiano da comunidade vem para consolidar e referenciar um grupo ou a uma comunidade em uma região, solidificando e certificando sua criação artística.

Para Candau (2001), a antropologia têm seus obstáculos, tenta interpretar as relações entre indivíduo e grupo, tem uma contribuição importante para o entendimento dos conceitos de memória e identidade, pois, na verdade, a questão em voga ocorre a partir dos dados empíricos é saber e entender como os indivíduos e seus determinados grupos compartilham práticas, representações, narrativas, lembranças que produzem as quais, em última instância, é o que denominamos de cultura. O autor complementa sobre constituição do principal argumento, que está na busca por compreensão de como passamos de formas individuais para coletivas de memória e identidade. Interrogamo-nos sobre os questionamentos em questão, partindo da premissa, que ela, de fato, e que, portanto, deve ser considerada e demonstrada.

Nessa elucidação por compreensão, reforça-se o fato de que os conceitos de memória e identidade são indissociáveis das noções contemporâneas que temos sobre as ideias de conservação, restauração e, em suma, da ideia de patrimônio tal como o termo vem sendo redefinido mais recentemente. Joel Candau chega à constatação que "o patrimônio é uma dimensão da memória" e que "o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 192 11/06/2019 08:41:44

memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma" (CANDAU, 2001, págs. 16 e 163).

A memória coletiva caracteriza-se por um fator determinante, o componente afetivo, que surge da comunicação e das experiências entre os membros da comunidade. Quem constitui esse tempo da memória coletiva é o grupo. Para Halbwachs (1990), a construção de laços sociais permanentes, mantidos com relativa firmeza entre os indivíduos, está diretamente ligada à coesão garantida pelos quadros sociais da memória. Tais quadros são entendidos como um sistema de valores que unifica determinados grupos: familiares, religiosos, de classe, etc.

Complementa o autor, a memória coletiva é o que designa a identidade através da relação que o indivíduo estabelece com o outro. Onde, para o referido autor o passado não sobrevive por inteiro, não existe memória pura. O que existe são reconstituições do passado. A memória é um ato criativo, é trabalho. O individuo seleciona do passado o que lhe interessa e só lembra porque está inserido em uma estrutura social (HALBWACHS, 1990).

Assim, relacionando este conceito ao conceito de tradição de Javier Marco Arévalo:

> Na tradição, o nexo de continuidade entre o passado e o presente, existe um aspecto permanente e outro suscetível à mudança. A tradição resulta de um processo de decantação cultural e da hibridação que deriva do passado transformado e de sua incorporação ao presente. (ARÉVALO, 2004, p.928).

A tradição é aquilo que é transmitido de uma geração para outra, conferindo elementos de identificação dos grupos, a "Identidade é uma construção social fundamentada na diferença" (ARÉVALO, 2004, p.934).

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 193 11/06/2019 08:41:44

A palavra tradição teve, originalmente, um significado religioso muito forte: doutrina ou prática transmitida de século para século, pelo exemplo ou pela palavra que carregam forte significado. Mas o sentido se expandiu, cresceu e se desenvolveu muito de tempos em tempos, significando elementos culturais presentes nos costumes, nas artes, nos afazeres que são heranças do passado e esperança de um futuro. Em sua definição mais simples, a tradição é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente, de forma contínua e duradoura. É um conjunto de práticas e valores enraizado nos costumes de uma sociedade[1].

Conclui Hobsbawm (1997, p. 9), conceituando tradição como algo inventado pelo processo de formação e de ritualização. De modo que,

> O termo "tradição inventada" é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram em enorme rapidez. (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Nessa perspectiva, as festas e comemorações populares são entendidas como ativadoras das relações humanas, já que é nesse contexto que se dá a interação com o outro e que relações coletivas são recriadas e reinventadas ao incorporar características culturais diversas a todo instante.

Ao detalharmos as culturas populares que são representadas nas festas, crenças, hábitos e tradições, revelados através das manifestações culturais, enfatizando que todo espaço ou lugar possui uma significação de

[1] Ver em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2012/03/conceito_TRADI%C3%87%C3%83O.pdf>. Acessado em: 20/07/2017.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 194 11/06/2019 08:41:44

existência que o torna singular, único, exclusivo, porém, específico de uma construção que vem constituir todo o seu pertencimento local, e por que não dizer a criação de sua identidade, uma vez que expressões culturais convivem em um espaço e dialogam entre si de forma constante, tais práticas exercidas no cotidiano da comunidade vêm consolidar referência a um grupo ou a uma comunidade em uma região, solidificando e certificando de sua criação artística, humana, social, etc.

Stuart Hall considera que: "as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação." (HALL, 1999, 48). Sendo a nação construída, transformando-se em uma comunidade simbólica e gera identidade e sentimentos de pertencimento, que não necessariamente tem de ser os limites geográficos que impõe barreiras na criação dessa nação revitalizada no que tange à criação da sua identidade.

Importa mencionar que as festas culturais são traços de um conjunto etnográfico da história e da cultura de todos os povos, em todos os níveis e classes sociais. Assim, as misturas étnicas entre negro, índio e branco resultaram em um alicerce etnográfico comum a todo território com suas tradições de ordem religiosa e social firmada no Brasil. Segundo Geertz, a prática da etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário "o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa" (GEERTZ, 1989, p. 15).

Assim, Trigueiro (2007) afirma que o mundo está constantemente criando, reinventando novos significados culturais. Com isso, as festas como muitas outras estão sendo influenciadas pelos interesses da indústria cultural, sendo inseridas no contexto da sociedade midiática por serem polissêmicas, multicoloridas e alegóricas, atraindo não só a comunidade local, mas pessoas de outras comunidades e turistas, misturando as culturas com êxito e excelência. Como consequência, são construídos novos

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 195 11/06/2019 08:41:44

significados e novas relações sociais nos quais são incorporados valores midiáticos aos valores tradicionais, deixando ou não, essas interferências como significação de suma importância, esquecendo os verdadeiros valores culturais tradicionais.

Desta forma, o que define os preceitos da manifestação cultural é concernir com as formas de expressão, Carvalho (2007, p. 64) define como:

> As manifestações culturais estão no centro do espaço ocupado hoje pelos estudos folkcomunicacionais. A partir deste diagnóstico inicial, as mesmas podem ser entendidas como formas de expressão da cultura de um povo, constituindo movimento de determinada cultura, em época e lugar específicos. (CARVALHO, 2007, p. 64)

Nesse sentido, as manifestações culturais são representativas da voz social, "uma forma subjetiva que o grupo de pessoas encontra para expor seu interior, expressar o que pensam, e o que desejam realizar ou modificar" (Idem, p. 64).

Barbosa (2003), neste mesmo seguimento, considera a cultura como algo dinâmico que torna possível aos homens viverem em sociedade, sendo assim, para a autora, "conhecer a cultura de uma empresa implica um trabalho de mapeamento e não de enunciação. Implica conhecer os valores que conferem sentido ao que se fazem as estratégias que se adotam aquilo por que se luta, o que gera consenso ou dissenso [...]" (BARBOSA, 2003, p. 142).

Nesse sentido, Mello (1986, p. 397) denomina cultura como:

> (...) este conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (LEVI-STRAUSS, *apud* MELLO 1986, p. 397).

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 196 11/06/2019 08:41:45

Quando falamos em cultura não devemos estar amarrados em concepções enraizadas por nós mesmos, sendo que nossas valorações não devem ser pressupostos para os julgamentos de outros pressupostos. Assim, podemos concluir que cultura é uma soma de influências artísticas ou entendidas como arte, sendo interpretada de múltiplas formas, onde cada momento de seu desenvolvimento pode ser definido como conjunto de formas e expressões que caracterizarão no tempo de uma sociedade integrada e consciente. No entendimento de suas formas e expressões, entende-se e inclui os costumes, crenças, práticas comuns, regras, normas, vestimenta, religião, rituais e maneiras de ser que predominam na maioria das pessoas que a integram nessa transformação constante.

Nossa Senhora da Penha: padroeira de Atafona e dos pescadores

Quando os primeiros pescadores colonizados chegaram de Cabo Frio, por ordem do rei de Portugal, "à Atafona, logo fundaram uma vila, e ergueu uma capela em honra e louvor a Nossa Senhora da Penha". Sendo impossível localizá-la, mas tudo indica que tenha sido nas proximidades do Pontal, já que naquela época, "o mesmo tinha enorme dimensão e a principal preocupação das autoridades portuguesas, era ficar a embocadura do rio Paraíba do Sul, protegida contra piratas". Santafé (1999, p. 30).

A prática antiga dos cultos domésticos em devoção a santa de Nossa Senhora da Penha no distrito de São João da Barra, foi o impulso para a construção da igreja de Nossa Senhora da Penha, na localidade de Atafona para as celebridades realizadas pelos devotos. Por sua antiguidade e tradição os cultos domésticos em devoção a N. S. da Penha superaram em adesão aos cultos do próprio padroeiro da cidade São João Batista, embora ainda muito prestigiado pela a comunidade de São João da Barra. Além disso, sabemos que há um vínculo de ligação muito forte e explícito com o culto da Santa Vitória no Espírito Santo. De lá vieram muitos povoadores, nos trazendo a tradição do divino e agregando aos devotos do nosso em torno. Segundo

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 197 11/06/2019 08:41:45

Noronha (2007), o culto a devoção a Nossa Senhora da Penha, a santa que é reverenciada todos os anos, na primeira semana após a quaresma, marcando o fim da obra de ampliação da capela em 1872, que daria origem à igreja seis anos mais tarde. Santa, protetora de Atafona, se deve a um milagre recebido por problemas de náufragos em sua embarcação, que ficou encalhada em um banco de areia na entrada da barra, no século XIX. A princípio, os mesmos, ergueram uma capela com o vigário José Calvosa em 1868, na localidade do aterro de sua residência, onde morou o pescador-fundador. Iniciou em 1868, as obras em construção ao novo templo e foram concluídas em 1882, recebendo ajuda da Companhia de Vapores, João Cândido Dias da Motta, segundo o jornal, "A Notícia" (segundo caderno, de 29 de abril de 1973).

Segundo o livro, "A Terra de Goitacá", de Alberto Lamego (1913), e o jornal " S. João da Barra" (09 de novembro de 1881), a área cedida para a igreja ser construída, foi doada pela mulher do comendador Joaquim Thomaz de Faria, a senhora Francisca de Barreto Faria, conforme escritura lavrada no dia 09 de janeiro de 1857, no Cartório do 1º Ofício de São João da Barra, e o prédio foi arquitetado pelos fiéis de Domingos Gonçalves da Costa, Antônio Inácio e outros que agregaram para a construção.

Das melhorias realizadas no templo para atender os fiéis e a comunidade, a irmandade fez um pedido a prefeitura de São João da Barra, para que construíssem, em 97, um palco de alvenaria ao lado do templo, para atender aos eventos culturais oferecidos pela igreja e construíssem também, um bazar na parte inferior, assim, substituía o coreto construído pelo prático de barra, Custódio Lopes. Houve, ainda, o marco histórico projetado pelo artista plástico campista, Ademir Moore e a restauração de lustres de cristal, em 2000. Seguindo as reformas, os telhados foram substituídos em 2004 e a igreja voltou a ter cores originais – azul e branco, as mesmas da irmandade – no ano de 2005. Foi construído um salão de festas nos fundos da igreja que, no período dos festejos, em homenagem à santa, abrigavam nossos conterrâneos de Gargaú, que instalavam com suas barracas – para

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 198 11/06/2019 08:41:45

reforço do caixa do templo foi inaugurado em 2006, pelo padre Francisco de Assis Cravo. Devido ao crescimento de fiéis, o altar-mor foi recuado para a sacristia, em 2007 (NORONHA, 2007, p.56).

Festa de Nossa Senhora da Penha e suas tradições

No século XIX, começaram as lendas sobre a querida Atafona, mencionando as supostas aparições de Nossa Senhora da Penha. Segundo Noronha (2007, p.68), uma das exibições foi, que a "santa teria sido vista por três vezes consecutivas sobre uma pedra, que hoje, construíram o templo da santa. Contam que a imagem da santa teria chegado através de uma mala e que no interior dessa mala, teria a imagem da santa, que veio por meio do náufrago dos pescadores que ali, em Atafona ancoraram." Outra lenda sobre a aparição da santa foi quando, "uma menina sonhou com a santa, onde foi revelado à criança, o desejo da construção da ermida no local, atual localização da igreja". Muitas lendas são contadas pelos antigos que ali moravam, mas nada concreto sobre a vinda da santa.

Anualmente acontece, acompanhando a tradição, os festejos de Nossa Senhora da Penha, os moradores ansiosos contam os dias para a chegada dos festivos, em homenagem a protetora de Atafona. Quase que no rito sagrado os moradores enchem as lojas com diversificadas peças artesanais, a cultura gastronômica da cidade é aquecida, sobretudo pelos pratos típicos da culinária Sanjoanense. As comemorações de Nossa Senhora da Penha acontecem desde 1872, de acordo com o jornal "O Despertador", de 07 de abril do mesmo ano – uma missa solene marcou a data -, sempre no primeiro final de semana, após o fim da Quaresma. (NORONHA, 2003).

Confirma Santafé (1999) sobre a comemoração em homenagem a Nossa Senhora da Penha, mesmo tendo sua data móvel, acontece sempre uma semana depois da sexta-feira santa. Milhares de devotos e aqueles que receberam as graças da santa, vem de todos os lugares para agradecer o

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 199 11/06/2019 08:41:45

milagre que receberam. A romaria nesses três dias de festividade da santa padroeira é algo espetacular e memorável.

Na festa em comemoração a Nossa Senhora da Penha, a procissão é marcada como marco religioso muito importante, tanto para festa, quanto para os devotos. Representa um momento de aproximação, fé, graça e gratidão para a comunidade de Atafona. Assim, para Noronha (2003, pag.49), "A procissão é considerada uma das atrações para as famílias, que colocam seus filhos vestidos de anjos, próximo ao andor da santa. Durante o percurso, eles jogam pétalas de rosas e carregam velas acesas, pedindo em preces e orações que a Penha os ilumine. As costureiras trabalham meses com antecedência, para que os anjos estejam arrumados no dia da protetora".

Luiz Beltrão (1980, p. 61) afirma que a celebração das festas católicas decorre de um calendário religioso baseado no ano litúrgico de amplitude universal e que assume caráter especificamente regional ou local "quando se trata de comemorar o "dia do padroeiro", isto é, do santo sob cuja proteção foi posta a localidade pelos seus fundadores, herança que nos veio de Portugal".

Há, ainda, os batizados comunitários e apadrinhamentos das crianças que são uma tradição respeitada pelos moradores e veranistas, onde a igreja fica lotada, e é preciso chegar com bastante antecedência para conseguir um bom lugar na cerimônia. Os pais acreditam que, "o batizado no dia de Nossa Senhora da Penha dá mais sorte à criança", como diziam seus avós, segundo Noronha (2003, págs.49 e 50).

Noronha (2003) relata que, "em 17 de junho de 1904 foram entregues ao tesoureiro da irmandade – criada em 24 de dezembro de 1878 – ao Sr. Antônio José D'Assumpção Neves, duas coroas, 13 pares de brincos de diversos valores, 10 anéis, três broches, um crucifixo grande de ouro, uma pulseira de ouro, um alfinete de ouro, uma pulseira de ouro com o letreiro "Deus o guie", um adereço de ouro com pedras, um colar com uma figa pequena, um trancelim de ouro, 15 cordões de ouro e diversas pulseiras com

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 200 11/06/2019 08:41:45

diversos berloques, sendo duas cruzes, duas verônicas, uma figa, um Espírito Santo, pesando tudo 862 gramas".

No que tange as tradições culturais que o município de São João da Barra tem a oferecer, os festejos religiosos são os mais participativos, por conta dos números devotos, que para Santafé (1999, p. 78), "o festejo mais famoso e que permanece até hoje, sendo motivo de romaria dos fiéis e movimentam toda população local e das cidades vizinhas é a festa em homenagem a Nossa Senhora da Penha, padroeira da praia. Centenas de pessoas devotas à santa armam suas barracas no entorno da praça, para acompanhar a tradicional festa da padroeira. Um espetáculo de fé, com duração de três dias e termina com a marcante e emocionante procissão pelas ruas de Atafona, na segunda-feira, último dia da festa".

Considerações finais

As festas e comemorações populares sempre fizeram parte da vida do homem. É por meio dessas manifestações e expressões que "a sociedade homenageia, honra ou rememora personagens, símbolos ou acontecimentos com os quais ela se identifica" (Beltrão *apud* Trigueiro, 2007, p.107). Como forma de enaltecer e expor seu agradecimento pelas graças ofertadas, através da devoção ao santo.

Segundo Trigueiro (2007), é por meio das observações e das interpretações dessas manifestações populares que se torna possível descobrir os códigos, as regras e os estatutos que constroem o ensinar e o aprender da diversidade da nossa cultura e, consequentemente, o desenvolvimento da nossa identidade com diferentes intervenções do meio.

Contudo, nas manifestações populares como as festas religiosas ou comemorações diversas, também são observadas não só o fazer artístico, mas também as relações sociais que perpassam pela realização dessas manifestações e que traduzem a linguagem, a expressão do pensar, do fazer

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 201 11/06/2019 08:41:45

e do sentir característico de um povo por intermédio de sua arte. Festas são momentos sociais nos quais os homens reafirmam laços de solidariedade, praticam a sociabilidade, se harmonizam, se unem e, assim, constroem suas identidades sociais, como afirma Mazoco (2007). Nessas ocasiões, as atividades humanas se voltam para a representação da existência de um grupo, revelando seus traços culturais e dando forma a esse ser desvelado.

Conforme Braga (2000), a memória social é concebida como um processo elaborado no movimento coletivo que emerge das interações, e é constituído pela cultura. Tanto os signos simbólicos (palavras orais e escritas), quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), podem servir de suporte para a construção da memória.

Para Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, 204). A identidade cultural define o que cada grupo é e o que diferencia os grupos entre si.

Segundo Arno Wehling (2003), a memória traz algumas finalidades e na afirmação de sua identidade:

> A memória do grupo sendo a marca ou sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade. A memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação de sua identidade (WEHLING, 2003, 13).

Há uma ligação muito profunda entre memória e identidade, constituindo o imaginário histórico-cultural desse lugar de maneira

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 202 11/06/2019 08:41:45

específica, ao se sustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo, alimentando-se dessa conexão tão intensa.

A memória não pode ser entendida apenas como um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a mera reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria rememorização, o que estará ligada, necessariamente, à questão da identidade (SANTOS, 2004, 59).

Sendo assim, rememorizada, não se deixa cair no esquecimento, sendo grafada, narrada, ou tornando-se fonte-histórica, utilizando a memória social que é uma dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história (LE GOFF, 1996, 426).

Para Santos (2008), ao celebrar festas religiosas como a festa de Nossa Senhora Penha, os sujeitos tornam-se únicos através dessas práticas culturais. Dançar, cantar e orar, sem contarmos ainda com as promessas, romarias, procissões e festejos que são elementos da religiosidade que aproximam as pessoas e lhes dão um sentido de comunidade (SANTOS 2008).

Prins (1992, p. 198) afirma sobre o processo que envolve a tradição que, "a tradição é um processo – vive apenas enquanto é continuamente reproduzida. É efervescente vital em sua aparente quietude". Observar o passado como algo que tem continuidade no hoje de forma tão perceptível, além de ser um processo histórico constante, utiliza-se, obrigatoriamente, o estudo da história, da memória e da religiosidade presente na Festa de Nossa Senhora da Penha como expressões culturais.

Assim, se o ser humano é o resultado do meio cultural em que foi inserido, socializado, "[...] ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam" (LARAIA, 2001, p. 46). Dessa forma, a pesquisa se propõe analisar os significados que os participantes atribuem às experiências vivenciadas na festa de Nossa Senhora Penha, na comunidade de Atafona. A festa de Nossa Senhora da Penha é valorosa e significativa

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 203 11/06/2019 08:41:45

para construção da identidade da comunidade pesqueira, potencializando e reafirmando a identidade cultural da comunidade.

Desta forma, o festejo em homenagem a Nossa Senhora da Penha, é reconhecido como tradição do município de São João da Barra. A festa é um momento de renovação da fé e da confirmação a adoração à santa, que é regada de muita missa, procissão, procissão fluvial, fogos, etc. Com celebrações registradas há muitos anos, identifica-se a importância desses ritos e a significância da festa para os membros de sua comunidade, não só pelo seu significado histórico atual, mas por ser uma cultura já celebrada, por isso, merece ser preservada e investigada. Sendo assim, do ponto de vista acadêmico, pois são poucos os materiais encontrados sobre a temática no contexto cultural. O resgate da memória é de suma importância devido à construção de uma identidade consistente de um determinado povo. Para isso, é necessário que não deixe de rememorar, ir à busca das raízes, das origens, do âmago da sua história. Desta forma, essa preservação da memória local, ocorre por meio da festa em homenagem a padroeira de Atafona e a elaboração da identidade da mesma comunidade. Deste modo, a pesquisa pode colaborar para formulação de futuras políticas públicas redirecionadas à cultura do município de São João da Barra.

Referências bibliográficas

ARÉVALO, Javier Marcos. *La tradición, el patrimonio y la identidad.* 2004. Disponível em: http://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BARBOSA, L. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A Construção Social da Memória: uma perspectiva histórico cultural.* Ijuí: Unijuí. 2000.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 204 11/06/2019 08:41:45

BELTRÃO, Luís. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CANDAU, Jöel. *Memoria e Identidad.* Buenos Aires: Del Sol, 2001.

CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a História da capitania de São Tomé.* Ano: 1888.

CARVALHO, Samanta V. C. B Rocha. "Manifestações Culturais". In: GADINI, Sérgio Luiz, WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs.). *Noções Básicas de Folkcomunicação.* Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007. p. 64-66.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vertice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. *A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Restinga.* Rio de Janeiro, 1946.

____. *A Terra Goitacá.* Bruxelas, 1913.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

MARTINS, Fernandes José: *Historia do Descobrimento e Povoação da Cidade de São João-da-Barra e dos Campos dos Goytacazes - Rio*, 1868.

MAZOCO, Eliomar Carlos. *Festas e artesanato em terras do Espírito Santo.* Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2007.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia Cultural.* Petrópolis: Vozes, 1986.

NORONHA, João. *Uma Dama Chamada Atafona*. São João da Barra, RJ: Editora Cultura Goitacá, 2003.

____. *Atafona, sua história, sua gente.* São João da Barra, RJ: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 205 11/06/2019 08:41:46

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos.* 1989/3. São Paulo. Cpdoc/FGV.

SANTAFÉ, Helvio. *Atafona - Vento Nordeste.* Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Reinaldo Soares dos. *O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada.* Dissertação - Mestrado em Cultura e Turismo - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC/UFBA, Ilhéus-BA, 2004.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Festas Populares. In: GADINI, Sérgio Luiz, WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs**)**. *Noções Básicas de Folkcomunicação*. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 107-112.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. As estratégias da memória social. In: *Brasilis: revista de história sem fronteiras*. Ano 1 n. 1. Rio de Janeiro: Editora Atlântida, 2003.

Jornais

BARRA, São João. *O Despertar.* São João da Barra, 7 abr. 1872.

____. *S. João da Barra.* São João da Barra, 9 nov. 1881.

____. *O Combate.* São João da Barra. 30 out. 1918.

____. *A Tribuna.* São João da Barra, 6 out. 1928.

GOYTACAZES, Campos dos. *A Notícia.* Campos dos Goytacazes. 2 mar. 1969.

____. *A Notícia.* Campos dos Goytacazes. 29 abr. 1973.

SÁ, Carlos A. A de; SILVA, José Henrique da. *S. João da Barra.* São João da Barra.

Recebido em: Agosto / 2018
Aceito para publicar em: Outubro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 206 11/06/2019 08:41:46

Urupês e o mito da identidade nacional

Rodolfo Alves Pereira
Professor de História da SEE-MG e SEEDUC-RJ

Resumo

Monteiro Lobato (1882-1948) notabilizou-se enquanto escritor, a princípio, por ter publicado, em 1914, os contos, nos quais descreveu a figura do Jeca Tatu, o piraquara do Vale do Paraíba paulista. Entretanto, o personagem caricatural de cunho regional ganhou a mídia e passou a representar, de maneira geral, toda a população rural brasileira. Afinal, a intenção de Lobato, em seus textos, era descrever um tipo nacional? Por que o Jeca foi alçado à categoria de representante do homem brasileiro? Enfim, o personagem escapou das mãos de seu criador e virou tema de amplo debate sobre a identidade do homem brasileiro. O objetivo deste trabalho é analisar como se deu esse processo cultural e, ao mesmo tempo, revisitar a obra lobatiana e alguns de seus críticos que discutiam e pensavam o Brasil nas primeiras décadas do século XX.
Palavras-chaves: Monteiro Lobato, Urupês, Identidade Nacional

Abstract

Monteiro Lobato (1882-1948) distinguished himself as a writer, at first, for publishing in 1914 the short stories, in which he described the figure of Jeca Tatu, the piraquara of the Paraíba Valley of São Paulo. However, the regional caricature character won the media and came to represent, in a general way, the entire Brazilian rural population. After all, was Lobato's intention in his writings to describe a national type? Why was the Jeca elevated to the rank of representative of the Brazilian man? In short, the character escaped from the hands of its creator and became the subject of wide debate about the identity of the Brazilian man. The objective of this work is to analyze how this cultural process occurred and, at the same time, to revisit the Lobatian work and some

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 207 11/06/2019 08:41:46

of its critics who discussed and thought Brazil in the first decades of the 20th century.
Keywords: Monteiro Lobato, Urupês, National Identity

Resumen
(1882-1948) se notaba como escritor, al principio, por haber publicado, en 1914, los cuentos, en los que describió la figura del Jeca Tatu, el piraquara del Valle del Paraíba paulista. Sin embargo, el personaje caricatural de cuño regional ganó los medios y pasó a representar, de manera general, a toda la población rural brasileña. Al final, la intención de Lobato, en sus textos, era describir un tipo nacional? ¿Por qué el Jeca fue alzado a la categoría de representante del hombre brasileño? En fin, el personaje escapó de las manos de su creador y se convirtió en tema de amplio debate sobre la identidad del hombre brasileño. El objetivo de este trabajo es analizar cómo se dio ese proceso cultural y, al mismo tiempo, revisar la obra lobatiana y algunos de sus críticos que discutían y pensaban a Brasil en las primeras décadas del siglo XX.
Palabras claves: Monteiro Lobato, Urupês, Identidad Nacional

Introdução

Em 1914, Monteiro Lobato destacou-se pela publicação dos contos Uma Velha Praga e Urupês nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. Os contos fizeram tamanho sucesso que foram republicados em dezenas de outros periódicos, rendendo fama e ambição literária para alguém que, naquele momento, ocupava-se da administração da fazenda que fora de seu avô, o Visconde de Tremembé.

Dizia-se, naquela época, que só era considerado escritor quem publicasse um livro, não bastava escrever para os jornais. Lobato, em carta ao seu amigo de Minas Gerais Godofredo Rangel, confidenciara que planejava publicar, ainda não sabia ao certo o quê. Após vender a fazenda, mudou-se

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 208 11/06/2019 08:41:46

para São Paulo e adquiriu a prestigiosa Revista do Brasil e, em 1918, reuniu seus contos num livro, Urupês, impresso nas oficinas do Estadão.

A obra trazia, dentre outros textos, o trabalho homônimo, no qual Lobato descrevera a caricata figura do Jeca Tatu, o caboclo do Vale do Paraíba paulista, que vivia a vegetar de cócoras, inadaptável à civilização e avesso ao progresso. O Jeca, feio e indolente, expressava o pensamento de parte da elite agrária paulista sobre os caipiras, para quem o homem do campo era um bruto, ignorante, doente e improdutivo.

Em 1919, a figura do Jeca tornou-se nacionalmente conhecida após o presidenciável Rui Barbosa abrir sua conferência no Teatro Lírico do Rio de Janeiro e citar trechos de Urupês do "admirável escritor paulista". A partir daí, Jeca virou uma figura nacional. Além do círculo literário, agora ganhara a arena política, motivando amplo debate sobre a identidade nacional do homem brasílico.

O presente artigo, parte de nossa dissertação de mestrado, propõe-se a analisar duas críticas contundentes que foram desferidas ao Jeca Tatu de Monteiro Lobato, visto que houve fortes reações contra a ideia de o caipira paulista representar a nacionalidade brasileira. A primeira crítica veio do Sul, do escritor Leonidas de Loyola, o qual enfeixou a obra Urupês o sertanejo brasileiro (1919); a última provém do Norte, Jeca Tatu e Mané Xiquexique (1919), de autoria do político Ildefonso Albano[1].

Dessa forma, pretendemos trazer à tona as inúmeras contradições, diferentes pontos de vistas e paixões que envolvem um tema tão fecundo, como o é a questão da identidade nacional, e as múltiplas representações que ela assume no campo literário, político e no imaginário coletivo.

[1] Registro um agradecimento especial ao amigo e professor Aluzio Alves Filho, o qual nos incentivou a escrever e a aprofundar estudos sobre Monteiro Lobato, fornecendo as obras de Leonidas de Loyola e Ildefonso Albano, que auxiliaram na confecção deste trabalho e na ampliação da visão crítica sobre as múltiplas identidades do povo brasileiro.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 209 11/06/2019 08:41:46

José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) nasceu em Taubaté, no vale do Paraíba paulista, no seio de uma família aristocrática, cuja riqueza provinha da posse das terras e do cultivo de café. Na infância, aprendeu as primeiras letras com sua mãe, antes de ingressar na escola. Na fazenda do Buquira encantava-se, dentre outras coisas e atividades comuns à meninice, pela biblioteca existente no casarão de seu avô, o visconde de Tremembé.

Em 1911, após o falecimento de seu avô, Lobato, então promotor público no município de Areias (SP), herdou a fazenda do Buquira. Assumiu o negócio com entusiasmo e projetos para tornar a propriedade rentável. Entre eles estava a modernização da agricultura, introdução de maquinário, importação de animais, como porcos e galinhas, dentre outros projetos.

À frente da fazenda, Lobato estava entusiasmado com a nova vida, mas demonstrava irritação no convívio que tinha que estabelecer com os funcionários da propriedade, os caboclos, os quais se tornaram a principal referência para a criação do célebre personagem Jeca Tatu. Na correspondência enviada ao amigo Godofredo Rangel, fica clara a ambiguidade de sensações que a vida no campo provocava n'alma de Lobato:

> A maior delícia da minha vida da roça aqui é justamente lidar com pintos, com perus, com bois e cavalos, e do bípede humano só me meter com esta insuficiência mitral que é o caboclo da roça. Mesmo assim só lido com eles através do "administrador", a ponte de ligação[2].

Entretanto, com o passar de alguns anos, a vida de Lobato na fazenda Buquira perdera a graça: os lucros esperados não vieram, a fazenda tinha dívidas e seu proprietário queria se dedicar às Letras. Em 1917, ele

[2] LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 332. Fazenda, 19/09/1912.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 210 11/06/2019 08:41:46

concretizou a venda da fazenda e mudou-se para a cidade de São Paulo, "ficando mais perto das redações dos jornais e revistas, do agito cultural da cidade que tantos frutos renderiam ao autor. Entretanto, os temas rurais nunca abandonaram a obra de Lobato"[3]. A título de exemplo, podemos citar sua famosa coleção para crianças, com várias estórias ambientadas no Sítio do Pica-Pau Amarelo. Na capital, Lobato investiu parte do dinheiro obtido com a venda da propriedade na compra da Revista do Brasil, de propriedade da família Mesquita, num negócio que envolveu mais de dez contos de réis.

Enquanto se dedicava a cuidar da Revista do Brasil, a mais importante publicação de cunho nacionalista de sua época, Lobato colaborava no "Estadinho". E, em um dos seus trabalhos, realizou com os leitores do jornal um inquérito sobre o Saci-Pererê, colhendo estórias de várias partes do país com a narração de encontros com o ser folclórico.

Sobre o projeto do Saci, Lobato escreveu a Rangel contando mais detalhes deste plano:

> Também preparo para o chumbo o "Inquérito do Saci", que fiz no Estadinho. Dá 300 paginas, mas não aparece com meu nome. Demonólogo Amador, é como assino. Será livro popular e de vender bem. De modo que a minha estréia será um livro não assinado e feito com material dos outros. Meu, só os comentários, prefácios, prólogos, epílogos [...][4]

O material foi reunido num livro – O Saci-Pererê: resultado de um inquérito – editado por Monteiro Lobato e assinado como um "Demonólogo amador". O livro foi um sucesso, esgotando rapidamente 5000 exemplares.

[3] HABIB, 2003. p. 34.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 211 11/06/2019 08:41:46

O fato convenceu Lobato de que o mercado editorial era promissor, por isso, em 1918, ele fundou a editora gráfica Monteiro Lobato & Cia Ltda[4].

Figura 01 – O Saci-Pererê[5]. Desenho com nanquim por Monteiro Lobato

Essa obra, extraoficialmente, foi o seu primeiro trabalho, mas ele queria algo só dele e não editar materiais coletados de outras pessoas. Foi assim que decidiu reunir alguns de seus textos para publicar, oficialmente, o seu primeiro livro, o qual seria intitulado *Dez Mortes trágicas* e reuniria apenas contos. A capa trazia a ilustração de uma árvore envolta por um mata-pau, tema de um dos contos, já na segunda edição o desenho seria alterado, trazendo vários

[4] LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1957. São Paulo, 10/05/1917. ALVES FILHO, 2003, p.66.

[5] Imagem captura no site <https://jornalggn.com.br/blog/gilberto-cruvinel/o-inquerito-de-monteiro-lobato-sobre-o-sacyperere>. Acesso em 22 jan. 2018.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 212 11/06/2019 08:41:46

cogumelos, os urupês ou orelha-de-pau, como eram conhecidos no Vale do Paraíba. No entanto o amigo Arthur Neiva, então chefe do Serviço Sanitário do estado de São Paulo, convencera Lobato a trocar o nome do livro para *Urupês* e também sugeriu que fossem incluídos na obra os artigos jornalísticos - *Velha Praga* e *Urupês*, sugestão aceita pelo autor.

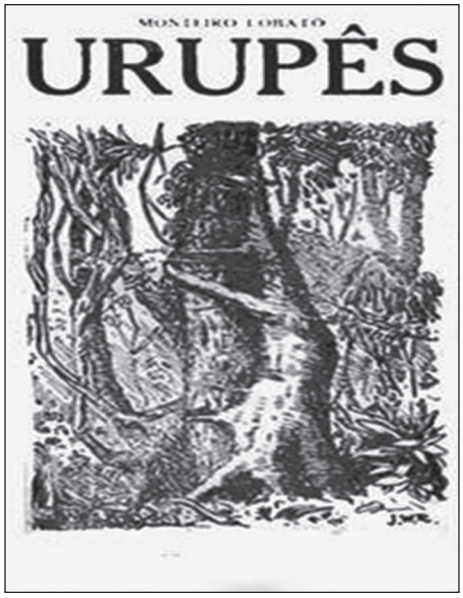

Figura 02 – Capa da 1ª edição de Urupês. Arte por J. Wasth Rodrigues[6]

Na primeira edição do livro, os contos *Velha Praga* e *Urupês*, que haviam tornado Lobato conhecido, não constaram no volume, erro corrigido já na 2ª Edição, a qual fora preparada no mesmo ano devido ao rápido esgotamento da primeira tiragem. No prefácio da nova edição, o criador do Jeca explicou o acréscimo dos artigos, especialmente de *Velha Praga*:

[6] Imagem captura na internet no site: <http://acropolemg.blogspot.com.br/2016/05/o-mais-celebre-de-todos-os-urupes.html>. Acesso em 22 jan. 2018.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 213 11/06/2019 08:41:47

"E para ela [a nova edição do livro] entra mais uma, como direi? – o gênero é inclassificável – mais uma "indignação": "Velha Praga". E também o artigo "Urupês". Explica-se. "Velha Praga" é a verdadeira mãe deste livro, e não seria justo separar a mãe do filho"[7]. As vendas seguiram a todo vapor, parecendo acompanhar a velocidade das máquinas tipográficas das oficinas do "*Estadão*", e cresceram substancialmente após o já mencionado discurso do "cetáceo" Rui Barbosa, o "cacique-mór", em sua campanha presidencial, no ano de 1919, quando evocara a figura do Jeca Tatu para demonstrar ao público que lhe assistia no Teatro Lírico, na capital federal, o estado de abandono da população brasileira pelos dirigentes da república e para apresentar um avançado plano de reformas sociais e trabalhistas, como moradia para operários, salário mínimo, regulamentação da jornada de trabalho etc. O discurso de Rui havia sido publicado em vários jornais e serviu como um "pé de vento" nas vendas de *Urupês*, popularizando ainda mais o seu autor e a figura do Jeca, a qual se destacava nas várias edições que se sucediam. O historiador Gilberto Freyre, contemporâneo do lançamento do livro e leitor de Lobato, escreveu o seguinte sobre a relação Urupês-Rui Barbosa:

> (...) ter feito Rui Barbosa, já velho, voltar-se do alto do seu gabinete, com olhos espantados e quase de menino - menino doente, criado o tempo todo dentro de casa - para aquele Brasil áspero que os brasileiros de hoje estudam com um amor que seus avós bacharéis e doutores, quase desconheceram... Foi por obra e graça de Urupês que o maior campeão sul-americano da inocência de Dreyfus verdadeiramente descobriu que a poucas léguas da rua São Clemente havia quem sofresse mais do que

[7] LOBATO, Monteiro [s.d], p. 267-8 apud GOUVEA, Luzimar Goulart, 2001, p. 64. <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270187/1/Gouvea_LuzimarGoulart_M.pdf>.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 214 11/06/2019 08:41:47

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 215 11/06/2019 08:41:47

> o remoto mártir do anti-semitismo europeu; sofresse de dores que o "habeas corpus" não cura, não alivia sequer[8].

Pela obra de Lobato, Rui parece ter redescoberto o Brasil. A descrição do Jeca Tatu fez o abolicionista voltar os seus olhos para os sertões, onde viviam os caboclos afastados da realidade de muitos dirigentes republicanos os quais achavam que o Brasil se resumia ao litoral. O candidato à presidência da república viu no Jeca que um "fatalismo cego o acorrenta à inercia". A revista O Malho, de 1919, estampou em sua capa uma ilustração do artista J.

Carlos, na qual o "inocente" Rui Barbosa, a bordo de uma caravela, descobre, enfim, o sertanejo! O caipira, por sua vez, trajando suas roupas simples e remendadas, com o chapéu de palha e de pitinho na boca, pesca tranquilamente tentando fisgar, quem sabe, a carne para o seu almoço, dando pouca atenção à chegada do Doutor.

Figura 03 – Capa de O Malho, 1919.[9]

[8] FREYRE, Gilberto, [s.d] apud CAVALHEIRO, Edgar, 1955, p. 210. [10] BARBOSA, Rui, 1998, p. 9.

[9] Imagem capturada na internet. Site: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/todas-as-noticias/751-a-categoria-sertao-estafortemente-ligada-a-projetos-de-desenvolvimento-diz-nisia-trindade#.WmpANa6nGM8>. Acesso em 25 jan. 2018. [12] BARBOSA, Rui, 1998, p. 9.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 216 11/06/2019 08:41:47

O personagem literário de Monteiro Lobato ganhara a partir de então forte conotação política. Rui Barbosa, em sua catilinária, não apenas indagou ao público se conhecia o Jeca Tatu, como também aventou uma ideia audaciosa, a qual lhe rendera em seguida mais críticas, a saber:

> Não sei bem, senhores, se, no tracejar deste quadro, teve o autor só em debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma cousa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, a síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram.

O "Águia de Haia" suscita uma questão importante e polêmica: Lobato pincelou uma figura degenerada, de fatalismo inato, que se limita ao piraquara do Paraíba, ou o Jeca representaria algo maior, como a síntese da nossa nacionalidade, na concepção daqueles que exploram os caboclos, isto é, as elites agrárias? O texto de Lobato apresentava características de uma literatura regionalista, mas os seus limites espaciais e culturais começavam a extrapolar e muito as barreiras da obra, assumindo cada vez mais espaço nacional. Com Urupês sendo vendido aos milhares para todas as partes do país, principalmente depois do discurso de Rui Barbosa, a figura do Jeca passou a se cristalizar no imaginário social, representando não apenas o piraquara do Paraíba, como fora idealizado por seu criador, mas toda a gente brasileira que vivia nos sertões, isolada dos centros econômicos e de poder. Lobato queria isto, que o Jeca se tornasse um símbolo da identidade

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 217 11/06/2019 08:41:47

nacional? Não foi ele que tanto criticou o indianismo de Alencar, cujo indígena fora eleito o símbolo da nacionalidade? Possivelmente, Lobato não pretendia, quando escreveu em 1914, que seu personagem viesse simbolizar toda a cultura sertaneja do país. E, ao contrário das tentativas românticas de transformar o índio em um ser diferente do que ele realmente era, Lobato não se apegou a idealizações daquilo que ele chamava de caboclismo. O caboclo de Lobato era um anti-herói que só tinha aspectos negativos, pois como vimos ele nasceu de uma visão limitada, patronal e da revolta do fazendeiro contra os piraquaras que punham fogo no mato. Entretanto no discurso de Rui começou a ser construído algo que pode ser entendido como um

> embrião de uma crítica que responsabiliza Lobato pela canalização de toda uma energia, de todo um grupo de preconceitos que encontram ancoradouro numa obra realizada, estancando o imaginário. É o momento em que os preconceitos encontram receptáculo, criando urna sua circunscrição, e a representação, assumida por alguém, vai da representação intelectual a urna imagem-símbolo[10].

Pelo fato de Rui Barbosa aventar a hipótese de ser o Jeca um símbolo de nacionalidade, o político foi fortemente atacado por Leonidas de Loyola, num opúsculo que reuniu vários artigos publicados no jornal A Republica, do estado do Paraná, os quais foram enfeixados em livro em 1919. Loyola, em Urupês e o sertanejo brasileiro, questionou a caricatura do caboclo pintada por Lobato e também o fato de Rui não ter uma visão própria do homem brasileiro, tendo que tomá-la de empréstimo. Passemos ao registro do escritor paranaense:

[10] GOUVEA, 2001, p. 62.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 218 11/06/2019 08:41:47

> Agora, o que se não concebe é que um homem como Ruy Barbosa, com o seu talento e a sua cultura; Ruy Barbosa, que é a maior potencia verbal da nossa língua; Ruy Barbosa que nos obriga a remontar ao passado para encontrar um seu emulo em Antonio Viera; Ruy Barbosa não tenha uma visão sua do sertanejo brasileiro e precise ir pedil-a de emprestimo ao sr. Monteiro Lobato, a não ser que expliquemos esse facto pelas suas estreitas e intimas relações com "O Estado de São Paulo" e a "Revista do Brasil"... Ruy Barbosa, si, por politica, fez tal cousa, fel-a de modo desastrado, impolítico e impatriótico e incorreu, mais uma vez, na accusação de que não é pensador, sobrando-lhe em verbalismo o que lhe falta em pensamento. Concorrendo, em uma das suas tremendas catilinarias, para o ruidoso successo de "Urupês" e endossando a circulação dessa caricatura infeliz que é "Jéca-Tatú", Ruy Barbosa demonstrou não ter uma visão sua, pessoal e nacional, dos problemas brasileiros...[11]

Como se vê, o endosso de Rui ao Jeca Tatu de Urupês desagradou bastante ao senhor Leonidas de Loyola, a ponto de ele afirmar que o discurso do presidenciável se justificaria pelas relações que o político mantinha com os órgãos de imprensa e cultura paulistas, caso do "*Estadão*" e da Revista do Brasil, de propriedade de Lobato. Outro ataque veemente veio à tona quando disse que Rui é melhor com as palavras do que com o pensamento, precisando recorrer a Jeca Tatu para fazer política, de forma impatriótica, demonstrando desconhecimento dos problemas nacionais.

A publicação de Urupês, em 1918, causou celeuma no cenário literário, cultural e político brasileiro, sobretudo por conta dos contos *Velha Praga* e Urupês, os quais apresentaram ao Brasil o piraquara do Paraíba, desprovido de qualquer idealização e características positivas que pudessem representar

[11] DE LOYOLA, Leonidas, 1919, p. 35-6.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 219 11/06/2019 08:41:47

um sinal de esperança acerca da capacidade do homem rural. Muitas vozes críticas levantaram-se contra Monteiro Lobato, acusando-o de falta de patriotismo por ser tão ácido na descrição do sertanejo. A acusação de ser antipatriota ocorreu pois os críticos entenderam que Lobato via o homem do campo com pessimismo, por meio da representação e da caricatura do Jeca, com um fatalismo comum àqueles que defendiam a inferioridade do brasileiro por sua condição racial mestiça. Naquele contexto, para muitos, a depreciação do povo seria inadmissível, o que pode ser entendido devido ao fato de que no:

> período da Primeira Guerra Mundial e do imediato pós-guerra foi, no exterior e no Brasil, marcado por intensa atuação de movimentos de caráter nacionalista que pretendiam descobrir, afirmar e reclamar os princípios da nacionalidade e realiza-lo através do Estado Nacional[12].

Thomas Skidmore lembra que a polêmica gerada em torno do Jeca Tatu evidenciava a mudança de atitude no cenário nacional ocorrida durante a Guerra[13]. Nesse momento histórico, aflorou no Brasil, entre os grupos de elite, classes dirigentes e setores médios urbanos, o nacionalismo, que exaltava a pátria e a identidade nacional. Surgiram agremiações que levantaram diversas bandeiras - saneamento, educação e recrutamento militar - em prol do resgate da nacionalidade. Na literatura, o mesmo fenômeno aconteceu, por exemplo, por meio da publicação de obras como O triste fim de Policarpo Quaresma (1915), de Lima Barreto; Macunaíma (1928), de Mário de Andrade, entre outras as quais se debruçavam sobre temas que incluíam a formação do povo brasileiro e a exaltação dos elementos tipicamente nacionais. A obra de Lobato, entretanto, embora tenha sido elogiada por

[12] HOCHMANN e LIMA, 1996, p. 24. [16] SKIDMORE, 2012, p. 253.

[13] FERNANDES, Alvaro, 1916 apud. DE LOYOLA, Leonidas, 1919.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 220 11/06/2019 08:41:47

várias personalidades, foi também bastante atacada, e seu autor acusado "de denegrir outros brasileiros ao generalizar um problema local (paulista?) como sendo de âmbito nacional"[12]. Tania de Luca afirma que alguns dos críticos, "inconformados com as características imputadas ao personagem e, por extensão, à imensa maioria dos brasileiros, criaram tipos diametralmente opostos, como o Mané ChiqueChique do deputado Ildefonso Albano, rocha viva da nacionalidade; ou o Jeca Leão de Rocha Pombo, criatura dotada de inúmeras virtudes e nenhum defeito"[14]. Assim surgem respostas literárias ao Jeca de Lobato, oriundas de norte a sul do país, questionando a amplitude do caboclo de Urupês enquanto símbolo da identidade do homem brasileiro, principalmente do campônio.

Dentre as vozes que se insurgiram contra a obra de Monteiro Lobato, a de Leonidas de Loyola foi uma das mais contundentes. Em uma série de artigos, ele atacou Urupês, colocando em dúvida, inclusive, suas virtudes literárias, alegando que tínhamos "em nossa litteratura cousas muito mais originaes, de muito maior profundeza e muito maior amplitude"[14]. Para o autor de Urupês e o sertanejo brasileiro, o Jeca Tatu não representava o homem rural brasileiro, representava "quando muito, o sertanejo paulista"[15], pois o seu criador não conhecia o jagunço e nem o gaúcho, portanto Jeca não era e nem poderia ser um símbolo da nacionalidade.

Políticos e intelectuais dessa época defendiam, desde a divulgação do relatório PennaNeiva de sua expedição ao interior do Brasil e do brado pró-saneamento de Miguel Pereira, a integração dos sertões ao país, a necessidade de conectar sertão e litoral. Inclusive o deputado federal Dr. Alvaro Fernandes argumentou, em discurso pronunciado no parlamento em 1916, que o "sertanejo é a materia prima, o barro plastico, o solido cimento de nossa nacionalidade"[16]. Julgava que a força da nação estava

[14] DE LUCA, TANIA R. 1999, p. 63.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 221 11/06/2019 08:41:47

no sertão, no campo, e não nas cidades, onde havia alcoolismo, vadiagem, jogos de azar, prostituição e outros meios que desencaminhavam o homem, conduzindo-o à degeneração física e metal. Evidentemente a denúncia dos médicos sanitaristas apontava graves problemas nos sertões, como epidemias e abandono das populações rurais, mas esses males deveriam ser combatidos, a fim de que se resgatasse a nacionalidade brasileira e integrasse o interior ao projeto de construção da nação e do país. O jurista Alberto Torres foi um dos intelectuais que defendia a vocação agrícola do Brasil, opondo-se à urbanização e à industrialização. Acreditava que a vida rural era mais saudável que a urbana, pois esta corrompia o homem[15], e criticava a alienação das elites e a ausência de políticas que ajudassem a corrigir os problemas do campo.

Leonidas de Loyola também criticou a falta de políticas públicas para atender os sertanejos. Para ele, o homem rural, "Pobre, analphabeto, roído de vermes, ignorante, agricultor de methodos rudimentares e bárbaros, o matuto não poderia ter feito mais do que fez", enquanto o imigrante europeu, "lhe damos toda a protecção, desde o porto de embarque na Europa até ao nucleo colonial que lhe é designado"[16]. Destacou que o imigrante tinha inúmeras vantagens asseguradas pelo Estado que o Jeca não possuía e por isso permanecia na penumbra da civilização.

Embora Monteiro Lobato, no mesmo ano do lançamento de Urupês (1918), tenha se convertido à causa do Saneamento, unindo forças a Belisário Penna e Arthur Neiva, e feito justificativas e "pedidos de desculpas" nos prefácios de sua obra por ter ignorado o estado de abandono do Jeca, que o levara à doença e à improdutividade, tais revisões não foram totalmente suficientes para redimir a figura fatalista do caboclo pintada por Lobato, pelo menos para alguns de seus leitores e críticos. A imagem caricatural do

[15] Skidmore, Thomas, 2012, p. 182.

[16] DE LOYOLA, Leonidas, 1919, p. 11.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 222 11/06/2019 08:41:47

caboclo expressa nos artigos de 1914, extremamente negativa e pessimista, estava distante da reinterpretação do Jeca publicada em 1918, no livro de contos. Literariamente, os textos e o personagem eram os mesmos, entretanto a mente do autor havia mudado por conta da transferência para a capital paulista e dos contatos estabelecidos com os médicos sanitaristas, os quais chamaram a atenção de Lobato para um aspecto que influía negativamente sobre o sertanejo brasileiro: o binômio abandono-doença. Convencido pela medicina de que o principal mal do país era a doença, Lobato, inicialmente, "salvaguarda-se dessas contradições, através dos prefácios às edições de Urupês"[17], nos quais apresenta pedidos de desculpas ao Jeca e explicações por ter carregado tanto na tinta e ignorado o estado doentio do campônio brasileiro.

Apesar das tentativas de Lobato de restabelecer a figura do caboclo e assumir, em parte, culpa por ter ignorado sua real condição quando escreveu sobre o homem sertanejo, tal esforço não foi considerado por Leonidas de Loyola e nem amenizou as críticas ferinas que dirigiu ao escritor paulista. Loyola julgava que a publicação de Lobato era contraproducente, inútil, inoportuna e antipatriótica. E como Urupês havia se transformado em sucesso literário nacional, apontava que uma "campanha systematica de depreciação e ridículo do homem e das cousas do Brasil está formando em nossa Patria uma geração de scepticos e de pessimistas, por um lado, concorrendo, por outro, para o nosso descredito no extrangeiro"[18]. Atente para o fato de que o crítico chama a atenção para duas consequências da campanha de depreciação do homem brasileiro: 1. Internamente, formar uma geração que não acredita no futuro do próprio povo; 2. Externamente, mais um arranhão na frágil imagem do Brasil no exterior, visto como um país mestiço e doente, o que prejudicava os planos das elites de atrair

[17] LOBATO, Monteiro [s.d], p. 267-8 apud GOUVEA, Luzimar Goulart, 2001, p. 64.

[18] DE LOYOLA, Leonidas, 1919, p. 19.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 223 11/06/2019 08:41:48

imigrantes europeus e capitais estrangeiros para novos investimentos na economia nacional. Loyola sugere que tal campanha fosse encerrada e que se tratasse o Jeca como o doente que era, com proteção e carinho, pois a "piedade é apanagio das almas bem formadas, dos corações grandes"[19] . Ora, Lobato era muitíssimo bem formado, tinha uma visão moderna e também um coração dos grandes, tanto que se arrependeu da versão do homem do campo que escrevera em 1914 e abraçou, como poucos, o movimento em prol do saneamento do país. Sua visão inicial pessimista sobre o piraquara do Vale do Paraíba não o torna um inútil e nem impatriota, pois há que se considerar que o seu relato, apesar de imperfeito, trazia à lume aspectos reais de uma forma de vida negligenciada pelos centros de poder – a dos caipiras. Se não fosse seu texto, tão claro e duro, possivelmente o debate em torno dos Jecas, da necessidade de melhoria de suas condições de vida e de sua inclusão num projeto de nação não teria obtido tamanha amplitude que ultrapassou em muito a esfera literária!

Loyola clamava intervenção federal para integrar os sertões ao restante do país, num projeto de construção da nacionalidade. Ele dialogava com outro sertanista, um ícone, Euclides da Cunha, o qual criticava as elites brasileiras por investirem na imigração estrangeira, esquecendo-se de seus patrícios, que "eram mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa"[20]. Portanto, ao longo das décadas de 1910 a 1920, era "o resgate dos sertões e do sertanejo que se impunha como tarefa de construção da nação"[21]. O jornalista paranaense recusava-se a aceitar que o Jeca seria um representante nacional, primeiro porque julgava seu criador um pessimista que havia pintado o caboclo com "todos os defeitos possíveis e imaginaveis"[22].

---

[19] Ibid. p. 20.

[20] CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). p. 90.

[21] SANTOS, Luiz Antonio de Castro, 2003, p. 216-7. 29. DE LOYOLA, Leonidas, 1919, p. 34.

[22] ALBANO, Ildefonso, 1969, p. 41. 39 Ibid. p. 41.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 224 11/06/2019 08:41:48

Depois porque Jeca era uma caricatura e como tal não podia ser um símbolo, sob o argumento de que o personagem "é errado, falso, inverossímil, não resiste ao menor embate da crítica"[23]. Por fim, sugere a Monteiro Lobato que expurgue de seu livro a caricatura infeliz do homem do campo. A partir daí, segundo Loyola, "teremos nada mais nada menos do que um livro de contos regionais, igual a tantos outros que já existem nas nossas lettras"[24].

Outro autor que escreveu um livro em resposta ao Jeca Tatu e à concepção de Monteiro Lobato sobre o sertanejo foi o político oriundo de Fortaleza, no Ceará, Ildefonso Albano. Albano publicou, em 1919, Jeca Tatu e Mané Xiquexique[25], sendo o protagonista da obra uma antítese do Jeca. O embate de Albano com Lobato começa já na epígrafe, com uma celebração à "gloriosa memória" de José de Alencar, autor tão combatido por Lobato por conta de sua literatura romântica acusada de falsear o indígena, responsável pela pavimentação do caminho trilhado por literatos ufanistas do início do século XX, os quais escreviam da cidade, sem conhecer, de fato, a vida do homem do campo, distorcendo a realidade do caboclo, transformado num símbolo de bravura e de nacionalidade. O prefácio da obra foi redigido por Mário de Alencar, membro da Academia Brasileira de Letras e filho de José de Alencar (a escolha de Alencar seria uma provocação e uma forma de o filho responder a Lobato pelos ataques desferidos à obra de seu pai?). No prefácio, Mário de Alencar afirmou que Lobato "descreveu e apreciou a traços incisivos e tintas carregadas, um dos tipos característicos do interior brasileiro, ao

[23] Ibid. p. 34. 31 Ibid. p. 35. 32, a alcunha Xiquexique provém de uma planta típica do sertão nordestino. Segundo Albano, ela "nasce e prospera em qualquer terreno bom, medíocre ou ruim; mas, sóbrio, resistente, tenaz e rude, prefere a todos, a pedra nua, a rocha dura. Ali, onde parece impossível a vida, onde qualquer planta estiolaria, e outra semente encontraria a morte, ali êle se firma..." (ALBANO, Ildefonso, 1969, p. 41). O autor nordestino imprimiu em seu personagem as mesmas características da planta, Mané é resistente, forte e sabe viver em qualquer lugar sob quaisquer condições.

[24] Ibid. p. 74.

[25] I ALBANO, Ildefonso, 1969, p. 90. 43 Leite, 1996, p. 75.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 225 11/06/2019 08:41:48

qual chamou de Jeca-Tatu"[26], tipo que estaria circunscrito a pequeno canto dentro da imensidão do Brasil. De forma cavalheiresca, Alencar não negou a arte e o talento de Lobato, mas não se furtou em divergir da figura criada pelo escritor paulista ao apontar suas supostas falhas e equívocos e fazer uma sutil defesa da memória e da obra de seu pai, como se nota na passagem a seguir:

Há generalizações estouvadas, que não se explicam nem mesmo como extravagância retórica, e no caso particular da étnica brasileira não atino o amesquinhador propósito do poeta, que ao otimismo inocente da poesia preferiu o pessimismo possivelmente maléfico e seguramente inestético da difamação genérica[27].

Jeca, para Alencar, era uma generalização estouvada e extravagante, permeada pelo pessimismo "possivelmente maléfico", algo que difamava uma etnia brasileira, bem diferente do poeta (provavelmente Alencar se refere a seu pai), cuja poesia inocente preferiu a louvação otimista de seu povo à "difamação genérica" feita por Lobato. O filho do autor de Iracema também criticava, implicitamente, Rui Barbosa por adotar em sua retórica política oposicionista o Jeca Tatu como tipo simbólico miserável do povo brasileiro que habita o interior em oposição à gente da cidade e dos centros de poder. Achava que a generalização da figura do Jeca seria "um êrro de sociologia leviana ou uma cincada de política inconsciente"[28] e tomava o Mané Xiquexique como exemplo para desancar o Jeca enquanto símbolo nacional. Disse Alencar: "outros virão vindo, e o tempo com êles, que desfaçam êsse Jeca-Tatu genérico; e basta que de cada canto do interior brasileiro suba a voz dos experimentados e insuspeitos, a exemplo do autor dêste livro."[29]

---

[26] ALBANO, Ildefonso, 1969, p.33.

[27] MOOG apud CAVALHEIRO, 1955, p. 215

[28] Ibid. p. 35.

[29] Ibid. p. 37.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 226 11/06/2019 08:41:48

Albano, ao iniciar Jeca Tatu e Mané Xiquexique, contextualiza, apresentando a localização de onde se passa a história e os problemas enfrentados pelo protagonista, bem como principia uma resposta direta a Lobato:

> O tremendo flagelo da sêca, o Secular Problema do Nordeste, há trezentos anos assola essa vasta região do Brasil, mantendo em contínuo sobressalto mais de três milhões de brasileiros, impedidos de evoluir, impossibilitados de progredir. Dirme-ão talvez: "Ora, êsses três milhões de indivíduos não passam de Jeca Tatus a vegetar de cócoras, incapazes de evolução e impenetráveis ao progresso! É um engano![30]

O engano derivaria de uma simples regra: Mané e Jeca eram filhos dos mesmos pais, porém um se tornou trabalhador, e o outro, preguiçoso, o que ocorria na grande família brasileira:

> filhos dos mesmos pais, com o mesmo sangue nas veias, educados na mesma escola, temos o Jeca Tatú, preguiçoso e bisonho, e seu irmão Mané Xiquexique, afoito como o jaguar, resiste como o xiquexique[31].

Se Jeca era "bisonho", um ser que recuava ao menor sinal de desafio, Mané era o oposto.

Albano toma de empréstimo algumas questões de Urupês, reformula-as, acrescenta algo e as responde a seu modo. Observe:

---

[30] Ibid. p. 39.

[31] ALBANO, Ildefonso, 1969, p. 41. 39 Ibid. p. 41.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 227 11/06/2019 08:41:48

> Quem deu o exemplo a Pedro I? Quem precedeu a Isabel, a Redentora? Quem se adiantou a Deodoro?... Foi Mané Xiquexique!
>
> Quem venceu Riachuelo, Tuiuti e Campo Grande? Quem desbravou a Amazônia?... Foi Mané Xiquexique!

O autor faz referências a inúmeros eventos históricos ocorridos no Nordeste, como a libertação dos escravos em 1884, na província do Ceará; os acontecimentos revolucionários com ideais separatistas e republicanos - a Revolução Pernambucana de 1817- e a Confederação do Equador, em 1824, denotando o pioneirismo político do Nordeste o qual teria servido de exemplo para o Brasil no rompimento com Portugal em 1822 e, depois, na proclamação da república, em 1889. Cita também a valentia de vários nordestinos que lutaram na Guerra do Paraguai e, por fim, menciona a ocupação da Amazônia por levas de migrantes nordestinos desde o final do século XIX, atraídos pelo trabalho nos seringais, na extração do látex e, posteriormente, na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. Enquanto exalta os feitos do Nordeste, Albano realça o seu personagem que, para ele, era "afoito como o jaguar", um pioneiro na História do Brasil. Dizia que: "Enquanto nas veias de Jeca-Tatu corre, ao que parece, sangue degenerado, herdou Mané Xiquexique as qualidades nobres e viris dos Tabajares, dos Jenipapos, dos Cariris, dos Pitiguares e dos Apinagés". Com essas virtudes em suas veias, Mané era lavrador, vaqueiro, jangadeiro, seringueiro, em suma, era industrioso, apesar de toda a indiferença dos homens do governo em relação ao Xiquexique. Como faltavam-lhe os serviços públicos básicos, educação e saúde por exemplo, quando Mané adoecia, ele encontrava "no mato o remédio para as suas enfermidades"[31], para cada mal havia uma planta ou raiz específica que o sertanejo nordestino conhecia e manipulava bem. Mané mostrava-se sociável, atento à política, fazia poesia e luta... luta para resistir à seca. "Abatido pela sêca ou saturado de quinino, é sempre o

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 228 11/06/2019 08:41:48

mesmo Mané Xiquexique, nobre, ativo e progressista. E êste irmão de Jeca-Tatu, que realizou a epopeia heroica do desbravamento da Amazônia!". Mané tinha raça forte, sóbria e resistente que só a "grandeza assassina da Amazônia tem conseguido sopitar!". O personagem resumia-se na expressão "rocha viva da nossa nacionalidade!

Seja a versão de Albano ou qualquer outro tipo literário que tenha surgido como contraponto ao Jeca Tatu, "nenhuma dessas respostas alcançou sequer vagamente a popularidade atingida pelo original, até os dias de hoje bem nosso conhecido", o afamado Tatu. Vimos que havia diferentes formas de pensar os sertanejos e também significativas diferenças nas representações que os autores faziam sobre o homem do interior, especialmente no que se refere à valorização positiva ou negativa do homem e da vida no interior, desde a afirmação de elementos como força, autenticidade e comunhão com a natureza, bastante enaltecidos na literatura romântica, até o retrato negativo e sombrio(...).

No prefácio de Jeca Tatu e Mané Xiquexique, Mário de Alencar errou em sua previsão quando afirmou que, a exemplo de Mané, "outros virão vindo, e o tempo com êles, que desfaçam êsse Jeca-Tatu genérico"[45]. Por mais que outros trabalhos tenham surgido, trazendo à lume os tipos locais de norte a sul do país[46], descrevendo costumes e particularidades regionais, sabemos que tais figuras jamais chegaram a ganhar as dimensões do Jeca, o qual se tornou, certo ou errado, um símbolo da cultura nacional e cristalizou-se no imaginário popular. Nenhum outro tipo literário roubou-lhe o posto central na literatura brasileira e nem foi capaz de promover amplo debate como ocorreu em torno do caboclo lobatiano entre os anos 19101920. O Jeca Tatu tornara-se um símbolo, pois, de acordo com Viana Moog [34] , o sucesso do personagem estava intimamente ligado à realidade social que ele representava. E a realidade dos sertanejos na Primeira República era, de modo geral, um estado de abandono e de distanciamento não só geográfico, mas também cultural, social e econômico em relação às cidades e aos centros de poder. Por

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 229 11/06/2019 08:41:48

isso Moog sustentava que, enquanto persistissem essas condições sociais que moldavam o modo de vida e o próprio sertanejo, Jeca Tatu, a figura literária, seria a mais precisa para a compreensão da vida do homem do campo e de seus problemas do que quaisquer informações inscritas em relatórios burocráticos ou estudos demográficos de gabinete sobre as populações interioranas do Brasil. As pessoas continuaram a se identificar com o Jeca Tatu, conforme vimos no primeiro capítulo desta dissertação. Ele avançou no tempo, sofreu releituras, ganhou o cinema e é celebrado, anualmente, nas Festas Juninas, em várias regiões do Brasil, onde adultos e crianças se vestem com chapéu de palha, calça remendada e camisa xadrez com alguns botões entreabertos. Jeca também assumiu uma expressão pejorativa – servindo para designar quem mora ou vem da roça, considerado lugar atrasado em relação à cidade, em que às vezes não há estrada, transporte, luz ou água encanada. Em suma, para o bem ou para o mal, o Jeca ganhou o coração do Brasil!

Considerações finais

Como vimos, Urupês ensejou um amplo debate político e cultural que colocou Monteiro Lobato e o Jeca no cenário nacional, contribuindo para a difusão do autor, seu talento literário e também a cristalização de seu caricato personagem no imaginário coletivo.

Jeca tornou-se sinônimo de atraso, de ignorância, de superstição e de abandono. É preciso considerar o contexto de produção da obra para melhor compreendê-la, assim como os impactos que ela teve na sociedade. O mundo passava pela exacerbação do nacionalismo e vivenciava os horrores da Grande Guerra (1914-1918); no Brasil, o nacionalismo fez proliferar diversas agremiações que defendiam a importância de se resgatar e fortalecer a brasilidade, pois o país aspirava se tornar uma nação relevante no cenário internacional.

A figura do Jeca Tatu soou para os seus críticos como uma detração do homem brasileiro num momento de nossa história em que alguns pensadores

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 230 11/06/2019 08:41:48

e políticos exaltavam as coisas nacionais, uma tradição ufanista, conforme na obra de Afonso Celso, Porque me ufano do meu país (1908). O Jeca depunha, portanto, contra a imagem da gente brasileira, nos ridicularizando e arranhando a figura do homem nacional no exterior.

Émister ressaltar que Lobato, ao escrever sobre o Jeca, não almejou retratar o homem brasileiro. Seu objetivo era representar o piraquara do Vale do Paraíba paulista, os caipiras com os quais convivera desde a mais tenra idade. Foi Rui Barbosa, em 1919, que lançou o questionamento para o país sobre a possibilidade de Jeca ser um representante nacional da maioria dos caboclos brasileiros, abandonados à própria sorte por um Estado ausente e explorados pelos latifundiários. Jeca não foi apenas resultado da vingança de Lobato contra os caboclos que lhe atormentavam na administração de sua fazenda, tampouco resultado estético literário, mas também a manifestação do olhar patronal dos fazendeiros paulistas sobre o homem rural e, ao mesmo tempo, uma denúncia das más condições de vida dos caboclos.

Houve reações de Norte a Sul do Brasil, as quais se levantaram contra a ideia de Jeca ser o símbolo de identidade do homem brasileiro. Do Norte, veio o Mané Xiquexique, de Ildefonso Albano, repleto de virtudes, o oposto de seu irmão Jeca. Do Sul, pela pena de Leonidas de Loyola, uma contundente crítica a Lobato, a Rui Barbosa e ao Jeca, além da veemente negação da brasilidade estar representada no piraquara do Paraíba.

O fato é que, apesar das críticas, tanto Lobato quanto o seu personagem permaneceram no imaginário coletivo, pois de algum modo Jeca representava aspectos da realidade do homem do campo brasileiro, como o abandono pelo poder público, a ausência de serviços básicos no meio rural, a saber saúde e educação, a condição doente do homem nacional, os costumes, entre outros. Logo havia fulcro identitário entre o real e o imaginário, por isso Jeca resistiu a todas as críticas, fez sucesso, tornou-se símbolo da campanha pelo saneamento rural, a qual se estendeu desde os anos 1910 até fins dos anos 1920. Muitos anos após a morte de Lobato, a obra Urupês continuou a ser

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 231 11/06/2019 08:41:48

editada, reforçada, posteriormente, por produções no cinema e na televisão, o que contribuiu para cristalizar a figura do Jeca no imaginário das pessoas. Até os dias de hoje, o Jeca continua alimentando causos e estórias na cultura popular, fazendo parte de festejos e celebrações que ocorrem por todo o país, como as festas juninas, nas quais é realizado o casamento do Jeca. Em suma, se a caricatura de Lobato não pode e nem representa, de fato, a gente brasileira, é inegável que, devido ao talento e à sofisticada visão do autor, o Jeca se constituiu numa das figuras mais importantes e representativas da literatura e da cultura nacional.

Referências bibliográficas

ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

ALVES FILHO, Aluizio. *As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: INVERTA, 2003.

AZEVEDO, Carmem Lucia de. Et al. *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1998.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *O pensamento social no Brasil: pequenos estudos.* Campinas: Edicamp, 2003.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

DE LOYOLA, Leonidas. *Urupês e o sertanejo brasileiro*. Paraná, 1919.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 232 11/06/2019 08:41:48

DOS SANTOS, Ricardo Augusto. Lobato, Os Jecas e a Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro. *Achegas.net*, v. n.7, 2003. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm>. Acesso em: 5 fev. 2018.

GOUVEA, Luzimar Goulart. *O homem caipira nas obras de Lobato e de Mazzaropi: a construção de um imaginário*. 2001. 141 f. Dissertação (Mestre em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270187/1/Gouvea_LuzimarGoulart_M.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: EDUSP, 2006.

LAJOLO, Marisa, MARANHÃO, Ricardo, ROCHA, Rute. *Monteiro Lobato*. São Paulo: Abril Educação, 1981.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1996.

LIMA, Nísia Trindade ; HOCHMAN, Gilberto. Pouca Saúde, Muita Saúva os males do Brasil são: Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7098.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1957. (Obras Completas, Literatura Geral, v. 1, v. 2).

____. *Urupês*. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato: o editor do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

PENTEADO, J. Roberto Whitaker. *Os filhos de Lobato: o imaginário infantil na ideologia do adulto*. São Paulo: Globo, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SELKE, Ricardo de Castilho. *Monteiro Lobato: crítico social*. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 233 11/06/2019 08:41:49

xmlui/bitstream/handle/123456789/100885/311487.pdf?sequence=1&isAll owed=y>. Acesso em: 5 fev. 2018.

SIMÕES FILHO, Mário Luís. *Tensões no modernismo brasileiro: tradição e contradição em Monteiro Lobato*. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wpcontent/uploads/2012/11/images_Mario.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em: Agosto / 2018
Aceito para publicar em: Outubro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 234 11/06/2019 08:41:49

O medo dos povos indígenas e afrodescendentes no final do antigo regime. Análise Historiográfica

Juan Manuel Santana Pérez
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria-Espanha

Resumo

O medo sempre foi um aspecto importante nas relações dominadas e dominadas na América Latina às vésperas dos movimentos independentistas. Temos uma tradição historiográfica de abordar o assunto, especialmente na França e nas últimas décadas também elaboramos estudos sobre o medo na América Latina, é necessário repensar esses trabalhos para montar um discurso geral coerente.

Fazer a identidade do outro, indígena e afrodescendente, neste caso, serve para construir a identidade de nós, ao contrário do que não somos, nem queremos ser, o outro produz medo.

As rebeliões no final do antigo regime em que indígenas e afrodescendentes participaram aumentaram o medo das classes dominantes.

Palabras Chave: Medo, racismo, mentalidades, antigo regime, identidade

Abstract

Fear has always been an important aspect in dominated, dominated relations in Latin America on the eve of the independence movements. We have a historiographical tradition of approaching the subject, especially in France and in the last decades we have also elaborated studies on fear in Latin America, it is necessary to rethink about these works to put together a coherent general discourse.

Making the identity of the other, indigenous and Afro-descendant in this case, serves to build the identity of us, as opposed to what we are not, nor want to be, the other produces fear.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 235 11/06/2019 08:41:49

The rebellions at the end of the old regime in which indigenous and Afro-descendants participated increased the fear of the ruling classes.
Key Words: Fear, Racism, Culture, Ancient Regime, Identity

Resumen

El miedo siempre ha sido un aspecto importante en las relaciones dominadores, dominados, en América Latina en las vísperas de los movimientos de independencia. Contamos con una tradición historiográfica de abordaje del tema, especialmente en Francia y en las últimas décadas también se han elaborado estudios sobre el miedo en América latina, es preciso repensar sobre estos trabajos para armar un discurso general coherente.

Hacer la identidad del otro, indígena y afrodescendiente en este caso, sirve para construir la identidad del nosotros, por oposición a lo que no somos, ni queremos ser, el otro nos produce miedo.

Las rebeliones a fines del antiguo régimen en que participaron indígenas y afrodescendientes incrementó el miedo de las clases dominantes.
Palabras Clave: Miedo, racismo, mentalidades, antiguo régimen, identidad

A historiografia tem se preocupado em examinar o medo em geral, especialmente a partir do que podemos chamar de terceira geração de Annales, na década de 70, quando surgiram mais pesquisas sobre a realidade cultural, enfocando o foco de análise nesse aspecto que Ele fez grandes avanços em ambos os estudos da Idade Média com J. Le Goff e G. Duby, e na Idade Moderna com os trabalhos de Lefebvre e Delumeau. Sob a hegemonia do historicismo-positivismo, o medo não tinha lugar na história, porque se tratava de procurar exemplos heróicos de coragem, enquanto os medos eram o reflexo da covardia.

Essas concepções foram introduzidas na América Latina pelos discípulos de Annales, especialmente a longa linha braudeliana (em oposição ao curto tempo dos eventos). Braudel passou parte de sua vida na América

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 236 11/06/2019 08:41:49

Latina, de 1935 a 1937, e grande parte de 1947, mas até 1953 manteve uma forte ligação com este continente, que, segundo ele, o tornou verdadeiramente inteligente[1]. Após o movimento estudantil de maio de 1968, veremos uma maior propagação de Annales no continente, especialmente o trabalho de Marc Bloch, do qual várias reedições aparecerão, juntamente com as mudanças que ocorrem no questionamento das hierarquias acadêmicas.

Com alguns anos de atraso começou a penetrar a história das mentalidades típicas da terceira geração de Annales com as contribuições da história cultural anglo-saxônica. Ernesto Laclau em 1963 escreveu um artigo sobre a teoria da história que está entre as influências dos Annales e a aceitação do materialismo histórico; É particularmente significativo que ele alega a História das Mentalidades (referida como a História das Mentalidades) com a influência de Febvre, Mandrou e Le Goff, bem como resistir à idéia de colocar a pessoa como um mero sujeito passivo e resignado ao seu futuro[2].

As novas perspectivas se espalharam amplamente, e poderíamos afirmar que um inventário da produção histórica atual na América Latina permitiria observar a alta porcentagem de obras sobre temas do *tournant critique* (*tournant critique* foi o título do editorial Annales em março-abril de 1988)[3]. Agora, ao contrário das décadas anteriores, detectamos o desaparecimento gradual de um dogmatismo fechado sobre como fazer história e o surgimento de um ecletismo cujos frutos veremos daqui a alguns anos[4]. As mais recentes inovações

---

[1] El mexicano gran especialista en la obra de Braudel, AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *Braudel a debate*. JGH, México, 1997; específicamente en las pp. 69-110 analiza sus datos biográficos relacionados con América Latina.

[2] LACLAU, Ernesto. "Nota sobre la Historia de Mentalidades". *Desarrollo Económico*. Vol. 3, Nº 1-2, Buenos Aires, abril-septiembre de 1963, pp. 303-312. De igual forma en Brasil hallamos múltiples casos de esta forma de hacer historia, sirva de ejemplo DOS SANTOS, Joel Rufino e outros. *História nova do Brasil 1963-1993*. São Paulo: Loyola, 1993.

[3] "Histoire et Sciences Sociales. Un tournat critique?". *Annales. Economies, Sociétés*. Civilisations. Marzo-abril, 1988, pp. 291-293.

[4] COSTA LIMA, Luiz. O control do imaginário. Brasilense, Sao Paulo, 1984. Sugestiva proposta de estudo da história cultural adaptada à realidade brasileira, com influências das filosofias

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 237 11/06/2019 08:41:49

historiográficas foram introduzidas com o chamado debate Darnton, história cultural, história antropológica, microhistória [5].

Neste estado da arte geral encontramos investigações clássicas sobre o medo na história, a primeira mais relevante e a que mais irradiou na historiografia foi *La Grande Peur de 1789* escrito por Georges Lefebvre. O medo aparece como um elemento dentro do grupo social, com grande importância na mentalidade coletiva que é a única que nos permite conhecer bem o efeito. Ele concentra sua análise no grande pânico que foi experimentado no ano em que a Revolução Francesa começou e que foi um gatilho proeminente, mostra que as concentrações que determinam o estado das massas só pode ser entendido se penetrarmos na consciência do grupo: vontade punitiva ou reação defensiva[6].

Também digno de nota é um artigo publicado por Lucien Febvre na revista Annales, onde ele se refere à necessidade de segurança relacionada aos medos e à tentativa de teorizar sobre o papel na história dos medos[7]. Mas o trabalho de referência para o estudo do medo no antigo regime é o que Delumeau escreveu em 1978 sob o título *La peur en Occident*. Analisa do século XIV ao século XVIII, aprofundando sua tipologia e o impacto do pânico dos medos na sociedade, economia e política [8].

---

européias, particularmente vemos a presença foucaultiana nos primeiros momentos que inicia história e contexto político.

[5] HOURCADE, Eduardo; GODOY, Cristina; BOTALLA, Horacio (org.). *Luz y contraluz de una historia antropológica*. Buenos Aires: Biblos, 1995. Nesta controvérsia, participaram Roger Chartier, Philip Benedict, James Fernandez, Giovanni Levi, Dominik LaCapra, Pierre Bourdieu, Harold Mah ; Cristina Godoy y Horacio Luis Botalla fazem os dois primeiros capítulos sobre o trabalho de Robert Darnton e Eduardo Hourcade conclui com "Um balanço das controvérsias".

[6] Georges LEFEBVRE. *El gran pánico de 1789. La revolución francesa y los campesinos*. Barcelona: Paidós, 1986. Propone mirar los acontecimientos desde abajo.

[7] Lucien FEBVRE. "Por l'histoire d'un sentiment: le besoin de sécurité". *Annales. Economies, Societés, Civilizations*, Vol. 11, Nº 2, 1956, pp. 244-247.

[8] Jean DELUMEAU. El miedo en Occidente. Madrid, Taurus, 1989.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 238 11/06/2019 08:41:49

O medo humano, filho da nossa imaginação, não é um, mas múltiplo, não é fixo, mas está mudando. Delumeau nos oferece uma divisão dos tipos de medos: medos espontâneos e medos reflexos. Em nossa análise, estamos interessados em medos espontâneos, aqueles que afetaram a grande maioria da população, nascem das pessoas e de sua imaginação. Os medos espontâneos podem ser permanentes, por sua vez, aqueles que estão sempre presentes, ou cíclicos, porque não apenas os indivíduos estavam com medo, mas também as coletividades[9]. Este autor teve grande influência na historiografia latino-americana sobre o medo, como vemos em sua participação em um seminário em 2001 em Medellín *La construcción social del miedo: una lectura de las ciudades contemporáneas*. Fernando Rosas fez uma tentativa de estabelecer diferentes tipos de medos no Peru, seguindo os passos de Delumeau, estabelece a relação entre história e psicologia para abordar esse fenômeno relacionado a diferentes tipos de subversões[10].

Outros autores também investigaram o medo na história e deixaram influências notórias na América Latina como Georges Duby[11], Michel Vovelle[12], Philippe Ariès[13] o Robert Darnton[14], entre outros.

---

[9] DELUMEAU, Jean. *El miedo… Op. Cit.*, p. 41.

[10] ROSAS MOSCOSO, Fernando. "El miedo en la historia: lineamientos generales para su estudio", en Claudia ROSAS: *Opus Cit.* pp. 23-32.

[11] DUBY, Georges. *El año 1000*. Barcelona: Gedisa, 1998. DUBY, Georges. *Año 1000, año 2000. La huella de nuestros miedos*. Barcelona: Andrés Bello, 2005.

[12] VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Guillamard-Julliard, 1974. E também VOVELLE, Gaby e VOVELLE, Michel. *Vision de la mort et de l'au delà en Provence du XVe XIXe.* Paris: Armand Colin Cahiers des Annales, Nº 19, 1979.

[13] ARIÈS, ARIÈS. *El hombre ante la muerte*. Madrid: Taurus, 1983. Este autor e Delueamu têm sido criticados pelo tratamento sincrônico da história em Alberto TENENTTI: *Il senso della norte e l'amore della vita nel Rinascimento*. Turín: Giulio Einaudi Editores, 1989.

[14] DARNTON, Robert. *La gran matanza de gatos y otros episodios de la cultura francesa*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 239 11/06/2019 08:41:49

Com este estado da arte, vários trabalhos surgiram na América Latina, nos quais pesquisas foram realizadas sobre medos da história. Particularmente notável é o trabalho compilado por Claudia Rosas, que reúne 13 investigações que abordam o medo no Peru, a maioria delas analisa o século XVIII e as primeiras décadas do século XIX[15]. É a primeira vez que o medo na história do Peru é tratado de maneira homogênea e homogênea, elaborada sobre bases teóricas modernizadas, com conhecimento e influências da tradição analista francesa.

Os outros foram aqueles que não seguiram as regras sociais estabelecidas, não fazem parte da comunidade, são um grupo diferenciado do resto por várias razões, neste caso, étnicas, religiosas e linguísticas. O Estado exige unidade como base de sua força; É por isso que tenta assimilar os que são diferentes e ameaçam a ordem, mas nem sempre consegue os resultados desejados, seja pela falta de vontade integradora em qualquer das partes, seja porque sua assimilação implica uma alteração de todo o sistema social ou um problema de ordem. ordem pública e a única alternativa será a repressão[16]. A alteridade é não-humana, aqueles que não são bons.

Essa situação se refletiu na mentalidade coletiva na América Latina desde a Idade Moderna. Como esses ataques vieram de grupos culturalmente distantes, a ativação do medo era comum na construção do "outro" como inimigo.

O fechamento para o estranho é uma atitude elemental humana que encoraja a crença primitiva e irracional na superioridade do próprio lugar em relação a qualquer outro na terra, é o mito do "umbigo do mundo". No estado moderno, o sangue transmitido pelas linhagens era um elemento fundamental de identificação que permitia naturalizar as diferenças hierárquicas.

---

[15] ROSAS LAURO, Claudia (org). El miedo en el Perú. Siglos XVI al XX. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005.

[16] FRANCO RUBIO, Gloria A. *Cultura y mentalidad en la Edad Moderna*. Sevilla: Mergablum, 1998, pp. 72-73.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 240 11/06/2019 08:41:49

Esta filosofia de exclusão e assimilação de trabalhadores com o componente étnico, é o herdeiro da cultura ocidental. Nas culturas da Grecia e na Roma clásica, os trabalhadores eram escravos, eram formações sociais onde o modo dominante de produção era a escravidão e, naquelas culturas, somente aqueles que não eram cidadãos, isto é, os outros, os bárbaros, que produzem medo, podiam ser escravos. o que é um forte componente racial na divisão social do trabalho.

Na América colonial latino-americana, os brancos europeus baixaram a qualificação de mestiço para a mais baixa das classes, devido à política desenvolvida pelos "novos" em sua conquista particular do espaço social colonial. Eles propuseram o caráter genuinamente espanhol, que eles poderiam demonstrar, diante da "mancha" do sangue indígena. Uma sociedade foi formada na qual os fatores étnicos justificaram a divisão em classes e toda a hierarquia social. Em vez de uma simples divisão branca-indígena ou preto-branca, havia uma hierarquia muito complexa. A realidade dos hábitos sexuais ao longo de três séculos significava que peninsulares eram "brancos puros", mas os crioulos eran "mais ou menos brancos", de fato, muitos criulos tinham peles escuras e ásperas e lábios grossos.

Há um trabalho coletivo de grande interesse nesta análise do medo do outro, o estranho, editado por Gonzalbo Aizpuru, Staples e Torres Septién. Eles mostram que o medo é útil para a estabilidade social, manter privilégios, justificar a violência e explicar fraquezas individuais ou coletivas. O medo da alteridade foi usado para o benefício de alguns. Em 13 investigações sobre o México, Venezuela e Peru, vemos como, em certos momentos, o medo age através da manipulação de sentimentos em favor de interesses particulares e para o benefício de certas tendências políticas[17]. Está dividido em duas partes, a primeira é aquela que investiga os medos da alteridade que a chamam de "medo do outro ou da justificação da violência". Porque o medo justificou a violência contra os povos indígenas, como no caso de Querétaro

[17] GONZALBO AIZPURU, Pilar; STAPLES, Anne; TORRES SEPTIÉN, Valentina (org). *Una historia de los usos del miedo*. México: El Colegio de México, 2009.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 241 11/06/2019 08:41:49

em 1806[18], exatamente onde o movimento de independência começaria. Algo semelhante aconteceu em Yucatán a longo prazo, a pacificação foi um processo longo e conflituoso para ambas as partes[19] que ressurgiu no século XIX, após a independência com a chamada "guerra de castas"[20].

Desde os primórdios da Modernidade, entidades "protonacionais" serão configuradas em oposição a certos "outros", novos grupos que aparecem na Europa.

A presença do "outro" não europeu foi sempre decisiva na construção de identidades européias a partir do século XVI. Essa formação de identidades durante o Antigo Regime ocorreu em oposição a certos "outros", especialmente a partir do surgimento de diferentes realidades como a ocupação da América. A oposição parece estar centrada no conceito de racionalidade, a "alteridade" aumenta na dimensão espacial, naqueles que pertencem ao exterior, portanto os fatores étnicos terão grande importância na concepção do outro[21].

O sentimento do "outro" e o medo do "outro" em relação à existência de uma comunidade, é uma das raízes mais antigas nas origens históricas da cultura européia. Sua presença é os livros bíblicos é muito claro e, em seguida, vemos da Grécia e os círculos de raio diferente.

---

[18] JIMÉNEZ GÓMEZ, Juan Ricardo. "El temor a la insurrección de los indios en Querétaro a principios del siglo XIX", In GONZALBO, Pilar… *Opus Cit.* pp. 55-75.

[19] CASO BARRERA, Laura. "El miedo a los indios rebeldes e insumisos en Yucatán, siglos XVI y XVII". In GONZALBO, Pilar… *Opus Cit.* pp. 77-101. Alguns espanhóis inventaram situações para gerar terror entre seu próprio grupo para agir contra os indígenas Yucatecans.

[20] Nós trabalhamos neste aspecto em uma tese de doutorado sob nossa direção e a do professor Juan Marchena, a cargo de BOJORQUEZ PALMA, Ginón Xiail: *La opinión pública sobre la guerra de castas a través de la prensa local de 1847 a 1853*. Universidad Pablo de Olavide, 2017.

[21] Este tema lo hemos desarrollado en Juan Manuel SANTANA PÉREZ. "Los otros: indios y negros de la colonia a la independencia", en Laura Durante: *Un secolo di Cuba. Storia e attualità di un'isola difficile da afferrare*. Roma: Bordeaux Edizioni, 2017.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 242 11/06/2019 08:41:49

Fazer a identidade do outro, indígena e afrodescendente, neste caso, serve para construir a identidade de nós, ao contrário do que não somos, nem queremos ser, o outro produz medo.

As fontes que podem ser analisadas são variadas, um dos problemas é a dispersão e elas não são previamente coletadas em um corpus documental, mas é necessário rastreá-las e fazer hermenêutica de uma grande variedade de textos. Sem dúvida, as fontes inquisitoriais deixam uma grande quantidade de informação, dado que esta instituição conseguiu ser eficaz graças ao que Bennassar descreveu como pedagogia do medo, baseada em: o medo da ruína econômica, a dor da tortura no interrogatório e o medo da vergonha de ser estigmatizado [22]. Há muitos estudos sobre o tribunal do Santo Ofício na América hispânica, em que podemos perceber a importância dessa pedagogia do medo, vamos apontar a que Splendiani, Sánchez; e Luque de Salazar para Cartagena das Índias na primeira metade do século XVII[23].

Em geral, a atitude em relação aos indígenas era de desprezo e ódio. Para os europeus, era necessário acomodar, com a ideologia predominante, o fato de que o mundo era habitado por "outros" humanos. A Bíblia não tinha uma explicação para as populações americanas e, de acordo com Santo Agostinho no capítulo IX da Cidade de Deus, não poderia haver populações nos antípodas, porque significaria que esses seres humanos necessariamente viriam de outra criação diferente da de Adão[24], o que era impossível porque questionava a religião judaico-cristã. Portanto, os teólogos tiveram que encontrar outra explicação que colocasse os textos sagrados de acordo com essa nova realidade, que abre um amplo período de conjecturas sobre os índios.

---

[22] BENNASSAR, Bartolomé "La inquisición o la pedagogía del miedo". In BENNASSAR, Bartolomé et al.: *Inquisición española. Poder político y control social*. Barcelona: Crítica, 1981, pp. 94-125.

[23] SPLENDIANI, Ana María; SÁNCHEZ, Enrique; LUQUE DE SALAZAR, Enma. *Cincuenta años de Inquisición en el tribunal de Cartagena de Indias (1610-1660)*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1997.

[24] San AGUSTÍN: *La ciudad de Dios*. Madrid: Apostolado de la Prensa, 1941.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 243 11/06/2019 08:41:50

A partir do momento da conquista da América, a opinião foi dividida quanto à natureza dos índios, em particular sobre sua capacidade de viver seguindo os costumes dos europeus e receber a fé cristã.

Todo aquele descendente da relação que ocorreu entre os três principais grupos que estavam na América, isto é, espanhóis, índios e negros, era chamado de casta. O conceito foi tirado do mundo dos cavalos, os povos indígenas foram equacionados com os animais, assim como o mulato foi retirado de uma mula. As misturas deram origem a mulatos, mestiços, moriscos, coiotes, castizos e lobos que rapidamente se expandiram pela cidade e seus arredores. Em menor número encontramos cambujos chineses, alvinos e albarazados.

Essa separação de castas gerou um racismo institucional, que o chileno Alejandro Lipschutz chamou de "pigmentocracia", em que a palavra raça não é usada para destacar as diferenças biológicas entre os seres humanos, mas para diferenciar os homens da "qualidade" boa e satisfatória. daqueles que são "mancha e desonra da raça humana"[25].

As rebeliões nas quais os indígenas participaram aumentaram os medos das potências coloniais e das elites como um todo, temeram a violência que poderia gerar uma multidão desenfreada e hostil que permanecerá no imaginário coletivo durante o século XIX e o medo de que eles fossem além. o controle social do sistema permaneceu mesmo nas autoridades republicanas[26].

Os primeiros debates sobre a bondade ou o perigo dos nativos podem ser encontrados em Cristóvão Colombo. Colombo fundou a escola do "nobre selvagem" quando preencheu seu diário da primeira viagem

[25] Alejandro LIPSCHUTZ, Alejandro. *El problema racial en la conquista de América*. México: Siglo XXI, 1975.

[26] O'PHELAN GODOY, Scarlett "La construcción del miedo a la plebe en el siglo XVIII a través de las rebeliones sociales", p. 136, In Claudia ROSAS: Opus Cit. pp. 123-138. Define o conceito da plebe relacionada à miscigenação entre brancos, indígenas e afrodescendentes, com o papel de boatos, satirizinhos, ataques a símbolos e contra autoridades coloniais.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 244 11/06/2019 08:41:50

com referências a pessoas boas, gentis e bonitas que viviam nas terras ricas que ele achava ter ganho para os Reis Católicos, mas sua infeliz tentativa de governo em Hispaniola mudou impressão primitiva, na verdade, escreveu um relatório para Ferdinand o católico onde ele disse que "os índios que em Hispaniola tinham encontrado eram incapazes de toda a doutrina"[27].

A idéia de que os índios eram seres irracionais foi desenvolvida no início de Hispaniola, desde então, essas opiniões foram tomadas, principalmente pelos soldados, para o México e outros lugares. Entre aqueles que acreditavam que os índios eram seres racionais e aqueles que acreditavam que não eram, um terceiro grupo desenvolveu que os índios eram uma espécie intermediária entre homens e animais.

A coroa espanhola perpetuou a divisão em: a república dos índios e a república dos espanhóis. Para conseguir isso, ele tomou medidas destinadas a diferenciar o status. Nas áreas urbanas, os indígenas foram isolados em bairros especiais.

Para controlar e impor a nova ordem hispânica, foi necessário utilizar um instrumento de controle físico e conceitual, como a cidade. O papel hegemônico da instituição urbana em dominar um espaço circundante considerado "selvagem", "incivilizado". A cidade foi dividida desde o início do século XVI, o ambiente obrigou a segregação étnica, social e econômica, facilitando a apropriação do espaço e a exclusão de outros grupos dos centros de poder. Os limites da cidade eram o espaço incivilizado, o lugar dos outros, onde a desordem prevalecia e gerava medo[28]. O ambiente construído representava simbolicamente a ordem social formalizando fisicamente e espacialmente as diferenças entre aqueles que detinham poder e riqueza e

[27] COLÓN, Critóbal. *Los cuatro viajes del Almirante y su testamento*. Madrid: Espasa-Calpe, 2006.

[28] LORETO LÓPEZ, Rosalva."La ciudad, territorio del miedo. Puebla de los Ángeles, México. Siglos XVI-XVII", In GONZALBO, Pilar… *Opus Cit.*

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 245 11/06/2019 08:41:50

aqueles que não detinham [29]. O processo de exclusão-endogenismo social encontrou seu paralelismo em um uso exclusivo dos espaços mais próximos ao poder.

O índio foi declarado um homem livre, diretamente subordinado ao rei, mas ele foi proibido de usar roupas européias, armas de fogo e cavalos, não poderia ser proprietários privados ou incorrer em dívidas importantes. Em 1650 encontramos a Real Audiencia de Quito processando três mestiças por violar "os carros da Beatitude Real Audiencia para que os mestiços não levem vestidos de tecido de chama e outras sedas, nem ouro ou pérolas ...". Além disso, os índios não podiam entrar nas guildas das cidades e sua liberdade de movimento tinha limitações. O medo era a estruturação das relações sociais e o instigador do comportamento na Mesoamérica com o Nahua[30].

Encontramos reclamações repetidas dos espanhóis sobre a "preguiça" dos nativos, sua falta de espírito aquisitivo. Eles argumentaram sobre a capacidade dos índios de viver como seres politicamente livres, os espanhóis usaram todas as formas de coerção para forçar os indígenas a aceitar os valores e atitudes necessários para trabalhar e sobreviver na nova sociedade.

A diabolização do mundo americano foi uma das alternativas usadas pelos europeus para discriminar negativamente os nativos americanos. É evidente que ele não o fez por perversidade: em uma "república cristã", fortemente etnocêntrica, não havia lugar para a alteridade e o binômio indiano / espanhol logo se tornou bárbaro / civilizado. A aplicação desse esquema não veio da observação ou descrição de culturas indígenas, mas do discurso de intelectuais que precisaram elaborar uma teoria. Isso deveria servir para explicar e classificar os fenômenos que começavam a

[29] ALEDO TUR, Antonio: "El significado cultural de la palabra hispanoamericana. El ejemplo de la plaza mayor de Mérida", p. 39. *Tiempos de América*, Nº 5-6, 2000, pp. 37-47.

[30] Echeverría, Jaime. "El miedo al otro entre los nahuas prehispánicos", p. 51 In GONZALBO, Pilar… *Opus Cit.* pp. 37-54.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 246 11/06/2019 08:41:50

ser observados nas terras recém-descobertas e legitimar o que os espanhóis estavam fazendo na América.

Pesou na construção dessas categorias as primeiras imagens que foram transmitidas da América. Um dos companheiros de Colombo, Diego Álvarez Chanca, imaginou-os loucos e disse: "Para vê-los é uma questão de rir" e ele atribuiu comportamentos que descreveu como bestial ao que comem: "cobras, lagartos, aranhas e quantos vermes estão no chão"[31]. Essa mesma imagem transmitida Miguel de Cuneo: os índios, disse em 1494, "viver exatamente como bestas"[32].

A barbárie atribuída a eles acabou justificando a violência. Frei Pedro de Sosa, disse que a razão da guerra estava na barbárie dos índios, nos seus costumes de viver sem um rei, sem lei, razão ou justiça, dados às suas crueldades e ofensas à religião.

Eles são tão indisciplinados, disse ele, referindo-se aos Mapuches, como um discípulo de Satanás pode ser. Esses foram os índios, encarnação do diabo. Da barbarização do índio, ele foi para a sua diabolização, ou melhor, a diabolização desses explicou sua barbárie. As consciências poderiam ser silenciosas: cada ação contra elas não era nada mais que uma luta contra Satanás.

Nesse universo dual, a mistura era um pecado. Este mundo foi formalmente legalizado pela Espanha com a criação de duas repúblicas: a "república dos brancos" e a "república dos índios", uma concepção sobre a qual foram fundados povos e cidades de brancos entre os séculos XVI e XVII. por um lado, e os povos da doutrina e missão indígena.

O discurso cristão demonizou o outro. A diabolização do índio contém uma forte dose de negação. Por isso é possível afirmar que essa

---

[31] VILLACAÑAS BERLANGA, José Luis. "La primera expansión atlántica" In Colom González, Francisco (org). *Modernidad iberoamericana. Cultura, política y cambio social*. Pp. 61-88, Madrid: CSIC, 2009, p. 76.

[32] CASTILLA URBANO, Francisco. *El pensamiento de Francisco de Vitoria. Filosofía política e indio americano*. Barcelona: Anthropos, 1992, p. 202.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 247 11/06/2019 08:41:50

sociedade não se construiu reconhecendo validade a todos os grupos que se misturaram desde o século XVI. Pelo contrário, inicia-se um processo destinado a desconstruir o índio para fabricar a partir de sua ruína um novo sujeito que pouco ou nada tem a ver com ele. E isso afetou todos aqueles que partem da miscigenação. É verdade que os espanhóis não tinham escrúpulos em se unir à indígena, mas atribuíam ao fruto desse relacionamento um fardo pecaminoso, que acabava negando o mundo que eles estavam criando. A miscigenação era uma realidade exemplificada até mesmo na iconografia, como as pinturas de castas, onde combinações inusitadas eram dadas[33].

A diabolização do mundo americano nos permite entender por que o diabo está sempre em torno de suas vidas, enraizado em crenças populares e na paisagem. Às vezes, a cultura popular também se apropriou desse discurso para resistir à pressão da cultura dominante.

Temos algumas obras muito interessantes sobre o relacionamento de Satanás com o mundo indígena, porque os rostos do diabo eram indígenas e africanos, juntamente com outros grupos menos numerosos na América, como judeus, protestantes, bruxos e muçulmanos. Borja Gómez insiste corretamente na idéia da demonização de outros a partir do terreno dos imaginários e da ferramenta de controle das classes dominantes para direcionar o pensamento coletivo. Sua pesquisa usa uma enorme quantidade de fontes oficiais e inquisitoriais, além de novas crônicas de Granada para desvendar a mecânica da demonização na América. Tudo isso é baseado em um referencial teórico referencial retirado da bibliografia historiográfica francesa e também conhece bem o espanhol. Ele cita o medo da violência indígena, a antropofagia, também explicada por eles como uma forma de

[33] PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. "Las cosas de Dios y las "hechuras" de Satanás: Blancos, indios y mestizos en Chile". *Cuadernos del Sur*. Nº 25-32, 1995, pp. 77-86.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 248 11/06/2019 08:41:50

assustar os invasores[34]. Desde o século XVII narra esta ideia que afirmava que o diabo foi feito para adorar pelos indígenas [35].

Por outro lado, a alteridade na sociedade colonial americana também era composta de afrodescendentes.

Em 1501 a introdução de escravos mouros foi proibida e a dos escravos africanos que nasceram em um país católico foi autorizada. Em 1503, Ovando solicitou que o tráfego fosse proibido, porque os negros mostraram uma tendência a se revoltar e conspirar com os índios. Mas os interesses do Estado estimularam esse comércio, em 1505 o rei católico enviou escravos negros para trabalhar nas minas.

Seria pueril ligar a escravidão aos interesses raciais. O alvo europeu e cristão era escravizado na Europa, e na América os índios eram tão bem quanto os africanos. A teoria racial é uma roupa que tenta desapropriar a colonização do caráter universalmente brutal; o essencial era a condição e não a etnia das pessoas[36].

No século XVI, eles buscam a justificação bíblica da negritude nas passagens de Noé e na maldição de seu filho Cam, para que todos fossem seus descendentes, registrados em Gênesis 9: 21-25:

21E ele bebeu do vinho, e ele ficou bêbado, e foi descoberto no meio de sua tenda. 22E Cam, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai e disse a seus dois

---

[34] BORJA GÓMEZ, Jaime Humberto. *Rostros y rastros del demonio en la Nueva Granada: indios, negros, judíos, mujeres y otras huestes de Satanás*. Santa Fé de Bogotá: Ariel, 1998. Ele fala de um diabo particularmente neo-granadiano ou demônio crioulo. Este diabo também se transforma na figura de uma mulher em toda a América hispânica como o caso da mulher chorando e isso se relaciona com a perseguição da feitiçaria.

[35] RODRÍGUEZ FREYLE, Juan. *El Carnero. Conquista y descubrimiento del Nuevo Reino de Granada de las Indias Occidentales del mar Océano y fundación de la ciudad de Santa Fe de Bogotá, primera de este Reino donde se fundó la Real Audiencia y Cancillería*. Santa Fé de Bogotá: Librería Colombiana, 1859. Centrado em Nova Granada e conhecido coloquialmente como *El Carnero* escrito entre 1636 e 1638.

[36] LE RIVEREND, Julio. *Historia económica de Cuba*. La Habana: Pueblo y Educación, 1975, p. 82.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 249 11/06/2019 08:41:50

irmãos que estavam do lado de fora. 23Então Sem e Jafé tomaram as roupas, e as puseram sobre os próprios ombros; e voltando, cobriram a nudez de seu pai, com os rostos virados, e assim não viram a nudez de seu pai. 24E Noé despertou de sua embriaguez e soube o que seu filho mais novo havia feito com ele.25 e disse: Maldito seja Canaã; Servo dos servos será seus irmãos.

Cam teve quatro filhos: Cush (que significa preto), Mizraim, Put e Canaã, de quem descendem os etíopes, os egípcios, algumas tribos árabes e africanas e os cananeus. Assim, o preto estava associado à cor do pecado e ao estigma que marca os escravos.

No século XVIII, eles também relataram o aparecimento de negros com as misturas sexuais de humanos com macacos. John Atkins, cirurgião da Marinha Real Britânica escreveu em 1737:

> Em alguns lugares os pretos são suspeitos de cometer bestialidade com macacos, e pela ternura e afeição que expressam em relação às mulheres em certas circunstâncias; estupidez e ignorância, por outro lado, [os negros], para guiar ou controlar a luxúria; mas mais pela semelhança que às vezes é entre as duas espécies, tudo o que faz suspeitar disso.

Também Edward Long, em meados do século XVIII, em sua história da Jamaica, onde viveu, defendia que:

> Os pretos eram incapazes de fazer combinações de idéias simples que haviam recebido através dos sentidos ou de refletir sobre eles. Eles também não tinham o senso moral intrínseco que era um pré-requisito da virtude. Portanto, eles não poderiam desejar nada além de comer,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 250 11/06/2019 08:41:50

> beber, buscar satisfação sexual e viver ociosos, e perseguiriam esses objetivos sem restrições.[37.]

Nos séculos XVII e XVIII, muitas autoridades cristãs negaram a humanidade negra, apenas a assimilou à força bruta ou a um animal doméstico. A causa intrínseca de seus males foi atribuída às vítimas. O comportamento despótico observado nas sociedades de abate da costa africana era consubstancial aos povos do continente, uma face original diante da qual o tráfico de escravos perdia a gravidade porque a cor da pele era um símbolo do mal. O medo da periculosidade desses grupos foi estudado para os eventos de 30 de abril de 1693 em Cartagena das Índias[38]. Isso mostra a importância de boatos em pânico para conspirações e represálias violentas. O medo do afro-descendente tem sido tratado várias vezes por Consuelo Naranjo por causa do medo que causou a notícia da revolução de Saint Domingue[39], na tentativa de integrar todos os elementos que estão integrados na dinâmica da sociedade, ela cobre o fenômeno globalmente com suas interações.

A população afrodescendente cresceu em número e importância em alguns lugares, mas eles eram vistos como um importante inimigo potencial,

---

[37] LONG, Edward. *The History of Jamaica or general survey of the antient and modern state*. Vol. II, London, T. Londes, 1774.

[38] SÁNCHEZ LÓPEZ, Sandra Beatriz: "Miedo, rumor y rebelión: la conspiración esclava de 1693 en Cartagena de Indias". Historia Crítica, Nº 31, enero-junio 2006, pp. 77-99.

[39] NARANJO OROVIO, Consuelo. "La entronización del miedo: iconos de terror y exclusión en el Caribe tras la revolución de Saint Domingue", In Ette, Ottmar; Naranjo Orovio Consuelo; Moreno, Ignacio (org.). *Imaginarios del miedo. Estudios desde la historia*. Tranvía: Berlín, 2013, pp. 67-90. Do mesmo autor "Los rostros del miedo: el rumor de Haití en Cuba (siglo XIX)", In Ette, Ottmar; Müller, Gesine (org): *Kaléidoscopes coloniaus. Transferts culturels Dans les Caraïbes au XIXe siècle/ Caleidoscopios coloniales. Transferencias culturales en el Caribe del siglo XIX*, Frankfurt-Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2010, pp. 283-304. também de Naranjo Orovio, Consuelo: "Represión, miedo y raza en Puerto Rico y Cuba, 1789-1830", In Naranjo Orovio, Consuelo (org). *Esclavitud y diferencia de color en el Caribe hispano*. Madrid: Ediciones Doce Calles, 2017, pp. 111-129.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 251 11/06/2019 08:41:50

por isso as saídas das casas de seus donos eram regulamentadas, e eram proibidos de serem armados, se embebedarem e misturarem. com outras populações, especialmente com os índios. Devido ao aumento de negros no início s. XVII, eles foram considerados perigosos porque poderiam ajudar os holandeses.

As autoridades disseram que as pessoas de ascendência africana eram inferiores, tinham que fazer trabalho duro e prático porque a inteligência não permitia mais. Havia leis que estabelecem que um negro não pode se defender contra um alvo, nem olhá-lo diretamente nos olhos. Outras regras afirmaram que misturar branco com preto era um sinal de atraso[40].

Os negros, desde o século XVI, tornou-se o paradigma da sensualidade e absoluta luxúria brutal. Esse racismo é muito presente nos donos de escravos negros, a abordagem da inferioridade negra é constante na tentativa de marginalizar e justificar seu tratamento e condição; Dizem que "o vício da embriaguez é inerente à raça africana"[41].

Não havia fazenda açucareira onde houvesse um grupo étnico majoritário, a fim de evitar o encontro da mesma língua em número suficiente para dar origem a algum tipo de organização, eles foram impedidos de falar em sua língua, desunião, rivalidades foram fomentadas, as diferentes crenças e culturas.

Socialmente, o escravo negro é considerado com indiferença, às vezes com animosidade, e dificilmente desperta interesse em sua presença.[42]. Alguns são acusados de cunhar moedas falsas, roubar, fazer fraudes, matar,

---

[40] ALBERT BATISTA, Celsa. Los africanos y nuestra isla. Santo Domingo: INDAASEL, 2001, pp. 28-29. É um trabalho um pouco maniqueísta em favor de pessoas de ascendência africana com pouco espírito crítico, mas elaborado dentro da Universidade Católica de Santo Domingo..

[41] TORNERO, Pablo. "Exclusión social y negritud. Los factores económicos del racismo en Cuba". In GARCÍA FERNÁNDEZ, Ernesto (org). *Exclusión, racismo y xenofobia en Europa y América*. pp. 227-246, Bilbao: Universidad del País Vasco, 2002, p. 234.

[42] RODRÍGUEZ-BOBB, Arturo. Exclusión e integración del sujeto negro en Cartagena de Indias en perspectiva histórica. Madrid: Celesa, 2002, p. 115.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 252 11/06/2019 08:41:50

apropriar-se do ouro, da prata, da joalheria e da louça da casa onde trabalham ... Isso obedece ao constante comportamento humano de culpar o negativo e descarregar todo o culpa do lado fraco, que nem sequer tem capacidade de se defender. Nos documentos encontramos acusações formais contra eles.

Em 1789, um decreto real foi promulgado, sob o título "Disposições reais para a educação, tratamento e ocupação a serem dados aos escravos nas colônias da Espanha na América"[43], A expressão da mentalidade do despotismo ilustrou o espanhol contra a escravidão, "de acordo com os princípios e regras que ditam a religião, a humanidade e o bem do Estado, compatíveis com a escravidão pública e a tranquilidade". Foi interpretado pelos escravos como um cartão de liberdade, dentro do quadro revolucionário antiescravagista criado em todo o Caribe pela Revolução Haitiana.[44].

A ativação do medo na construção do "outro" como um inimigo sempre foi muito útil para o poder, porque a ameaça implica forte apoio à autoridade, no antigo regime, quando o Estado Moderno e o monarca estão sendo formados. Está tentando se impor aos senhores feudais, as imagens de inimigos como figuras arquetípicas sentadas no inconsciente da comunidade à qual são dirigidas têm uma força integradora e criam um consenso social em favor do poder absolutista. Hoje, com sistemas democráticos formais fortemente questionados, cuja canalização desses descontentamentos começou a aparecer com o movimento dos Indignados[45], com um modelo de representação em crise, a força legitimadora é dada em nome da segurança nacional e da paz. Assim, qualquer forma de resistência ao poder é apresentada como um ato de terrorismo. Vivemos com a ilusão de

[43] LUZÓN HERNÁNDEZ, Lourdes. *Movimientos de gente de color en Venezuela siglo XVIII*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2002, p. 39.

[44] ROJAS, Reinaldo. La rebelión del negro Miguel y otros estudios de africanía. Barquisimeto: Fundación Buría, 2004, p. 40. Importante contribuição para a questão dos afrodescendentes na Venezuela.

[45] O movimento leva o nome e leva o boom do livro HESSEL, Stéphane. *Indignaos. Un alegato contra la insurrección pacífica*. Barcelona: Destino, 2011.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 253 11/06/2019 08:41:51

que participamos de tudo, mas a realidade é que tudo é virtual, até as formas de protestar.

Atualmente, os neoconservadores, com seu ideólogo Huntington à frente, dizem que o inimigo é o islamismo militante e o 11 de setembro retornou o sentimento de identidade nacional americana. Isso tem a ver com a doutrina do choque, ou seja, que o Estado utiliza fenômenos naturais ou artificiais de grande impacto na população para desenvolver políticas que restrinjam a liberdade e a imposição econômica[46]. O inimigo aparece como um monstro com mil faces: explosão populacional, drogas, máfias, fanatismo étnico, crime organizado, fundamentalismo islâmico, efeito estufa, grandes migrações.

Agora o inimigo perde concretude, ganha mobilidade, é indefinido. Ou seja, quem é contra o desenvolvimento inexorável do capitalismo é um inimigo, é o outro. Deste modo, a África, a Ásia e a América Latina são territórios desprezados ou exóticos, são o outro, não avançam no capitalismo. O Islã não é o capitalismo, é a anarquia, a barbárie, a escuridão, o terceiro mundo, o feudalismo, a meia-idade. Diante disso, o Ocidente é paz, civilização, humanidade, democracia, progresso[47].

Há uma nova cultura global de medo ligada à xenofobia, como a criação de um novo apartheid global. Supergeneralizações etnocêntricas são feitas das imagens do outro. Pensamento predominante, monocultural e simplista que minimiza a pluralidade que acentua diferenças intergrupais.

Na América ibérica, no final do Antigo Regime, o medo de indígenas e afrodescendentes cresceu. Desde os primórdios da Modernidade, as entidades "protonacionais" se configuram em oposição aos novos grupos que aparecem na Europa: os imigrantes de hoje. Aqueles "Outros" que estarão presentes na América desde os primórdios da Idade Moderna até o presente, onde indígenas e afro-descendentes se destacam.

---

[46] KLEIN, Naomi. *La doctrina del shock. El auge del capitalismo del desastre*. Barcelona: Paidós, 2010.

[47] SANTANA PÉREZ, Juan Manuel. La historia contrataca. Barquisimeto: Fundación Buría, 2013.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 254 11/06/2019 08:41:51

Bibliografia

AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *Braudel a debate*. JGH, México, 1997; específicamente en las pp. 69-110 analiza sus datos biográficos relacionados con América Latina.

KLEIN, Naomi. *La doctrina del shock. El auge del capitalismo del desastre*. Barcelona: Paidós, 2010.

LACLAU, Ernesto. "Nota sobre la Historia de Mentalidades". *Desarrollo Económico*. Vol. 3, Nº 1-2, Buenos Aires, abril-septiembre de 1963, pp. 303-312. De igual forma en Brasil hallamos múltiples casos de esta forma de hacer historia, sirva de ejemplo. DOS SANTOS, Joel Rufino et al. *História nova do Brasil 1963-1993*. São Paulo: Loyola, 1993.

LUZÓN HERNÁNDEZ, Lourdes. *Movimientos de gente de color en Venezuela siglo XVIII*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2002, p. 39.

RODRÍGUEZ-BOBB, Arturo. *Exclusión e integración del sujeto negro en Cartagena de Indias en perspectiva histórica*. Madrid: Celesa, 2002, p. 115.

ROJAS, Reinaldo. *La rebelión del negro Miguel y otros estudios de africanía*. Barquisimeto: Fundación Buría, 2004, p. 40. Importante contribuição para a questão dos afrodescendentes na Venezuela.

SANTANA PÉREZ, Juan Manuel. *La historia contrataca*. Barquisimeto: Fundación Buría, 2013.

Recebido em: Julho / 2018
Aceito para publicar em: Outubro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 255 11/06/2019 08:41:51

A segunda expansão atlantica espanhola em América Latina (1990-2010). Resistência de movimentos sociais em Chile

Samuel Alejandro Espino Rodríguez
Universitat Jaume I.

Resumo

Em a presente comunicação pretendemos explicar as condições histórico, políticas e económicas que favoreceram a internacionalização das empresas espanholas em o continente latino-americano a partir de a década de 1990- em o contexto das privatizações de empresas estatais e do consenso de Washinton- e as consequências tanto económicos como sociais da sua aplicaçao, focando em o caso de Chile. Examinaremos a actividade económica das multinacionais espanholas nesse pais, e os alterações gerados nos modos de vida de populações indígenas como os Mapuche. Os movimentos de resistência Mapuche contra Endesa e dos seus projectos em da Patagônia chilena, constituirão o eixo central do nosso análise.

Palavras-chaves: internacionalização, elite empresarial e expansão.

Abstract

In this paper we intend to explain the historical, political and economic conditions that favored the internationalization of Spanish companies in the Latin American continent from the 1990s - in the context of the privatization of state enterprises and the Washington consensus - and the consequences of its application, focusing on the case of Chile. We will examine the economic activity of the Spanish multinationals in this country, and the changes generated in the ways of life of indigenous populations such as the Mapuche. The Mapuche resistance movements against Endesa and its projects in the Chilean Patagonia, will constitute the central axis of our analysis.

Keywords: internationalization, business elite and expansion.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 257 11/06/2019 08:41:51

Resumen

En la presente Comunicación pretendemos explicar las condiciones históricas, políticas y económicas que favorecieron la internacionalización de las empresas españolas en el continente latinoamericano a partir de la década de 1990- en el contexto de las privatizaciones de empresas estatales y del consenso de Washinton- consecuencias tanto económicas como sociales de su aplicación, enfocándose en el caso de Chile. Examinaremos la actividad económica de las multinacionales españolas en ese país, y los cambios generados en los modos de vida de poblaciones indígenas como los Mapuche. Los movimientos de resistencia Mapuche contra Endesa y sus proyectos en la Patagonia chilena, constituirán el eje central de nuestro análisis.

Palabras claves: internacionalización, elite empresarial y expansión.

Introducción

La historiografía sobre la expansión del capital español en América Latina ha denominado a este proceso de diversas maneras, refiriéndose a este como: "conquista"[1,] "segundo desembarco[2]", "reconquista"[3] o "internacionalización"[4]. Con el fín de comprender este proceso, proponemos a nivel metodológico el concepto de "segunda expansión atlántica", concepto que iremos empleando a lo largo de la comunicación.

Mientras que el término "primera expansión atlántica" haría referencia al proceso de expansión de los nacientes Estados modernos ibéricos entre los siglos XV y XVI; el concepto "segunda expansión atlántica", haría referencia al proceso de expansión que se inicia durante los años 90 del siglo XX, a

[1] GREENPEACE, p. 91, 2009 y CECCHINI y ZICOLILLO, 2002.

[2] RAMIRO, p. 15, 2011.

[3] Ver en MALLÓ, p. 219, 2011 y De Val 2001.

[4] CASILDA, pp. 102-103, 2002.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 258 11/06/2019 08:41:51

partir del cual la élite empresarial española comienza la compra y toma de control de las antiguas empresas estatales de América Latina.

El contexto histórico de la expansión

La expansión del capital español se encuentra desde la perspectiva internacional en el marco de la crisis de la deuda en América Latina en la década de los 90, que tuvo como consecuencia la aplicación del programa neoliberal, a partir del llamado "consenso de Washington", concepto acuñado por John Williamson[5]. El endeudamiento de los países latinoamericanos con los organismos internacionales se produce a partir de 1970, para la década siguiente estalla la crisis de la deuda y las medidas del consenso de Washington se plantean como una opción, sobre todo teniendo en cuenta que la aceptación de estas medidas implicaba el acceso a unos recursos económicos que los países latinoamericanos necesitaban para sanear sus endeudadas economías[6].

La aplicación del programa neoliberal favoreció el desarrollo de políticas gubernamentales encaminadas a la liberalización de la economía, como modelo de modernización de los distintos países. Algunos de los "dogmas de fe" de esta época de la ortodoxia neoliberal parten de la idea de que el Estado no es eficaz en la gestión de los recursos como así lo hace la empresa privada, de ahí que el Estado se constituya en un mero facilitador de los negocios y en garante de la paz social. Asimismo, la economía debe internacionalizarse, como parte de las ventajas que aporta la globalización, permitiendo la entrada del capital extranjero[7].

---

[5] WILLIAMSON, pp. 251-264, 2008.

[6] RANGEL Y REYES, p. 61, 2012.

[7] RANGEL Y REYES, p. 49, 2012.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 259 11/06/2019 08:41:51

La crisis de la deuda en América Latina coincidió con la apertura de la economía en España, en el contexto de los procesos de integración europea, hecho que se consuma con la firma del tratado de adhesión a la Comunidad Económica Europea (CEE) en 1985. Los tratados de integración europea tuvieron como consencuencia la privatización de empresas estatales del periodo franquista, con el beneplácito del partido del gobierno, el partido socialista. A pesar de que estas privatizaciones se realizaron entre 1983-1996, con una media anual de 7,4 empresas privatizadas por año, lo cierto es que este proceso se produjo de forma ininterrupida entre los gobiernos del Partido socialista y del Partido Popular[8].

El contexto español unido a las condiciones establecidas en el "consenso de Washington" permitieron a las empresas españolas "hincar el diente a empresas latinoamericanas con una posición monopólica en la región"[9]. No obstante, tal y como explica Jose Luis Machinea y Álvaro Calderón, esta segunda expansión empresarial se produjo en un momento de coyuntura favorable de la bolsa, que reportó al empresariado unos recursos financieros que emplearon en el salto al continente[10].

Así, la internacionalización empresarial española, como ya indicaría al respecto el profesor Casilda, supone el mecanismo a partir del cual la élite empresarial española buscaría para competir con sus homólogos europeos.

Revisión historiográfica

La historiografía existente sobre el tema ha trabajado el proceso de internacionalización del empresariado español en América Latina desde la

8 JUSTE, pp. 26-27, 2017.

9 JUSTE, 2017, p. 146, 2017.

10 CASILDA, p. 65, 2008.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 260 11/06/2019 08:41:51

ciencia política, la economía, la sociología, la antropología y el periodismo, adoleciendo por tanto de un análisis desde el punto de vista histórico.

En líneas generales se ha examinado el proceso de internacionalización subrayando los lazos culturales y lingüísticos, elementos que según algunos autores reforzaron las inversiones en la región. Dentro de estos autores, destacamos las aportaciones de Ramón Casilda[11] o Javier Santiso[12]. Además, según reconoce el propio autor, el vínculo cultural y lingüístico, no solo ha sido fundamental para el proceso de internacionalización, sino también para un mayor control de la propiedad a través de las empresas filiales.

En torno a la periodización del proceso de internacionalización del capital español en América Latina, los estudios de Ángeles Sánchez[13] centran el proceso en dos fases:

El año 1994, cuando América Latina se convierte en el principal destino del capital español con un 44,5%; y el año y el año 1997, cuando España pasa de país receptor a país emisor de capitales. En cambio otros autores como Javier Santiso[14], marcan el inicio de esta dinámica para el año 1990, en en una primera fase que denomina la "latinoamericanización"; y una segunda fase que se produciría a partir del año 2000, caracterizada por una mayor internacionalización hacia Europa, Estados Unidos y en menor medida, Asia.

La internacionalización de las empresas españolas en América Latina se produjo con un fín defensivo[15], evitar que las empresas españolas fuesen absorbidas por el capital europeo, a raíz de la entrada de España en la CEE.

[11] CASILDA, p. 25, 2005.

[12] SANTISO, 93, 2007.

[13] SÁNCHEZ, p. 54, 2002.

[14] SANTISO, p. 157, 2007.

[15] CASILDA, p. 32, 2002.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 261 11/06/2019 08:41:51

Además, esta expansión proveería a las empresas españolas de una experiencia y unos recursos necesarios para ampliar su expansión internacional[16].

Las inversiones del capital español en el continente se centraron en sectores como la energía, el sector financiero y las telecomunicaciones, alcanzando a países como Argentina, Chile, Brasil y México[17].

El desembarco de empresas en América Latina comienza Telefónica e Iberia, Endesa, Iberdrola y Repsol, y a partir de 1995 Santander y BBVA[18].

Posteriormente, se sumarán otras compañías como Unión Fenosa, Gas natural y Aguas de Barcelona[19].

Una parte de la historiografía sobre este tema se ha centrado en el análisis del impacto de las empresas multinacionales españolas en la región[20], y otros estudios más concretos que focalizan en las actividades deempresas como Repsol o Unión Fenosa[21].

El *take off* de la élite empresarial española en Chile

La segunda expansión atlántica de la élite empresarial española en Chile es posible debido a las políticas de ajuste y a las privatizaciones de empresas estatales que se producen durante el marco de la dictadura de Pinochet (1974-1990). A este respecto, Chile se constituiría durante las siguientes décadas en el laboratorio económico de las tesis de Milton Friedman[22].

[16] CASILDA, pp. 56-59, 2008.

[17] SÁNCHEZ, p. 10, 2001.

[18] CASILDA, p. 297, 2007.

[19] CASILDA, pp. 299-300, 2007.

[20] UHARTE, p. 12, 2014.

[21] PULIDO, GONZÁLEZ Y RAMIRO, pp. 28-29.

[22] GÁRATE, p.459, 2012.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 262 11/06/2019 08:41:51

El conjunto de militares que orquestaron el Golpe de Estado contra el gobierno de la Unidad Popular en Chile en 1973 no contaba con un proyecto económico propio. Solo le motivaba "restablecer la unidad nacional y darle fuerza suficiente al Estado chileno para resistir cualquier agresión externa o interna"[23] A este respecto, los militares que llevaron a cabo el Golpe en términos económicos eran más cercanos a las tesis estatistas-desarrollistas, que de las tesis neoliberales que habrían de impantarse en el país chileno[24].

De hecho, la necesidad de cambiar el rumbo económico del país debido a la maltrecha situación de la economía nacional llevó a la irrupción de civiles y economistas cercanos a las tesis de los *Chicago Boys*, que no tenían problemas en asumir las medidas represivas y autoritarias del régimen con tal de restaurar la economía chilena[25]. Se produce por tanto, una ruptura progresiva con los sectores militares que proponían un mayor protagonismo del Estado en la economía, que se consuma en el periodo de 1975-1982, momento en el que se implementan las medidas de corte neoliberal.

Al periodo histórico mencionado se le conoce como la política del *shock*, ya que estaba destinada a terminar con el modelo económico inmediatamente anterior a la dictadura militar[26]. De entre las medidas que se implementaron destacan:

- La reducción drástica del gasto público.
- La fijación de un tipo de cambio nominal.
- La liberalización del sector financiero y el control de las relaciones laborales.
- La desestitización empresarial.

[23] GÁRATE, p. 183, 2012.

[24] VALDIVIA, pp. 28-35, 2003.

[25] GÁRATE, p. 187, 2012.

[26] GÁRATE, pp. 190-191, 2012.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 263 11/06/2019 08:41:51

Sin embargo, al calor de los hechos y tal como explica el profesor Manuel Gárate: "Un paquete de reformas tan radicales no podía llevarse a cabo sin un marco represivo acorde a la profundidad y rapidez de los cambios impuestos desde el poder"[27]. Un marco gradualista y autoritario a partir del cual se iría transformando radicalmente la estructura económica del país.

La "revolución desde arriba"[28] practicada por la dictadura en la estructura económica del país, favoreció la articulación y recomposición de nuevas élites económicas. Estas nuevas élites entraron como consecuencia de los cambios producidos en la propiedad empresarial, sobre todo del proceso de privatizaciones que se produjo en el país. Según Cecilia Montero[29], este proceso de privatizaciones favoreció a sectores de la burocracia de la dictadura que se hizo con el control de las empresas una vez privatizadas, así como a otros sectores emergentes realizados por familias durante la década de los años ochenta.

En términos generales se produjeron sendos procesos de privatizaciones que abarcaron los periodos de 1974-1978 y 1985-1988, algunas de las cuales se completaron en 1990[30]. A partir de esta última fase de las privatizaciones, la correspondiente a la década de 1990, se produce la entrada de grupos españoles en el reparto de la propiedad empresarial chilena. En este contexto, se producen durante esta década una serie de adquisiciones empresariales que tienen como objetivo el posicionamiento económico de la élite empresarial española en América Latina. Destacamos algunas de estas compras: Telefónica adquiere CTC-Chile en 1990; el Banco Santander adquiere el Banco Osorno y la Unión en 1996; el BBVA adquiere el Banco BHIF en 1998; y Endesa adquiere Enersis en 1999.

---

[27] GÁRATE, p. 191, 2012.

[28] UNDURRAGA, p. 10, 2014.

[29] MONTERO, p. 160-161, 1996.

[30] GÓNGORA, p. 134, 1981.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 264 11/06/2019 08:41:51

Para hacerse con el control del mercado las empresas españolas tomaron la estrategia de adquirir empresas clave en los sectores de las Telecomunicaciones y los servicios[31].

Los movimientos de resistencia Mapuche, el caso de Endesa

El proceso de privatizaciones de empresas públicas en América Latina vendió a las poblaciones locales como la "solución" que las economías latinoamericanas necesitaban para sanear el déficit, argumentando que el origen de dicho déficit estaba en las "ineficaces empresas estatales". Sin embargo, desde su asentamiento en el territorio se ha acusado a las empresas multinacionales españolas de eludir el pago de impuestos, de endurecer las políticas laborales, de extraer los recursos sin compensación a las comunidades locales, así como de generar un gran impacto medioambiental. A pesar de esto, las empresas multinacionales españolas tienen el apoyo incondicional del gobierno de España, que protege sus intereses como si fueran los del interés nacional[32].

La aplicación de las políticas neoliberales produjo una serie de resistencias y prostestas que se generalizaron en todo el continente, y que se nutrieron tanto de movimientos urbanos como campesinos (indígenas). El desarrollo de estos movimientos sociales eran una consencuencia directa del avance del neoliberalismo y de la globalización[33]. En el contexto de estos movimientos, hablaremos de las comunidades Mapuche.

Los Mapuche son un pueblo indígena que se reparte actualmente entre Chile y Argentina, que constituye un porcentaje poblacional representativo dentro de la sociedad chilena globalizada. Según los datos a los

[31] ZAPATA, p. 52, 2007.

[32] GREENPEACE, p. 44, 2009.

[33] SEONE, pp. 85-86, 2006.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 265 11/06/2019 08:41:52

que tenemos acceso, para el año 2000 según la Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional, Casen, la población Mapuche estaba contabilizada en torno a los 666.319 habitantes[34], para el mismo año algunas organizaciones indígenas contabilizan hasta algo más de un millón de habitantes. Sea como fuere, lo cierto es que las comunidades indígenas Mapuche constituyen parte de la riqueza cultural chilena.

Estas comunidades han estado sometidas históricamente a la presión que los distintos gobiernos políticos. La conflictividad social que estalla a partir de los años 90, es heredera de los cambios en la política económica que se inicia a raíz del golpe militar de 1973.

Nos referimos concretamente a la contrarreforma agraria que el régimen de Pinochet acomete contra los Mapuche devolviendo las tierras que el gobierno de la Unidad popular de Allende había expropiado a los latifundistas chilenos[35]. Estas actuaciones políticas fueron entendidas por parte de las comunidades indígenas Mapuche como un ataque a su tradiciones y derechos, generando así movimientos por la autonomía territorial y política del pueblo Mapuche[36].

Las cambios profundos en la economía y el arrebatamiento de sus tierras provocaron la caída de los precios de los productos agrícolas y manufacturados que estas comunidades realizaban. La consecuencia de este proceso es el empobrecimiento de las comunidades Mapuche, acelerando así el proceso de migraciones a centros urbanos[37].

[34] FIDH, p. 5, 2003.

[35] FIDH, p. 10, 2003.

[36] FIDH, p.11, 2003.

[37] FIDH, p. 11, 2003.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 266 11/06/2019 08:41:52

La represa hidráulica de Ralco

"Soy persona de principios, aquí en la tierra esta la querencia, resistiré para siempre en mi tierra"[38]. Con estas palabras se expresa Nicolasa Quintreman, una de las últimas mapuche en resistir en Ralco, el lugar donde Endesa habría de construir su centra hidroeléctrica. La construcción de este Megaproyecto afectaba directamente a las comunidades Mapuche-pehuenches de Ralco Lepoy y Quepulca Ralco, ya que se inundaban tierras que formaban parte de las formas de vida de las poblaciones de esta zona[39].

En 1989 el Estado chileno, aún bajo el control de Pinochet asume el compromiso con la empresa eléctrica española Endesa para la construcción dos centrales, la de Pangüe y la de Ralco[40]. La primera inaugurada en 1997; y la de Ralco un proyecto que acabaría en el año 2004.

El caso Ralco está marcado por una serie de irregularidades, entre las que cabe la aprobación ambiental del proyecto por parte de Gobierno en 1997 de forma ilegal, a pesar de la resistencia de la CONADI y de las organizaciones mapuche. La compra de la empresa por el grupo español, llevó a la construcción del proyecto[41].

El fracaso de la vía judicial ha llevado a las comunidades Mapuches a la organización en movimientos sociales, tales como el Consejo de Todos las Tierras que nace en 1990 para dar continuidad a la movilización social de la comunidad para la recuperación de las tierras y de sus derechos. La respuesta de estos colectivos ha sido la toma pacífica de tierras o la obstaculización de los caminos por los cuales discurrían los camiones[42].

[38] FIDH, p. 36, 2003.

[39] FIDH, p. 23, 2003.

[40] FIDH, p. 24, 2003.

[41] TOLEDO, p. 257, 2007.

[42] TOLEDO, p. 225, 2007.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 267 11/06/2019 08:41:52

La respuesta del Estado ha combinado la judicialización de los colectivos, llevando a la detención de comuneros Mapuche, acusados en distintas ocasiones de delitos de "usurpación" y "asociación ilícita", la represión policial, además de usar la criminalización pública a través de los medios de comunicación, acusando a los comuneros de "terroristas"[43].

Conclusiones

La finalización de las obras de la represa de Ralco en el año 2004 pone en evidencia el fracaso de los movimientos indígenas Mapuche por la recuperación de sus derechos sociales y políticos, pero también constata la relación de "servicio" existente entre el Estado chileno y las multinacionales españolas que merece un análisis más profundo.

Bibliografía

CASILDA, Ramón. *La Década dorada. Economía e inversiones españolas en América Latina (1990-2000)*: Madrid: Universidad de Alcalá, Servicio de publicaciones, 2002.

CASILDA, Ramón. *"Internacionalización de la banca española en América Latina"*. Ekonomiaz, País Vasco: núm. 33, pp. 294-317.

CASILDA, Ramón. *La Gran Apuesta. Globalización y Multinacionales españolas en América Latina. Análisis de los protagonistas*. Barcelona: Gracia ediciones S.A: 2008.

CECCHINI, D. y ZICOLILLO, Jorge. *Los nuevos conquistadores. El papel del gobierno y las empresas españolas en el expolio de Argentina*. Madrid: Foca: 2002.

DE VAL BRESCIA, Maura. *La privatización en América Latina. ¿Reconquista financiera y económica de España?*: Madrid, Editorial Popular: 2001.

[43] TOLEDO, pp. 225-226, 2007.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 268 11/06/2019 08:41:52

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE LOS DERECHOS HUMANOS. *"Chile. Pueblo Mapuche, entre el olvido y la exclusión"*, núm. 358, 2003. Recuperado de: https://www.fidh.org/IMG/pdf/cl1103e.pdf [Última consulta el 15-07-18].

GÁRATE CHATEAU, Manuel. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago de Chile, Ediciones Universidad Alberto Hurtado: 2012.

GÓNGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX-XX*: Chile: La Ciudad, 1981.

GREENPEACE. *"Multinacionales españolas en América Latina. Impactos económicos, sociales y medioambientales. Los nuevos conquistadores"*, 2009. Recuperado de: http://archivo-es.greenpeace.org/espana/Global/espana/report/other/090930-03.pdf [última consulta el 15-07-18].

JUSTE, Rubén. Ibex-35. *Una historia herética del poder en España*. Madrid, Capitán Swing Libros: 2017.

MONTERO, Cecilia. *"Los empresarios en el desarrollo chileno"*. Ensaios FEE, Porto Alegre: vol.17, núm. 2, pp. 152-181, 1996.

MALLÓ, Oriol. *El cartel español. Historia crítica de la reconquista económica de México (1898-2008)*. Madrid: Foca, 2010.

ORTIZ DE ZÁRATE VALDIVIA, Verónica. *El golpe después del golpe*. Leigh vs. Pinochet. Chile: LOM ediciones, 2003.

RAMIRO, Pedro. *"El segundo desembarco: los impactos de las multinacionales españolas en América Latina". Convivir para perdurar. Conflictos ecosociales y sabidurías ecológicas.* Barcelona: Icaria-Antrazyt, pp. 71-86, 2011.

RAMIRO, Pedro.; GONZÁLEZ, Erika y PULIDO, Alejandro. *La energía que apaga Colombia. Los impactos de las inversiones de Repsol y Unión Fenosa*. Barcelona: Icaria, 2007.

MARTÍNEZ, Rangel y SOTO, Ernesto. *"El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina". Política y Cultura*, México: núm. 37, pp. 35-64, 2012.

SÁNCHEZ, Ángeles. *La internacionalización de la economía española hacia América Latina. Los elementos determinantes en el inicio y la consolidación del proceso*. Burgos: Servicio de publicaciones de la Universidad de Burgos, 2002.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 269 11/06/2019 08:41:52

SANTISO, Javier. *"La transformación empresarial de España"*. Política Exterior, España: vol. 21, núm. 115, pp. 157-176, 2017.

SEOANE, Julio. *"Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: Resistencias al neoliberalismo, configuración de alternativas". Sociedade e Estado, Brasil*: vol.21, núm. 1., pp. 85-107, 2006.

TOLEDO, Víctor. *"Prima ratio. Movilización Mapuche y política penal. Los marcos de la política indígena en Chile (1990-2007)"*. OSAL, Argentina: núm. 22, pp. 253-293, 2007.

UHARTE, Luis Miguel. "Las Multinacionales: agentes estratégicos del capital una guía para evaluar sus impactos". *Revista castellano-manchega de Ciencias Sociales,* España: núm. 18, pp. 97-111, 2014.

UHARTE, Luis Miguel. "Las Multinacionales españolas en América Latina: Impactos múltiples". *Revista Internacional de Pensamiento Político, España: (vol. 9)*, pp. 441-460, 2014.

UNDURRAGA, Tomás. *"Rearticulación de grupos económicos y renovación ideológica del empresariado en Chile 1975–2012: la paradoja de la concentración"*: pp. 1-33, 2014. Recuperado de: file:///C:/Users/Samuel/Downloads/Undurraga2014Rearticulaciondegruposeconomicosylaparadojadelaconcentracion.pdf [última consulta el 15-07-18].

ZAPATA, Yudira. *"La inversión extranjera directa en la Unión Europea hacia América Latina: El método de entrada de las principales multinacionales eléctricas". Estudios Gerenciales*, Colombia: vol. 23, núm. 105, pp. 39-55, 2007.

Recebido em: Agosto / 2018
Aceito para publicar em: Setembro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 270 11/06/2019 08:41:52

O Golpe da Vacina: O limite do poder público nas campanhas sanitárias e a participação popular na defesa de seus direitos

João Pedro Santos da Silva
Faculdade Gama e Souza

Resumo

Este artigo propõe a análise da Revolta da Vacina, buscando relatos que destaquem a importância da participação popular durante os dias de novembro de 1904. As diversas violações dos direitos individuais que ocorreram neste processo, o resultado nos programas de imunização vigentes e questionar se existiria um limite para a atuação do governo, em campanhas sanitárias. Conclui-se que ainda existe demanda para estudos sobre tal participação e lacunas no processo de comunicação entre governo e população.

Palavras-chaves: Revolta da Vacina. Saúde Pública. Imunização. Direitos Individuais.

Abstract

This article proposes the analysis of the Vaccine Revolt seeking reports that highlight the importance of popular participation during the days of November 1904. The various violations of individual rights that occurred in this process, the result in the current immunization programs and questions whether there would be a limit to the government's actions in health campaigns. It concludes that there is still a demand for studies on such participation and gaps in the process of communication between government and population.

Keywords: Vaccine Revolt. Public Health. Immunization. Individual Rights.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 271 11/06/2019 08:41:52

Resumen

Este artículo propone el análisis de la Revuelta de la Vacuna, buscando relatos que destaquen la importancia de la participación popular durante los días de noviembre de 1904. Las diversas violaciones de los derechos individuales que ocurrieron en este proceso, el resultado en los programas de inmunización vigentes y cuestionar si existiría un el límite para la actuación del gobierno, en campañas sanitarias. Se concluye que todavía existe demanda para estudios sobre tal participación y lagunas en el proceso de comunicación entre gobierno y población.

Palabras claves: Revolta de la vacuna. Salud pública. La inmunización. Derechos individuales.

Introdução

O Brasil, no ano de 1904, iniciava sua história no que, atualmente, é chamado de Primeira República ou República Velha; a cidade do Rio de Janeiro assumia o papel de Capital e ocupava posição econômica de valor por possuir um dos portos mais movimentados da América Latina, apesar de sofrer com questões sanitárias e estruturais (SANTOS, 1985). A Capital estava acometida de diversas epidemias, entre elas a varíola e a febre amarela, o que fazia com que navios evitassem atracar em seu porto, que já não era mais adequado às embarcações utilizadas, além da cidade não oferecer estrutura para a logística do material desembarcado (SEVCENKO, 2010).

Crescêncio (2008) relata que o então presidente, Rodrigues Alves, assumia o papel de reestruturador da capital, incumbido da elaboração de um projeto sanitário com vista à imunização contra as epidemias que atingiam a população, motivado por questões econômicas associadas a uma herança política, do Estado de São Paulo. A demanda sanitária beneficiaria, também, a população, que até o momento não havia recebido qualquer assistência de saúde pública, nesse sentido. O autor destaca a convocação de

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 272 11/06/2019 08:41:52

Oswaldo Cruz, médico sanitarista, para assumir o papel de erradicador das epidemias.

A vacinação obrigatória e as mediadas arbitrárias que foram adotadas geraram descontentamento da população, o que abriu espaço para críticas da mídia e grupos políticos com ideais opostos aos do presidente, acarretando a eclosão da revolta da vacina (CRESCÊNCIO, 2008). As vítimas incontáveis e os fatos, que até hoje não foram apurados, ainda tornam tal assunto relevante. A ênfase das pesquisas sobre o tema, até o presente momento, tem se fixado no caráter político que envolveu processo da Revolta da Vacina, sem dar destaque à importância da população para o ocorrido.

Sendo assim, este trabalho pretende apresentar a revolta popular de 1904, abordando a demanda da população e a violação de direitos ocorridas durante o processo de imunização do governo Rodrigues Alves. O objetivo é destacar a importância da população em tal conjuntura, bem como as conquistas da população no modelo de imunização atual.

A metodologia utilizada foi de caráter exploratório, analisando documentos e bibliografias sobre o tema. Inicialmente foram levantados artigos que apresentassem o momento através de relatos da mídia e documentos oficiais. Houve, também, o levantamento das posturas políticas em evidência nesse processo, buscas relacionadas à participação da população e, por fim, com artigos sobre o papel que a revolta assume, hoje, e o processo de imunização em vigência.

Contexto político e social

Durante o período da primeira república, Polignano (2010) destaca o controle dos grandes proprietários de terra sobre as políticas praticadas, conhecido também como "coronelismo", a defesa de uma prática capitalista. O autor se refere a uma política pública que não buscava o desenvolvimento de políticas sanitárias, tornando as cidades vulneráveis à crises epidemiológicas.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 273 11/06/2019 08:41:52

O sentimento nacionalista e a busca pelo desenvolvimento do Brasil foram destacados por Santos (1985); tal evento direcionou o país para um modelo europeu, acompanhado, também, pela chegada numerosa de imigrantes. Ainda com o processo de interiorização, as principais cidades, ainda sem qualquer estrutura sanitária, enfrentavam problemas epidêmicos que impediam o desenvolvimento de tais políticas. Crescêncio (2008) celebra, no ano de 1902, o início da regência de Rodrigues Alves, que teve como principal atividade de governo as políticas sanitárias para erradicação das epidemias que atingiam as cidades brasileiras, em especial a cidade do Rio de Janeiro.

> O governo de Rodrigues Alves é marcado por grandes obras públicas e de saneamento, em que as preocupações com os serviços da higiene emergem como essenciais, também sob influência do continente europeu, que vivera nas décadas anteriores períodos de grandes epidemias. Nesse contexto, ressalta-se a figura de Oswaldo Cruz, renomado médico sanitarista, que pôs em prática a vacinação sem maiores esclarecimentos à população, o que teria provocado a indignação do povo, que saiu às ruas em protesto, na medida em que tal decisão ia de encontro aos direitos do homem, exaustivamente destacados pela imprensa (CRESCÊNCIO, 2008, p. 59).

O Jornal *Echo do Sul* desenvolveu uma ação que cabe tomar nota neste processo: publicações destacando os direitos do homem quanto à isonomia, liberdade e propriedade eram defendidas, e como ressaltado por Crescêncio (2008), foi amplamente difundido após a Revolução Francesa. O autor também destaca o ativismo do Echo do Sul ao emitir telegramas para evitar que navios europeus atracassem na cidade do Rio de Janeiro.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 274 11/06/2019 08:41:52

> O *Echo do Sul* traz um longo histórico sobre a discussão do projeto de vacinação obrigatória na Câmara Federal, em que revela discursos a favor e contra a obrigatoriedade da vacinação, destacando ainda o grande número de emendas propostas ao projeto inicial, criticado por ser uma afronta às liberdades individuais, especialmente no que se refere à livre manifestação de pensamento. Ao longo desse histórico o jornal apresenta-se a favor da vacinação, fazendo, porém, ressalvas à obrigatoriedade (CRESCÊNCIO, 2008, p. 61).

Apesar de o governo Rodrigues Alves surgir com uma proposta sanitarista, preocupação essa que, até o momento, não havia surgido com o mesmo vigor nos governos da recente primeira república, ainda que motivada pelo modelo capitalista de produção, não teve uma boa recepção da população. Sevcenko (2010) comenta o sentimento de continuidade do governo de Alves ao seu antecessor, Campos Sales, e o projeto político que vinha do estado de São Paulo.

A população da cidade do Rio de Janeiro atravessava um processo de pobreza, analfabetismo e como retro mencionado, péssimas condições sanitárias. Sevcenko (2010) descreve, em seu trabalho, a estrutura defasada da cidade e de seus portos, mesmo possuindo um dos mais movimentados da América Latina. Outro destaque deve ser feito ao sentimento estrangeiro sobre o que era a cidade do Rio, à ideia de cidade insalubre e que, somada às campanhas do Echo do Sul, inibiam os navios de atracar em seus portos.

> Mas havia ainda um outro problema, em íntima conexão com esses dois primeiros. A cidade era foco endêmico de uma infinidade de moléstias: febre amarela, febre tifóide, impaludismo, varíola, peste bubônica, tuberculose, dentre outras. Destas, a febre amarela e a varíola eram as que ceifavam o maior número de vidas. A febre amarela, em particular, manifestava toda a sua violência para com estrangeiros e

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 275 11/06/2019 08:41:52

> migrantes de outros estados. Sua fama era internacional, sendo o Rio de Janeiro conhecido no exterior, por sua causa, como "o túmulo dos estrangeiros". Por isso, as tripulações e passageiros nem se atreviam a descer dos navios quando estes chegavam no porto: permaneciam a uma distância prudente, evitando qualquer contágio (SEVCENKO, 2010, p. 32).

O contexto histórico e o projeto político/econômico indicavam a necessidade de mudanças na administração pública em diferentes instâncias; diante de uma população que carregava a sensação de desconfiança e insegurança válidas frente a um modelo político invertido, em que o interesse popular não fazia parte do projeto. Dessa maneira, o desafio se tornava maior para o governo.

O plano de vacinação obrigatória

O quadro sanitário "caótico" e a falta de planejamento sanitário são destacados por Polignano (2010), informando a medida assumida por Rodrigues Alves de nomear o médico Sanitarista, Oswaldo Cruz, em 1903, para o cargo de Diretor do Departamento Federal de Saúde Pública, que junto ao cargo, assume a missão de erradicar a Febre Amarela, na cidade do Rio de Janeiro. O autor relata como um "exército", constituído de 1500 homens designados, atuou no modelo que viera a ser conhecido como "campanhista". Os guardas sanitários, como eram conhecidos, executavam ações de limpeza sanitária e social de forma arbitrária e, a princípio, sem qualquer preocupação em transmitir informações sobre tal atividade para a população.

Pouco antes à nomeação do sanitarista, o então prefeito da Capital, Pereira Passos, iniciou uma operação de reestruturação da cidade, com vista a atribuir-lhe o ar Europeu e solucionar os problemas da então Capital da República. Essa atitude já ditava o ritmo das ações que estavam por vir.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 276 11/06/2019 08:41:53

> O prefeito Pereira Passos, do Rio de Janeiro, pôs em prática o chamado "bota-abaixo", promovendo a derrubada de casarões e cortiços que, supostamente, eram os principais focos de infecção. O governo passou ainda a pagar à população pela captura de ratos, convencido de que estes eram os principais transmissores de doenças; espalhou policiais sanitários pelas ruas cariocas, removendo lixo e aplicando raticidas. A peste bubônica e a febre amarela foram controladas, mas a varíola resistiu à política de saneamento, e assim a lei da vacinação obrigatória foi instituída, de maneira autoritária e contrariando a vontade popular, em 31 de outubro de 1904 (CRESCÊNCIO, 2008, p. 60).

A proposta de obrigatoriedade da vacinação foi apresentada por Oswaldo Cruz ao Congresso Nacional, relata Hochman (2011). A lei proposta também previa multas e sanções, além da obrigatoriedade de sua comprovação para a matrícula em escolas, viagens, casamentos, empregos públicos e a conhecida permissão para os agentes entrarem nas casas e vacinar pessoas, contra suas vontades. O autor ainda destaca o apelido de "Código de Torturas" que a população deu para a lei do Sanitarista.

Crescêncio (2009) esclarece que, segundo a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, ano de 1891, vigente à época, o estabelecimento da obrigatoriedade de vacinação caracterizava crime, do então presidente, pois sua determinação ia contra os direitos individuais, se repetia nas invasões arbitrárias e na exigência da comprovação de vacinação para o acesso a direitos básicos, como mencionado acima.

As ações atingiram um ponto crítico e a insatisfação da população se tornou tamanha, que no receio de perder o controle, Rodrigues Alves, segundo Polignano (2008), convoca Oswaldo Cruz em seu gabinete e solicita que as ações se tornassem mais brandas, evitando, por exemplo, a queima de colchões e roupas dos doentes. O modelo de obrigatoriedade, ainda que

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 277 11/06/2019 08:41:53

inconstitucional, perdurou durante as décadas seguintes devido aos seus resultados positivos no controle das doenças epidêmicas.

A Revolta da Vacina

O evento conhecido como a "Revolta da Vacina" ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, por meio de manifestações populares e de grupos distintos da sociedade. A insatisfação com a política sanitarista, projeto de governo, promoveu constantes ataques políticos aos atos do presidente Rodrigues Alves. Turbas emergiram por toda a capital gritando por seus sentimentos de extermínio da população pobre, sendo estes os mais afetados pelos atos invasivos impostos pelo "Código de Torturas".

O evento que despertou a revolta, segundo Sevcenko (2010), foi a publicação, em 10 de novembro de 1904, da regulamentação da campanha de vacinação obrigatória. Provocando inicialmente aglomerações na Rua do Ouvidor, Praça Tiradentes e Largo de São Francisco de Paula, pessoas exaltavam seus ânimos contra tal ato. As forças policiais teriam sido alertadas e ordenadas a dispersar e evitar qualquer tipo de aglomeração que representasse ameaça à ordem pública, relata o autor. No dia seguinte, as manifestações foram inflamadas pelo movimento denominado "Liga contra a vacina obrigatória".

Neste momento, cabe apresentar a Liga contra a vacinação, seu surgimento e contribuição para a revolta. As ações do governo foram criticadas no que diz respeito à execução, por seus opositores e grupos com ideologias contrárias às práticas obrigatórias, tais como a vacina, a exigência do comprovante para acesso aos direitos básicos e invasões das casas. Tal como o jornal *Echo do Sul*, o discurso sobre a demanda de ações sanitárias no Brasil não era motivo para desatinos, visto que ambos concordavam sobre a situação das cidades e, em especial, as necessidades da cidade do Rio de Janeiro; a questão central era a violação dos direitos individuais.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 278 11/06/2019 08:41:53

O debate sobre o processo de aprovação atravessou também o poder legislativo e militar e, ainda que esse último estivesse subordinado ao governo, se posicionou contra atitudes inconstitucionais. Com o andamento para a aprovação, discursos sobre a fundação de uma liga começaram a surgir (CRESCÊNCIO, 2009). O autor apresenta, também, telegramas do jornal *Echo do Sul* com convocatórias para assembleias de formação da Liga, no dia 05 de novembro de 1904; e em 07 de novembro do mesmo ano, o comunicado de sua fundação com Lauro Sodré, presidente, e Barbosa Lima, vice. O movimento composto por políticos e militares iniciou sua campanha de convocação da população contra o governo.

> Sua importância para os amotinados provinha de a Liga significar, naquele momento de irresolução, um núcleo aglutinador de energias e decisões positivas. Os líderes da Liga perceberam isso com clareza e procuraram lançar temerariamente a multidão na ação insurrecional, por meio de discursos inflamados, que pretendiam levar o movimento às suas últimas conseqüências. Mais uma vez deslanchada a avalanche, a Liga perderia completamente qualquer meio de controle da revolta que ajudara a desencadear (SEVCENKO, 2010, p. 11).

Nos dias que seguiram a fundação com Lauro Sodré, combates entre a população que havia se rebelado e as forças, ainda submissas ao poder de Rodrigues Alves, emergiram. O confronto assumiu todo o centro da Capital e bairros vizinhos; o volume de vítimas aumentava e fatalidades eram contabilizadas. O descontrole da população, somado ao desespero do governo, chegou ao ponto de ordenarem o bombardeamento dos bairros costeiros, a partir de embarcações militares.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 279 11/06/2019 08:41:53

> Aproveitando-se das reformas então em curso para a abertura da Avenida Passos e da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), os populares se armaram de pedras, paus, ferros, instrumentos e ferramentas contundentes e se atracaram com os guardas da polícia. Essa, por sua vez, se utilizava sobretudo de tropas de infantaria, armados de carabinas curtas, e de piquetes de lanceiros da cavalaria. A população acuada se refugiava nas casas vazias que cercavam os locais em obras e se metia pelos becos estreitos, onde a ação militar coordenada se tornava impossível. O barulho do combate era ensurdecedor, tiros, gritos, tropel de cavalos, vidros estilhaçados, correrias, vaias e gemidos. O número de feridos crescia de ambos os lados, e a cada momento chegavam novos contingentes de policiais e de amotinados ao cenário disperso da escaramuça (SEVCENKO, 2010, p. 11).

O confronto foi encerrado no dia 16 de novembro de 1904, quando o Governo, finalmente, revogou a obrigatoriedade de vacinação. A cidade destruída não seria um dano tão grande em comparação ao número de vítimas, que até hoje não é passível de ser mensurado (SEVCENKO, 2010).

A imunização no Brasil hoje

O processo histórico que o país atravessou permitiu o desenvolvimento de políticas públicas eficientes e democráticas. O projeto de Oswaldo Cruz não se resume a uma campanha de imunização arbitrária, seu trabalho envolve o começo da estruturação sanitária no Brasil. Hoje, seu nome é referência e seu legado atravessa toda a história brasileira. No ano de 1973 foi criado o Programa Nacional de Imunização (PNI), responsável pelas políticas brasileiras de imunização, que se estabeleceu como um conceituado coordenador de ações de imunidade em um projeto de saúde democrático e universal (JUNIOR, 2013).

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 280 11/06/2019 08:41:53

> A conclusão do programa de erradicação da varíola no Brasil, com a certificação pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1973, foi um marco fundamental nessa trajetória. A CEV, que dispunha de estrutura executiva autônoma diretamente subordinada ao Ministro da Saúde, mobilizou grandes esforços nacionais no desenvolvimento de estratégias de vacinação em massa, apoiou a produção e o controle de qualidade da vacina antivariólica, introduziu a aplicação dos então recentes conceitos de vigilância epidemiológica e estabeleceu mecanismos de avaliação do programa (TEMPORÃO, 2003, p. 604).

O PNI foi formulado em 1973, por determinação do Ministério da Saúde (MS) com o objetivo de coordenar ações de imunização, sendo estas planejadas por técnicos do órgão. Sua institucionalização ocorreu dois anos mais tarde, com o objetivo de expandir os agentes imunizantes; assumiu ações desenvolvidas rotineiramente e traçou suas diretrizes baseadas na experiência da Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSESP) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Para Junior (2013), o papel do PNI foi ampliado com o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS), modelo de saúde pública implantado com a Constituição de 1988 que foi estruturado com a proposta de ser universal, integral e da equidade. As ações em saúde, de modo geral, se tornaram, definitivamente, descentralizadas, sendo papel dos Municípios a execução de tais campanhas. "Nesse cenário, o PNI tem garantido a oferta de vacinas seguras e eficazes para todos os grupos populacionais que são alvo de ações de imunização, como crianças, adolescentes, adultos, idosos e indígenas." (JUNIOR, 2013, p. 7).

Quanto ao modelo de ação, Temporão (2003) demonstra que, apesar do desenvolvimento das estratégias de ação, a estratégia campanhista de Oswaldo Cruz ainda está presente, ainda que sem a rejeição que ocorreu em 1904. O autor ainda destaca a intensa discussão que ocorreu em 1979,

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 281 11/06/2019 08:41:53

durante uma epidemia de poliomielite, na fronteira dos estados do Paraná e Santa Catarina. Segundo ele, além do contexto ser diferente, a existência de dados que comprovassem a efetividade da vacina foi um diferencial para sua implantação.

A existência de um programa de imunização e políticas sanitárias não descarta a atenção sobre a maneira como tais ações ocorrem e nem sobre sua efetividade. Após a revolta da vacina, não houve nenhum outro incidente semelhante em maior ou menor gravidade, porém, ainda observamos espaços a serem cobertos pelo planejamento das campanhas de saúde pública. Quevedo (2016) relata que na campanha de vacinação contra o Human Papillomavirus (HPV), que sofreu uma rejeição considerável da população, em alguns municípios do estado do Rio de Janeiro, sequer 20% da população alvo foi atingida. Outro evento ocorreu durante uma epidemia de febre amarela, que eclodiu no final de 2016. O evento resultou em uma "temporada de caça aos macacos", pois informações de senso comum, disseminadas através de redes sociais, alegavam que o macaco seria responsável por sua transmissão e isso provocou a morte de diversos animais, em nome de uma suposta erradicação da doença (VALE; PREZOTO, 2017).

É evidente que tais eventos não assumem as mesmas características do ocorrido durante a revolta da vacina, porém, sinalizam a dificuldade dos responsáveis pelas campanhas de saúde em dialogar com a população. Em nota, cabe lembrar que, atualmente, a vacinação obrigatória ainda existe: A Lei federal 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determina que menores de idade tenham a obrigatoriedade de serem vacinados nos casos indicados pelas autoridades de saúde, sob responsabilidade de penalização aos responsáveis.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 282 11/06/2019 08:41:53

Conclusão

A revolta da vacina ocorreu em um período conturbado, enquanto o Brasil ensaiava sua república atual e a população carregava o sentimento de sofrimento e insatisfação com o poder público. O pensamento positivista e a existência dos direitos naturais do homem ainda não estavam presentes no discurso e na prática de políticos, cientistas; e diante da urgência sanitária e a demanda de reforma na estrutura da cidade Capital, a possibilidade de uma ação que violentava, não apenas corpos, mas, individualidades se tornou a saída viável.

Durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho, foi observado que o discurso central para a eclosão da revolta foi unicamente a movimentação política e midiática dos grupos de oposição ao governo de Rodrigues Alves. Cabe questionar tal entendimento, pois, ignorar a resistência e manifestação popular, ao sentirem seus direitos serem violados de tal maneira, seria menosprezar a capacidade da população de perceber tais abusos e de lutar por seu direito de ser humano. Após a discussão apresentada neste trabalho, é possível afirmar que o sucesso da oposição ocorreu em razão da população acolher o discurso dos opositores ao seu sentimento.

Os eventos de 1904 permitem a reflexão sobre o papel da população nas políticas públicas de saúde e sobre qual seria o limite do Governo para sua promoção. Atualmente o SUS determina a beneficência e não maleficência do usuário, talvez estes termos se posicionem como ponto de partida adequado para tais limites. Apesar da ausência de arquivos completos que permitam a construção do panorama exato da revolta da vacina, o papel da população no processo histórico não pode ser descartado ou tratado como secundário e se destaca como alerta para eventos futuros.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 283 11/06/2019 08:41:53

Referências

(1) BRASIL, Ministério da Saúde. DataSUS PNI - Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações. Disponível em: <http://pni.datasus.gov.br/apresentacao.asp>. Acesso em: 20 jul. 2018.

(2) CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Revolta da vacina: higiene e saúde como instrumentos políticos. *Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande do Sul, v. 22 n. 2, p. 57-73, mar. 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/962>. Acesso em: 20 jul. 2018.

(3) HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 375-386, fev. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000200002>. Acesso em: 20 jul. 2018.

(4) JUNIOR, Jarbas Barbosa da Silva. *40 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma conquista da Saúde Pública brasileira. Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 7-8, jan./mar. 2013. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2018

(5) POLIGNANO, Marcus Vinícius. *História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão*. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/ces/arquivo/2165/livros >. Acesso em: 20 jul. 2018.

(6) SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Revista de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985. Disponível em: <http://www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/antologias/eh-594.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

(7)SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

(8) TEMPORÃO, José Gomes. *O Programa Nacional de Imunizações (PNI): origens e desenvolvimento. História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 2, p. 601-617, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 284 11/06/2019 08:41:53

(9) VALE, Caroline Almeida e Prezoto, Fabio. A culpa não é do macaco: Os primatas e a febre amarela. Multiverso: Revista Eletrônica do Campus Juiz de Fora - IF Sudeste MG, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p. 1-12, jul. 2017. Disponível em: <http://periodicos.jf.ifsudestemg.edu.br/multiverso/article/view/168>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Recebido em: Agosto / 2018
Aceito para publicar em: Setembro / 2018

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 285 11/06/2019 08:41:53

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 286 11/06/2019 08:41:53

Normas Editoriais

→ O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

→ Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

→ O resumo e o *abstract* devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

→ Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

→ Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

→ As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.

→ As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

→ Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

→ Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português, espanhol e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português, espanhol e inglês).

→ Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

→ As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 287 11/06/2019 08:41:53

→ Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.

→ A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

→ Admitem-se as referências Id.ibidem e Op. cit., segundo as normas em utilização.

→ Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

→ Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

→ São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

→ Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.

Latinidade_2018_2_desbastado.indd 288 11/06/2019 08:41:53